

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PESQUISA NA GRADUAÇÃO
OS SENTIDOS DISCURSIVOS E SEUS REFLEXOS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA
DOS BACHARÉIS EM TURISMO

Autora: Luciana Bernardinello
Orientador: Pedro da Cunha Pinto Neto

Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração de Ensino e Práticas Culturais

Campinas
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

B456p Bernardinello, Luciana, 1975-
Pesquisa na graduação: os sentidos discursivos e seus reflexos na formação acadêmica dos bacharéis em turismo / Luciana Bernardinello. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Pedro da Cunha Pinto Neto.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Turismo. 2. Ensino Superior. 3. Pesquisa Científica.
4. Imaginário. I. Pinto Neto, Pedro da Cunha. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

12-026/BFE

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês Research in graduation: the meanings of discourses and their reflections in the academic formation of the bachelor in the tourism

Palavras-chave em inglês:

Tourism
University School
Science Research
Imaginary

Área de concentração: Ensino e Práticas Culturais

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

Pedro da Cunha Pinto Neto (Orientador)
Maria José Pereira Monteiro de Almeida
Márcia Reami Pechula
Cláudia Urbano Ferreira
Rogério Adolfo de Moura

Data da defesa: 27/02/2012

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail: turismo_pedagogico@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PESQUISA NA GRADUAÇÃO
OS SENTIDOS DISCURSIVOS E SEUS REFLEXOS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA
DOS BACHARÉIS EM TURISMO

Autora: Luciana Bernardinello
Orientador: Pedro da Cunha Pinto Neto

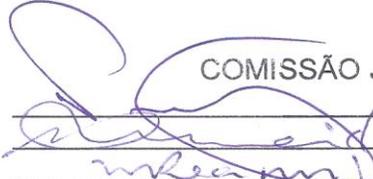
Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Luciana Bernardinello e
aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 27 / 02 / 2012

Assinatura:

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:



2012

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, Maria da Penha e Augusto, que além da dádiva da vida
preencheram-na de esperança.*

AGRADECIMENTOS

Parece que foi ontem quando ainda tímida iniciei a jornada para este caminho de aprendizagem... Alguns dias durante este percurso confesso que pensei em desistir, afinal caminhar requer fôlego, muito mais que entusiasmo... Porém nesta estrada encontrei mãos e ombros amigos, sem os quais este acanhado pedaço da jornada não teria sido trilhado. Assim, agradeço:

A Deus e aos Orixás que me iluminam constantemente...

Ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro da Cunha Pinto Neto, que dividiu comigo conhecimentos, palavras de incentivo e coragem, mesmo em meio às incertas adversidades desta trajetória...

Aos professores do GEPCE e da Faculdade de Educação da Unicamp, que através das trocas de experiências, de conhecimentos, de docências possibilitaram à concretização deste caminho...

A minha mãe, Maria da Penha Oliveira Bernardinello, que me iniciou neste caminho, eterna professora e amiga, que jamais deixou de acreditar em mim....

Ao meu pai, Augusto Bernardinello, por carinhosamente me acompanhar nesta trajetória...

Ao meu amado companheiro, Helton Messini da Costa, que todos os dias fez deste caminho algo possível de ser trilhado com amor, carinho e paciência...

A minha irmã, Priscilla Bernardinello, e meu cunhado, Juliano Lopes, que ficaram na expectativa deste percurso....

A minha comadre e eterna amiga, Samara Tomaz por me incentivar....

A querida amiga, Lilian Pereira Cruz, que com toda empatia me emprestou além de livros e textos, companhia, demonstrando que a pesquisa é um caminho que não se trilha sozinho...

Aos funcionários da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em especial aos bibliotecários, que por diversas vezes me auxiliaram....

Aos universitários de Turismo da ECA-USP, por permitirem a descoberta de alguns imaginários...

*“Todo ponto de vista é a vista de um ponto.
Ler significa reler e compreender, interpretar.
Cada um lê com os olhos que tem.
E interpreta a partir de onde os pés pisam.”*
(Leonardo Boff, 1997)

RESUMO

O presente trabalho propôs-se a compreender os sentidos discursivos que permeiam a produção acadêmica da graduação em Turismo, a fim de descrever como tais representações relacionam-se à formação universitária, bem como à apropriação das ferramentas da pesquisa científica pelos estudantes da área. Para tanto, após a seleção do *corpus*, a saber, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) da graduação em Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), compreendidos entre os anos de 1998 a 2009, traçaram-se, em linhas gerais, as circunstâncias de produção ampla e imediata para a elaboração destes trabalhos, considerando-se ainda a sua exterioridade – contexto sócio-histórico. Nessa perspectiva, no interior do processo discursivo desta investigação, o imaginário dos universitários em Turismo materializou-se em seus TCC's, trazendo para essa produção acadêmica as representações acerca do próprio discurso científico entrelaçado com o mercado globalizado, refletindo, sobretudo a fusão entre a formação intelectual e a formação para o trabalho.

ABSTRACT

This dissertation to propose understanding the meanings discourses that permeate the academic production for graduation in Tourism, for describe how this representations connection with the university formation, and also how through of it the students this area assimilate of the instruments for the science research. For that, after the select of the *corpus*, namely, the Papers of Conclusion of Course (TCC's) of the graduation in Tourism at the School of Communications and Art of the University of São Paulo (ECA-USP), included between the years of 1998 at 2009, distinguished, in general, the conditions of ample and immediate production for elaborate this papers, taken into consideration also their externality – the socio history context. In this perspective, in the inside of the discursive process in this investigation, the imaginary of the university students in Tourism materialized in theirs TCC's, bringing for this academic production the representations about the own scientific discourse related with the globalized market, reflecting, essentially the fusion between the intellectual formation and the formation for the work.

LISTA DE QUADROS

1 – CRONOLOGIA DOS CURSOS SUPERIORES DE TURISMO CRIADOS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980	195
2 – PRIMEIRO CURRÍCULO DE TURISMO ENVIADO À REITORIA PELA ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA USP EM 13/04/1972.....	196
3 – ALTERAÇÕES PROPOSTAS NO CURRÍCULO DE TURISMO DA ECA – USP EM 1973.....	198
4 – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO, ADOTADA PELA ECA – USP DESDE O ANO DE 2008, DENOMINADA PELA ESCOLA DE “GRADE NOVA”	212
5 – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO, ADOTADA PELA ECA – USP ANTERIOR AO ANO DE 2008, DENOMINADA PELA ESCOLA DE “GRADE ANTIGA”	214
6 – QUADRO DE INVENTÁRIO DE TCC – ECA-USP – 1998.....	225
7 – QUADRO DE INVENTÁRIO DE TCC – ECA-USP – 1999.....	226
8 – QUADRO DE INVENTÁRIO DE TCC – ECA-USP – 2000.....	227
9 – QUADRO DE INVENTÁRIO DE TCC – ECA-USP – 2001.....	228
10 – QUADRO DE INVENTÁRIO DE TCC – ECA-USP – 2002.....	229
11 – QUADRO DE INVENTÁRIO DE TCC – ECA-USP – 2003.....	231
12 – QUADRO DE INVENTÁRIO DE TCC – ECA-USP – 2004.....	232
13 – QUADRO DE INVENTÁRIO DE TCC – ECA-USP – 2005.....	233
14 – QUADRO DE INVENTÁRIO DE TCC – ECA-USP – 2006.....	105
15 – QUADRO DE INVENTÁRIO DE TCC – ECA-USP – 2007.....	111
16 – QUADRO DE INVENTÁRIO DE TCC – ECA-USP – 2008.....	115

17 – QUADRO DE INVENTÁRIO DE TCC – ECA-USP – 2009.....	234
18 – QUADRO DE ANÁLISE DO TCC – ECA-USP – 2006.....	138
19 – QUADRO DE ANÁLISE DO TCC – ECA-USP – 2007.....	140
20 – QUADRO DE ANÁLISE DO TCC – ECA-USP – 2008.....	141
21 – QUADRO DE ANÁLISE DO TCC – ECA-USP – 2008.....	143

LISTA DE GRÁFICOS

1 – DISTRIBUIÇÃO DE TCC’S POR ANO – ECA-USP 1998 A 2009.....	104
2 – DISTRIBUIÇÃO DE TCC’S POR TEMAS – ECA-USP 2006 A 2008.....	127

LISTA DE TABELAS

1 – DOCENTES DA ECA-USP REALIZANDO DOUTORADO OU PÓS-DOUTORADO NO BRASIL E NO EXTERIOR EM 2010	96
2 – MÉDIA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA POR DOCENTE DA ECA-USP ENTRE 2006 E 2010	97
3 – PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES DA ECA-USP EM PERIÓDICOS E LIVROS NO BRASIL E NO EXTERIOR ENTRE 2008 E 2010	97
4 – DISTRIBUIÇÃO DOS TCC’S POR TEMAS E SUBTEMAS – ECA-USP – 2006 – 2008.....	124
5 – DISTRIBUIÇÃO DOS TCC’S POR PARADIGMAS DE PESQUISA – ECA-USP – 2006 – 2008.....	131
6 – DISTRIBUIÇÃO DOS TCC’S POR PROCEDIMENTO DE PESQUISA – ECA-USP – 2006 – 2008.....	134
7 - DISTRIBUIÇÃO DOS TCC’S POR MÉTODO DE COLETA DE DADOS – ECA-USP – 2006 – 2008.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABBTUR – Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo

ABDETH – Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AD – Análise de Discurso

AI-5 – Ato Institucional nº. 5

Aiest – *Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourisme*

CE – Ceará

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEEAD – Comissão de Especialistas de Ensino de Administração

CEEs – Comissões de Especialistas de Ensino

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão à Comunidade

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNTUR – Conselho Nacional de Turismo

Contur – Congresso Nacional de Turismo

CRP – Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo

CTA – Conselho Técnico-Administrativo

ECA-USP – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

GEPCE – Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciência e Ensino

ENBETUR – Encontro Nacional dos Bacharéis e Estudantes de Turismo

EUA – Estados Unidos da América

FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo

ForGrad – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação

FUVEST – Fundação Universitária para o Vestibular

IES – Instituições de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MEC-USAID – Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PNB – Produto Nacional Bruto

PNT – Plano Nacional de Turismo

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESu – MEC – Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

TCC's – Trabalhos de Conclusão de Curso

UC – Unidade de Conservação

UNI Anhanguera – Universidade Anhanguera

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 BREVE COMPOSIÇÃO DO CENÁRIO HISTÓRICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM TURISMO NO BRASIL.....	28
2 O CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.....	45
2.1 AS DIRETRIZES CURRICULARES E OS NOVOS CURRÍCULOS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO NA ECA-USP.....	57
3 A PRODUÇÃO ACADÊMICA NO ENSINO SUPERIOR EM TURISMO.....	71
3.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DA GRADUAÇÃO EM TURISMO NA ECA-USP	90
4 OS SENTIDOS DISCURSIVOS NOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DA GRADUAÇÃO EM TURISMO NA ECA-USP	98
4.1 FUNDAMENTOS DA ANÁLISE	98
4.2 ITINERÁRIOS DA ANÁLISE	103
4.2.1 Quadro de Análise do TCC – ECA-USP – 2006.....	138
4.2.2 Quadro de Análise do TCC – ECA-USP – 2007.....	140
4.2.3 Quadro de Análise do TCC – ECA-USP – 2008.....	141
4.2.4 Quadro de Análise do TCC – ECA-USP – 2008.....	143
4.3 OS TCC’s E SEUS SENTIDOS	145
4.3.1 Discursos acadêmicos científicos X discursos acadêmicos mercadológicos	146

4.3.2 Discursos das Potencialidades do Turismo	157
4.3.3 Discursos Sobre a Relevância das Atividades Extrassala	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS	184
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	192
ANEXOS.....	195
Quadro 1 – Cronologia dos Cursos Superiores de Turismo criados nas décadas de 1970 e 1980.....	195
Quadro 2 – Primeiro Currículo de Turismo Enviado à Reitoria pela Escola de Comunicações e Artes da USP em 13/04/1972.....	196
Quadro 3 – Alterações Propostas no Currículo de Turismo da ECA-USP em 1973.....	198
Lei Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996	200
Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, fixadas pela Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006.....	206
Quadro 4 – Matriz Curricular do Curso de graduação em Turismo, adotada pela ECA-USP desde o ano de 2008, denominada pela Escola de “Grade Nova”	212
Quadro 5 – Matriz Curricular do Curso de graduação em Turismo, da ECA-USP, anterior ao ano de 2008, denominada pela Escola de “Grade Antiga”	214
Requisitos da Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso	215
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – Resolução CRP 04/2005 de 18/02/2005	222
Quadro 6 – Inventário TCC – ECA-USP – 1998.....	225
Quadro 7 – Inventário TCC – ECA-USP – 1999.....	226
Quadro 8 – Inventário TCC – ECA-USP – 2000.....	227

Quadro 9 – Inventário TCC – ECA-USP – 2001.....	228
Quadro 10 – Inventário TCC – ECA-USP – 2002.....	229
Quadro 11 – Inventário TCC – ECA-USP – 2003.....	231
Quadro 12 – Inventário TCC – ECA-USP – 2004.....	232
Quadro 13 – Inventário TCC – ECA-USP – 2005.....	233
Quadro 17 – Inventário TCC – ECA-USP – 2009.....	234

INTRODUÇÃO

Nas abordagens contemporâneas da Educação, acredita-se que a prática da pesquisa científica favoreça o processo de (re)construção de conhecimentos alicerçados simultaneamente em “quatro pilares”, a saber: a aquisição dos instrumentos da compreensão (aprender a conhecer), a conquista e o aprimoramento de competências e habilidades que permitam agir sobre o meio envolvente (aprender a fazer), o desenvolvimento da personalidade da autonomia (aprender a ser), mas sem esquecer do discernimento e da responsabilidade pessoal (aprender a conviver) (DELORS et. al., 2001).

Dito de outro modo, a pesquisa científica engloba uma gama variada de aprendizagens, desde a iniciativa na busca de materiais, passando pelo contato e apreciação crítica com diferentes fontes de informação; a prática de raciocínio indutivo e/ ou dedutivo, até a comunicação oral ou escrita dos resultados (MASETTO, 2003). Aprendizagens que, sobretudo, oportunizam aos sujeitos a emancipação e a interferência na realidade social de forma ética e comprometida (FREIRE, 1996).

Em decorrência disto, especialmente, o Ensino Superior tem sua responsabilidade ampliada na formação do cidadão, pois, não pode mais restringir-se a preparar o aluno para o exercício de uma profissão. Essa formação, nos dias de hoje, exige um compromisso com a produção de novos conhecimentos e o desenvolvimento da capacidade de adaptar-se às mudanças constantes (ZABALZA, 2004). Para tanto, a graduação deve deixar de ser somente o espaço da transmissão de conhecimentos (ensino) para transformar-se no ambiente de construção desses conhecimentos (pesquisa), onde o aluno atue como o centro do processo de aprendizagem, e o professor como um facilitador desse processo.

No campo de estudos do Turismo, a pesquisa amplia-se de forma considerável, sobretudo devido ao importante papel socioeconômico que suas respectivas atividades assumem no mundo contemporâneo. Porém, amiúde são pesquisas direcionadas ao mercado globalizado,

visando garantir melhores níveis de competitividade às empresas do setor turístico (MOESCH, 2000). Justamente esta dualidade – objeto de estudo e atividade econômica – aparta a compreensão da amplitude do fenômeno turístico, reduzindo-o a uma perspectiva puramente comercial (MALTA, 2011).

No entanto, a pesquisa nesta área faz-se imprescindível à construção de teorias científicas que abordem toda a complexidade do fenômeno turístico. Afinal, a discussão do Turismo como ciência centra-se na composição de uma epistemologia que delimite esse campo de estudos, favorecendo sobremaneira a constituição de uma disciplina única. Pois, até o presente momento o Turismo é considerado um campo de estudos, desprovido de método de pesquisa próprio e de objeto de estudo claramente definido (PANOSSO NETTO; TRIGO, 2003).

Decorre desta afirmativa, a evidência da relevância da iniciação dos universitários em Turismo à prática da pesquisa científica. Mas, esta importância descortina-se distintamente no cotidiano dos graduandos. Confirmei isso logo que ingressei no bacharelado em Turismo, no ano de 2002. Naquele período deparei-me com diversos colegas que se esquivavam de disciplinas com enfoque teórico-metodológico de aprendizagem pela pesquisa e/ou aqueles que se distanciavam dos projetos de incentivo à pesquisa, desconhecendo até mesmo os procedimentos para efetuar solicitações para obtenção de bolsas para estes programas.

Com base nesta vivência, propus, em 2006, no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência em Turismo e Hotelaria, do Centro Universitário Senac, ponderar acerca da influência do imaginário da pesquisa científica na formação acadêmica e profissional dos graduandos em Turismo. Neste estudo, concluiu-se que o modo como os universitários de Turismo percebiam a pesquisa científica também abrangia as suas representações simbólicas sobre a ciência, o cientista, e o próprio trabalho de pesquisa, tanto quanto aos papéis atribuídos a estes elementos como “naturais”. Naquele caso, para o desenvolvimento da competência da pesquisa científica fazia-se necessário, a princípio, um processo de sensibilização dos universitários, sobretudo, para aflorar o desejo da prática da pesquisa não somente no decorrer da graduação, mas também ao longo de suas vidas profissionais (BERNARDINELLO, 2006).

Embora tais inferências depositassem, quase que exclusivamente, uma parcela considerável da responsabilidade pela relação profícua entre os graduandos de Turismo e a pesquisa científica, no desempenho da disciplina de Metodologia Científica, a experiência docente no Técnico em Turismo, no Senac do município de Santo André, levantou novos questionamentos acerca desta temática. O primeiro deles referente à formação polivalente do bacharel em Turismo, pois, ao menos em hipótese essa formação acadêmica e profissional consente ao portador desse diploma ser desde o garçom de um grande hotel, o secretário de Turismo de um destino turístico ou até o docente na área. Porquanto, diferentemente dos meus ex-alunos que obtiveram uma formação técnica-operacional específica.

O bacharelado, segundo o Ministério da Educação (MEC), é o curso superior de graduação que “[...] confere ao diplomado competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade acadêmica ou profissional [...]”, além do título de bacharel. No caso particular do Turismo, enquanto uma atividade de deslocamento espacial temporário, que exige para a provisão dos serviços pertinentes, bem como, para o seu estudo epistemológico, diferentes profissionais para diferentes funções, o bacharelado poderá proporcionar variedade de habilitações. Porém, é preciso “[...] entender o papel que cabe a cada nível de educação na formação de quadros para trabalhar nos diversos setores da área de turismo [...]” (BARRETTO et. al., 2004, p. 47).

Tendo em vista que cabe aos cursos de bacharelado em Turismo preparar pensadores e pesquisadores do fenômeno turístico, vale dizer que é improvável formar um cientista capaz de investigar profundamente os impactos sociais, culturais, naturais, além dos impactos macro e microeconômicos, as motivações e o comportamento dos turistas e que, “[...] ainda, possa planejar, executar e gerenciar não somente o fenômeno em si mas todos os equipamentos e a infra-estrutura necessários para que este aconteça [...]” (BARRETTO et. al., 2004, p. 48).

Nesta perspectiva, para qual atuação formam-se os bacharéis em Turismo? Já que no mercado de trabalho circula a máxima de que o problema mais grave dos cursos de bacharelado em Turismo “[...] é o fato de que a academia vem formando pensadores do turismo ao passo que o mercado precisa de profissionais polivalentes, criativos, que dominem idiomas e tecnologias

[...]” (BARRETTO et. al., 2004, p. 45). Entretanto, as vagas para esse mercado de trabalho, “[...] de acordo com os dados da própria Organização Mundial do Turismo (OMT), são sazonais, temporárias e informais, além de oferecer a menor remuneração se comparada a outros setores da economia [...]” (OMT, 1995, p. 30-31 apud BARRETTO et. al., 2004, p. 49). Pode-se dizer então que, este embate na área do Turismo entre o mercado de trabalho e a universidade, é na verdade o embate entre formar para que e/ou para quem. Visto que em nosso País, essa “cisão” na formação do bacharel em Turismo evidencia-se em duas situações. Na primeira, pelas dificuldades de implantarem-se cursos de nível superior que abarquem o papel político de produção de novos saberes e, conseqüentemente, a premissa da formulação de postulados epistemológicos para esse campo de estudos, ainda em construção. A segunda condição, justamente devido à desconsideração desses aspectos conceituais e políticos tem-se a crescente desvalorização do bacharel em Turismo para atuar nas áreas do setor turístico (BARRETTO et. al., 2004).

Todavia, além de uma construção epistemológica para o campo de estudos do Turismo, creio também, como outros estudiosos, que o Brasil precisa de planejadores em Turismo, que pautados em uma formação acima de tudo, ética e responsável, possa ser capaz de organizar os destinos turísticos, visando além do bom atendimento ao turista, a distribuição equitativa de lucros e divisas, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar de todos os atores sociais. Mas será que é isso que o mercado almeja? E será esse o objetivo dos graduandos em Turismo?

Sem pretender generalizar, observei em minha graduação e atuação profissional em Turismo que, o conhecimento seja ele, científico, técnico ou operacional, mostra-se valioso tanto ao mercado quanto ao profissional, somente quando lhes acena a possibilidade de benefício próprio. Constatação empírica corroborada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, instituída por uma Comissão de Especialista de Ensino no decorrer da década de 1990, e aprovada pela Resolução nº 13, em novembro de 2006. Proposta essa que apesar de conter em sua base filosófica as idéias do pensador Edgar Morin (2005), elencou essencialmente mais de dezenove competências e habilidades fundamentais à formação acadêmica e profissional do bacharel em Turismo, extremamente direcionadas às expectativas do mercado (BRASIL, 2006).

A próxima questão relativa a esta afinidade entre o graduando em Turismo e a pesquisa científica relacionou-se aos conteúdos teórico-práticos interligados à formação do bacharel. Elemento ressaltado em depoimentos não formais dos meus ex-alunos, muitos emitidos durante as discussões pedagógicas em sala de aula, cujas atividades extrassala (atividades externas ao espaço escolar) eram expostas como o diferencial que possibilitava a aproximação com a pesquisa científica. O próprio cotidiano pedagógico confirmava isto, já que, nas visitas técnicas ou mesmo nos estudos de meio em que preparamos em parceria a sua execução, desde a escolha do local, a logística, até o roteiro de estudo, a pesquisa científica, mesmo que de forma tímida, fez-se presente nas aulas. Pois, a investigação bibliográfica e documental era sucedida pelo trabalho de campo, com aplicação de questionários ou entrevistas, tabulação e análise destes dados, seguidas de novas reflexões acerca da realidade local das destinações visitadas. Dado que culminou na seguinte dúvida: seriam estas atividades extrassala um fator de aproximação à pesquisa científica também nos cursos de bacharelado em Turismo?

Ainda conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, a formação do perfil comum desejado ao bacharel deverá construir-se de competências e habilidades adquiridas no decorrer da graduação, também a partir de uma série de atividades teórico-práticas extra-escolares, “[...] localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios” (BRASIL, 2006, art. 5º). Entre essas atividades prioritárias ao desenvolvimento das competências e habilidades do bacharel tem-se, entre outros, “[...] trabalhos interdisciplinares, planos de desenvolvimento de municípios turísticos, projetos experimentais, trabalho de conclusão de curso e planejamento e organização de eventos (semanas temáticas e eventos comemorativos)” (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2002, p. 59).

Embora a menção ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), nas Diretrizes Curriculares, fique como componente curricular opcional das Instituições de Ensino Superior que, caso o adote deverão emitir regulamentação própria, o requisito deste componente em uma significativa parcela dos cursos de graduação em Turismo, “[...] que poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionados com o curso” (BRASIL, 2006,

art. 9º), traduz a importância dada ao pressuposto de que o ensino não deve ficar isolado na graduação, assim como a pesquisa não poder ser privilégio apenas da pós-graduação.

Diante das reflexões expostas até aqui, e no anseio de discuti-las, ingressei em 2008, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, da Faculdade de Educação, da Universidade Estadual de Campinas, na área de concentração Ensino e Práticas Culturais, especificamente no Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciência e Ensino (GEPCE). De lá para cá, as apreciações e discussões promovidas por este grupo permitiram-me inferir que as pesquisas científicas são propulsoras do conhecimento em qualquer disciplina ou campo de estudos, assim como, os frutos dessas investigações, na condição de partícipes de um discurso, delineados a partir da relação com outros, serão permeados por imaginários.

Deste modo, demarcaram-se outras perguntas pertinentes à temática do relacionamento entre o estudante de Turismo e a pesquisa científica: quais seriam os imaginários dos graduandos em Turismo decorrentes dos Trabalhos de Conclusão de Curso? Em quais condições de produção da formação universitária ocorreria a apropriação das ferramentas da pesquisa científica pelos graduandos desse campo de estudos?

Considerando-se ainda que, embora boa parte dos graduandos em Turismo não adote a pesquisa científica como elemento crucial à sua atuação profissional, cada um desses alunos expressará as suas representações acerca da relação entre o bacharel em Turismo e a pesquisa científica, ao menos nos respectivos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's). Já que este componente curricular configura-se em um processo inclusivo de aprendizagem científica, cuja convocação atinge todos os graduandos, convidando-os a desenvolver um projeto de pesquisa ou uma monografia, ambos fundamentados em conhecimentos construídos no decorrer da graduação, e alicerçados através das ferramentas da pesquisa científica. E perante esta hipótese, o presente trabalho propôs-se a compreender os sentidos discursivos que permeiam a produção acadêmica da graduação em Turismo, a fim de descrever como tais representações relacionam-se à formação universitária, bem como à apropriação das ferramentas da pesquisa científica pelos estudantes da área.

Nesse intuito, a investigação inicial direcionou-se às referências bibliográficas e documentais a respeito do processo de implantação do curso de Turismo no Ensino Superior nacional e ainda de suas respectivas propostas curriculares, a saber: Ansarah (2002); Barretto et. al. (2004); Caturegly (1990); Celeste Filho (2002); Matias (2002); Nascimento (2002); Rejowski (1996); Santos Filho (2003; 2005); Teixeira (2007); Trigo (2000).

Diga-se de passagem, o Brasil foi pioneiro ao oferecer este curso como graduação específica. Pois, ao contrário dos países europeus e Estados Unidos, o primeiro curso superior em Turismo em nosso País não surgiu na forma de uma disciplina dentro de cursos já assentados no meio acadêmico (REJOWSKI, 1996).

Por conseguinte, a pesquisa bibliográfica dirigiu-se a livros, dissertações, teses, monografias e/ou artigos com a temática “Ensino Superior em Turismo”: Ansarah (2002); Barreto et. al. (2004); Barretto (2004; 1995); Beni (2001; 1992; 1990); Campos (2005); Caturegli (1990); Cruz (2000); Dencker (2002; 1998); Gaeta (2007); Matias (2005; 2002); Moesch (2004; 2002; 2000); Molina (2003); Novaes (2008); Panosso Netto (2005); Panosso Netto e Trigo (2003); Rejowski (2000; 1996; 1993); Ruschmann (1994; 1990); Santos Filho (2005; 2005b; 2004; 2003); Sakata (2002); Shigunov Neto (2006); Shigunov Neto e Maciel (2002); Shulze (2006); Trigo (2002; 2000; 1998; 1991).

Já a investigação documental estendeu-se desde o Capítulo IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que trata da Educação Superior, até as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, aprovada pela Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006. Ambas amparadas em leituras de Aranha (1989); Calderon (2000); Chauí (2001); Cunha e Soares (2009); Cunha (2007); Demo (2000; 1992); Fávero (2003); Fernandes (1979); Freire (1996); Gentili (1999); Goodson (1995); Graciani (1984); Massetto (2003); Martins (2002; 1989); Moreira (2003); Morin (2005); Rosas (1992); Sancristan (1998); Souza (2001); Zabalza (2004).

Paralelamente, delimitou-se o *corpus* do estudo: os Trabalhos de Conclusão de Curso dos graduandos em Turismo. Optou-se, a *priori*, por trabalhar com os TCC's de três universidades da cidade de São Paulo. Tal opção exibiu como contrapartida, a vantagem de se

lidar com as primeiras IES a oferecer o curso de graduação em Turismo no País (REJOWSKI, 1996). Porém, em duas das instituições selecionadas, de acordo com os responsáveis pelos cursos de Turismo, existiam impossibilidades de registros sob quaisquer aspectos (mídia digital, fotografias etc.) dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Então, diante das contínuas obstinações para acessar estes trabalhos, restringiu-se excepcionalmente o universo da pesquisa aos TCC's elaborados pelos graduandos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), compreendidos entre os anos de 1998 a 2009. Seleção que contou, sobretudo com o fato dessa produção encontrar-se facilmente acessível à Biblioteca desta Instituição. Cabe aqui ressaltar que esta Universidade, desde a sua fundação em 1934, prima pela produção de conhecimentos a partir da pesquisa acadêmica em suas diferentes unidades (Faculdades, Escolas e Institutos) e departamentos. E já na criação do curso superior em Turismo, na ECA, no segundo semestre de 1973, esta preocupação tornara-se evidente, pois o objetivo primordial do curso centrou-se desde o princípio no estudo epistemológico do Turismo e não exclusivamente em um estudo de caráter técnico-profissional como das demais instituições isoladas (TEIXEIRA, 2007).

De posse das reproduções em fotografias e em mídia digital destes TCC's voltou-se para a apreciação crítica dos discursos presentes nesses documentos. Para tanto, elaborou-se um “Quadro de Inventário de TCC – ECA-USP”, por cada ano de publicação, contemplando-se título, objetivos e metodologia. Todavia, a partir da constatação de uma quantidade significativa destes trabalhos, no intervalo de tempo entre 2006 a 2008, elegeram-se os TCC's elaborados neste período como objeto discursivo.

Na segunda etapa, a partir deste objeto discursivo e, tendo em vista o escopo deste estudo, adotou-se o referencial teórico e metodológico da Análise de Discurso (AD), tal como se desenvolveu na França, por Michel Pêcheux (1997), e no Brasil, por Eni Puccinelli Orlandi (2010; 1996). Posto que, esta abordagem “[...] visa compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos [...]. Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc) produz sentidos. [...] como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2010, p. 26).

Em termos teóricos, isso significa que a linguagem não é transparente. Não é um sistema abstrato, composto por regras formais, úteis, sobretudo à transmissão de informações e/ou comunicações de idéias. Mas, sim “[...] enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2010, p. 15). Assim, cabe àquele que coaduna com a AD atentar-se se para os processos e as condições de produção da linguagem, visando analisar aquilo que os sujeitos sociais falam do mesmo modo que as situações em que se produzem esses dizeres. Portanto, analisou-se nos TCC’s o interior do processo discursivo, atentando-se especialmente para as formações imaginárias em funcionamento no discurso.

Deste modo, após esta introdução, o trabalho inicia-se com uma breve contextualização da implantação dos cursos de graduação em Turismo no Brasil. Nesse capítulo, a partir de uma bibliografia específica procuraram-se caracterizar os processos histórico-sociais responsáveis pela inserção desta área de estudos na academia.

No capítulo seguinte, evidenciaram-se as particularidades da fundação do curso superior em Turismo na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Ainda neste capítulo, propôs-se uma discussão acerca das mudanças curriculares indicadas para este curso, desde o ano de 1973, até o currículo em vigência, alterado a partir da aprovação, em 2006, das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo.

O capítulo três expõe o contexto amplo das condições de produção destes TCC’s, a partir da apresentação do desenvolvimento da pesquisa científica na área do Turismo, explanando mesmo que de modo sucinto, as suas manifestações iniciais, a sua natureza temática e metodológica, além das principais dificuldades para a realização destes estudos. Também neste capítulo, descreveu-se o contexto específico destas condições de produção, ou seja, os sujeitos e as circunstâncias que permeiam a elaboração destes trabalhos na graduação em Turismo na ECA-USP.

No quarto e último capítulo aborda-se o referencial teórico e metodológico do estudo em questão, com vistas a apresentar a descrição minuciosa do roteiro empregado nas análises dos sentidos discursivos destes Trabalhos de Conclusão de Curso.

Encerra-se apresentando algumas considerações finais, cujo intuito centrou-se em recobrar as reflexões elaboradas no decorrer das análises, tanto quanto de outras integradas às pesquisas científicas no ensino superior em Turismo, desabrochadas ao longo deste estudo. Porém, sem pretender estancar outras possíveis leituras, outros possíveis sentidos.

1 BREVE COMPOSIÇÃO DO CENÁRIO HISTÓRICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM TURISMO NO BRASIL

Ao dar início a seleção dos livros, teses, dissertações e artigos, para a elaboração do marco teórico desse trabalho, considerou-se primordial fornecer uma breve composição do cenário histórico da trajetória dos cursos de graduação em Turismo no Brasil, a fim de favorecer aos leitores uma concepção mais ampla sobre a inserção desse campo de estudos no caráter da academia em nosso País.

Mas, desvendar a forma pela qual se estruturou este processo histórico-social deu-se a muito custo. Pois, embora, com raras exceções, ainda são escassos os estudos históricos que apontem a preocupação com o ensino de Turismo no Brasil. Não diverso, os documentos arrolados pelos órgãos oficiais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e do Conselho Nacional de Turismo, no período da criação destes cursos em território nacional não se encontram disponíveis, comprometendo sobremaneira as informações sobre os projetos educacionais para essa área naquela época.

De acordo com um destes raros documentos, acessados por Nascimento (2002), a implantação oficial do primeiro curso superior em Turismo no Brasil, ocorreu em 28 de janeiro de 1971, sob o Parecer n°. 35/71, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), elaborado pelo Relator Conselheiro Roberto Siqueira Campos. Ainda segundo este autor, “[...] esse parecer foi a base da Resolução s/n° de 28 de janeiro de 1971, do Conselho Federal de Educação que fixou o conteúdo mínimo e a duração do curso superior de Turismo [...]” (NASCIMENTO, 2002, p. 24). E após a regulamentação desse currículo mínimo estabeleceu-se de fato o ensino acadêmico do setor.

Então, em 19 de fevereiro de 1971, a antiga Faculdade de Turismo do Morumbi, da Organização Bandeirantes de Tecnologia e Cultura, atual Universidade Anhembi-Morumbi, enviou ao Conselho Federal de Educação a apresentação da proposta de currículo mínimo do seu

curso de Turismo, ministrado desde o segundo semestre de 1970, como ensino livre (NASCIMENTO, 2002).

É interessante destacar que, apesar da Faculdade de Turismo do Morumbi ser a pioneira na criação do curso superior na área, ela não é a primeira a ser autorizada a administrar tal curso pelo Conselho Federal de Educação. Conforme outro documento oficial também consultado por Nascimento (2002, p. 28), o “[...] Parecer n.º. 41/72, de 13 de janeiro de 1972, trata da autorização para o início do curso de Turismo da antiga Faculdade Ibero-Americana [...]”, hoje Universidade Anhanguera (UNI Anhanguera).

Já a concepção do curso de graduação em Turismo na universidade pública brasileira ocorreu na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Oficialmente, as aulas neste curso iniciaram-se no segundo semestre de 1973, como currículo opcional aos graduandos do curso de Comunicação (NASCIMENTO, 2002).

A partir daí, outras IES em território nacional instituíram o curso de graduação em Turismo. Mas, segundo Teixeira (2007), não há consonância entre os autores que já analisaram o tema, com relação à ordem cronológica da criação desse curso nestas Instituições.¹

Todavia, analisar estes raros documentos de modo isolado não corrobora para as intenções estabelecidas nesse capítulo. Portanto, partiu-se para a investigação em fontes bibliográficas que dessem ao período de implantação destes cursos um aporte histórico-social.

Nesta verificação optei por valer-se do livro “Discutindo o ensino universitário de turismo”, de Margarita Barretto et. al. (2004). Além da dissertação de mestrado de Sérgio Henrique Azevedo Teixeira, defendida em 2007, na Universidade São Francisco, e intitulada “Cursos Superiores de Turismo. Condicionantes sociais da sua implantação: uma abordagem histórica (1968/1976)”.

Pois, mesmo deparando-me com outros estudos e obras, algumas dessas abordagens apenas descrevem de forma cronológica a criação dos cursos superiores em Turismo no Brasil, a

¹ Ver em Anexo o quadro com a Cronologia dos Cursos Superiores de Turismo criados nas décadas de 1970 e 1980.

exemplo do livro de Marlene Matias (2002) “Turismo: formação e profissionalização: 30 anos de história”, que traz um breve relato da origem desse curso no País e apresenta a questão da regulamentação da profissão, bem como, o cadastro de bacharéis em Turismo na EMBRATUR, sem uma inferência histórico-social mais profunda.

Já na obra de Barretto et. al. (2004), a análise da criação do curso superior em Turismo no Brasil encontra-se de forma mais pormenorizada. No primeiro capítulo, a autora apresenta como se constituíram as diversas modalidades e níveis de ensino no Brasil, desde a chegada da Família Real portuguesa à cidade do Rio de Janeiro, em 1888. O segundo capítulo, Barretto et. al. (2004), dedica especialmente à criação do ensino superior em Turismo.

Em síntese, nesta publicação, Barretto et. al. (2004), declara que a implantação do curso superior em Turismo no Brasil, ocorreu em um período político de extrema repressão aos meios acadêmicos – na década de 1970, durante o Regime Militar. Segundo a autora, a criação específica desse curso foi amplamente difundida pelos órgãos oficiais do Governo. Esta conjuntura, ainda de acordo com Barretto et. al. (2004) relaciona-se ao fato de que naquele momento, o Governo Militar proibia e perseguia veementemente os cursos “pensantes” que poderiam ir de encontro aos projetos políticos. E na contramão, incentivava os cursos que promoveriam a tecnologia e o entendimento superficial da sociedade. Em outras palavras, o Governo Militar estimulou as áreas de estudos onde se parecia impossível a produção de ideologias, poderes e controle social por parte dos docentes e universitários (BARRETTO et. al., 2004).

Contudo, é preciso fazer um aporte deste episódio histórico com outros anteriores, porém intrínsecos. Um fato pertinente e significativo relaciona-se à legislação da Educação nacional elaborada naquela época, de acordo com o momento político vivenciado. Evidentemente, descrever e analisar na íntegra todos os fatos ocorridos nessa temática, no período citado por Barretto et. al. (2004), – décadas de 1960 e início da década de 1970 – seria extremamente laborioso e desnecessário, pois outros autores consagrados na área da educação já

o fizeram². Mas, é inevitável não relembrar alguns acontecimentos que influenciaram a implantação dos cursos superiores em Turismo no Brasil.

Assim, toma-se por base a década de 1960, em especial o ano de 1968 que marcou o ensino universitário nacional. Pois, esse período, entre outros acontecimentos, foi o momento em que mais se pensou no papel da universidade dentro da sociedade brasileira. Temas como a questão da autonomia universitária, a estrutura organizacional, a questão da cátedra, a insuficiência de recursos destinados ao Ensino Superior, o problema da ausência de vagas nas IES públicas e a expansão de seus cursos estiveram no *rol* das discussões acadêmicas à época (FÁVERO, 2003).

Conforme Fávero (2003), a queixa dos estudantes naquele período era de que a universidade brasileira não estava atendendo ao seu papel cultural, profissional e social. Além do mais, a forma de ingresso ao Ensino Superior era elitista.

Por conta disso, mesmo em meio ao intenso clima de opressão promovido pelo Regime Militar, desde março de 1964, através de prisões políticas, inquéritos policiais militares, Lei de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informação, direitos políticos cassados, enfraquecimento do Poder Legislativo, torturas, “desaparecimentos” e mortes de muitos brasileiros, havia um intenso movimento dentro e fora da academia para a Reforma Universitária.

E os protestos e passeatas que visavam às mudanças no Ensino Superior nacional só foram interrompidos com a promulgação do Ato Institucional nº. 5 (AI5), em dezembro de 1968. Aliado ao Decreto-Lei nº. 477, de fevereiro de 1969, que “[...] aplicado aos professores, alunos e funcionários das escolas, proíbe-lhes toda e qualquer manifestação de caráter político [...]” (ARANHA, 1989, p. 253).

Nesse complexo contexto, ironicamente acordos que, segundo o Governo Militar deveriam promover a assessoria técnica e financeira ao País por intermédio dos Estados Unidos da América (EUA), favoreceram ainda mais a situação de dependência e controle também da

² Para maiores informações sobre esta temática consultar: Florestan Fernandes. A universidade brasileira: reforma ou revolução; Luiz Antonio Cunha “Ensino superior e universidade no Brasil” in: 500 anos de educação no Brasil; José Willington Germano. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).

esfera acadêmica pelo capital internacional. Tem-se aqui o exemplo dos convênios entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (acordos MEC-USAID).

Embora esses acordos identificassem alguns problemas da Educação Superior nacional, como os citados por Rosas (1992, p. 36):

[...] estruturas obsoletas, bibliotecas insatisfatórias, existência de cursos sem avaliação do mercado de trabalho, currículos pouco flexíveis, baixo rendimento dos alunos, reduzido número de vagas, tempo parcial de alunos e docentes, ausência de um planejamento global de longo alcance que norteie a futura expansão e o aperfeiçoamento interno do sistema de ensino superior no Brasil.

A convenção MEC-USAID não discutiu de modo democrático com a academia e com os órgãos de representação estudantil as alternativas para tal problemática. O que se teve foi a instauração pelo Governo Militar de uma Equipe de Planejamento do Ensino Superior, que colaboraria para a elaboração dos planos de reestruturação dos problemas encontrados. Dito de outro modo, essa comissão mista formada por membros da equipe USAID e mais cinco educadores brasileiros de alto nível, que seriam treinados nos EUA, determinaria o que seria o sistema ideal de Ensino Superior no Brasil (TEIXEIRA, 2007).

Desse encontro saíram princípios ao Ensino Superior, tais como, a racionalização das atividades acadêmicas procurando alcançar através do máximo de rendimentos, com a menor inversão; a introdução do sistema de créditos; a matrícula por disciplina; a criação do vestibular unificado e a criação do ciclo básico comum para cada área, seguidas de um ciclo profissional para as carreiras curtas (técnico-laboratoriais, engenheiros-operacionais) (ROSAS, 1992).

Nesse sentido, em julho de 1968, frente ao aumento considerável das pressões estudantis pela expansão e reestruturação do ensino universitário, o Governo institui através do Decreto-Lei nº. 62.937/68, um Grupo de Trabalho para promover a Reforma Universitária.

No Relatório produzido em trinta dias por esse Grupo, o sistema universitário aparece como uma esperança ao aumento da produtividade dos sistemas econômicos. No entanto, era preciso que a universidade deixasse de lado a sua tradição estritamente acadêmica e socialmente seletiva para transformar-se em um centro de investigação científica e tecnológica com condições

de assegurar a autonomia da expansão industrial brasileira. Portanto, uma vez mais a carência de recursos financeiros à expansão do Ensino Superior é ressaltada e a persistência nesse assunto colabora sobremaneira para o posterior processo de privatização desse nível de ensino (TEIXEIRA, 2007).

A partir dessa situação desenha-se o quadro da substituição do regime de gratuidade do Ensino Superior pela concessão de bolsas, com restituição pelos estudantes após concluir o curso. Com outros olhos era possível perceber que o Governo visava à limitação dos investimentos públicos na Educação Superior, apesar de manter um discurso de ser este setor – a Educação – um investimento produtivo para o desenvolvimento do País.

De acordo com Aranha (1989), nesta época o Brasil aumentou os investimentos na economia nacional, ampliou o mercado de trabalho a partir da implantação das empresas multinacionais, mas não solucionou de imediato o aumento da demanda de escolarização que a antiga universidade não conseguia atender.

No dia 28 de novembro de 1968, o presidente da República assina a Reforma Universitária através do Decreto-Lei n°. 5.540/68, que “[...] fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências” (TEIXEIRA, 2007, p.26).

A partir dessa Reforma, o Ensino Superior brasileiro adota novos rumos. Entre eles, medidas que possibilitavam a expansão do ensino privado por meio de Instituições de Ensino Superior isolados. Para Calderon (2000), o Governo enxergava no ensino privado uma “complementação” dos excedentes do ensino público, ou seja, a expansão do Ensino Superior privado teria a função de desafogar o orçamento público, além de garantir vagas aos excedentes.

Dessa forma, o setor privado, que até àquele momento dedicava-se ao Ensino Primário e Secundário, notou no Ensino Superior um mercado promissor, com grandes possibilidades de rentabilidade econômica. Era o que Martins (1989) conceituou como “novo ensino superior privado no Brasil”. Pois, os novos empresários da educação visavam o lucro e acumulação de capital, sem correr o risco de ser uma “escola oficial”.

Segundo Martins e Velloso (2002, p. 813):

[...] Os proprietários de escolas e colégios, percebendo a evolução crescente de matrículas nos estabelecimentos públicos, no ensino elementar e secundário e, ao mesmo tempo, constatando a existência de uma demanda reprimida no ensino superior, bem como uma atitude favorável por parte da política educacional, preocupada em resolver a questão dos “excedentes”, enquanto tendência, passaram a deslocar parte de seus investimentos para a abertura de novas instituições — em sua grande maioria faculdades isoladas de pequeno porte, muitas das quais eram o resultado da transformação de antigos colégios secundários. A opção do setor privado por esse tipo de instituição, não universitária, cuja criação era mais rápida e mais fácil do que o reconhecimento (hoje credenciamento) de universidades evidenciava a disposição em absorver o atendimento pela demanda de ensino.

Assim, a opção do Governo foi mesmo em deixar a cargo do setor privado o atendimento da grande demanda social, em um ensino de larga escala, com vistas a preparar para o mercado de trabalho. Já as universidades públicas continuaram elitistas, mas voltando-se para a pesquisa, desenvolvendo inclusive a pós-graduação (CUNHA, 2007).

Para ilustrar tal situação Graciani (1984, p.71), nos coloca que:

[...] o Estado não possuía uma infra-estrutura educacional para absorver tal contingente; assim sendo, o governo através de seus órgãos permitiu e incentivou o setor privado a participar da solução do problema de ampliação das vagas e aparentemente *democratiza* o ensino superior, deixando a cargo da iniciativa privada esta expansão.

É interessante também ressaltar que neste mesmo período – 1969 a 1973 – o Brasil vivenciava o chamado “Milagre Econômico”, cujas conseqüências aparentemente positivas foram o crescimento extraordinário e acelerado da economia nacional, com ampliação média de 11% ao ano (SKIDMORE, 1988).

Em face desse suposto desenvolvimento acrescentou-se a inserção de diferentes cursos de graduação no País. Pois, começa-se a valorizar áreas com perfis mais técnicos para a absorção imediata desses profissionais pelo mercado, que dada à política econômica aqui posta, almejava o aumento do investimento externo em setores de infra-estrutura, tais como, transportes e energia.

Como afirma Souza (2001, p. 16):

[...] De repente, no decorrer dos anos setenta, a rede de ensino superior explodiu, expandindo-se surpreendentemente. Em apenas uma década, as matrículas nos cursos universitários subiram de 300.000, em 1970, para um milhão e meio, em 1980. As causas desse fenômeno foram as mais variadas, sendo de destacar-se a modernização

econômica do país, que passou a exigir recursos humanos mais qualificados na indústria, no comércio e no setor de serviços.

É neste clima, de repressão dos direitos à democracia e de euforia econômica, que surge, em São Paulo, o primeiro curso superior em Turismo no Brasil.

Posto essas considerações, reitera-se a evidência de que a implantação dos cursos superiores em Turismo não é um assunto somente de ordem cronológica. No estudo desenvolvido por Teixeira (2007), o autor considera além das questões até então apresentadas, a existência de três variáveis para a história do curso superior em Turismo. A primeira variável com a criação, em 1966, da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)³. Outra variável, já tratada nesta pesquisa, a crise estudantil na década de 1960, e a conseqüente expansão do Ensino Superior privado no País. Já a terceira variável, bastante relacionada à primeira, a especial valorização dada ao lazer e ao ócio no final da década de 1960 (TEIXEIRA, 2007).

Em face ao trabalho traçado por Teixeira (2007) tornou-se decisivo analisar a primeira e a terceira variáveis para encerrar a configuração do cenário histórico da trajetória do curso superior em Turismo.

Segundo o autor, a partir da década de 1970, as necessidades mercadológicas foram muito mais tangíveis na expansão e consolidação de cursos, como os de Turismo, do que propriamente uma política tendenciosa de promover determinados cursos em detrimento de outros, a partir como cita Barretto et. al. (2004), de uma seleção ideológica. Porém, Teixeira (2007) não desconsidera por completo os argumentos de Barretto et. al. (2004), o autor apenas acentua uma maior proeminência das questões de mercado sobre as ideológicas.

Conforme Teixeira (2007), no momento em que a EMBRATUR foi criada, novembro de 1966, o Brasil entendia o Turismo como uma forma de solucionar “todos” os problemas

³ Em 28 de março de 1991, a EMBRATUR torna-se Autarquia Especial, adquirindo a condição de Instituto. Porém, manteve a denominação atual: EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo. Em 19 de novembro de 1992, com sede transferida para Brasília vincula ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Já em 1999, vincula-se ao Ministério do Esporte e Turismo. Em janeiro de 2003, com a criação do Ministério do Turismo, a EMBRATUR passa a cuidar exclusivamente da promoção do Brasil no exterior.

econômicos nacionais. Mentalidade semelhante aos outros países que emanavam alta expectativa e credibilidade sobre o Turismo enquanto a panacéia do desenvolvimento econômico.

Este contexto, de acordo com Rejowski (1996, p. 59), relaciona-se ao

[...] *boom* do turismo massivo e a conseqüente movimentação e circulação de capital, cuja importância econômica já era reconhecida em todo o mundo. Informações eram veiculadas tanto em meios de comunicação especializados (revistas e boletins técnico-científicos), quanto em meios de comunicação de massa (jornais diários, programas de rádio e televisão), divulgando os aspectos positivos do turismo em toda a sua plenitude.

Segundo Cruz (2000), a oficialização do Turismo no País teve grande impulso também na esfera pública através da promulgação de legislação específica ao setor. Nas palavras da autora, o Decreto-Lei nº. 55, de 18 de novembro de 1966, definiu a Política Nacional de Turismo, criando consigo o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e a antiga, Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

Este órgão, conforme o Decreto-Lei nº. 60.224/67 deveria “[...] estudar e propor ao CNTUR os atos normativos necessários à promoção da política nacional e, bem assim, aqueles que digam respeito ao seu funcionamento [...]”. Já ao Conselho Nacional de Turismo caberia formular as diretrizes para uma Política Nacional de Turismo (CRUZ, 2000, p. 51).

Em 1967, cria-se por meio de Decretos-Leis, o Sistema Nacional de Turismo, constituído pela EMBRATUR, pelo CNTUR e pelo Ministério das Relações Exteriores, o que também de acordo com Cruz (2000, p. 51) acaba “[...] imprimindo uma mudança substancial na condução das políticas federais de turismo”.

Em 1969, institui-se através do CNTUR, o primeiro Plano Nacional de Turismo (Plantur), visto como o instrumento básico da Política Nacional de Turismo. Todavia, na opinião de Cruz (2000), este Plano Nacional de Turismo nunca foi posto em prática de fato.

Em resumo, considerando o Turismo como um importante filão econômico, o Governo dedica-se oficialmente a esse setor através da EMBRATUR. E aliado a esse órgão oficial do Turismo, vieram também investimentos na rede hoteleira, nos meios de transportes, e em infraestrutura básica e turística.

Segundo Trigo (2000), em 1971, a EMBRATUR estimulou a iniciativa privada a investir no setor hoteleiro, inclusive permitindo o re-investimento do imposto de renda na hotelaria, o que proporcionou grandes recursos para a infra-estrutura turística nacional.

Atenta-se que, também para promover o Turismo, especialmente o internacional, a EMBRATUR elegeu à época, como objetivo primordial a divulgação do Brasil no exterior. “[...] Ou seja, a EMBRATUR montava escritórios de divulgação do Brasil no exterior, com o propósito de ‘exportar’ serviços, belezas naturais, mulheres sensuais, um povo com a alegria vista nos carnavais, campeão de futebol etc” (TEIXEIRA, 2007, p. 47).

Mas, para Santos Filho (2005), devido ao fato do Brasil, na década de 1970, passar por uma cruel e sangrenta ditadura, a EMBRATUR foi criada com o propósito de melhorar a imagem do País no exterior. Ainda de acordo com esse autor, o Turismo teve suas atividades incentivadas em território nacional como forma de ideologia política. Em outras palavras, os estrangeiros através das propagandas institucionais veiculadas no exterior pela EMBRATUR deveriam ver o Brasil como um país democrático, de diversidade biológica e pró-americano (SANTOS FILHO, 2005).

Contudo, Solha (2002) nos alerta que este incremento do Turismo no País não foi episódio isolado e exclusivo, mas sim a conjugação de diversos fatores de tendência global, já que após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) as tecnologias desenvolvidas e empregadas naquele momento foram também aproveitadas e, em muitos casos, ampliadas para o Turismo. Ressaltando ainda que, mundialmente, tem-se naquele período, a urbanização e o crescimento das cidades, bem como, o aumento de uma classe média propensa a viajar.

[...] o avião comercial e as viagens marítimas conseguiram ganhos surpreendentes, e também as telecomunicações, o desenvolvimento das turbinas a jato e outras tecnologias fizeram com que o Turismo crescesse após a guerra. Mas foi com a instituição das férias pagas, da elevação do nível de renda e do direito ao lazer, que as pessoas conseguiram ter o "tempo livre", isto é, o Turismo passou a ser o objeto de consumo mais desejado do ser humano (CAMPOS, 2005).

Observa-se na citação de Campos (2005) que, no final da década de 1960, a partir do intenso processo de urbanização mundo afora, do deslocamento da mão-de-obra do campo para as cidades, das jornadas de trabalho intercaladas por descanso semanal remunerado, das férias

pagas etc, o lazer desponta como objeto de consumo para a massa trabalhadora, ao mesmo tempo em que se torna tema para os assuntos de antropólogos e sociólogos no Brasil e no mundo.

Em outubro de 1969, acontece em São Paulo o primeiro grande encontro para o estudo do lazer. Já em 1973, era lançado no País o primeiro livro do sociólogo francês Joffre Dumazedier, *Vers Une Civilization Du Loisir?*, com título em português "Lazer e Cultura Popular" (TEIXEIRA, 2007).

Em sendo, uma obra sociológica precursora ao abordar o fenômeno do lazer no seu conjunto, resultado de estudos publicados em revistas francesas e de vários países, no período de 1955 a 1959, foi referência obrigatória no Brasil para a formulação de políticas públicas em esporte e lazer, na década de 1970.

Em face destas pesquisas, debates e análises acerca do tempo livre, cria-se no País setores institucionais dedicados à formulação e execução de programas de lazer, especialmente, ao lazer do trabalhador. Segundo Sant'Anna (1994), o próprio Serviço Social do Comércio (SESC), fundado em 1946, para assistir o comerciário e seus familiares de diversas maneiras, prioriza a partir de 1969 o lazer para os trabalhadores deste setor.

Neste contexto, o Governo, através do Decreto-Lei nº. 67.227, incentiva o lazer para os trabalhadores, além de conceder empréstimos financeiros aos sindicatos para o investimento em colônias de férias, campos de esportes, atividades esportivas, culturais e educativas (TEIXEIRA, 2007).

Mas, ainda de acordo com Sant'Anna (1994), o Governo concedia tais empréstimos como uma forma de atrelar os sindicatos ao seu comando. Por outro lado, essas associações aceitavam tal ajuda para através do lazer, aumentar o número de sindicalizados e assim terem mais poder para lutar pelos direitos dos trabalhadores.

Diante desse quadro, entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, de incentivo ao lazer, aliado ao vasto crescimento do Turismo no mundo, e conseqüentemente no Brasil, fez-se necessário à criação de um curso superior para obter-se mão-de-obra especializada, visando à atuação de profissionais nos diversos serviços turísticos.

Na reflexão de Trigo (2000, p. 245):

[...] Foi neste contexto, rico em crises e sonhos, que a educação em turismo foi implantada no Brasil. Um novo curso para um país promissor que se descobria herdeiro das benesses do futuro, um curso que encontrava sua vocação plena em um paraíso tropical repleto de belezas naturais ainda intocadas; enfim, o país do futuro encontrava a profissão do futuro.

Tem-se aí a formação de um cenário propício a criação dos primeiros cursos superiores em Turismo no País. Somam-se a esta conjuntura nacional e internacional as facilidades de implantação de um curso que contava com apoio governamental, vastas oportunidades de mercado, baixo investimento e retorno rápido.

Parafraçando Santos Filho (2003) o Turismo surge

[...] como um curso novo para os empresários da educação que o enxergaram como exótico e bom de mercado, capaz de arrebatar um contingente constituído de profissionais de várias áreas que atuavam no amplo campo do turismo; jovens ligados a aventuras induzidos e dispostos depois de formados a viver em outro país em virtude das condições de vida e da repressão dos militares; pessoas com idade acima de 30 anos que pretendiam atuar em outro campo e senhoras que desejavam por um fim em sua ociosidade de damas do lar e que já eram objetos dos movimentos feministas que começavam a se manifestar.

A afirmativa de Santos Filho (2003) confirma-se a partir da declaração fornecida à Caturegly (1990) pelo Professor Gabriel Mário Rodrigues, fundador da primeira IES a oferecer o curso de graduação em Turismo no País – Faculdade de Turismo do Morumbi – atual Universidade Anhembi-Morumbi:

[...] fizemos uma pesquisa para verificar o interesse que um curso técnico de Turismo despertaria. O resultado foi que havia um enorme contingente de interessados, mas todos já haviam terminado o curso colegial. Havia também a explosão de cursos novos, as mulheres estavam voltando aos bancos universitários, após terem criado os filhos, etc. Foi nesse momento que tivemos a idéia de um curso superior de Turismo, após perceber que o público ainda tinha interesse nesse nível.

Outra característica referente à consolidação da oferta acadêmica em Turismo centra-se no fato de ser esse curso uma modalidade diferente na graduação superior o que causou celeumas na tentativa de organizar o estudo do Turismo no interior de outras áreas mais tradicionais, tais como, a Administração, a Economia, a Geografia, a Educação Física.

Para Nascimento (2002), essa discussão foi logo abandonada porque se mostrou inócua devido à falta de sustentação nos argumentos apresentados e também pela urgência de um direcionamento do futuro do Turismo no Brasil.

Mas, segundo Matias (2002), esta posição liga-se diretamente a outro fator, a criação da graduação em Turismo no Brasil ocorre em um momento em que o próprio sistema de Ensino Superior nacional passa a almejar uma formação educacional com caráter profissionalizante, visando atender às necessidades do mercado, cuja demanda exigia profissionais treinados para desempenhar funções de produção em série padronizada.

Evidentemente isso fez com que o curso superior em Turismo, desde a sua criação, sofresse algumas críticas e preconceitos por parte de outras áreas do ensino acadêmico, que “[...] acreditavam que o graduando no curso superior de turismo seria apenas tarefeiro, sem nenhuma base de conhecimento para desenvolver qualquer trabalho reflexivo [...]” (MATIAS, 2002, p. 214).

Porém, a ênfase no aspecto técnico na formação acadêmica não era prioridade do curso superior de Turismo, visto que de modo geral, segundo a visão desenvolvimentista da década de 1970, essa era a tendência em todos os cursos de graduação da época (TRIGO, 1998).

Para Marilena Chauí (2001), a partir da Reforma Universitária do final da década de 1960 e início da década de 1970, a universidade brasileira passou a ser funcional, objetivando inverter os propósitos acadêmicos, ao eleger a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho como prioridade máxima. Ainda, segundo a autora:

[...] A universidade *funcional*, dos anos 70, foi o prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à sua base de sustentação político-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder. A ela foram prometidos prestígio e ascensão social por meio do diploma universitário. Donde a massificação operada, a abertura indiscriminada de cursos superiores, o vínculo entre universidades federais e oligarquias regionais e a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento. Essa universidade foi aquela voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos programas e atividades para garantir a inserção dos estudantes no mercado de trabalho (CHAUÍ, 2001, p. 189).

Embora, nas palavras de Chauí (2001) seja possível perceber que com a Reforma Universitária, a Educação passa a ser concebida como um capital, um investimento que deve gerar lucro, alguns grupos de empresários do próprio setor do Turismo se colocaram contrário ao estudo acadêmico dessa área. Diga-se de passagem, que não por crerem que a Educação devesse ser um bem cultural, veiculado ao saber, mas apenas por ignorância do que viria a ser um curso de graduação em Turismo.

Trigo (2000, p. 243) no artigo “A importância da Educação para o Turismo” afirma que:

[...] Os ignorantes pensavam que essa nova área de viagens e turismo não levaria a nada, que o ideal eram os velhos e bons cursos de Contabilidade, Datilografia e de Comércio, [...]. Existia também, evidentemente, o fascínio que a Medicina, Direito e Engenharia exerciam sobre os futuros profissionais e suas famílias, ansiosas para que seus filhos fossem "alguém". Havia um outro tipo de ignorantes a respeito das novas realidades que estavam surgindo no mundo desenvolvido e que também criticavam os novos cursos. Eram os antigos empresários de turismo que iniciaram suas atividades no Brasil desde a década de 50. Para eles, turismo era algo que só poderia ser apreendido no trabalho diário. As universidades jamais poderiam ensinar algo tão sutil e complexo nas salas de aula. Um outro segmento era a intelectualidade bem posicionada ao longo de décadas em universidades cartoriais e elitistas, que pontificavam ser o Turismo e alguns outros cursos (Comunicações, por exemplo) algo como perfumaria ou supérfluo. Os alunos de Turismo, [...], também começavam a dar sua opinião sobre o que estava acontecendo e lutavam para abrir espaço em um mercado fechado, atrasado e relutante face aos novos desafios que apareciam no mundo.

Os comportamentos expostos e analisados por Trigo (2000) apontam como a sociedade em si, na época, entendia a inserção do Turismo na esfera acadêmica. Posições antagônicas de empresários, academia e até mesmo dos estudantes.

Cabe aqui comentar acerca do perfil desses primeiros graduandos em Turismo, que conforme Trigo (2000, p. 243) “[...] iam desde pessoas genuinamente interessadas na área e também daqueles folclóricos que congregam desde as tribos das peruas deslumbradas até os românticos idealistas que vêem o turismo como uma missão”.

Mesmo com esses empecilhos, durante os primeiros anos de funcionamento do curso de graduação em Turismo, houve uma demanda considerável, especialmente no Estado de São Paulo, despertando conseqüentemente o interesse de empresários da educação para a abertura de novos cursos (MATIAS, 2002).

Nessa esteira, outros estados do território nacional também almejavam acompanhar essa novidade acadêmica. No entanto, naquele período, os processos contendo solicitações para a abertura de cursos de graduação em Turismo foram indeferidos pelo Conselho Federal de Educação sob a “[...] alegação de insuficiência de instalação física para operacionalização das atividades, convênios não convincentes para a prática profissional, conforme previsto no currículo mínimo fixado, péssima capacidade financeira da Instituição, má qualificação docente, dentre outros motivos” (NASCIMENTO, 2002, p. 32).

Segundo Celeste Filho (2002) desse mesmo período constam processos negados de IES em São Paulo, no Distrito Federal e em Pernambuco, na cidade de Recife, onde mesmo sem o parecer favorável do Conselho, funcionava, desde 1971, um curso de Turismo, com 45 alunos matriculados. Nos trechos transcritos pelo autor no indeferimento desse pedido feito pela Sociedade Regional de Tecnologia e Cultura observa-se que desde o início dos cursos de graduação em Turismo o quesito qualidade *versus* quantidade já era preocupante.

[...] A qualificação dos professores indicados, em sua quase totalidade, não foi comprovada através de documentos indispensáveis pelo que deixam de receber, nesta oportunidade, exame individual. [...] A mantenedora não comprovou capacidade didático-pedagógica para desincumbir-se de sua responsabilidade nem mesmo com relação à biblioteca. [...] A mantenedora, respeitado seu direito de errar, sem má fé, apresenta um procedimento que poderia ser apontado como irresponsável. O Relator desse parecer recomenda que seja indeferido o pedido de autorização para funcionamento dos cursos de Comunicação e Turismo, mantidos pela Sociedade Regional de Tecnologia e Cultura de Recife e que, na medida do que estabelece a legislação pertinente, sejam dadas as providências cabíveis pelos órgãos de fiscalização e controle da educação, para que sejam protegidos os superiores direitos e interesses dos educandos brasileiros, em Pernambuco (CELESTE FILHO, 2002).

Embasados por tais desajustes ocorridos na época da abertura dos primeiros cursos de graduação em Turismo, tanto o Conselho Federal de Educação quanto o Conselho Estadual de Educação de São Paulo, adotaram medidas moratórias diante à autorização de novos cursos superiores na área. Assim suspendeu-se o recebimento de novos pedidos de autorização e apenas casos especiais foram avaliados (NASCIMENTO, 2002).

Em síntese, para finalizar esse capítulo consideramos uma das conclusões efetuadas por Ansarah (2002) em sua obra “Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria”. Segundo a autora, o ensino nos cursos de Turismo e suas áreas correlatas, desde a sua implantação, na década de 1970, até o início do século XXI, divide-se em quatro fases distintas.

Na primeira fase a partir da instalação do primeiro curso superior de Turismo no País, em 1971, há uma expectativa muito grande com relação à potencialidade do mercado de trabalho. A segunda, já nos anos 1980, em decorrência dos graves problemas econômicos vivenciados pelo País, há uma contundente estagnação na oferta de cursos superiores nessa área, além do decréscimo de formandos não apenas em Turismo. A terceira fase, nos anos 1990, com a retomada do crescimento econômico, o Turismo brasileiro encerra novas possibilidades, refletindo-se numa necessidade urgente de qualificar e especializar mão-de-obra, com o aumento expressivo do número de cursos superiores de Turismo e suas áreas correlatas⁴. Na quarta e última fase, nos anos 2000, o crescimento permaneceu⁵, mas já com diagnósticos que apontam desajustes com relação às propostas dos cursos, considerando-se quantidade coerente com qualidade (ANSARAH, 2002).

Para ilustrar as duas últimas fases descritas por Ansarah (2002) recorreremos às palavras de Trigo (2000, p. 245):

[...] É inegável que após 1995 os cursos de Turismo no Brasil passaram por uma verdadeira explosão de quantidade, mas não infelizmente, na qualidade. Um levantamento parcial sobre as escolas superiores de Turismo e Hotelaria no Brasil chegou aos seguintes números aproximados: **a)** Existem cerca de 140 escolas superiores de Turismo e 20 de Hotelaria; **b)** O Estado de São Paulo possui o maior número de escolas, cerca de 50, sendo 25 na cidade de São Paulo; **c)** Os Estados com maior número de escolas são, em ordem decrescente: São Paulo, Bahia, Paraná e Santa Catarina; **d)** Os cursos superiores dividem-se em bacharéis e tecnólogos; podem ser bacharéis em Turismo, bacharéis em Administração com ênfase em Turismo ou bacharéis em Turismo e Hotelaria; os cursos superiores de Hotelaria também dividem-se em bacharéis e tecnólogos, podendo oferecer titulação em Hotelaria ou Administração com ênfase em Hotelaria.

⁴ Em agosto de 2000, a pesquisadora Mirian Rejowski, a partir de sua pesquisa “O Ensino de Turismo no Brasil”, no Ciclo de Conferências Turismo em Debate, informa que dos 298 cursos de graduação, sendo mais de 65% em Turismo e todos os outros, num total de 94, distribuídos entre Hotelaria, Hotelaria e Turismo e Administração com habilitação nas áreas de Turismo e Hotelaria, que passa a apresentar um percentual significativo de 21,7%, ou seja, 64 cursos.

⁵ Para maiores informações sobre este crescimento consultar a obra de Marília Gomes dos Reis Ansarah. “Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil”.

A partir daqui observa-se uma significativa ampliação das propostas diferenciadas de cursos⁶ e investimentos em muitos projetos, com currículos mais flexíveis e próximos de uma discussão acadêmica mais regionalizada.

⁶ Dentre os cursos correlatos de Turismo como oferta universitária tem-se muitos com características próprias como os que oferecem a graduação em Gastronomia e outros mais centrados com conteúdos específicos de Lazer e Eventos.

2 O CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Além das particularidades apresentadas no capítulo anterior acerca do contexto histórico na institucionalização acadêmica do Turismo no Brasil, outra questão de suma importância para a continuidade desse estudo é a abordagem dos aspectos da fundação deste mesmo curso na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Afinal, serão os discursos emitidos pelos Trabalhos de Conclusão de Curso, proporcionados pelos graduandos em Turismo desta Instituição que comporão o universo dessa pesquisa.

Dado esse quadro, considerou-se as informações contidas na dissertação de mestrado de Macioniro Celeste Filho, “A institucionalização do turismo como curso universitário (décadas de 1960 e 1970)”, defendida em 2002, no Departamento de História, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Nesse estudo o autor dedica o quinto capítulo especialmente à criação do curso de Turismo na Universidade de São Paulo, apresentando os principais fatos e características da faculdade que abriga o curso de graduação nessa área, a Escola de Comunicações e Artes. Ainda segundo Celeste Filho (2002), a criação dessa escola relaciona-se as mudanças e alterações sofridas pela Universidade de São Paulo, na segunda metade da década de 1960.

Para compor essa investigação sobre a história da ECA, Celeste Filho (2002), investigou os poucos estudos existentes sobre essa temática. Em um deles, uma dissertação de mestrado de Maria Helena Pires Martins, destaca-se o fato da concepção dessa faculdade relacionar-se a uma solicitação do então Reitor da USP, Gama e Silva, que em 1965, após o Golpe Militar, “[...] delegou a responsabilidade da estruturação de uma nova faculdade a uma comissão de dez professores. Os trabalhos dessa comissão resultaram na criação da Escola de Comunicações Culturais, através do decreto nº 46419 de 16/6/1966” (MARTINS, 1988, p. 15 apud CELESTE FILHO, 2002, p. 67).

Nesta citação de Martins (1988 apud CELESTE FILHO, 2002) nota-se que a ECA-USP originalmente não surgiu como Escola de Comunicações e Artes, e sim como Escola de Comunicações Culturais. De acordo com a autora, isso demonstra que, para alguns intelectuais da USP, a formação para a manipulação dos meios de comunicação em uma sociedade de massas tornara-se responsabilidade da Universidade. A autora também afirma que foi em 1970 que a Escola de Comunicações Culturais passou a denominar-se Escola de Comunicações e Artes, devido ao Conselho Federal de Educação impor o currículo mínimo para todas as escolas de Comunicação Social, havendo grande alteração na ECA-USP.

No entanto, para compreender o papel da ECA na Universidade de São Paulo, Celeste Filho (2002), entrevistou alguns professores relacionados ao processo de criação daquela Faculdade. No depoimento do Professor Nestor Goulart Reis Filho, gravado pelo autor em outubro de 2001, percebe-se que ter a figura do Reitor Gama e Silva, futuro Ministro da Justiça que assinaria em 1968, o famigerado Ato Institucional n.º 5 (AI-5), não trouxe muito prestígio à ECA.

[...] A ECA foi criada pelo Gama e Silva e aquilo foi feito meio na valentona. Foram colocando tudo que não cabia em outras na ECA. A ECA ficou até hoje como uma colcha de retalhos. A universidade resistiu, pois ela foi formada também como uma colcha de retalhos. [...] A ECA foi criada pelo Gama e Silva, pessoa que se estivesse viva, a gente poderia dizer na cara dele, o quanto ele era um indivíduo desagradável. Então, a ECA carregou de início o peso de ter sido criada sob a influência do Gama e Silva. Os pobres coitados dos professores e dos alunos não tinham culpa nenhuma disso, mas pagaram o preço de um aliado inicial daqueles, que realmente não gozava das simpatias da USP (DEPOIMENTO DE REIS FILHO apud CELESTE FILHO, 2002, p. 70).

Do mesmo modo, Maria Helena Martins afirma que o clima na ECA, no período entre 1972 a 1976, foi um dos mais críticos da Faculdade, principalmente porque seu terceiro Diretor, o Professor Manuel Nunes Dias, atuou como interventor da Reitoria na ECA, utilizando uma tática de intimidação a fim de acabar com o trabalho independente que era desenvolvido naquela escola.

[...] Manuel Dias utilizou de todos os recursos contra os professores: medidas disciplinares, processos, sindicâncias, denúncias, reprovação em exames e as cassações brancas, ou seja, a não renovação do contrato de trabalho de vários professores. Criou-se, assim, um clima de terror, de desconfiança com relação aos colegas, aos alunos, aos funcionários. Enfim, não se sabia nem quem era quem, nem de que lado cada um estava. As “visitas” da polícia, agora, chegavam até a sala da diretoria, para apresentar-lhe

cumprimentos ou para troca de informações, pois contava com seu aval na ação repressiva (MARTINS, 1988, p. 33 apud CELESTE FILHO, 2002, p. 70-71).

Vale ressaltar que o primeiro Diretor da ECA foi o Professor Julio García Morejón, que deixou esse cargo para criar a antiga Faculdade Ibero-Americana, hoje atual Universidade Anhanguera. O segundo Diretor foi o Professor Antonio Guimarães Ferri, responsável pela criação do curso de Turismo na ECA (CELESTE FILHO, 2002).

Outro fator que merece destaque nesse parágrafo é que a ECA só constituiu a sua Congregação para discussão de assuntos internos em 1975. Portanto, a criação do curso de Turismo não teve sua discussão registrada em atas da Congregação. E os poucos documentos referentes à documentação dessa fundação, principalmente no que concerne à formulação curricular do curso estão na Reitoria da Universidade.

De acordo com um desses escassos documentos analisados por Teixeira (2007), o plano inicial para a formação do curso de Turismo na ECA-USP partiu de uma solicitação encaminhada via ofício, em 27 de setembro de 1971, pelo presidente do Conselho Nacional do Comércio – Conselho de Turismo, Corinho de Arruda Falcão, ao Reitor, Miguel Reale.

[...] Tendo o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura homologado o douto parecer (par. 35/71) sobre a matéria, já é possível cogitar-se da organização do Curso Superior de Turismo nas Universidades do País.

Assim, rogamos a Vossa Magnificência, considerando a importância do assunto para o desenvolvimento da economia nacional, que haja por bem determinar seja considerada a oportunidade de diversificar as atividades dessa prestigiosa Universidade, instalando o Curso Superior de Turismo, cuja repercussão será, indiscutivelmente, a mais favorável no seio da comunidade dessa progressista unidade da Federação (PROCESSO N ° 24.808/71, p. 1 apud CELESTE FILHO, 2002, p. 81).

Todavia, Celeste Filho (2002), afirma que anterior a esse ofício ocorreu o que denomina de “incidência de interesses favoráveis” à criação desse novo curso na ECA, através do encontro entre o Ministro Jarbas Passarinho e o Professor Antonio Guimarães Ferri, em julho de 1971, na Assembléia Legislativa de São Paulo, durante a abertura do I Congresso Nacional de Propaganda.

Esta convergência de interesses é confirmada pelo autor, em outro depoimento, colhido em dezembro de 2001, da então Secretária do Departamento de Relações Públicas e Propaganda

da ECA, Célia Portugal Matta, em seu relato sobre os diálogos entre o Ministro Jarbas Passarinho e o Diretor da Eca, Professor Antonio Guimarães Ferri:

[...] O Jarbas Passarinho veio abrir o Congresso. Eu secretariava este Congresso. No camarim da Assembléia Legislativa, o Jarbas Passarinho chegou para o Dr. Ferri e disse assim:

- Oh Ferri, você faz ou não faz o curso de Turismo na USP?

Ele respondeu assim:

- É a Célia que está inventando esse negócio de Turismo.

Aí eu chamei o Valter de Oliveira que estava lá e ia fazer parte da mesa também. Chamei o Mário Beni, que ministrava no curso de Relações Públicas e Propaganda [da ECA] a disciplina de Turismo e Desenvolvimento. Juntou-se o Prof. Modesto Farina; o Prof. Cândido Teobaldo de Souza Andrade, ambos do departamento de Relações Públicas e Propaganda [da ECA].

Ali, nós cinco reunidos fizemos o plano de curso.

O Jarbas Passarinho disse assim:

- Vocês têm um mês para me mandar o currículo para Brasília.

Aí pronto, nós providenciamos isto nos dias seguintes, quando acabou o congresso de Propaganda. [...]

Pois bem, aí nos fizemos o roteiro do que seria o curso. Antes de um mês, eu levei para o Jarbas Passarinho um documento rascunhado, no gabinete dele, de Ministro da Educação. Eu voltei para São Paulo com o rascunho já mais ou menos rabiscado do que eu tinha levado. Foi aí que o Ferri instituiu uma comissão para criar o curso de Turismo e criou lá na ECA o primeiro curso de Turismo em nível universitário (DEPOIMENTO DE MATTA, apud CELESTE FILHO, 2002, p. 77-78).

Na documentação oficial, arquivada na Reitoria da USP, a respeito da criação deste curso na ECA não consta nenhuma citação sobre o episódio narrado pela ex-secretária, Célia Portugal Matta. No entanto, faz parte desta mesma documentação oficial, a carta, citada anteriormente por Teixeira (2007), enviada por Corintho de Arruda Falcão, ao Reitor, Miguel Reale. Prova de que essa correspondência, uma interferência externa à Universidade, configura como o princípio do processo de criação do curso de graduação em Turismo na ECA.

Este curso na USP segue o caminho traçado por outros cursos da ECA, como o Jornalismo, por exemplo. Áreas acadêmicas criadas anteriormente em IES particulares e posteriormente encampadas pela universidade pública. Como diz Celeste Filho (2002, p. 83) “[...]”

talvez na tentativa de preservar o modelo unitário de universidade e mostrá-la aberta à diversificação das atividades econômicas das décadas de 1960 e 1970”.

Em 05 de outubro de 1971, José Geraldo Soares de Mello, Secretário Geral da USP, recebeu a carta da Confederação Nacional do Comércio. No dia seguinte, a Reitoria encaminha o documento em questão, ao então Diretor da ECA, Antonio Guimarães Ferri, que por sua vez, solicita o pronunciamento do Departamento de Relações Públicas e Propaganda (TEIXEIRA, 2007).

Quinze dias depois, o então Coordenador do Centro de Relações Públicas da USP (CRP), atual Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, Modesto Farina, encaminhou também por ofício (nº. 13/71), ao Professor Mário Carlos Beni, o pedido para estudar e sugerir a estrutura do curso de Turismo na ECA (TEIXEIRA, 2007). Conforme essa solicitação, Beni elaborou o anteprojeto “Objetivos e necessidades de implantação do curso de turismo na Escola de Comunicações e Artes da USP”, no qual descreveu os motivos pelos quais a graduação em Turismo deveria compor o quadro de cursos da Instituição. Entre as benesses econômicas que a atividade turística poderia angariar para o Brasil, apresentadas na introdução do documento, o Professor Beni também aponta algumas dificuldades para a implantação do curso, assim como traz a “Estrutura curricular e carga horária de canal de turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo” (TEIXEIRA, 2007).

Em reunião realizada em 15 de dezembro de 1971, o anteprojeto recebeu parecer favorável do Conselho Departamental do CRP. Porém, com a introdução de alguns adendos, os quais o Coordenador Modesto Farina, encaminhou ao Professor Beni em 27 de dezembro de 1971.

Já em 13 de abril do ano seguinte, Antonio Guimarães Ferri, encaminha ao Reitor, Miguel Reale, a carta de proposta do curso com seu respectivo currículo⁷, solicitando suas “[...] dignas providências, junto ao Colendo Conselho Universitário, para a criação do Curso Superior de Turismo [...]”, na ECA. O Diretor também reforça que a solicitação para a implantação desse

⁷ Em Anexo encontra-se o Primeiro Currículo de Turismo enviado à Reitoria pela Escola de Comunicações e Artes da USP, em 13/04/1972.

curso partiu do Presidente do Conselho de Turismo, Corinto de Arruda Falcão. Além de informar que, caso o Reitor aprove o curso, as aulas previam-se para iniciar no segundo semestre letivo de 1972, no período noturno (TEIXEIRA, 2007, p. 36).

Após onze dias, esta proposta da ECA é encaminhada ao Conselho Técnico-Administrativo (CTA) que, em 05 de maio de 1972, contesta que começar um curso no meio do ano implicaria gastos com um novo vestibular⁸. Este órgão recomenda que a proposta seja analisada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão à Comunidade (CEPE), através de sua Câmara de Graduação.⁹

Em julho de 1972, o Conselheiro Roque Spencer Maciel, relator do processo da criação do curso superior em Turismo na Câmara de Graduação, devolve este processo à ECA, alegando que houve desistência para um novo vestibular específico. Portanto, deveria a ECA encaminhar novamente este processo para a inclusão deste curso no ano de 1973 (CELESTE FILHO, 2002).

Posterior a isto, a ECA reinicia os procedimentos para a criação do curso superior em Turismo, “[...] gerando novo processo, de nº 33.039/72 [...]”. Celeste Filho (2002, p. 86) faz uma observação para o desempenho burocrático favorável deste novo processo:

[...] Antonio Guimarães Ferri deixa a diretoria da ECA e ocupa o cargo de Coordenador da Câmara de Graduação do CEPE. Os ofícios em nome da ECA são assinados agora pelo seu novo diretor, o Prof. Manuel Nunes Dias, e encaminhados na Câmara de Graduação do CEPE á reitoria pelo seu novo coordenador, Antonio Guimarães Ferri.

Assim, o curso de Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo iniciou-se efetivamente em agosto de 1973, como currículo opcional aos alunos do curso de Comunicação.

⁸ Vale frisar que o vestibular unificado classificatório da USP era naquele período uma “criação recente, de julho de 1971” (CELESTE FILHO, 2002, p. 85).

⁹ O Regimento Geral da USP, criado em 1972, estabelece que um dos órgãos de maior poder de decisão na USP é o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade (CEPE), dividido em quatro câmaras: Câmara de Graduação (CG); Câmara de Pós-Graduação (CPG); Câmara de Extensão de Serviços à Comunidade (CESC). Também, segundo este Regimento Geral, em seu artigo 32, cabia ao CEPE propor ao Conselho Universitário a criação e organização de novos cursos (Idem, ibidem, p. 85).

Em 18 de outubro deste mesmo ano, o Coordenador da Câmara de Graduação do CEPE, Antonio Guimarães Ferri, propõe ao Reitor, Miguel Reale, que o novo curso seja examinado pelo Conselho Universitário:

[...] considerando, finalmente, a necessidade de regularização do Curso antes mencionado, possibilitando o seu oportuno reconhecimento pelo Egrégio Conselho Estadual de Educação permito-me propor a Vossa Magnificência seja solicitada ao Colendo Conselho Universitário [...] sua indispensável autorização no tocante à criação e organização do citado Curso (PROCESSO Nº 33.039/72, p. 195-196 apud CELESTE FILHO, 2002, p. 87).

Conforme solicitação de Ferri, o processo foi encaminhado ao Conselho Universitário. Mas, em 07 de dezembro de 1973 o Conselheiro Nestor Goulart Reis Filho, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP), solicita vistas do processo.

Todavia, em novembro de 1974, Nestor Goulart, devolve o processo a Reitoria, afirmando que tal pedido de “[...] vistas do presente processo, foi e continua sendo, opinar sobre a organização do Curso de Turismo [...]” (PROCESSO 33.039/72, p. 198 apud CELESTE FILHO, 2002, p. 92).

Em 22 de dezembro de 1975, o processo de criação do curso superior em Turismo na ECA é novamente incluído em pauta do Conselho Universitário. Uma semana depois, na reunião deste órgão este é o último processo a ser aprovado.

[...] Em discussão o Processo 33.039/72, de interesse da Escola de Comunicação e Artes, que trata da criação e organização do Curso de Turismo na ECA, face à decisão do CEPE. Amplamente discutida a matéria, o Conselho aprova a criação e organização do citado curso, por 41 (quarenta e um) votos contra 10 (dez), havendo 7 (sete) em branco. Decide o Conselho que nenhum Curso mais terá início na USP, sem que haja autorização prévia deste Colegiado, evitando-se, destarte, fatos consumados, caso deste Processo (ATA da 682ª SESSÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA USP, 29/12/1975, p. 12 apud CELESTE FILHO, 2002, p. 94).

Em 27 de dezembro de 1977, é solicitado ao Conselho Federal de Educação, o reconhecimento do curso de graduação em Turismo na ECA-USP. Sendo este aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, com o parecer CEE 578/78 e reconhecido pelo Decreto 82.244, de 11 de setembro de 1978, publicado no Diário Oficial da União no dia seguinte (CELESTE FILHO, 2002).

É interessante destacar que a partir desse ponto há uma nova orientação ao estudo acadêmico do Turismo no Brasil, pois ao ser ministrado em uma universidade pública, o seu estudo epistemológico passou a objetivo primordial.

Nas reflexões propostas pelas dissertações analisadas percebeu-se que tal finalidade delineou-se através da concepção e elaboração do currículo do curso de Turismo na ECA-USP.

Entre todos os documentos arrolados nestes estudos, é consenso a afirmativa de que o responsável pela estrutura curricular do curso de graduação em Turismo na ECA é o Professor Mário Carlos Beni. Nas palavras proferidas por ele próprio, em entrevista concedida em outubro de 2001, a Celeste Filho, o professor relata o surgimento desse curso:

[...] Na época tivemos bastante resistência por parte do Conselho Universitário e da própria ECA, que não imaginava a necessidade de se desenvolver um curso de Turismo. Depois houve o interesse de outras unidades da USP, sabendo que a Escola de Comunicações pensava em desenvolver o curso de Turismo. A FAU [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo] se interessou; a própria FEA [Faculdade de Economia e Administração] se interessou; a área de Geografia da Faculdade de Filosofia também teve interesse, mas nós tivemos a habilidade [...]. Quer dizer, para cada disciplina do curso de Turismo, nós trouxemos um professor titular de outras unidades da universidade [...]. Como eu não tinha quadros docentes no início, Turismo foi o primeiro curso na própria USP que trabalhou a interdisciplinaridade com diferentes unidades. O curso de Turismo, que tem uma grande necessidade de interdisciplinaridade, nasceu e só poderia nascer numa universidade como a de São Paulo. [...] A própria ECA tinha dificuldades. Não é tão diferente. Hoje ainda, apesar de ser uma escola consolidada, com mais de trinta cursos, ela ainda tem dificuldades. O pessoal da área clássica, científica, questiona a área de Comunicação, a área de Turismo. Foi um longo caminho até hoje o Turismo chegar a ser um dos cursos mais solicitados da USP (DEPOIMENTO DE BENI, 2001 apud CELESTE FILHO, 2002, p. 93-94)

Neste trecho do depoimento de Beni percebem-se as diversas dificuldades impostas à formação do bacharel em Turismo no início deste curso na ECA-USP. Em outro documento também elaborado pelo autor e já mencionado neste estudo “Estrutura Curricular e carga horária de canal de turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo”, Beni destaca três principais entraves à implantação do curso de graduação em Turismo naquele período:

[...] 1) Organizar o currículo, dificultado pelo fato de não haver modelos consolidados para o ensino de Turismo.
2) Adaptar o Curso ao parecer nº 35/71 do Conselho Federal de Educação que impôs as cadeiras obrigatórias a serem ministradas, bem como a carga horária mínima.

3) Adaptar o Curso de Turismo à Filosofia Educacional da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (BENI, apud TEIXEIRA, 2007, p. 36)

Naquele momento, para romper ao menos a primeira barreira, o Professor Mário Carlos Beni, afirma em seu memorial que consultou alguns centros de estudos no exterior, notadamente o *Centro des Hautes Études de Tourisme* da Universidade de *Aix-em-Provence*, sob orientação do Professor René Baretje.

Já com relação ao segundo empecilho, o autor apresenta em artigo publicado no “Informativo do Centro de Pesquisas e Informações Turísticas”, a proposta de alteração do currículo mínimo fixado por meio do Parecer 35/71, do Conselho Federal de Educação, cujo texto instituíra nos cursos de Turismo as seguintes disciplinas:

- [...] 1 - Sociologia
- 2 - História do Brasil
- 3 - Geografia do Brasil
- 4 - História da Cultura
- 5 - Estudos Brasileiros
- 6 - Introdução à Administração
- 7 - Noções de Direito
- 8 - Técnicas Publicitárias
- 9 - Planejamento e Organização do Turismo (PARECER 35/71 apud CATUREGLI, 1990, p. 126).

O acréscimo sugerido por Beni contava com mais sete disciplinas além das descritas no Parecer 35/71:

- [...] 10 - Matemática
- 11 - Estatística
- 12 - Metodologia Científica
- 13 - Economia
- 14 - Psicologia Social
- 15 - Línguas Estrangeiras

16 - Organização e Administração de Empresas de Turismo com enfoque obrigatório em Hotelaria, Agências de Viagem e Transportadoras Turísticas (BENI, apud CATUREGLI, 1990, p. 126)

Neste mesmo artigo, o Professor Beni também indica duas áreas de concentração, que ao seu entender, pareciam prioritárias para o preparo dos futuros profissionais da área de Turismo e sua respectiva integração ao mercado de trabalho:

[...] a) Planejamento Turístico – visa levar o aluno ao conhecimento básico das atividades de um consultor, junto com outros profissionais, no desenvolvimento de empreendimentos turísticos (macroturismo), além de oferecer-lhes uma visão do Sistema de Turismo, permitindo-lhe elaborar síntese e planos de ação normativa do setor (Política de Turismo).

b) Administração de Empresas Turísticas: visa levar o aluno ao conhecimento básico das atividades de empresário de empreendimentos turísticos (microturismo) (BENI, apud CATUREGLI, 1990, p. 127).

Em seguida, Beni sugere agrupar as disciplinas metodologicamente, constituindo áreas conexas¹⁰. E já em 19 de novembro de 1973, tem-se o primeiro documento assinado por este docente no que se refere ao processo de criação do curso superior em Turismo na ECA.

Cabe observar que no currículo do curso superior em Turismo, aprovado em 1975, pelo Conselho Universitário da USP¹¹, efetuou-se alterações de nomenclaturas de algumas disciplinas a partir do quarto semestre em diante, criando-se algumas ou suprimindo-se outras. Tal mudança capacitava a ECA a ministrar estas disciplinas porque com a nomenclatura anterior, existiriam disciplinas idênticas sendo oferecidas em outras Faculdades da USP¹². O que inviabilizaria a própria existência deste novo curso (CELESTE FILHO, 2002).

Evidentemente, há muitas maneiras de se entender o que é um currículo. Esse é um tema pedagógico complexo, visto que é repleto de multiplicidades e, em certos casos, até divergências.

¹⁰ Ver em Maria Geny Caturegly “O Ensino de Turismo e os Agentes de Viagens: as realidades de Madrid, Roma e São Paulo”, a sugestão do Currículo de Formação Geral, Currículo Cultural e Currículo Profissional, proposta por Beni.

¹¹ Ver em Anexo a compilação da proposta curricular da ECA para o curso de graduação em Turismo aprovada pelo Conselho Universitário da USP, em 1975.

¹² Ver em Anexo alterações propostas no Currículo de Turismo da ECA-USP, em 19/11/1973.

Segundo Sacristan (1998, p. 125), o currículo:

[...] provém da palavra *currere*, que se refere à carreira, a um percurso que deve ser realizado e, por derivação, a sua apresentação ou representação. A escolaridade é um percurso para os alunos e o recheio é o currículo, seu conteúdo, o guia de seu progresso pela escolaridade.

Contudo, nas atuais discussões sobre o tema aparecem os aspectos internos da escola e a relação do conhecimento com o poder político e econômico.

[...] o currículo passa a ser conhecido e interpretado como um todo significativo, um instrumento privilegiado de construção de identidades e subjetividade e [...] inclui o currículo formal (planos e ações), o currículo em ação (o que de fato acontece nas escolas) e o currículo oculto (regras e relações não explicitadas) (MOREIRA, 2003, p. 15)

Nesse contexto, o currículo ultrapassa a visão utilitarista de um produto que visa através de um conjunto de ações, a transmissão de conteúdos específicos e limitados, com fins em si mesmos.

Em outras palavras, o currículo está intrinsecamente ligado a um momento histórico e a uma determinada sociedade, tanto quanto às relações que esta estabelece com o conhecimento. Pode-se dizer que o currículo é dotado de natureza filosófica e política (GAETA, 2007).

Por isto, segundo Gaeta (2007), a primeira tarefa de um curso ou mesmo a do professor não é selecionar ou organizar experiências de aprendizagens, mas sim definir a finalidade da Educação, quais os saberes relevantes que se deseja que o cidadão possua.

O currículo, do mesmo modo que a Educação, não é neutro. Pois ambos acabam por atender às expectativas sociais dominantes. Traduzindo, a cada desejo de formação de um determinado perfil de cidadão, será desenhado um tipo de currículo.

Desse modo, o perfil do bacharel em Turismo almejado *a priori* pela ECA-USP é passível de análise, afinal o seu respectivo currículo expõe na configuração das disciplinas eleitas aquilo que seria o “ideal” para a formação acadêmica e profissional de seus graduandos. Em suas variantes propostas da estrutura curricular para esse curso nesta Instituição, há a nítida intenção de um desenvolvimento universitário com enfoque na metodologia da pesquisa. Para só então direcionar-se à área de comunicação, empresa e planejamento institucional.

O documento, datado de 1977, assinado pelo então Coordenador do Curso de Turismo da ECA-USP, Professor Ulisses Moraes, e acessado por Caturegli, em 1990, para composição de sua dissertação de mestrado confirma isto.

Segundo este texto, a graduação em Turismo na USP ocorreria a partir do cumprimento de um Ciclo de Comunicações da ECA, denominado Ciclo Básico, ofertado nos quatro primeiros semestres. Somente, então, no quinto semestre, o graduando poderia escolher o curso de maior interesse, iniciando assim o Ciclo Profissionalizante, com duração de mais quatro semestres. Teoricamente, no último ano do curso de Turismo, havia a possibilidade de duas habilitações: Organização e Administração de Empresas e Planejamento Turístico (CATUREGLI, 1990).

Do mesmo modo, a obra de Rejowski (1996), “Turismo e Pesquisa Científica”, destaca a ênfase da formação do curso superior em Turismo da ECA-USP:

[...] O primeiro evento acadêmico sobre turismo de âmbito nacional nos anos setenta parece ter sido o I Ciclo Nacional Universitário de Turismo e Comunicações, promovido pelo Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da ECA-USP, em outubro de 1973, em São Paulo. Reuniu cerca de 600 pessoas (estudantes, empresários, profissionais e representantes de órgãos públicos) que analisaram e discutiram a ‘realidade turística’ brasileira. (REJOWSKI, 1996, p. 78).

Ainda segundo a autora foi nesta ocasião que se aprovou o I Congresso Nacional de Turismo (Contur), também promovido pelo curso de Turismo da ECA-USP, em 1975:

[...] Neste primeiro Contur, a Comissão de Temário tomou muito cuidado em propor temas para a pesquisa, porque julgamos que nenhuma atividade do conhecimento pode crescer quer no âmbito do reconhecimento social, quer no âmbito do reconhecimento global sem seu desenvolvimento como uma ciência [...] (ECA, 1980, p.38 apud REJOWSKI, 1996, p. 79-80).

Assinala-se aí uma vez mais a característica dessa formação universitária da ECA-USP.

2.1 AS DIRETRIZES CURRICULARES E OS NOVOS CURRÍCULOS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO NA ECA-USP

O percurso para se chegar a orientações mais próximas das competências pedagógicas necessárias ao exercício do profissional em Turismo abordadas no decorrer da graduação na ECA-USP demonstra-se como um esforço contínuo dos agentes sociais envolvidos nesse trajeto, sobretudo, daqueles absorvidos pelas questões: “o que ensinar” e “como ensinar”.

Este processo para a composição de uma proposta curricular capaz de abordar a formação acadêmica e profissional em Turismo na Escola de Comunicações e Artes da USP deu-se de modo dinâmico, visto que desde a fundação deste curso naquela Faculdade, debates e alterações curriculares efetuaram-se continuamente a fim de promover atualizações coerentes com as transformações sociais, econômicas e políticas globais e regionais.

A primeira alteração efetiva desta matriz curricular ocorreu em 1977, quando a opção de duas habilitações (Organização e Administração de Empresas de Turismo; Planejamento do Turismo) no Bacharelado em Turismo da ECA foi extinta.

No ano seguinte, duas disciplinas são excluídas¹³ para a inclusão de “Estudos dos Problemas Brasileiros I e II”. No entanto, em 1980, esta disciplina, bem como outras¹⁴, são retiradas do então chamado Ciclo Básico. Quatro anos depois, decide-se novamente pela inclusão da disciplina “Hotelaria” na matriz curricular da graduação em Turismo. E já em 1985, opta-se pela exclusão total do Ciclo Básico.

Decorridos mais três anos, outra alteração significativa é efetuada, agora na estrutura do curso de graduação em Turismo que, passa de quatro para cinco anos. Em consequência tem-se a

13 Excluem-se “Hotelaria; Organização do Tempo Livre e Lazer Urbano”.

14 Além da disciplina “Estudo dos Problemas Brasileiros I e II”, as de “Fundamentos Filosóficos da Comunicação”; “Ética e Legislação dos Meios de Comunicação”; “Teoria da Informação nas Comunicações”.

ampliação da matriz curricular do curso, com a inclusão de mais seis disciplinas e a exclusão de outras seis.¹⁵

É interessante destacar que, estas modificações propostas durante a década de 1980, relacionam-se a discussão sobre o reconhecimento da profissão do bacharel em Turismo, do mesmo modo que as tentativas à época de transformar o curso de Turismo em curso de Administração.

De acordo com Matias (2002), a primeira tentativa insere-se no contexto da própria profissão, quando no início da década de 1980, o Conselho Federal de Técnicos de Administração cria nos Conselhos Regionais de Técnicos em Administração, o registro específico para os bacharéis em Turismo, inserindo assim uma categoria profissional dentro de outra. A segunda tentativa, agora na área de formação, através da Indicação n.º. 3/81, dos Conselheiros, Fernando Afonso Gay da Fonseca, Hélio V. Saraiva e Esther de Figueiredo Ferraz e, com parecer do Conselheiro Paulo Natanael Pereira de Souza, favorável à reestruturação dos cursos de Turismo, visando transformá-los em habilitação do curso de Administração.¹⁶

Neste contexto, a ECA-USP, bem como outras IES, aliados aos profissionais e estudantes da área reuniram-se em 1981, no III Encontro Nacional dos Bacharéis e Estudantes de Turismo (ENBETUR), em Porto Alegre, RS. Nesta reunião a categoria posicionou-se contrária as duas tentativas de desestabilização da profissão e formação em Turismo. Ainda segundo Matias (2002), neste mesmo encontro constitui-se uma Comissão de Currículos e Programas, que objetivava elaborar uma proposta de currículo mínimo com habilitações que substituísse o decorrente do Parecer 35/71, do Conselho Federal de Educação.

15 Disciplinas incluídas: “Psicologia da Comunicação; Novas Tecnologias da Comunicação; Comunicação e Lazer Turístico; Estética e História da Arte; Teoria e Técnica do Turismo; Língua Estrangeira”. Disciplinas excluídas: “Realidade Sócio-Econômica; Política Brasileira I e II; Estudo da Defesa do Consumidor; Comunicação Lingüística II e III; Antropologia da Comunicação; Pesquisa em Turismo I e II”.

¹⁶ Esse Parecer também era favorável à inclusão dos interesses do bacharelado em Turismo em outros cursos, se fossem em Universidades e demonstrassem viabilidade nesse sentido (MATIAS, 2002).

Os registros pesquisados por Nascimento (2002), referentes a este encontro mostram que a proposta com aprovação unânime, posteriormente encaminhada ao Conselho Federal de Administração e canais competentes foi:

[...] **a)** Matérias do Currículo Mínimo: Sociologia, História, Geografia, Administração, direito, Ciências e Técnicas de Comunicação, Planejamento e Organização do Turismo, Estatística, Metodologia Científica, Economia, Psicologia, Antropologia e Contabilidade; **b)** Habilitações: Administração de Empresas Turísticas, Planejamento do Turismo e Animação Turística [...] (PROPOSTA NOVO CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE TURISMO COM HABILITAÇÕES apud NASCIMENTO, 2002, p. 56-57).

Assim que recebeu esta proposta o Conselho Federal de Educação solicitou à EMBRATUR opinião acerca do assunto. O Instituto por sua vez, optou por dar voz aos universitários, aos bacharéis em Turismo, aos gestores das IES e aos empresários da área, a fim de colher subsídios sobre a proposta.

A partir destas reuniões, organizadas pela EMBRATUR, abriu-se espaço para a discussão e análise do tema. É destes encontros o documento que propõe a manutenção da autonomia do curso de graduação em Turismo, bem como a inclusão de habilitações optativas.¹⁷

Ainda em março de 1985, um grupo de estudiosos da área do Turismo, encabeçados pelos Professores Mário Carlos Beni e Gabriel Mário Rodrigues, elaborou uma Minuta de Anteprojeto de Resolução de Currículo Mínimo ao Conselho Federal de Educação¹⁸. Segundo Caturegly (1996, p. 132) esta proposta apresenta algumas idéias inovadoras, pois:

- [...] a) Define e dimensiona com clareza as principais áreas de conhecimento indispensáveis à formação profissional;
- b) Além da formação básica geral e setorial de administração, cria as habilitações específicas de turismo, recreação e hotelaria;

¹⁷ Esta proposta estabelecia o curso de graduação em Turismo com duração mínima de quatro anos, para qualquer das habilitações, além de propor carga horária mínima de 2.700 horas, sem contar os créditos referentes à “Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Física”. A prática profissional (Estágio) não deveria ser inferior a 270 horas, totalizando, ao menos, 10% de carga horária mínima do curso.

¹⁸ Esse trabalho foi apresentado ao Conselho das Faculdades de Turismo do Estado de São Paulo e baseou-se em várias publicações como as da *Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourisme* (AIEST). Maiores informações acerca da proposta de Currículo Mínimo presente nesta Minuta consultar a obra de Caturegli. *Op. cit.*

- c) Propõe a preparação do profissional para atuar, principalmente, em funções operacionais, táticas e estratégicas nas organizações;
- d) Amplia a carga horária mínima do curso, o tempo de estudo ou de formação acadêmica do profissional.
- e) Reformula e dá maior praticidade ao estágio supervisionado, através das práticas em administração sugeridas no anexo.

No decorrer da década de 1990, as modificações da matriz curricular do curso de graduação em Turismo na ECA-USP ocorreram em quatro anos específicos: 1990, 1991, 1992 e 1993¹⁹. Neste último ano, tem-se o retorno da estrutura do curso para quatro anos.

As discussões acerca de um currículo mínimo para o curso superior em Turismo floresceram novamente na esfera nacional em meados da década de 1990, durante a realização do ENBETUR, na cidade de Curitiba, PR. Nesta ocasião, coube a Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (ABBTUR), formular a proposta de um novo currículo mínimo para os cursos superiores desta área. Esta proposta caracterizava-se por matérias e disciplinas da chamada “base comum” e matérias ou disciplinas eletivas, com conteúdos direcionados à aplicabilidade no Turismo, com ênfase em “[...] Agenciamento, Alimentos e Bebidas, Eventos, Hotelaria e Meios de Hospedagem, Lazer e Recreação, Planejamento Turístico e Transportes” (NASCIMENTO, 2002, p. 58).

De acordo com Nascimento (2002), em fevereiro de 1996, esta nova proposta foi enviada à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto (SESu – MEC), que por sua vez, a encaminhou, para efetiva análise, à Comissão de Especialistas de Ensino de Administração (CEEAD), pois, na época, o curso de Turismo ainda integrava-se a esta Comissão.

¹⁹ Em 1990, a disciplina “Fundamentos Psicológicos da Comunicação” é incluída. Em 1991, retira-se a disciplina “Novas Tecnologias da Comunicação”. Em 1992, excluem-se mais sete disciplinas: “Fundamentos Psicológicos da Comunicação; Psicologia da Comunicação; Teoria da Comunicação I e II; Antropologia Cultural; Estética e História da Arte I e II; Noções de Direito I e II; Inglês Aplicado ao Turismo I e II”. Já em 1993, as disciplinas incluídas são: “Turismo - Conceituação e Organização; Dimensão e Dinâmica do Turismo; Análise Estrutural do Turismo; Metodologia da Pesquisa em Turismo; Sociologia do Lazer e Turismo” e as excluídas: “Teoria e Técnica do Turismo IV e V; Comunicação e Lazer Turístico; Turismo na Sociedade Contemporânea; Fundamentos da Sociologia Geral e da Comunicação”.

Durante este mesmo ano, a Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria (ABDETH), juntamente com a ABBTUR, promoveu uma série de encontros e reuniões a fim de discutir e analisar as atualizações propostas ao currículo mínimo do curso de Turismo. Destes encontros resultou o “[...] Seminário Nacional de Reformulação Curricular dos Cursos de Turismo e Hotelaria, em São Paulo, no segundo semestre de 1996” (NASCIMENTO, 2002, p. 58).

As conclusões deste Seminário resultaram na Proposta Curricular do Curso de Turismo.

[...] **a)** carga horária mínima 3.000 horas/aula; **b)** o tempo de duração mínima do curso seria de quatro anos e no máximo sete anos; **c)** a distribuição da Estrutura Curricular seria: **formação básica** – 25% (750 horas/aula), **formação profissional** – 45% (1.350 horas/aula), **formação complementar** – 20% (600 horas/aula) e estágio – 10% (300 horas/aula); **d)** matérias de formação básica: Sociologia, Geografia, História, Administração, Economia, Direito, Estatística, Metodologia Científica, Psicologia; **e)** matérias de formação profissional: Planejamento e Organização do Turismo, Teoria Geral do Turismo, Marketing, Eventos, Lazer, Hospedagem, Alimentos e Bebidas, Agenciamento, Transportes, Informática, Contabilidade e Língua Estrangeira; **f)** matérias de formação complementar: Antropologia, Língua Portuguesa e Matemática (PROPOSTA CURRICULAR DO CURSO DE TURISMO apud NASCIMENTO, 2002, p. 59).

Além de receber aprovação unânime da CEEAD, com recomendação de encaminhamento ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para aprovação final e publicação, esta proposta também teve a sua implantação considerada obrigatória a partir de 1996. E embora não sendo oficializada, tornou-se referência para a construção dos projetos pedagógicos dos cursos superiores em Turismo.

Outro fato que influenciou sobremaneira a composição de uma proposta de currículo para o curso de graduação em Turismo deu-se com as articulações, efetuadas também a partir de 1996, para se criar a Comissão de Especialistas de Ensino de Turismo, mesmo que enquanto “sub-comitê” para tratar de assuntos referentes a esta área. Justamente neste ano, a CEEAD, convidou o Bacharel em Turismo, Professor Dr. Luiz Gonzaga de Godói Trigo para responder a SESu – MEC sobre a educação em Turismo e Hotelaria, além de assumir a missão de coordenar e elaborar as diretrizes pertinentes à esta formação acadêmica e profissional (NASCIMENTO, 2002).

Não se pode deixar de frisar que em dezembro deste mesmo ano (1996), é promulgada a Lei nº 9.394/96²⁰, a chamada Nova LDB 9394/96, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através de 92 artigos, divididos em 19 assuntos ou títulos. Evidentemente este fato imprimiu outras perspectivas à formação do profissional em Turismo, visto que no Capítulo IV, do Título V, desta Lei, encontram-se regulamentadas as questões relativas à Educação Superior.²¹

Dentre os objetivos deste nível da educação escolar, expostos no artigo 43 da Lei nº 9.394/96, tem-se aqueles já presentes na Universidade de São Paulo, assim como na Escola de Comunicações e Artes desde a sua fundação:

[...] I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II – formar diplomados [...] aptos para a inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira [...]; III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica [...]; IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos [...]; V – estimular o desejo de permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional [...]; VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais [...] (BRASIL, 1996, art. 43).

Sabe-se que, as alterações na estrutura da Educação Superior, propostas por esta nova legislação, relacionam-se às mudanças no desenvolvimento científico e tecnológico e, conseqüentemente, no mundo do trabalho. Mas, sobretudo devido às pressões do processo internacional de globalização, bem como, das elites internas que detém o poder no País.

Nas palavras de Kuenzer (2001, p. 19 apud SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2002, p. 34):

[...] a proposta curricular para o ensino superior sofre alterações significativas; da formação especializada, passa-se à formação do generalista; dos currículos mínimos, passa-se às diretrizes curriculares amplas – que serão adequadas a cada curso, segundo as peculiaridades locais e dos alunos –; de trajetórias unificadas, passa-se à diversificação dos percursos.

²⁰ Aprovada em 20 de dezembro de 1996, a partir do projeto elaborado pelo Senador Darcy Ribeiro, antropólogo de formação, após longo período de discussão em que se avaliaram inúmeras outras propostas. “A LDB 9.394/96 traz princípios liberais e flexíveis que poderão favorecer avanços quanto à qualificação e atualização do ensino, frente às suas características antiburocráticas. A generalidade das proposições e seu caráter democrático poderão permitir a construção de um modelo de ensino superior adequado às estruturas e necessidades da nossa sociedade e sintonizado com as demandas de um mundo globalizado” (DENCKER, 2002, p. 55).

²¹ A partir da Lei nº 9.394/96, a educação escolar passa a constituir-se da: Educação Básica, formada pela Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e a Educação Superior. Ver em Anexo Capítulo IV da LDB nº 9.394/96, que trata da Educação Superior.

Assim, tem-se a formulação de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação, coordenada pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu – MEC), concomitantemente com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (ForGrad).

Nesse contexto, e com o objetivo de assegurar a flexibilidade e a autonomia na definição dos currículos, além da qualidade da formação oferecida pelas IES, a SESu– MEC iniciou a partir de 1997, uma série de atividades, que de acordo com Alexandre Shigunov Neto e Lizete S.B. Maciel (2002) dividiram-se em três fases distintas e complementares.

A primeira fase constitui-se a partir da publicação do Edital nº. 4/97 que ao convocar as IES para apresentar as propostas para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, promoveu a organização de seminários e encontros destinados a discutir estas propostas. A segunda fase do processo inicia-se a partir da convocação das Comissões de Especialistas de Ensino (CEEs) que, de posse das sugestões anteriormente apresentadas, deveriam produzir as propostas definitivas para posterior análise do Conselho Nacional de Educação²². A terceira e última fase estabeleceu-se com a aprovação e homologação das Diretrizes Curriculares pelo Conselho Nacional de Educação (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2002).

No final da década de 1990, mais precisamente em 1998, com a adesão de outro membro, também Bacharel em Turismo, a Professora Dra. Marília Gomes dos Reis Ansarah, à CEEAD, para representar e coordenar a educação em Turismo e Hotelaria organizou-se, em colaboração com outros estudiosos da área, as Propostas para as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos Superiores em Turismo.

A participação de Ansarah nesta Comissão é definida pelo Professor Dr. Mário Carlos Beni da seguinte maneira:

²²“As propostas de diretrizes curriculares elaboradas pelas comissões de especialistas de ensino passam a ser denominadas, a partir desse momento, de modelo de enquadramento das propostas curriculares, e foram, posteriormente, submetidas à apreciação de consultores *ad hoc* em cada área de conhecimento”. As primeiras propostas encaminhadas a este Conselho datam de dezembro de 1998, sendo agrupadas em grandes áreas de conhecimento, de acordo com os critérios adotados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes): Ciências Biológicas e Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias e Tecnologias; Licenciaturas (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2002, p. 37-38).

[...] Esta colega, que vem se destacando brilhantemente [...] em conjunto com a ABEDETH, a SENESP, a ABBTUR e a USP – esta representada pela Profª Dra. Mirian Rejowski – elaborou em sucessivos encontros e seminários um Manual de Autorização para Cursos Superiores de Turismo, em que se acham estabelecidas: estruturas curriculares atualizadas, ementas e conteúdos programáticos compatíveis com a globalização e a realidade do Turismo nacional, exigindo de cada nova unidade de ensino superior de Turismo, ao ser autorizada, laboratório com agência de viagens experimental e, para os cursos de Hotelaria, hotel-escola com laboratório de alimentos e bebidas. Tudo isso estruturado conforme as recomendações pedagógicas e de qualidade do Ministério da Educação (BENI apud NASCIMENTO, 2002, p. 60-61).

Todavia, no final do primeiro semestre de 2000, com a Portaria nº. 1518, de 16 de junho de 2000, cria-se, finalmente, a Comissão de Especialistas de Ensino de Turismo. Desse modo, o curso de graduação em Turismo passa a ser visto e ouvido como área autônoma (NASCIMENTO, 2002).

Na obra organizada por Shigunov Neto e Maciel “Currículo e Formação Profissional nos Cursos de Turismo” (2002), encontramos o referencial teórico com vistas à compreensão acerca da formação profissional nos cursos de Bacharelado em Turismo posterior a instauração desta Comissão de Especialistas de Ensino de Turismo. Neste trabalho, especificamente no primeiro capítulo apresentam-se as reflexões sobre esta formação acadêmica e profissional em Turismo a luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação.

De acordo com a análise realizada por estes autores, os membros da Comissão de Especialistas de Ensino, nomeados para elaborar a proposta curricular dos cursos de Turismo, propuseram que “[...] a estrutura da oferta dos cursos poderá ser híbrida, havendo o aproveitamento de créditos e pré-requisitos dentro de módulos, segundo três regimes de estudo possíveis: regime seriado anual, regime seriado semestral e regime modular” (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2002, p. 41).

Ainda segundo Shigunov e Maciel (2002, p. 41), o documento elaborado por esta Comissão e entregue ao Conselho Nacional de Educação como Proposta de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Turismo, apresentou a seguinte estrutura:

- [...] O perfil do egresso
- Competências e habilidades

- Tópicos de estudo
- Duração do curso
- Estágios e atividades complementares (articulação teórico-prática)
- Reconhecimento de habilidades e competências extra-escolares
- Estrutura Geral do Curso;
- Disciplinas de teoria de turismo.

Não obstante a relevância dos elementos pertinentes ao documento oficial, não nos compete analisar na íntegra todos estes itens, mas sim, aqueles que contribuem diretamente a finalidade proposta na presente pesquisa.

Desse modo, optou-se pela ponderação acerca de quatro itens – perfil do egresso; competências e habilidades; tópicos de estudo; reconhecimento de habilidades e competências extra-escolares.

O perfil comum desejado do profissional egresso dos cursos de bacharelado em Turismo, assim como o de outras profissões atuais, “[...] é aquele que proporcione uma formação generalista e particularizada, ou seja, um profissional com os conhecimentos técnicos necessários ao exercício de suas funções, apto para atuar em um mercado competitivo e em constante transformação” (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2002, p. 42-43).

[...] Art. 3º O curso de graduação em Turismo deve ensejar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional (BRASIL, 2006, art. 3º).

A formação em Turismo deverá ser generalista para que oportunize a este graduando o contato com os conhecimentos diversificados, colaboradores à composição de sua própria visão de mundo, e ao mesmo tempo particularizada, para colocá-lo frente aos conhecimentos específicos de sua futura profissão (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2002).

Portanto, esta formação profissional deverá contemplar ao menos as seguintes competências e habilidades:

- [...] I - compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II - utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III - positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- IV - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- V - domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- VI - adequada aplicação da legislação pertinente;
- VII - planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;
- VIII - intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- IX - classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;
- XI - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;
- XII - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- XIII - utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;
- XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- XV - habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;
- XVI - integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pósindustriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- XVIII - profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;
- XIX - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética (BRASIL, 2006, art. 4º).

A configuração destas competências e habilidades dar-se-á por meio da abordagem de aspectos teóricos que contemple as diversas correntes do pensamento turístico a fim de possibilitar ao graduando a reflexão sobre o Turismo, em questões de planejamento e gerenciamento, bem como, as questões referentes à maximização dos efeitos positivos e à

minimização dos efeitos negativos que tal atividade produz às regiões e comunidades receptoras. Além de atividades práticas através de treinamento em laboratórios, empresas juniores, visitas técnicas, viagens e estágios supervisionados, visando o manejo de técnicas e instrumentos em condições constantemente novas e desafiadoras (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2002).

É interessante observar a última competência e habilidade citada pelo documento, em que a ênfase na ética aparece nesta formação do bacharel em Turismo. Já que se espera que este profissional desenvolva uma consciência não apenas referente à sua profissão, mas, sobretudo, a ética na sociedade como um todo, com vistas a formar um profissional que contribua para a melhoria do mundo e de si mesmo.

Ou ainda podemos cogitar como nas palavras de Barretto et. al. (2004, p. 74) que:

[...] na expectativa de satisfazer novamente o mercado, o MEC criou uma proposta que abarcasse todas as competências indicadas por este, competências que deveriam, segundo o mercado, ser desenvolvidas ainda no processo de formação acadêmica e, para satisfazer os conselheiros da academia, aquelas apregoadas para a formação da cidadania.

Já os tópicos de estudo sugeridos para a composição dos currículos dos cursos de graduação em Turismo aparecem no quinto artigo destas Diretrizes Curriculares:

[...] Art. 5º Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua organização curricular, os seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

II - Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

III - Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios (BRASIL, 2006, art. 5º).

De acordo com Shigunov Neto e Maciel (2002, p. 54), a Comissão de Especialistas de Ensino de Turismo sugeriu como disciplinas de conteúdos básicos: “[...] administração, antropologia, direito, economia, estatística, estudos brasileiros, filosofia, geografia, língua portuguesa, metodologia científica, psicologia, sociologia e contabilidade”. E como disciplinas de conteúdos específicos:

[...] língua estrangeira, planejamento e organização do turismo, teoria geral do turismo, *marketing*, eventos, lazer, meios de hospedagem, nutrição e dietética, alimentos e bebidas, restaurante, agenciamento, transportes, informática, ecologia, relações públicas, ética profissional (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2002, p. 54).

Os membros desta Comissão também sugeriram para compor o projeto curricular dos cursos de Turismo as disciplinas de cunho profissionalizante:

[...] legislação turística, legislação ambiental, *marketing* de serviços, *marketing* turístico, técnicas publicitárias, cerimonial, técnicas de recreação, parques temáticos e aquáticos, organização de roteiros, formação do empreendedor, gestão de empresas turísticas, administração de recursos humanos, gestão financeira e estudos de viabilidade, qualidade em serviços turísticos, projetos turísticos, patrimônio natural, planejamento ambiental, espaço turístico, problemas contemporâneos, matemática financeira, história da arte, turismo de segmentos (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2002, p. 55).

O reconhecimento de habilidades e competências extra-escolares aparece nestas Diretrizes Curriculares como elemento essencial à formação pessoal, acadêmica e profissional dos graduandos em Turismo, pois só assim os cursos dessa área contribuirão para a formação efetiva de bacharéis capazes de superar os obstáculos, crescendo profissionalmente em um mercado altamente dinâmico e competitivo.

[...] Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com as peculiaridades das diversas áreas ocupacionais que integram os segmentos do mercado do turismo, bem assim com as ações culturais de extensão junto à comunidade (BRASIL, 2006, art. 8º).

Em função disso, Shigunov Neto e Maciel (2002, p. 59) destacam exemplos prioritários de tais atividades:

- [...] Estudos interdependentes – compostos de estudos complementares, cursos realizados em outras áreas afins e a integração com seqüenciais correlatos à área.
- Laboratórios de aprendizagem.
- Visitas técnicas.
- Trabalhos de conteúdos específicos – compostos de trabalhos interdisciplinares, planos de desenvolvimento de municípios turísticos, projetos experimentais, trabalho de conclusão de curso e planejamento e organização de eventos (semanas temáticas e eventos comemorativos).

- Atividades emergentes de atualização – compostas por visitas a exposições, participação em debates públicos, participação em congressos e seminários, e participação em atividades socioculturais.

Cabem aqui algumas das observações tecidas por autores renomados no Turismo acerca da incompatibilidade das competências, habilidades e conteúdos sugeridos por estas Diretrizes Curriculares:

[...] Esse profissional ideal projetado pelas diretrizes curriculares do MEC deve também saber relações públicas, *marketing* e administração de empresas, que são conhecimentos que se adquirem em cursos específicos de quatro anos de duração cada um.

Se fossem tomadas as carreiras paralelas que o suposto ‘profissional de turismo’ deveria cursar para ter o perfil desejado pelo MEC, este deveria ficar na universidade durante um mínimo de 15 anos.

Os conteúdos básicos são tão díspares quanto o perfil polivalente desejado e incompatíveis com uma verdadeira profissionalização em qualquer setor. Juntam-se conteúdos necessários ao desempenho de atividades empresariais a outros necessários à pesquisa e ao planejamento [...] (BARRETTO et. al., 2004, p. 75).

[...] Questiona-se, por exemplo, o foco no mercado turístico, que se refere a um paradigma dos estudos turísticos centrado na visão sistêmica desenvolvido por Beni (2003) – o sistema de turismo denominado SISTUR. Isso porque há outras visões não sistêmicas em pauta como o pós-turismo proposto por Molina (2003), ou novas abordagens como o modelo de criação do conhecimento turístico a partir de dois campos de estudo – negócios turísticos e não negócios turísticos – de Tribe (1997).

De outro lado, nas diretrizes curriculares vigentes no Brasil, devem-se contemplar dezenove diferentes competências e/ou habilidades de formação desse profissional, o que parece excessivo – alguns docentes consideram que não há como atingir esse perfil idealizado de formação, pois seria o mesmo que “produzir um super homem [...] (SOGAYAR; REJOWSKI, 2011, p. 289).

Mas, posterior a aprovação e homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo pelo Conselho Nacional de Educação²³, a matriz curricular deste curso na ECA-USP contou com a inclusão de onze novas disciplinas e exclusão de outras três.²⁴

²³ Ver cópia em Anexo das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, fixadas pela Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006.

²⁴ “Fundamentos do Lazer; Fundamentos da Hospitalidade; Plano de Negócios aplicado ao Turismo; Turismo e Relações Interpessoais; Organização de Eventos; Estratégia de Negócio para o Turismo; Mercado e Segmentos do Turismo; Entretenimento e Turismo; Conhecimento Científico em Turismo; Projeto Interdisciplinar de Turismo; Tópicos em Gestão de Organizações do Turismo” foram as disciplinas incluídas em 2008. Já as excluídas foram: “Política e Administração; Sociologia do Lazer e do Turismo; Administração de Empresas de Turismo”.

Além disso, esta reformulação também modificou a nomenclatura de algumas disciplinas²⁵. Porém, com a implantação deste currículo na ECA, de forma gradativa a partir de 2008, a formação acadêmica e profissional dos graduandos em Turismo torna-se generalista e particularizada.

Em outras palavras, este currículo imprime a formação do bacharel pela ECA, conhecimentos específicos à atuação profissional, tanto quanto uma ampla visão de conhecimentos de áreas afins, visando uma formação acadêmica que contemple aspectos teóricos, práticos e éticos.

Tal inferência vem ao encontro à mensagem exibida no próprio sítio eletrônico da ECA-USP, na página do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo:

[...] Multidisciplinar por excelência, um bacharel em Turismo deve saber lidar com uma variada gama de informações, que compreendem conhecimentos teóricos e técnicos de transporte, alojamento, restauração e serviços de apoio e atendimento a quem necessita viajar. Nessa condição deve ter domínio em assuntos de que envolvem o aproveitamento de patrimônio histórico e natural. Para tanto, o estudo de disciplinas que envolvem geografia, história e cultura é importante. Formados nesse curso são profissionais, antes de tudo, comprometidos com o conforto e o bem estar de quem necessita viajar. A estrutura curricular destinada a essa formação visa a preparar, desde o profissional de planejamento em turismo até o empreendedor, que opta por um negócio próprio. A profissão oferece cada vez mais oportunidades em um mundo no qual, cada vez mais, valoriza-se o tempo ocioso, como para as múltiplas possibilidades decorrentes do processo de globalização (ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO).

Dessa perspectiva, salienta-se o caminho adotado por esta Universidade para a formação acadêmica e profissional dos egressos do curso de graduação em Turismo. Trajeto em consonância ao perfil de formação descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo.

²⁵ Ver em Anexo a Matriz Curricular do Curso de graduação em Turismo, adotada e denominada pela ECA-USP, desde o ano de 2008, de “Grade Nova”.

3 A PRODUÇÃO ACADÊMICA NO ENSINO SUPERIOR EM TURISMO

Posto que o objeto deste estudo centre-se nos discursos emitidos pelos graduandos em Turismo da ECA-USP através de seus respectivos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's), é improvável considerá-los isoladamente. Afinal, essa produção acadêmica constitui-se em conhecimento relacionado à pesquisa científica no campo de estudos do Turismo no âmbito nacional e internacional, tanto quanto a realidade social, política e econômica que a contextualiza.

Assim sendo, nesse capítulo, cuja principal incumbência é apresentar aos leitores o contexto imediato das condições de produção²⁶ destes TCC's, convém abordar-se também o contexto amplo do desenvolvimento da pesquisa científica na área do Turismo, explanando ainda que de modo sucinto, as suas manifestações iniciais, a sua natureza temática e metodológica, além das principais dificuldades para a realização destes estudos.

Para tanto, contemplaram-se as investigações empreendidas por Mirian Rejowski, em dois momentos, em sua tese de doutorado, frutificada no livro “Turismo e Pesquisa Científica” (1996), e em sua tese de livre-docência, defendida em 1997, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Partindo destes dados, consultaram-se artigos publicados nos principais periódicos científicos da área do Turismo: Revista Turismo em Análise, Revista Turismo: Visão e Ação, Revista *Estudios y Perspectivas em Turismo*, Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, publicados entre os anos de 2002 e 2011. Bem como, as publicações do VIII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), realizado em Balneário Camboriú/SC, entre os dias 02 e 04 de outubro de 2011.

²⁶ Segundo Orlandi (2010, p. 30) as condições de produção de um discurso “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”. [...] Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. [...] em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”.

No livro, “Turismo e Pesquisa Científica: pensamento internacional X situação brasileira”, Rejowski (1996) traça um panorama da pesquisa científica em Turismo no Brasil e no mundo, visando compreendê-la sob a ótica da evolução, dinâmica, natureza, dificuldades e tendências para os próximos anos.

Logo no primeiro capítulo, a pesquisadora descreve que, de acordo com Jovicic (1988, p. 2 apud REJOWSKI, 1996, p. 15), os primeiros registros na literatura científica acerca das noções de Turismo, em grande parte com marcos de referência da Economia e da Geografia, datam do início da década de 1870. Nesse mesmo enfoque, esclarece que, dois outros autores, Wolf e Jorckzek (1986 apud REJOWSKI, 1996, p. 15), situam na virada do século XX, na Alemanha, trabalhos relevantes para a abordagem do tema.²⁷

Ainda neste capítulo, Rejowski (1996, p. 16) afirma que, é também na Alemanha, no final dos anos de 1920, que se criou o Centro de Pesquisas Turísticas, na Universidade de Berlim, cuja produção teórica passou a ser conhecida como Escola Berlinense. “[...] A produção teórica dessa Escola estendeu-se até o início da Segunda Guerra Mundial, cujos membros, economistas, preocuparam-se principalmente em estudar e entender os aspectos econômicos do turismo [...]”.

Contudo, conforme a autora, somente em 1942, publicou-se uma obra de fundamental importância para o estudo científico do Turismo, “Fundamentos Gerais do Ensino do Turismo”, escrita por dois professores suíços, W. Hunziker e K. Krapf. Estudo este com prosseguimento, em 1955, na obra “O Moderno Turismo”, do austríaco P. Bernecker (REJOWSKI, 1996).

Rejowski (1996) também destaca que, em conjunto, esses pesquisadores criaram o Instituto de Turismo, na Universidade de Berna, o Seminário de Turismo e Política Turística, na Escola Superior de Comércio em *Saint-Gallen* e o Instituto de Pesquisas Turísticas, na Escola de Comércio Internacional de Viena, influenciando sobremaneira outros estudos a respeito do Turismo em todo o mundo.

²⁷ Os primeiros estudos com enfoque geográfico foram “A Importância do Turismo”, de Brougier, em 1902, e “O Turismo”, de Stradner, em 1905, “sendo este último autor quem introduziu o tema geografia do turismo na terminologia científica da atividade”. Com a obra “Condicionantes Geográficos e Efeitos do Turismo”, Sputz, em 1919 é “um dos primeiros autores a relacionar as viagens turísticas ao *deslocamento espacial*” (REJOWSKI, 1996, p. 15).

[...] Além disso, Hunziker e Krapf introduziram as primeiras idéias e o primeiro pensamento sobre uma *ciência integral do turismo*, com a tão chamada *definição universal*, na qual o turismo é o conjunto de relações e fenômenos resultantes do deslocamento e da permanência de pessoas em localidades diferentes daquelas nas quais residem ou trabalham, contando que tais deslocamentos e permanências não sejam motivados por uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária (REJOWSKI, 1996, p. 16).

Do mesmo modo, por iniciativa de Hunziker e Krapf, funda-se em 1951, a *Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourisme* (Aiest), entidade que assumiu “[...] um papel de catalisadora e precursora de numerosos estudos, os quais contribuíram substancialmente para o presente estágio da pesquisa em turismo” (REJOWSKI, 1996, p. 16).

Mas, Pearce (1998 apud REJOWSKI, 1996), salienta que, somente nas décadas de 1960 e 1970, o estudo do Turismo aparece de forma mais freqüente na bibliografia especializada em outros países do mundo e nos Estados Unidos da América (EUA).

[...] Entre os primeiros escritores britânicos estavam Olgivie, Norval e Lickorish e Kershaw. Mas foi só na década de 1970 que os acadêmicos anglo-americanos começaram a mapear as águas não-cartografadas dos primeiros estudos do turismo. Por exemplo, Medlik e Burkart da Universidade de Surrey assumiram a liderança na Inglaterra, enquanto Clare Gunn da Universidade A&M do Texas, e Robert McIntosh da Universidade Estadual de Michigan foram os pioneiros da educação de turismo nos Estados Unidos (GO, 2001, p. 461 apud SOGAYAR; REJOWSKI, 2011, p. 285).

Destarte, pode-se afirmar que importantes bases para o estudo do fenômeno turístico situam-se antes da Segunda Guerra Mundial. No entanto, o seu desenvolvimento científico só ocorre após este período, especialmente nas áreas da Geografia, Economia, Administração, Sociologia e Antropologia, a partir de autores com formação acadêmica nessas disciplinas (REJOWSKI, 1996).

É interessante ressaltar que, embora isto não seja preponderante, os estudiosos mesmo que de modo não intencional, tendem a reduzir as explicações do fenômeno turístico as suas respectivas áreas de formação e atuação profissional (PANOSSO NETTO, 2005).

[...] Assim, o geógrafo dirá da importância dos estudos geográficos relacionados ao turismo, porque tudo acontece num espaço; o economista dirá da importância dos estudos econômicos relacionados ao turismo, pois é a economia que move o mundo. Cada um partirá dos pressupostos e paradigmas de sua ciência de formação [...] (PANOSSO NETTO, 2005, p. 44).

Panosso Netto e Trigo (2003) nos alertam para outro elemento desta situação, o fato do Turismo ainda configurar-se como um campo de estudos, sem delimitação nítida de objeto(s) de pesquisa, bem como, método próprio de análise. Fato que, para esses autores, exige urgência nas pesquisas científicas para alicerçar-se uma epistemologia²⁸ do Turismo, visando delimitar o campo de estudos da área para a constituição de uma disciplina única, além da demarcação de objeto(s) de pesquisa e método particular para efetuar suas investigações.

Em outras palavras, o Turismo é um fenômeno de múltiplas facetas, cuja penetração adentra, de forma direta ou indireta, muitos aspectos da vida humana, bem como, um campo de estudos que, até o momento, incorpora teorias, conceitos, métodos e técnicas de várias disciplinas, tais como, os das Ciências Humanas e Sociais, das Ciências Exatas e da Terra, das Ciências Biológicas e Saúde, entre outras. Nesse sentido, o que aparenta uma suposta vantagem em comparação a outras áreas de conhecimento, configura-se do mesmo modo, em um dos principais entraves para o avanço dos estudos científicos do Turismo.

Leiper (1981 apud REJOWSKI, 1996, p. 22) em análises sobre os estudos turísticos, particularmente na Faculdade Técnica de Sidney, “[...] argumenta que a aproximação ortodoxa para a educação na área de turismo – *estudos multidisciplinares* – tornou-se um obstáculo para o seu próprio desenvolvimento [...]”. Isto porque cada uma das disciplinas envolvidas no estudo aplicaria seus próprios conceitos e métodos, interpretando os resultados apenas no nível de cada disciplina em separado, ou então em comparações superficiais e reducionistas.

Afora essa problemática, Barretto e Santos, em um artigo publicado na “Revista Turismo: Visão e Ação”, em agosto de 2005, enfatizam que:

[...] um dos problemas que envolvem os chamados Estudos Turísticos reside no fato do turismo constituir-se, simultaneamente, em objeto de estudo científico e em área de ação do *marketing* e de outros fazeres que privilegiam sua dimensão de negócio.

A questão mostra-se ainda maior na medida em que o discurso mercadológico busca sua legitimidade nos procedimentos da ciência - o que não é exclusivo, diga-se de passagem, ao tema do turismo (BARRETTO; SANTOS, 2005, p. 358).

²⁸ A epistemologia também é conhecida como teoria do conhecimento ou *gnoseologia*, seu objetivo é “verificar o que é válido no conhecimento de determinado fenômeno” (PANOSSO NETTO; TRIGO, 2003, p. 58).

Desse modo, o caráter híbrido do Turismo reflete, por sua vez, a completa ausência de consenso até mesmo quanto à sua conceituação. Pois, conforme as observações tecidas por Malta (2011, p. 17), embora haja definições pré-estabelecidas e amplamente divulgadas sobre o Turismo, como a defendida pela Organização Mundial de Turismo (OMT)²⁹ “[...] a literatura da área deixa claro a inexistência de um conceito unívoco que represente esta atividade”.

Além disso, a dualidade atribuída ao fenômeno turístico – objeto de estudo científico e atividade econômica – constituiu-se, na opinião de autores como Magalhães (2008 apud MALTA, 2011, p. 18), em algo perigoso, visto que “[...] abre espaço para a redução do turismo a uma perspectiva puramente comercial, impedindo-o de atuar como meio de entendimento do real ou como ciência”.

Não obstante, a análise epistemológica mais notória sobre a produção científica em Turismo deve-se a Jafar Jafari (1984 apud REJOWSKI, 1996) que agrupou os estudos em diferentes plataformas, conforme os principais posicionamentos emitidos, tanto pelo meio acadêmico quanto pelos órgãos públicos, em relação à atividade turística.

A primeira plataforma apresentada por Jafari (1984 apud REJOWSKI, 1996) é a “Plataforma de Defesa” (*Advocacy Platform*) que, refere-se a uma visão romantizada da atividade. O auge desta fase compreende o período após a Segunda Guerra Mundial, a partir do incentivo do Turismo pela Organização das Nações Unidas (ONU) como atividade que traria divisas do exterior, gerando empregos e renda para a economia, sobretudo dos países em desenvolvimento. As benesses do Turismo foram então amplamente divulgadas em artigos de jornais, livros e documentos da Organização Mundial do Turismo (OMT), entre outras associações (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008). Dentro dessa linha, na década de 1960, o Turismo no Brasil passa a ser visto como uma forma de reconstruir a economia, a exemplo do que Jurdao Arrones (1992 apud SANTOS, et. al., 2009) verificou no Pacífico Sul, no Caribe e na Espanha. Nas palavras de Barretto e Santos (2005, p. 361) esta plataforma aborda apenas os aspectos positivos do Turismo

²⁹ “A própria OMT, apesar da tentativa de padronização do conceito de turismo, deixa claro que o mesmo é marcado pela ausência de definições conceituais claras que delimitem a atividade e a distingam de outros setores econômicos” (OMT, 2001 apud MALTA, 2011, p. 17).

como “[...] uma atividade boa para a sociedade, economicamente rentável, socialmente neutra e ambientalmente viável”.

Em oposição a esta primeira plataforma, inicia-se na Europa, na década de 1970, a “Plataforma de Advertência” (*Cutionary Platform*) que, a partir de observações tecidas por estudiosos sobre a atividade turística, destacam-se os seus pontos negativos e malignos. No Brasil, tais preocupações aparecem somente na década de 1980, com os estudos de antropólogos e geógrafos, sobretudo da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal de Santa Catarina (SANTOS et. al., 2009). Especialmente nesta fase, o Turismo é identificado como destruidor da cultura local e dos recursos naturais, além de ser apontado como uma atividade essencialmente voltada para os turistas, ignorando as necessidades da comunidade local e, conseqüentemente, gerando conflitos de toda ordem (CANDIOTTO, 2007 apud MALTA, 2011).

A terceira plataforma, denominada “Plataforma da Adaptação” ou da “Conciliação” (*Adaptancy Platform*), congrega estudos que consideram tanto os aspectos positivos quanto os aspectos negativos da atividade turística, abordando as suas formas “alternativas”³⁰ e as possíveis adaptações para minimizar os seus impactos contrários. Embora, os pesquisadores, desde as décadas de 1970 e 1980, já estudassem uma forma de viabilizar um “Turismo Sustentável” do ponto de vista ambiental e sociocultural, visando um contato mais efetivo entre visitantes e visitados (BARRETTO, 2008 apud SANTOS et. al., 2009), somente na década de 1990 estas idéias chegaram ao ambiente empresarial.

A próxima plataforma, “Plataforma do Conhecimento” (*Knowledge-based Platform*), representa segundo Jafari (1994 apud REJOWSKI, 1996), o momento em que foi criado um corpo de conhecimentos turísticos, possibilitando a aproximação de muitas universidades para os estudos desta temática. Nesta fase, o Turismo é visto de forma holística, considerando as suas funções, as suas estruturas e as possíveis conseqüências dessa atividade. Ainda de acordo com o próprio Jafari (1994, p. 16 apud SANTOS et. al., 2009, p. 13), essa plataforma, “[...] em grande parte sustentada por membros da comunidade acadêmica, busca apoiar-se em conhecimentos

³⁰ “Essas formas foram sendo denominadas de turismo nativo, alternativo, apropriado, responsável, sensível, rural, de pequena escala, verde, suave, controlado...” (REJOWSKI, 1996, p. 41).

científicos e, ao mesmo tempo, manter laços que a unam às demais plataformas”. Contudo, Barretto e Santos (2005) alertam que a presença e recorrência do conhecimento mercadológico no campo de estudos do Turismo é tão marcante que chega a ser frequentemente confundido com o conhecimento científico.

No último número publicado da extinta revista *Journal of Tourism Studies*, Jafari (2005 apud SANTOS et. al., 2010) também esboçou a necessidade de conceber-se uma quinta plataforma, a “Plataforma Pública” (*Public Platform*). De acordo com o autor, o Turismo não pode apenas beneficiar-se dos estudos de múltiplas disciplinas, como tem feito até agora. Deve, no entanto, tornar público o conhecimento gerado na sua prática. Pois, no momento atual, conforme Lohmann e Panosso Netto (2008), a discussão acerca do Turismo alcançou o público não especializado, em virtude dos episódios da pneumonia asiática (Sars) e dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, e de 11 de março de 2004, ocorrido em Madrid, na Espanha.

Segundo Jafari (1994 apud SANTOS et. al., 2010) a evolução das plataformas contribuiu para a reformulação constante dos conceitos de Turismo e, de acordo com a abordagem utilizada – defesa, advertência, adaptação ou conhecimento – adotar-se-ão diferentes definições de Turismo. Embora tais plataformas tenham surgido em ordem cronológica, o próprio autor afirma que elas coexistem nos dias atuais.

Em uma linha de análise semelhante, Goeldner et. al. (2002, p. 24 apud MALTA, 2011, p. 22) complementam a noção efetuada por Jafari, por meio da sistematização das principais abordagens do estudo do Turismo. A partir da identificação de oito principais abordagens³¹ são apresentadas, assim como nas plataformas defendidas por Jafari (1994 apud REJOWSKI, 1996), inúmeras formas de se compreender o fenômeno turístico. Em síntese, essas as abordagens oscilam entre a esfera econômica do Turismo, o seu caráter de atividade social e até mesmo geográfica. Vale frisar que, muitas delas, por focarem os benefícios econômicos do fenômeno turístico aproximam-se da “Plataforma de Defesa”, como sugerido por Jafari. Por outro lado,

³¹“Goeldner et. al. (2002, p. 28 apud Malta, 2011, p. 22) apresenta oito abordagens básicas de estudo do turismo: 1.Abordagem institucional;2.Abordagem de produto; 3.Abordagem histórica; 4.Abordagem gerencial; 5.Abordagem econômica; 6.Abordagem sociológica; 7.Abordagem geográfica; 8.Abordagens interdisciplinares”.

abordagens mais críticas e amplas como a geográfica e as interdisciplinares envolvem aspectos mais abrangentes sobre esta atividade, ultrapassando seu caráter econômico e seus atributos unicamente positivos (MALTA, 2011).

Já na obra de Panosso Netto, “Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia” (2005, p. 45), o autor ao eleger como parâmetro a “Teoria dos Paradigmas Científicos”, elaborada por Thomas S. Kuhn³², identifica três grupos básicos de estudiosos que procuram explicar teoricamente o Turismo.

O primeiro grupo é classificado como “[...] pré-paradigmático, pois foram os primeiros a sugerir uma análise teórica do turismo que serviu para outros pesquisadores avançarem em suas pesquisas” (PANOSSO NETTO, 2005, p. 45). Ainda de acordo com esse autor, a fase em questão é denominada pré-paradigmática porque estes estudiosos³³ não conseguiram criar uma escola de pensamento em torno das próprias teorias desenvolvidas. Mas, Panosso Netto (2005) nos alerta dizendo que tal classificação não minimiza a relevância destes estudos, apenas demonstra a necessidade de análises mais profundas para a comprovação destas propostas.

A próxima fase, nomeada “Fase Paradigma – Sistema de Turismo” é composta pelo segundo grupo de pesquisadores responsáveis pela criação de um paradigma nos estudos turísticos. Nas palavras de Panosso Netto (2005, p. 45-46), esse modelo é um paradigma porque a visão sistêmica é amplamente difundida e utilizada nos estudos científicos do Turismo, e, “[...] sem dúvida, até o presente momento, é a teoria que melhor explica a dinâmica do turismo, apesar de ainda conter elementos que dificultam a compreensão”.³⁴

³² Em linhas gerais, Kuhn percebe o avanço das ciências em forma de rupturas. Para ele, caso o pesquisador não se encontre satisfeito com o paradigma vigente, poderá buscar outra teoria que explique melhor o objeto estudado. Ainda segundo Kuhn, os paradigmas seriam conceitos teóricos e valores aceitos por uma comunidade científica que os emprega em suas pesquisas. Para maiores explicações consultar a obra “A estrutura das revoluções científicas”, de Thomas S. Kuhn.

³³ Segundo Panosso Netto (2005, p. 45), os nomes de maior destaque são os de “Luiz Fernández Fuster, Walter Hunziker, K. Krapf, A. J. Burkart e S. Medlik”.

³⁴ “Os mais proeminentes representantes são Neil Leiper, Mário Carlos Beni, Alberto Sessa e Roberto Boullón” (*Idem, ibidem*, p. 45).

Todavia, partindo da Teoria Geral de Sistemas, encontram-se estudiosos³⁵ que se situam no terceiro grupo, intitulado de “Novas Abordagens”. Essa nova fase teórica “diferencia-se das duas primeiras porque propõe análises diversificadas e inovadoras do turismo”, onde alguns autores sugerem esquemas e interpretações que visam superar o Paradigma – Sistema de Turismo, na tentativa de recolocar o homem no centro da discussão do Turismo (PANOSSO NETTO, 2005, p. 46)³⁶.

Por outro lado, no que tange as temáticas abordadas pelos estudos turísticos, há poucas investigações que enfocam especialmente essa questão. Rejowski (1996, p. 43-44), considerando o papel das entidades internacionais científicas com vistas à promoção dos estudos científicos do Turismo, nos aponta uma breve análise, por década, dos temas centrais dos congressos da Aiest³⁷:

[...] a) *anos 50*: preocupação com temas gerais, destacando-se o ensino ou a educação em turismo [...] temas específicos como a pesquisa de mercado e propaganda turística [...] turismo no planejamento territorial e a expansão regional, deixando de lado o aspecto puramente econômico.

b) *anos 60*: [...] mediação dos fluxos turísticos [...], problemas teóricos e práticos do local turístico [...] e administração de empresas turísticas [...].

c) *anos 70*: acentua-se a preocupação com a pesquisa [...] e surgem temas que refletem a abertura do estudo do turismo sob vários enfoques e em várias disciplinas; preocupa-se também em relacionar turismo ao meio ambiente [...], *marketing* [...] e *management* [...].

d) *anos 80*: [...] preocupação com os limites do desenvolvimento turístico [...] e discute-se a recreação aliada ao turismo e ao lazer [...], a relação custo-benefício dos recursos turísticos [...] e suas conseqüências [...].

e) *anos 90*: [...] turismo qualitativo [...]; turista/viajante [...]; turismo para destinações a longa distância [...]; ressurge a preocupação com a pesquisa turística.

No caso específico do Brasil, a autora em sua tese de doutorado, fez um levantamento da pesquisa científica em Turismo no País, a partir da exaustiva análise de 55 (cinquenta e cinco) dissertações e teses, defendidas no período de 1975 a 2002, nos mostrando que “[...] os

³⁵ “Esse grupo é formado por Jafar Jafari e John Tribe” (*Idem, ibidem*, p. 47).

³⁶ Nesta análise Panosso Netto (2005, p. 143), também destaca que, “entre a primeira e a segunda fases e entre a segunda e a terceira, há uma área de transição, composta por abordagens que transitam entre a fase anterior e a fase seguinte”.

³⁷ Segundo a autora, os congressos desta entidade são o principal termômetro quanto às temáticas, visto que são eles que orientam e dirigem interesses da pesquisa turística (REJOWSKI, 1996, p. 110).

pesquisadores têm-se preocupado mais com o planejamento do turismo, como base para o desenvolvimento dessa atividade no país, e com o estudo de centros turísticos localizados no litoral, ou seja, com o turismo litorâneo” (REJOWSKI, 1996, p. 98).

Já a sua tese de livre-docência³⁸, com o aprofundamento das análises disciplinar, temática e metodológica desta produção, a partir de um conjunto de 102 (cento e duas) dissertações e teses, defendidas entre 1973 e 1995, comprovou que “[...] há concentração de pesquisas em oferta, desenvolvimento, *marketing* e planejamento turístico, além de turismo e espaço [...]” (REJOWSKI, 1997, p. 132-133).

Cabe aqui destacar que, Bertuzzo (2004 apud REJOWSKI, 2010), ao pesquisar as publicações do periódico científico “Turismo em Análise”³⁹, entre os anos de 1990 e 2002, descobriu que:

[...] A identificação das temáticas mais pesquisadas [...] sofre uma forte influência com a teoria criada por Jafari. As temáticas mais evidenciadas [...] (1990 a 1994) são: Planejamento Turístico, Destinações Turísticas, Economia do Turismo, Infra-Estrutura Turística e Administração Turística [...] voltadas ao início do desenvolvimento da atividade turística, apontando [...] para a chamada plataforma de defesa (BERTUZZO, 2004a, p. 80 apud REJOWSKI, 2010, p. 234).

E apesar do cenário acerca do percurso da pesquisa científica em Turismo na esfera nacional, figurar, nestes últimos anos, entre o objeto de estudo de alguns autores, como se observa na citação de Santos et. al. (2009, p. 5) à introdução de um artigo sobre a visão global da pesquisa em Turismo no País:

[...] Em 2005, Barretto e Santos (2005) analisam o fazer científico em turismo no Brasil e seu reflexo nas publicações – tema que dá título ao artigo publicado. Em 2008, durante o V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR, foram apresentados três trabalhos com foco na pesquisa em turismo. Cajaseiras (2008), que enfoca a pesquisa científica em turismo no estado de Pernambuco; Moraes (2008), que analisa a produção com foco nos eventos do Estado de São Paulo; Spolon e Motoda (2008), que analisam as produções desenvolvidas dentro dos programas de pós-graduação em Turismo e Hospitalidade. Em 2009, na edição seguinte do mesmo evento, Momm e Santos (2009) focalizam o campo do estudo do

³⁸ “Esse estudo foi ampliado por Trigo (2001), que estendeu o panorama até 1999. E por Gomes (2004), que o completou até 2003” (SANTOS et. al., 2009, p. 5).

³⁹ “Essa revista é editada pelo Curso de Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) desde 1990, sendo a primeira revista científica na área no Brasil (REJOWSKI, 2010, p. 233).

turismo no Brasil e os indícios de sua institucionalização em relação ao período de 2000 a 2006 [...].

O estado da arte desta produção científica ainda é preocupante sob vários aspectos. Um destes, o eclético quadro da metodologia empregada é exemplificado por Rejowski (1996, p. 105) em sua tese de doutorado supracitada:

[...] A princípio tentou-se aplicar uma das várias classificações metodológicas usuais nas ciências humanas e sociais. [...] nenhuma se revelou adequada ao conjunto de documentos analisados. [...] os estudos em foco não possibilitaram visualizar o desenvolvimento esperado e se apresentaram como estudos individuais, sem interligações de linhas de pesquisa [...].

[...] As análises e os estudos de caso concentram 61,8% da produção total das dissertações e teses em turismo, contra 38,2% dos outros sete tipos de estudo [...].

Outro item que Rejowski (1996, p. 112) também enfatiza relaciona-se a questão da ausência de rigor científico à configuração destas pesquisas acadêmicas:

[...] Nem sempre se encontrou rigor científico e espírito crítico, apenas brotaram alguns temas de pesquisa, faltando, em muitos casos, domínio de metodologia, que parece ser deficiência carregada desde a graduação.

No entanto, a autora realça que:

[...] Enquanto não existirem grupos de pesquisa que sedimentem os primeiros conhecimentos, provocando reflexão crítica dos mesmos, será difícil a evolução da pesquisa acadêmica em turismo. Se o estudo do turismo no Brasil não for encarado como uma disciplina acadêmica, contando com estudos densos e fundamentos em pesquisa, continuar-se-ão, por muito tempo ainda, realizando estudos isolados sem conexão e aplicação à realidade (REJOWSKI, 1996, p. 112).

Seis anos após a constatação de Rejowski (1996), Sakata (2002), em sua dissertação de mestrado, aborda as tendências metodológicas da pesquisa acadêmica em Turismo, analisando comparativamente as metodologias empregadas nas dissertações e teses produzidas na Universidade de São Paulo, na Universidade do Vale do Itajaí e no Centro Universitário Ibero-Americano, destacando que,

[...] quanto ao paradigma de pesquisa, tem-se em primeiro lugar de utilização o Paradigma Exploratório, seguido do Explicativo, Descritivo e Histórico. Quanto à Estratégia de Pesquisa, a mais utilizada é a pesquisa de Campo, seguida do Estudo de Caso, Estratégia Bibliográfica e Histórica. [...]. Nas Teses de Doutorado, [...] quanto ao Paradigma da Pesquisa, o que mais se destacou foi o Explicativo, seguido do Teórico, Exploratório-Descritivo e Exploratório. [...] Quanto à Estratégia de Pesquisa, duas que não figuram na lista dos quatro mais utilizados das Dissertações, aparecem aqui em destaque [...], a Fenomenologia [...] e a Etnografia [...] (SAKATA, 2002, p. 61).

Neste ponto, Leal (2006 apud Rejowski, 2010), divulga, na revista *Estudios y Perspectivas em Turismo*⁴⁰, os resultados de um estudo exploratório no qual discute a maturidade da pesquisa científica em Turismo no Brasil e no mundo, a partir de três indicadores: publicações especializadas, pesquisadores reconhecidos e eventos acadêmicos.

[...] O número de publicações especializadas no Brasil ainda é pequeno, comparado com países de maior tradição na oferta da educação superior na área. Durante a última década, devido a um aumento explosivo do número de cursos de graduação, a quantidade de livros didáticos cresceu significativamente. [...]

As revistas científicas de alcance nacional, por sua parte, não acompanharam o mesmo nível de crescimento dos livros, existindo na atualidade poucas revistas especializadas de qualidade reconhecida no país [...]: Turismo em Análise [...], Turismo: Visão e Ação, [...].

Os eventos mais citados pelos entrevistados foram: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, [...] Encontro Nacional de Bases Local, [...] e Congresso Brasileiro de Turismo (LEAL, 2006, p. 85-89 apud REJOWSKI, 2010, p. 234).

Contudo, sabe-se que, para o desenvolvimento destes fatores como de quaisquer outros relacionados à promoção da pesquisa científica em Turismo, a participação da comunidade acadêmica é de vital importância.

Então, pode-se sugerir que os resultados dos estudos efetuados desde Rejowski, em 1996, até os de Leal, dez anos depois, são uma parcela do reflexo do tratamento que o sistema de ensino superior em Turismo no Brasil, (inclusos aí as IES, o corpo docente e discente, a legislação específica, os órgãos de promoção e fiscalização do próprio ensino superior, o mercado editorial, os empresários e as empresas turísticas) consagra à pesquisa científica nessa área.

Portanto, compreender este imbricado contexto, demanda recobrar algumas colocações já discutidas nos primeiro e segundo capítulos deste trabalho, tais como, o cenário propício à criação dos primeiros cursos superiores em Turismo no País, aliado as facilidades de implantação de um curso que contava com o apoio declarado do Governo Militar, somadas as vastas oportunidades de lucros, sobretudo aos empresários da educação, pois requeria destes, baixos investimentos em laboratórios, bibliotecas, centros de estudos, consequência de retorno financeiro rápido e aumento indiscriminado de vagas no âmbito das IES particulares,

⁴⁰ “Essa revista é publicada pelo CIET – *Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos*, de Buenos Aires, sendo considerada uma das principais revistas científicas latino-americanas na área” (REJOWSKI, 2010, p. 234).

comprometendo seriamente a formação acadêmica e profissional dos futuros bacharéis em Turismo.

Do mesmo modo, o paradigma educacional do Turismo, a princípio, visando o cumprimento de um conteúdo programático de cunho técnico-operacional, destinava-se especialmente à aprendizagem de habilidades que contribuíssem para preencher as tarefas no *trade* turístico⁴¹, destituindo o curso de intenções teórico-metodológicas a fim de aprofundar os estudos na área. Posteriormente, com a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, fundada na concepção do desenvolvimento de competências, a formação acadêmica e profissional dos futuros bacharéis adquiri conotações mercadológicas, assim como a prática da pesquisa que, também se delimita com base nas necessidades do mercado.

As afirmações de Castanho (2001, p. 35 apud BARRETTO et. al., 2004, p. 68) ilustram essa situação:

[...] O turismo, por ser emblemático da contemporaneidade, tanto pelo significado dos deslocamentos quanto pelas suas características no plano econômico [...] incorporou rapidamente a substituição dos conteúdos pela criação de habilidades e competências, ao mesmo tempo em que congregou muitos docentes neoliberais comprometidos com o avanço do capital [...].

[...] compromisso que pode ser causa ou conseqüência de sua atuação nas empresas do ramo [...].

Pode-se dizer que, também nesse caso, o problema centra-se nas ações do sistema de Ensino Superior, afinal a formação para a docência em Turismo é responsabilidade exclusiva da pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado⁴². Evidentemente, o curso de bacharelado em Turismo dificilmente alcançaria, de forma completa e adequada, todas as competências e habilidades expostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, bem como, a formação de docentes para esta área.

⁴¹“O chamado *trade* turístico, está constituído pelas empresas de hospedagem, alimentação, transporte e agenciamento – nesse último item se incluem as operadoras, que são as que, em geral, planejam o turismo” (BARRETTO et. al., 2004, p. 43).

⁴² Em termos oficiais, a LDB nº 9.394/96, em seu Título VI que trata “Dos profissionais da Educação”, no Artigo 66, deixa claro que a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

No entanto, o número de vagas neste nível de ensino (mestrado e doutorado), sobretudo em Turismo é insuficiente para suprir a demanda relativa à quantidade de docentes para atuar nos cursos de graduação na área. Além disso, Gaeta (2007, p. 62), em sua tese de doutorado, “Formação Docente para o Ensino Superior”, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC-SP), conclui que:

[...] os programas de pós-graduação *stricto sensu* vêm consagrando o princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, privilegiando a formação do pesquisador especialista em determinada área de estudos [...]. Em geral, não têm a preocupação com a formação de profissionais dedicados ao ensino, nem oferecem oportunidade de desenvolver as dimensões pedagógicas e políticas da prática docente.

Ora se os programas de mestrado e doutorado que, possuem legislação específica, dotada de regras nítidas e complexas, permitindo certa padronização, baseada no princípio da qualidade, apresentam esta problemática; certamente a pós-graduação *lato sensu*, com regulamentação flexível e genérica, apresenta outras tantas.

Por isto, a formação de docentes para o ensino superior em Turismo, é do mesmo modo um dos maiores desafios aos estudos científicos da área. Trigo (2000) observa que, a contratação de docentes graduados e, principalmente titulados (mestres e doutores) em outras áreas, que não a do Turismo, acarreta um ensino defasado no qual os alunos estudam questões superficiais e, por vezes, não pertinentes ao tema.

Ainda com relação às principais dificuldades quanto à formação do quadro de professores nos cursos superiores em Turismo, Ruschmann (2002, p. 21-22 apud SOGAYAR; REJOWSKI, 2011, p. 289) destaca três delas:

[...] - Ausência de correlação entre turismo e ciência, pois os professores das ciências básicas não desenvolviam, por exemplo, a relação entre psicologia e comportamento do turista;

- Falta da titulação de docentes das disciplinas técnico-profissionalizantes, visto que o Turismo era considerado uma área emergente e estes acabavam por apresentar uma visão unilateral de sua atividade; muitas vezes faltavam às aulas para cumprir suas obrigações profissionais, sendo a docência uma ocupação secundária;

- Carência de experiências e vivências no setor turístico de docentes com dedicação integral ao ensino e à pesquisa, o que conduz a uma formação excessivamente teórica dos alunos, prejudicando sua atuação e, conseqüentemente, sua absorção pelo mercado de trabalho.

Outro elemento, atuante no sistema de ensino superior em Turismo – o mercado editorial – ao contrário do que se discorre, é tão comprometedor quanto às carências evidenciadas até então. Segundo Barretto (1996), no Brasil, desde a implantação dos primeiros cursos de graduação em Turismo, os alunos, frente ao modesto número de publicações nacionais, recorriam aos estudos de autores estrangeiros, a experiência dos professores, aos documentos oficiais sobre Turismo e até a própria experiência para formular suas análises. Essa situação, de acordo com a autora, só deu uma guinada, na década de 1990, com um considerável avanço da abertura de cursos superiores nesta área no País. Verifica-se, então, na mesma proporção uma enorme oferta de títulos, que se aproxima dos mil e quinhentos, porém permanece a dificuldade em identificarem-se marcos teóricos definidos ou escolas de pensamento (BARRETTO; SANTOS, 2005).

[...] Uma parte destes livros tem caráter de revisão bibliográfica ou de manual de administração, onde são reproduzidas definições e conceitos, realizam-se análises conjunturais e propõem-se soluções operacionais para o melhor funcionamento do sistema turístico ou de algum dos seus segmentos. [...]

[...] A produção editorial ligada ao turismo no Brasil abunda em projeções futuras, fundamentadas em números de origem incerta, em dogmas sobre o que deve ser feito, sobre o que o turismo é ou provoca, é rica em idéias e projetos. Mas projeções, dogmas e projetos não constituem produção científica (BARRETTO; SANTOS, 2005, p. 362-363).

Com essas colocações, e a partir de uma pesquisa de Panosso Netto e Calciolari (2010) sobre a produção bibliográfica em Turismo no Brasil, no período de 1990 a 2010, nota-se que a progressão do número de cursos superiores em Turismo no País, a partir da década de 1994, e conseqüentemente, o aumento do mercado consumidor de livros nessa área, configuram-se como a principal influência às editoras nacionais para a publicação de livros sobre o tema.

Conforme o autor, tal constatação encontrou eco na reportagem do Jornal Folha de São Paulo, em 29/04/2002, na voz de Valle (2002 apud PANOSSO NETTO; CALCIOLARI, 2010, p. 674) que afirma: “[...] acompanhando o crescimento da indústria do turismo e de cursos na área, o mercado editorial de livros técnicos de turismo vive um boom de lançamentos”.

Assim, diante e imerso neste quadro, tem-se da mesma forma, o público discente dos cursos superiores em Turismo que, dotados de singularidades e deficiências acadêmicas provenientes do modelo de Educação adotado pelo País ao longo dos séculos, depara-se com toda

gama de situações, desde a própria dificuldade em se apropriar do conhecimento teórico existente acerca do fenômeno turístico, passando pelo embate entre os empresários do setor (necessidades do mercado) e a academia (o desejo e o dever de formar pensadores), até a questão da empregabilidade na área.

A esse respeito são ilustrativas as declarações proferidas por Barretto et. al. (2004, p. 42-43), no livro “Discutindo o ensino universitário de Turismo”:

[...] Nos vários estados há secretarias e nos municípios pode-se observar uma variedade de instituições que se ocupam do turismo [...] sem fazer generalizações, pode-se afirmar que, na maior parte desses órgãos, a função de planejamento do turismo não é exercida por pessoas provenientes da academia nem com experiência na atividade privada, mas sim proveniente de quadros políticos sem conhecimento específico do tema turismo [...]. Tampouco se observam muitos egressos da academia nas funções de planejamento das operadoras e, como é lógico supor, os interesses destas estão voltados à obtenção de lucros e à transformação de todo recurso em atrativo turístico, sem que temas como a preservação da natureza ou o respeito pelas culturas sejam tomados em conta ou, sequer, reconhecidos como parte integrante do processo turístico.

[...] Citando dados recolhidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o órgão mundial de turismo atesta que o emprego na área apresenta elevada porcentagem de trabalhadores em tempo parcial, temporários e esporádicos, assim como importante presença de mulheres em cargos menores e poucas mulheres em cargo de responsabilidade; importante presença de trabalhadores estrangeiros e jovens com escassa qualificação; grande número de trabalhadores clandestinos; menor remuneração do que em outros setores da economia; maior número de horas semanais de trabalho e menor grau de sindicalização (OMT 1995, pp. 30-31) características essas que fazem do turismo um setor de muito menor produtividade do que outros (p. 27) (BARRETTO et. al., 2004, p. 49).

Todavia, o problemático conjunto descrito até o momento, não impediu que pesquisadores⁴³ no Brasil e, no mundo, permanecessem empenhados em estudar o Turismo enquanto fenômeno que engloba inúmeras facetas do existir humano.

Na dimensão desta contribuição, em nosso País, destacam-se, na década de 1990, a publicação do principal periódico científico em Turismo – “Turismo em Análise” – e o fortalecimento da linha de pesquisa “Turismo e Lazer” do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Além disso, nessa mesma década,

⁴³ No Brasil, entre os autores que vem tratando dos estudos científicos do Turismo, pode-se citar: Luiz Gonzaga Godoi Trigo, Mário Carlos Beni, Margarita Barretto, Marutschka Martini Moesch, Mirian Rejowski (PANOSSO NETTO; TRIGO, 2003).

tem-se o primeiro Mestrado em Turismo e Lazer na USP, que se manteve entre os anos de 1993 e 1998, bem como, o Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí, criado em 1998, ao qual seguiram outros programas⁴⁴ (REJOWSKI, 2010).

Nesta perspectiva, vislumbra-se uma produção acadêmica capaz de discutir o Turismo como fenômeno social, com implicações culturais, econômicas, ambientais, entre tantas outras, promovendo enfim questionamentos sobre a razão de ser dessa atividade humana. Além de colaborar para o desempenho mais eficiente e, sobretudo crítico dos profissionais da área. Sem, no entanto, apartá-los da contribuição com o bem estar e desenvolvimento da sociedade.

Porém, considerando-se o fato de que, uma parcela significativa dos cursos de graduação em Turismo tem como uma exigência parcial para a conclusão do bacharelado, a proposta de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sugere-se, então, que a maior parte da produção acadêmica em Turismo provenha justamente desses trabalhos.

Segundo Novaes (2008, p. 377) “[...] o TCC tende a assumir um caráter investigatório e científico, e seu resultado poderá ser apresentado em forma de monografia ou projeto como fator de contribuição para a qualidade do ensino universitário”.

No entanto, não se pode furtar deste momento acadêmico a configuração de variados obstáculos para a elaboração e, sobretudo compreensão desses trabalhos por parte dos graduandos. Oliveira (2003 apud LORGUS, 2009) ao investigar a concepção que os egressos de um determinado curso de graduação têm acerca da contribuição do TCC para a formação profissional, revela que, geralmente devido à precariedade na educação primária científica, os graduandos pouco percebem a relevância da pesquisa no exercício da futura profissão.

No caso específico dos cursos de graduação em Turismo, Barretto et. al. (2004, p. 69) ao descrever as peculiaridades dos discentes, tenta-se sinalizar qual seria o cerne destes obstáculos:

⁴⁴ Segundo Spolon e Motoda (2008 apud SANTOS et. al., 2009, p.5), outros programas de pós-graduação foram oferecidos nas seguintes instituições: “Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus/BA, em 2000; Universidade de Caxias do Sul – Caxias do Sul/RS, 2001; Universidade Anhembi Morumbi – São Paulo/SP, 2002; Centro Universitário UNA – Belo Horizonte/MG, 2003”.

[...] A evidência empírica nos cursos de turismo [...] é que a maior parte dos alunos desenvolve uma enorme capacidade de crítica e discussão, com base no senso comum, sem jamais se apropriar do *corpus* teórico existente. [...] não tendo tempo nem gosto pelo estudo fora da sala de aula, espera que esse conhecimento seja “passado” pelo professor como se este tivesse uma varinha de condão ou quem sabe, no melhor estilo do filme *Matrix*, pudesse instalar os conhecimentos mediante um *chip*; [...]

No entanto, cabe aqui completar esta observação empírica com o questionamento acerca da existência, de fato, por parte das IES de ferramentas para despertar nos universitários o interesse pela pesquisa acadêmica. Ou ainda, a existência nestas instituições, de incentivos à pesquisa, desde programas de iniciação científica, núcleos de pesquisas, laboratórios, bibliotecas e meios para a divulgação e o acesso público dos estudos efetuados.

Em outras palavras, é pertinente a discussão acerca do papel da universidade na atualidade, desde a sua relação com as demandas mercadológicas até como se articulam o tripé ensino, pesquisa e extensão.

O modelo de universidade que emerge na sociedade atual pauta-se nas propostas neoliberais para a Educação, tentando transformá-la em uma empresa produtiva. Evidentemente, é um intuito paradoxal, visto que a preocupação e os objetivos da Educação como um todo são antagônicos ao conceito de “produto final” (mercadoria).

No Brasil, segundo Buarque (1991, p. 53 apud BARRETTO et. al., 2004, p. 13):

[...] a educação foi vista, desde o período colonial, como um luxo, ou um instrumento ao (*sic*) desenvolvimento econômico, e não uma finalidade do processo civilizatório [...] um meio pelo qual passam todos os caminhos que levam à criação de uma estrutura socioeconômica eficiente.

Com o limiar do século XX, o ingresso na universidade em nosso País provoca certo tipo de orgulho social, visto que se incute, principalmente nos jovens das classes menos favorecidas, a ilusão de ter ascendido às classes dominantes. De acordo com Barretto et. al. (2004, p. 30):

[...] Na atualidade, com a disseminação das universidades privadas, esse quadro agrava-se mais, já que muitas delas, cujo escopo é fazer negócios, apontam exatamente para esses anseios das classes médias e baixas de obtenção de sucesso e prestígio mediante o diploma universitário, diploma que, de certa forma, minimiza o conflito proveniente da falta de igualdade social.

Sguissardi (2008 apud LORGUS, 2009) complementa este quadro ao nos apontar o surgimento da universidade neoprofissional que, de autônoma, conforme prevê a Constituição Federal de 1988, passa a adquirir um caráter de heteronomia e competitividade. Neste modelo, segundo o autor, as universidades com suas funções, prioridades, organizações, atividades, direcionam-se cada vez mais à lógica mercantilista, com ênfase em currículos voltados às necessidades do mercado, desenvolvimento de competências profissionais, aliados a uma gestão institucional e docentes competentes.

Assim, na polarização entre o modelo de educação humanista e o modelo de educação tecnicista-profissionalizante, (felizmente) ainda encontram-se universidades que crêem ser uma instituição destinada a formar cientistas, profissionais do saber que possam contribuir com a superação dos problemas sociais de diversas ordens. Muitas permanecem situadas como principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade, bem como, lugar de construção e disseminação de novos conhecimentos. Continuam a relacionarem-se com a sociedade por meio de múltiplos canais, traduzindo as suas respectivas responsabilidades como depositárias e criadoras de conhecimento.

Portanto, a elaboração dos TCC's no meio acadêmico é um dos passos para a produção de conhecimentos novos ou aprimoramento dos conceitos e soluções já desenvolvidas. Na perspectiva do convencimento da importância da realização destes trabalhos, Martins (2001 apud LORGUS, 2009) destaca os TCC's como uma expressão de construção do conhecimento e formação profissional, compostos por um processo reflexivo que vai além do cumprimento de exigências formais.

De acordo com Novaes (2008, p. 388-389):

[...] A importância do TCC nos cursos de turismo [...] é uma espécie de treinamento para consolidar a transição entre o status de estudante e o de profissional, e o aluno deve mostrar iniciativa, criatividade, conhecimento técnico e acadêmico para garantir o padrão de qualidade da formação profissional conforme a exigência do mercado. [...]

Neste ponto, uma vez mais, Barretto et. al. (2004, p. 69) faz um alerta relevante:

[...] Substitui-se conteúdo por criatividade, atendendo a um mercado que quer “um profissional criativo” para vender melhor os seus produtos. A universidade comprou o discurso, levando assim a que, a cada monografia, os alunos “criem” produtos que já

vem sendo criados há mais de 20 anos, num permanente reinventar a roda sem verificar o conhecimento acumulado, contribuindo, dessa forma, para que não haja desenvolvimentos significativos na teoria turística.

Apesar das posturas mencionadas por Barretto et. al. (2004), o TCC poderá configurar-se como um processo inclusivo de aprendizagem científica, pois, para a execução desses trabalhos os alunos são convocados a desenvolver seu projeto de pesquisa, fundamentados nos conhecimentos construídos e agregados no decorrer do curso. Nesse sentido, é propício afirmar, como Lorgus (2009, p. 31), a elaboração do TCC é um momento integrador dos elementos ensino e pesquisa, “[...] pois é quando as cadeiras do curso de graduação passam a fazer mais sentido, em uma articulação palpável entre a teoria e a *práxis*”.

3.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DA GRADUAÇÃO EM TURISMO NA ECA-USP

Como já observado, o principal encargo deste capítulo é descrever os sujeitos e as circunstâncias que permeiam a elaboração dos TCC's da graduação em Turismo na ECA-USP. Em função disso, buscaram-se documentos que revelassem, embora parcialmente, o contexto específico destas condições de produção.

As primeiras informações, também apresentadas aos discentes deste curso, encontram-se divulgadas no próprio sítio eletrônico da Universidade de São Paulo, mais especificamente, no “Catálogo de Informações Acadêmicas ao Aluno da Graduação”. Ao mesmo tempo em que aborda as orientações peculiares sobre o sistema de ensino, pesquisa e extensão na USP, esse catálogo traz informações relevantes à própria efetivação do curso superior nesta Instituição.

De acordo com este documento,

[...] cada curso de graduação corresponde um currículo, que compreende uma seqüência hierarquizada, à base de requisitos, das disciplinas ou conjunto de disciplinas a serem cumpridas para obtenção do diploma ou certificado correspondente [...].

[...] Disciplina é a unidade de ensino. É um conjunto sistematizado de conhecimentos afins, correspondente a número determinado de créditos, ministrado em período letivo semestral ou anual [...].

[...] Conjunto de disciplinas corresponde a um programa de ensino com enfoque multidisciplinar, que deve ser ministrado, por conveniência didática, de maneira integrada [...].

[...] Disciplina-requisito é aquela em que o aluno deve lograr aprovação para obter o direito de matrícula em outra ou outras disciplinas [...].

[...] Crédito é a unidade correspondente a atividades exigidas do aluno.

As atividades relativas a aulas teóricas, seminários e aulas práticas têm seu valor determinado em “créditos-aula”. Cada crédito-aula corresponde a quinze horas-aula [...].

[...] Em cada período letivo, o aluno deverá se matricular em disciplinas que totalizem, no mínimo, 12 horas-aula semanais, ou seja, que correspondam a 12 créditos-aula [...] (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, CATÁLOGO DE INFORMAÇÕES ACADÊMICAS).

Assim sendo, para a obtenção da titulação de bacharel em Turismo, o aluno deverá cumprir as disciplinas e/ou o conjunto de disciplinas, bem como, as disciplinas-requisitos do currículo deste curso de graduação. Para tanto, após ingressar na ECA, por meio do vestibular, organizado pela Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST), o estudante contará com no mínimo oito e no máximo dezesseis semestres para integralizar o curso, a partir de um sistema de créditos, no qual ele próprio será responsável por sua matrícula por disciplinas e/ ou conjunto de disciplinas, atentando-se às exigências de pré-requisitos naquelas que demandem conhecimentos prévios.

Outro ponto de fundamental importância para a colaboração de um ambiente favorável à conclusão do bacharelado em Turismo, também explícitos neste catálogo, são os recursos pedagógicos e materiais disponibilizados pela USP ao graduando, tais como, o Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar e Frequência, o Sistema de Recuperação, o Programa de Educação Tutorial – PET, o Centro de Práticas Esportivas da USP (CEPEUSP), as Bolsas Moradia, Alimentação e Trabalho, as Bolsas Disponibilizadas pela Pró-Reitoria de Graduação (Programa Ensinar com Pesquisa; Mobilidade Internacional, Bolsa Socioeconômica), as Bolsas de Iniciação Científica, a Comissão de Direitos Humanos da USP, a Assistência Médica e Odontológica.

Já com relação aos equipamentos físicos específicos da Escola de Comunicações e Artes mencionam-se a Biblioteca “Maria Luiza Monteiro”, a Seção de Informática e o Laboratório Agência de Comunicação (LAC).

A respeito dos fatores característicos do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo (CRP), em relação ao contexto da graduação em Turismo podem-se citar duas “Entidades Discentes” – Eca Jr. e Rosa dos Ventos – que, visam promover a aproximação entre os acadêmicos, o mercado e a sociedade, através de projetos e eventos que aliem e propaguem o conhecimento científico a todos os setores da sociedade.⁴⁵

[...] A ECA Jr. tem como missão promover aprendizado aos alunos através de projetos e eventos que aliem o conhecimento acadêmico à realidade profissional, [...] de ser a melhor ponte entre a universidade e o mercado [...].

[...] Rosa dos Ventos é um projeto de extensão universitária [...] dedicado a desenvolver, através da organização e viabilização de viagens e passeios, atividades de cunho educativo que englobem abordagens associadas ao lazer e às questões ecológicas, sociais, culturais e históricas dos locais visitados [...] (ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO).

É interessante destacar que, dentre os eventos acadêmicos, promovidos pela ECA Jr. e direcionados à área de Turismo está o “Veredas”, com “[...] formato de um debate sobre um tema polêmico relacionado à área de Turismo. Os convidados são profissionais da área ligados ao tema”.

No que se refere à elaboração da pesquisa científica com vistas à composição da monografia final de curso, conforme informações no sítio eletrônico do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo (CRP), no item “disciplinas”, o aluno contará desde o sétimo semestre com uma matéria denominada “Trabalho de Conclusão de Curso” (CRP0490), com carga horária total de 90 (noventa) créditos, para auxiliá-lo na dimensão dessa produção. Vale frisar que, em sendo uma exigência parcial para a obtenção do bacharelado em Turismo, a entrega e apresentação dessa monografia é obrigatória para a conclusão do curso.

⁴⁵ Para maiores informações acerca destas duas “Entidades Discentes” consultar os respectivos sítios eletrônicos: <<http://www.ecajr.com.br>> e <<http://www.eca.usp.br/rosadosventos/>>.

Desse modo, cabe ao aluno informar-se quanto aos requisitos de matrícula e aprovação na disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso”⁴⁶. Segundo a Resolução CRP 04/2005, de 18/02/2005⁴⁷:

[...] Art. 1º O TCC consistirá em estudo aprofundado, individual, em nível adequado à graduação, sobre um tema claramente vinculado aos conteúdos (teóricos, técnicos ou laboratoriais) do curso em que o aluno se gradua.

§ 1º Sua apresentação constará de duas partes: uma, impressa, e outra, oral. Poderão acompanhar o documento impresso, conteúdos desenvolvidos em outras linguagens e gravados em suportes reprodutíveis (RESOLUÇÃO CRP 04/2005, DE 18/02/2005).

Então, posteriormente a delimitação temática de seu trabalho, o aluno deverá indicar um docente com vistas a orientá-lo nas fases dessa pesquisa científica. Contudo, conforme normas constantes da Resolução do CRP, tal indicação tem como critério a aproximação da área de atuação do docente com a temática de trabalho definida pelo aluno.

[...] Art. 2º Cada TCC será desenvolvido sob a orientação de um Professor Orientador, que acompanhará diretamente o desenvolvimento do trabalho e será co-responsável pelo seu término.

I – O Professor Orientador será indicado pelo aluno, conforme o critério de aproximação temática entre o estudo pretendido e a área de atuação docente. [...] (RESOLUÇÃO CRP 04/2005, DE 18/02/2005).

Outras informações relevantes quanto à indicação deste docente refere-se à preferência para os professores pertencentes ao Departamento do CRP e a necessidade de um acordo formal entre este docente e o aluno.

[...] II – Só poderão ser indicados como Professores Orientadores docentes do Departamento do CRP. Professores de outros departamentos da ECA poderão ser aceitos, formalmente, como co-orientadores, mas não terão turmas da disciplina oferecida para os cursos do CRP, cadastradas no sistema Júpiter sob sua responsabilidade.

III – A indicação do Professor Orientador deverá ser precedida de uma consulta formal ao docente e se efetivará por meio da apresentação de um “de acordo” escrito do docente. [...] (RESOLUÇÃO CRP 04/2005, DE 18/02/2005).

⁴⁶ Em Anexo as informações disponibilizadas no sítio eletrônico do Departamento de Relações Públicas, Publicidade e Turismo sobre os requisitos da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso”.

⁴⁷ Esta Resolução, em anexo, redefine o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e as normas para sua execução e avaliação.

Portanto, após a formalização da orientação, no decorrer da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso”, o aluno, sob a orientação de um determinado “Professor Orientador”, desenvolverá a sua monografia de final de curso.

Vale dizer que, de acordo com as informações disponibilizadas sobre esta disciplina (CRP0490), o aluno ao cursá-la acessará um conteúdo específico, embasado por bibliografia pertinente ao tema de sua monografia. Assim, cada aluno encontrará especificidade em sua orientação.

Concomitantemente ao desenvolvimento da pesquisa acadêmica em questão, o aluno ainda deverá alertar-se para a apresentação formal (escrita) e oral do TCC:

[...] Art. 3º O TCC impresso/gravado deverá ser elaborado, preferencialmente pelas normas da ABNT para apresentação de trabalhos acadêmicos; elaboração de referências e apresentação de citações em documentos. [...]

Art. 5º A apresentação oral do trabalho será feita, publicamente, em duas partes, a saber: a – exposição resumida do trabalho em, no máximo, trinta minutos, b – arguição da banca ao aluno para esclarecimentos, justificativas e outros aspectos que, eventualmente, não estejam adequadamente tratados no trabalho impresso/gravado. [...] (RESOLUÇÃO CRP 04/2005, DE 18/02/2005).

Além disso, precisará informar-se quanto aos prazos de entrega:

[...] Art. 4º A entrega do TCC deverá ser feita no Departamento CRP, aos cuidados de um funcionário designado, que providenciará o agendamento e a convocação das bancas examinadoras e secretariará a defesa oral nas datas agendadas. [...] (RESOLUÇÃO CRP 04/2005, DE 18/02/2005).

E a avaliação da banca examinadora que, segundo as regras da mesma Resolução há um número determinado de docentes para a sua composição, bem como, os critérios para a atribuição das respectivas notas:

[...] Art. 6º Cada trabalho será examinado e avaliado por uma Banca Examinadora composta pelo Professor Orientador e dois outros professores por ele indicados. [...]

Art. 7º Cada membro da Banca Examinadora atribuirá uma nota, de zero a dez, à apresentação impressa/gravada do trabalho e outra nota, também de zero a dez, à apresentação oral do aluno, e por meio destas duas notas calculará a sua média aritmética simples. O presidente da banca, de posse das três médias (uma de cada examinador) calculará a média aritmética final, obtendo assim a nota a ser atribuída ao aluno.

§ 1º Essa nota final corresponderá à avaliação do aproveitamento em disciplina correspondente do currículo de cada curso do CRP. [...] (RESOLUÇÃO CRP 04/2005, DE 18/02/2005).

Das citações anteriores decorre que, o TCC na ECA-USP é um processo planejado, que deverá atender aos preceitos da metodologia e do regulamento instituído pela Universidade e o CRP, com vistas a favorecer ao graduando o desenvolvimento de atividades relacionadas à pesquisa científica e/ ou à execução de trabalhos técnicos ou práticos.

Porém, nesta contextualização das condições de produção destes TCC's, cabe ainda à descrição dos alunos e docentes da graduação em Turismo na ECA-USP. Assim sendo, localizou-se a monografia “O perfil dos egressos do Curso de Turismo da ECA-USP formados entre 1975 e 2008”, apresentada por Juliane Blanco Passeri, em 2008, ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo. No segundo capítulo desse estudo, a autora trata da graduação em Turismo na ECA, apresentando entre os subtítulos o perfil do aluno ingressante desse curso.

Conforme dados apurados por Passeri (2008), a partir de informações disponibilizadas pela FUVEST em 2007, acerca do perfil destes alunos ingressantes na graduação em Turismo na ECA: 53% (cinquenta e três por cento) pertenciam ao sexo feminino; 97% (noventa e sete por cento) eram solteiros; 80% (oitenta por cento) declararam-se brancos; 74% (setenta e quatro por cento) cursaram o Ensino Fundamental em escolas particulares; 73% (setenta e três por cento) também cursaram o Ensino Médio em escolas particulares, sendo que 97% (noventa e sete por cento) não provinham do ensino técnico ou profissionalizante; 96% (noventa e seis por cento) dos pais destes alunos possuíam o Ensino Superior completo e 38% (trinta e oito por cento) apresentavam uma renda familiar mensal entre R\$ 3.000,00 (três mil reais) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Neste último dado, a autora destaca que, “[...] a renda média familiar mensal dos estudantes do curso de turismo é mais alta que a média dos ingressantes dos outros cursos” (PASSERI, 2008, p. 49).

Desse modo, pode-se inferir que, os alunos (sujeitos) do curso de graduação em Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo pertencem às classes sócio-

econômicas privilegiadas, com maiores oportunidades de investimento em uma educação básica de qualidade, geralmente privada.

Barretto et. al. (2004, p. 31) ao discutir a universidade no contexto educacional do Brasil ilustra esta questão, afirmando que:

[...] as universidades públicas têm maior nível de exigência, tanto para ingressar nelas quanto para cursá-las, e horários mais difíceis de compatibilizar com o trabalho, a maior parte das vagas é ocupada por membros das classes privilegiadas que tiveram uma boa escola primária e secundária (normalmente privada) e podem sustentar seus estudos sem necessidade de trabalhar. Dividindo a população em cinco quintos com diferentes níveis de renda, o IBGE (2003, p. 23) demonstra que 59,9% das vagas do ensino superior público estão ocupadas por 20% dos mais ricos e 23,1% pelos que lhes seguem em escala descendente, perfazendo um total de 83% de vagas para aqueles 40% da população que gozam de melhores condições econômicas. Em escala ascendente, os 20% mais pobres ocupam 3,4% das vagas no ensino público universitário, os 20% que estão no patamar que segue em termos de pobreza ocupam 4,2% e os que estão no terceiro lugar ocupam 9,5% das vagas. Somadas as três classes, percebe-se que 60% da população, os três quintos menos favorecidos, ocupa 13,1% das vagas no ensino público de nível universitário.

Já com relação à descrição dos docentes do curso de graduação em Turismo na ECA-USP, recorreu-se aos dados disponibilizados nos respectivos sítios eletrônicos: ECA, CRP e USP. Segundo informações do próprio CRP, esse Departamento conta com 30 (trinta) docentes efetivos e com 08 (oito) professores colaboradores. Para completar esta informação, encontraram-se dados ilustrativos acerca da formação e produção acadêmica destes docentes no “Anuário Estatístico” da USP. E visando uma leitura fácil e ágil destes dados, elaboraram-se novas tabelas sobre as informações restritas aos docentes da ECA.

Tabela 1 – Docentes da ECA-USP Realizando Doutorado ou Pós-Doutorado no Brasil e no Exterior em 2010

DOUTORADO		PÓS- DOUTORADO		TOTAL	
BRASIL	EXTERIOR	BRASIL	EXTERIOR	BRASIL	EXTERIOR
02	01	01	01	03	02

Fonte: Sistema LATTES-USP 01/2011

Tabela 2 – Média de Produção Científica por Docente da ECA-USP entre 2006 e 2010

ANOS	2006	2007	2008	2009	2010
TRABALHOS POR DOCENTES	1,3	1,7	1,6	1,5	1,3

Fonte: DEDALUS/ implementado pelo Sistema ALEPH e Sistema Marte

Tabela 3 – Produção Científica dos Docentes da ECA-USP em Periódicos e Livros no Brasil e no Exterior entre 2008 e 2010

PUBLICAÇÃO NO BRASIL						PUBLICAÇÃO NO EXTERIOR					
Nº DE PARTICIPAÇÕES			Nº DE TRABALHOS			Nº DE PARTICIPAÇÕES			Nº DE TRABALHOS		
2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
201	181	126	196	177	121	08	06	04	06	06	04

Fonte: DEDALUS

Diante destes dados percebe-se que, os docentes da ECA-USP possuem qualificação científica e técnica de ponta, o que poderá colaborar sobremaneira para a qualidade da produção acadêmica da graduação em Turismo nessa Instituição. Ainda pode-se concordar com a afirmativa exposta na página de apresentação do sítio eletrônico da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo:

[...] nossa Escola já formou inúmeros profissionais e cientistas de alto nível. [...] a Eca tem se destacado não apenas em número e diversidade de cursos, mas também pela qualidade do seu corpo docente. Hoje é uma instituição de referência para toda a América Latina. No cenário internacional consolidou seu prestígio como uma instituição que mantém o nível de excelência nas áreas das Comunicações e das Artes. [...] (ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO).

4 OS SENTIDOS DISCURSIVOS NOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DA GRADUAÇÃO EM TURISMO NA ECA-USP

Neste quarto e último capítulo abordar-se-á o referencial teórico e metodológico da pesquisa em questão, com vistas a apresentar aos leitores a descrição minuciosa do roteiro empregado nas análises dos sentidos discursivos dos Trabalhos de Conclusão de Curso da graduação em Turismo na ECA-USP.

4.1 FUNDAMENTOS DA ANÁLISE

Tendo em vista que, a investigação em questão propôs-se a compreender os sentidos discursivos que permeiam a produção acadêmica da graduação em Turismo, a fim de descrever como tais representações relacionam-se à formação universitária, bem como à apropriação das ferramentas da pesquisa científica pelos estudantes da área, adotou-se o referencial teórico e metodológico da Análise de Discurso (AD), tal como se desenvolveu na França, por Michel Pêcheux (1997), e no Brasil, por Eni Puccinelli Orlandi (1996; 2010).

A opção pela Análise de Discurso respaldou-se nas palavras proferidas pela própria Orlandi (2010, p. 15), na obra “Análise de Discurso: princípios e procedimentos”:

[...] A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Este referencial caracteriza-se, entre outras coisas, por considerar que a linguagem não é transparente. Não é um sistema abstrato, composto por regras formais, úteis, sobretudo à transmissão de informações e/ou comunicações de idéias. Mas, sim “[...] enquanto trabalho

simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2010, p. 15).

Assim sendo, de acordo com esta proposta intelectual, o pesquisador deverá atentar-se para os processos e as condições de produção da linguagem, visando analisar aquilo que os sujeitos sociais falam do mesmo modo que as situações em que se produzem esses dizeres.

E justamente no intuito de procurar compreender os sentidos discursivos dos Trabalhos de Conclusão de Curso da graduação em Turismo, traçaram-se no capítulo anterior, em linhas gerais, as circunstâncias de produção ampla e imediata, para a elaboração destes trabalhos, considerando-se a sua exterioridade – contexto sócio-histórico. Pois, segundo os preceitos da AD, estas mesmas condições de produção do discurso interferem na constituição dos sentidos, visto que são nelas e através delas que encontraremos a linguagem em funcionamento.

Conforme as explicações de Orlandi (2010, p. 30), as condições de produção:

[...] compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção é fundamental [...]. Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.

Desse modo, ao considerar as condições de produção em sentido mais amplo na elaboração dos TCC's da graduação em Turismo, consideraram-se as relações destes discursos produzidos em dado momento, mesclados por outros discursos que, por terem sido constituídos anteriormente, também tiveram as suas respectivas condições de produção.

Em suma, para que as palavras enunciadas por um graduando em Turismo em seu TCC façam sentido elas já devem ter feito sentido em outro momento. Pois, aquilo que esse aluno ouviu ou não ouviu e/ou aquilo que lhe disseram ou o que não lhe disseram, nos mais diferentes momentos, mesmo naqueles mais distantes, se encontrará agora no que ele diz nestes trabalhos.

De acordo com a Análise de Discurso, trata-se aqui da memória discursiva ou do interdiscurso, que

[...] é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2010, p. 31).

Por isto, as palavras ditas pelos graduandos em Turismos em seus TCC's carregam os sentidos pré-construídos historicamente, trazidos à tona através da memória de outros discursos – interdiscurso. Visto que “[...] o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (ORLANDI, 2010, p. 32).

Por outro lado, ao considerar as condições de produção imediatas na elaboração dos TCC's da graduação em Turismo, consideraram-se as situações nas quais estes discursos produziram-se. Nessa perspectiva, os sentidos das palavras enunciadas por um graduando, na elaboração de seu TCC para obtenção do bacharelado em Turismo na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, poderão ser distintos dos sentidos das palavras enunciadas por esse mesmo graduando, na elaboração de outras atividades universitárias para obtenção do bacharelado em Turismo naquela Instituição.

Além, desta “relação de sentidos” onde “[...] um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros”, as condições de produção, que constituem os discursos, têm o designado “mecanismo da antecipação [...]”, o qual permite que o sujeito se antecipe ao seu interlocutor, isto é, que o sujeito locutor se coloque “[...] no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras” (ORLANDI, 2010, p. 39).

[...] Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que as palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto (ORLANDI, 2010, p. 39).

Portanto, no caso dos TCC's da graduação em Turismo, tem-se este mecanismo de antecipação, dirigindo o processo de argumentação tecido pelos sujeitos-locutores, visando seus efeitos sobre os seus interlocutores, por exemplo, os docentes que compõem a banca examinadora desses trabalhos.

Outro fator em funcionamento nas condições de produção dos discursos é a denominada “relação de forças”. “[...] Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do ele diz” (ORLANDI, 2010, p. 39).

Em outras palavras, o sujeito fala a partir do lugar que ele ocupa na sociedade, por isso, suas palavras significam de acordo com essa posição ocupada. Todos os indivíduos envolvidos no processo discursivo ocupam lugares sociais concretos, na nossa pesquisa, têm-se indivíduos que ocupam o lugar de estudantes universitários. Contudo, no funcionamento do discurso, estes lugares ocupados, não são os lugares sociais concretos dos indivíduos, mas sim, as imagens – “formações imaginárias” – que estes indivíduos atribuem a si próprios enquanto estudantes universitários e ao(s) outro(s) enquanto professores membros da banca examinadora, por exemplo.

[...] Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos nos discursos. Essa é a distinção entre lugar e posição (ORLANDI, 2010, p. 40).

Logo, no interior do processo discursivo de nossa investigação, por exemplo, o que interessará é a posição discursiva em que o sujeito se coloca, são as imagens que ao se posicionar o graduando atribuirá ao estudante universitário, a universidade, ao bacharel em Turismo, ao docente membro da banca examinadora destes trabalhos. Pois, no interior desse processo discursivo, o graduando poderá se posicionar como estudante, como acadêmico, como bacharel em Turismo. No entanto, ao posicionar-se não será o lugar social concreto que ele estará ocupando, mas sim a posição discursiva que, insinua a imagem que ele atribui a esse lugar social, transformado em posição através de seu imaginário.

Assim, as condições de produção implicam também o mecanismo imaginário. De acordo com a AD “esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica” (ORLANDI, 2010, p. 40). Então, nos processos discursivos, com o acionamento da memória, o imaginário dos graduandos em Turismo materializa-se em seus dizeres. Justamente através da memória, estes graduandos trazem para os

TCC's os já-ditos adormecidos em seus imaginários e que carregam em si sentidos construídos antes mesmos de suas enunciações. E ainda através deste mecanismo imaginário:

[...] Temos assim a imagem da posição do sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que eu estou falando, do que ele me fala?). É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras (ORLANDI, 2010, p. 40).

Cabe aqui destacar que a Análise de Discurso considera sobremaneira a força que a imagem tem para a constituição dos dizeres porquê “[...] o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. [...] assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (ORLANDI, 2010, p. 42). Por exemplo, a imagem que temos de um estudante universitário, autor de um Trabalho de Conclusão de Curso não “brota do nada”. “Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições” (ORLANDI, 2010, p. 42). Por isso, é que acreditamos que um estudante universitário em um TCC fale de determinada maneira.

[...] Conseqüentemente, podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas (ORLANDI, 2010, p. 42).

Isso quer dizer que, as palavras mesmo sendo as mesmas, mudarão de sentido conforme as posições dos sujeitos locutores que as empregam. “Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (ORLANDI, 2010, p. 44).

[...] A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito (ORLANDI, 2010, p. 43).

Por exemplo, nos TCC's da graduação em Turismo, a palavra “turismo” não significa o mesmo para o estudante universitário da área, para um empresário que faz parte do *trade* turístico, para um turista, para um secretário de Turismo e para um morador local de uma cidade considerada turística. Visto que os usos dessa palavra “[...] se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas” (ORLANDI, 2010, p. 45).

Destarte, ao considerarem-se os fatores – anteriormente mencionados – para as condições de produção dos processos discursivos dos TCC's da graduação em Turismo, tentaremos desvendar os seus processos de significação ou os seus sentidos discursivos.

4.2 ITINERÁRIOS DA ANÁLISE

Nesta perspectiva de compreender como os TCC's da graduação em Turismo produzem sentidos discursivos, iniciou-se o trabalho de análise “[...] pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes [...]” (ORLANDI, 2010, p. 66).

A seleção preliminar do universo desta pesquisa constitui-se dos TCC's da graduação em Turismo na ECA-USP, compreendidos entre os anos de 1998 a 2009, justamente pelo fato dessa produção acadêmica estar facilmente acessível ao público na Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

É interessante ressaltar que, ao tomar-se contato com esses TCC's, tornou-se indispensável à elaboração de um “Quadro de Inventário de TCC – ECA-USP”⁴⁸, a fim de organizar da melhor maneira possível estas produções acadêmicas, visando as suas posteriores leituras. Este catálogo estruturou-se em três grandes blocos, a saber:

1. Tema: identificação do título do trabalho.
2. Objetivos: levantamento dos objetivos geral e específicos dos trabalhos.
3. Metodologia: indicação dos fundamentos metodológicos, bem como, dos procedimentos de pesquisa e os métodos de coletas de dados empregados nos trabalhos.

A configuração destes três blocos deu-se a partir da leitura de um dos elementos textuais dos TCC's: a introdução desses trabalhos. Pois, de acordo com Lorgus, 2009, esse

⁴⁸ Em Anexo encontram-se “Quadro de Inventário de TCC – ECA-USP”, referente à produção acadêmica dos graduandos em Turismo, desde 1998 até 2009, excusos os anos expostos neste capítulo (2006; 2007; 2008).

elemento textual nos TCC's especifica o propósito e o alcance do trabalho, como uma apresentação resumida daquilo que o leitor encontrará mais à frente. Portanto, na introdução das produções acadêmicas, geralmente, constam-se o tema, a pergunta de pesquisa, o objetivo geral e os específicos, a delimitação do tema e a justificativa para a investigação.

Posteriormente, observou-se a quantidade de TCC's por cada um dos anos constituintes do universo desta pesquisa. Fato ilustrado no Gráfico 1, no qual mostra-se o número total da distribuição destes TCC's na ECA-USP, desde o ano de 1998 até 2009.

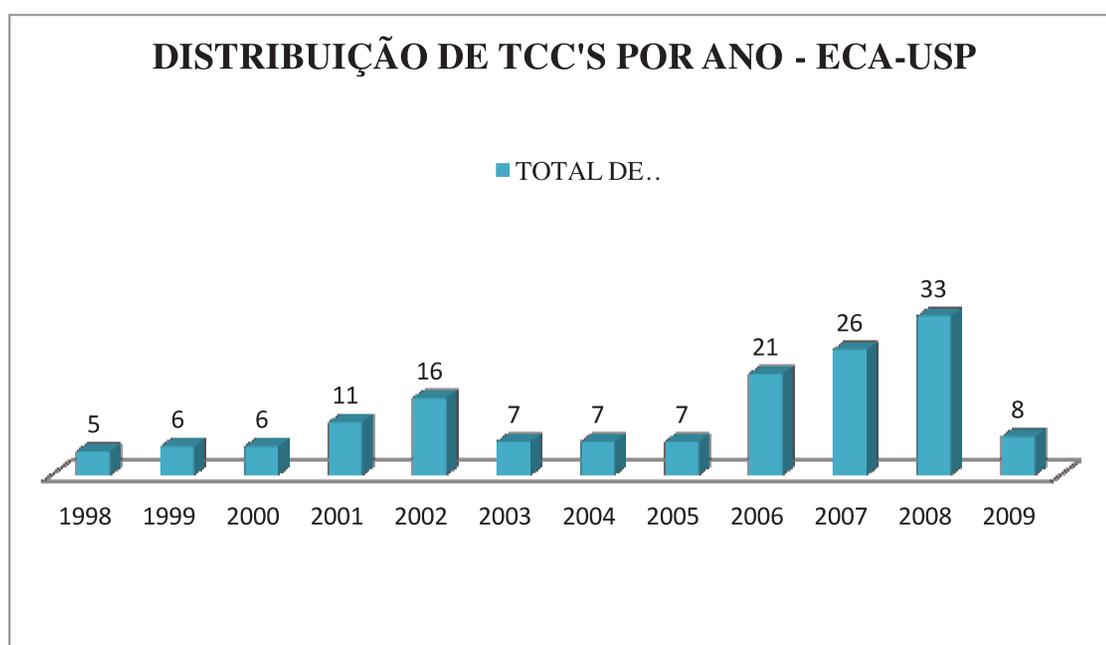


Gráfico 1 – Distribuição de TCC's por Ano – ECA-USP – 1998 a 2009

Conforme se pode observar nesse gráfico, de 2006 a 2008, a produção acadêmica, decorrente dos TCC's da graduação em Turismo na ECA-USP apresenta uma tendência crescente, resultando em 80 (oitenta) trabalhos no período. Verifica-se também que nesse intervalo o maior percentual de TCC's encontra-se em 2008, talvez pelo fato de ser este o último ano para os alunos concluintes, ou ainda pendentes deste trabalho, apresentá-lo antes das mudanças decorrentes da reformulação da matriz curricular.

Além disso, se considerarmos os dados já apurados por notáveis autores, como Ansarah (2002), sobre o número de cursos de graduação em Turismo no País, confirmaremos que, no final

da década de 1990 e no início do ano 2000 ocorre um crescimento expressivo dessas vagas⁴⁹, na mesma proporção, evidentemente, há uma demanda maior por esse curso. Não fugindo a essa estatística o curso de graduação em Turismo na ECA-USP tem um aumento considerável de demanda no final da década de 1990 e início da década de 2000⁵⁰. E caso contabilizemos o limite mínimo de oito e máximo dezesseis semestres para a integralização do curso e a apresentação do TCC, coincidirá com o período de maior destaque dessa produção acadêmica (2006; 2007; 2008).

De posse dessas informações, seguiu-se, então, a delimitação das amostras do objeto de estudo que, se compuseram dos TCC's elaborados em anos distintos (2006, 2007 e 2008). Porém, em um período de quantidade significativa de produção acadêmica, como já demonstrado no Gráfico 1. Assim, apresenta-se nas próximas páginas o “Quadro de Inventário de TCC – ECA-USP”, correspondente a cada um desses anos selecionados:

Quadro 14 – Inventário de TCC – ECA-USP – 2006

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
AKI MATSURI: o Festival de Outono em Mogi das Cruzes: estudo sobre turismo e cultura	1.Descrever o festival no contexto atual da comunidade de origem japonesa na região do Alto Tietê, como no contexto dos imigrantes japoneses e seus descendentes, e da sociedade local. 2.Esclarecer o valor folclórico e cultural do festival.	a.Estudo de Caso do Festival de Outono em Mogi das Cruzes. b.Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. c.Pesquisa de campo com entrevistas participantes, coordenadores e ex-coordenadores do evento.

⁴⁹ De acordo com Ansarah (2002), no ano de 1994, existiam 29 (vinte e nove) cursos superiores em Turismo e, em 1998, já havia 157 (cento e cinquenta e sete). Um ano depois (1999) foram autorizados mais 37 (trinta e sete). Em 2000, esse número cresceu expressivamente, com a autorização pelo MEC de mais 69 (sessenta e nove) novos cursos.

⁵⁰ Segundo dados da FUVEST, apurados por Passeri (2008, p. 38-39) sobre a relação de candidatos por vagas e o número de vagas disponíveis no curso de graduação em Turismo da ECA-USP entre os anos de 1987 e 2008, o período de maior demanda desse curso foi entre 1995 e 2000.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
São João Del-Rei e o risco do não-lugar	<ol style="list-style-type: none"> 1.Trabalhar com o conceito de não-lugar dentro do turismo cultural. 2.Desvendar os motivos alguns destinos turísticos tornam-se espaços icônicos. 3.Discorrer sobre São João Del-Rei e suas características turísticas. 	<ol style="list-style-type: none"> a.Estudo de caso de São João Del-Rei, MG. b.Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. c.Pesquisa de campo com 30 questionários aplicados aos moradores da região e entrevistas com o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico e a Secretária de Turismo.
A utilização do mito do Lobisomem na composição e promoção do produto turístico de Joanópolis	<ol style="list-style-type: none"> 1.Analisar a utilização de lendas e mitos na composição e promoção dos estabelecimentos pertencentes ao “trade turístico”. 2.Verificar como o mito do Lobisomem tem sido utilizado na composição e promoção do produto turístico de Joanópolis. 	<ol style="list-style-type: none"> a.Estudo exploratório. b.Pesquisa bibliográfica e documental a partir do Plano Diretor do Município realizado pelos alunos do curso de Turismo da ECA/USP. c.Estudo de Caso.
Parque Estadual da Ilha do Cardoso: reflexões acerca da gestão do produto turístico por meio de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	<ol style="list-style-type: none"> 1.Abordar o fenômeno ecoturístico no Parque Estadual da Ilha do Cardoso e sua atual administração. 2.Contribuir para a implantação do turismo calcado nos princípios do desenvolvimento sustentável. 3.Discutir e apresentar as direções para a prática do ecoturismo nesse local. Mostrar a possibilidade de constituição de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). 	<ol style="list-style-type: none"> a.Estudo de Caso do Parque Estadual da Ilha do Cardoso/ SP. b.Pesquisa bibliográfica e documental. c.Pesquisa de campo com observação direta.
Mensuração da qualidade do <i>city tour</i> em São Paulo: uma proposta metodológica	<ol style="list-style-type: none"> 1.Desenvolver um instrumento para a análise da qualidade dos <i>city tours</i> baseado no exercício da profissão dos guias de turismo que possibilite identificar falhas e dar um panorama geral da qualidade do turismo receptivo oferecido pelas agências na cidade de São Paulo de forma a contribuir para a sua evolução. 	<ol style="list-style-type: none"> a.Estudo exploratório. b.Pesquisa bibliográfica. c.Pesquisa de campo com observação direta dos <i>city tours</i> oferecidos por duas agências da cidade de São Paulo.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
A influência da sazonalidade da demanda na qualidade da oferta turística disponível durante grandes eventos: o caso Expoflora	<ol style="list-style-type: none"> 1. Análise da sazonalidade da demanda no município de Holambra. 2. Verificar o fluxo turístico durante a Expoflora. 3. Identificar no evento os principais equipamentos turísticos. 4. Sugerir algumas medidas para os conflitos entre demanda e oferta. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Estudo de Caso, Expoflora – Holambra – SP . b. Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. c. Pesquisa de campo com questionários aplicados aos visitantes do evento.
Canção Nova: turismo religioso, infra-estrutura turística e hospitalidade em Cachoeira Paulista/SP	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer a infra-estrutura turística que tem se desenvolvido em Cachoeira Paulista a fim de atender uma demanda crescente decorrente dos eventos religiosos da Comunidade Canção Nova. 2. Investigar se há receptividade e hospitalidade por parte dos proprietários dos meios de hospedagem e se isso tem relação com a religiosidade vivida na localidade. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Estudo exploratório-descritivo. b. Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. c. Pesquisa de campo com entrevistas não estruturadas realizadas com os representantes da Comunidade e entrevistas com roteiro (via telefone) junto aos proprietários de pousadas na região de Cachoeira Paulista/SP.
Turismo e folclore: estudo de caso das manifestações folclóricas do município de São Luiz do Paraitinga	<ol style="list-style-type: none"> 1. Analisar a situação atual das manifestações folclóricas do município de São Luiz do Paraitinga, sob o ponto de vista dos próprios responsáveis por estas manifestações. 2. Analisar o significado das manifestações folclóricas para a comunidade. 3. Analisar o papel do poder público no contexto da preservação destas manifestações e das iniciativas de desenvolvimento do turismo. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Estudo exploratório. b. Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. c. Estudo de Caso de São Luiz do Paraitinga – SP. d. Pesquisa de campo com entrevistas estruturadas aplicadas a 9 pessoas responsáveis pelas manifestações folclóricas do município. e. Entrevista estruturada (via e-mail) com a Diretoria de Turismo.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Paranapiacaba: o ontem e o hoje, de um amanhã turístico	1. Analisar o processo de desenvolvimento da atividade turística em Paranapiacaba e o envolvimento da população local nesse processo. 2. Restaurar o passado local. 3. Explorar o grau de importância que a população local dá ao turismo e aos atrativos da região. 4. Captar os anseios da sociedade e autoridades locais.	a. Estudo exploratório. b. Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. c. Pesquisa de campo com aplicação de questionários aos moradores e funcionários da Sub-Prefeitura de Paranapiacaba, efetuadas em 2004 e 2005.
Tropeiros e turismo: análise da exploração turística do tropeirismo	1. Mostrar a atual situação da utilização do tema Tropeirismo como objeto de exploração enquanto produto turístico. 2. Apresentar uma breve introdução sobre o tropeirismo. Explicar como funciona o planejamento e a gestão da Rota Turística dos Tropeiros. 3. Mostrar exemplos de desenvolvimento de produtos turísticos equiparáveis ao exemplo do tropeirismo, em outros lugares do mundo.	a. Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. b. Entrevistas com gestores e planejadores de órgãos de Turismo dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. c. Análises de casos análogos.
Paz através do turismo: utopia ou realidade? Uma investigação sobre a relação entre turismo, educação e paz	1. Analisar o fenômeno turístico e sua influência nas relações humanas, a fim de verificar sua efetividade enquanto instrumento facilitador do entendimento e tolerância entre diferentes pessoas e comunidades. 2. Atestar a complexidade do turismo enquanto o fenômeno humano e social.	a. Estudo exploratório. b. Pesquisa bibliográfica e documental. c. Estudo de caso do “ <i>The World Peace Travel</i> ”, realizado pelo <i>The International Institute for Peace through Tourism</i> . d. Entrevista estruturada com membros do IIPT.
A experiência turística na favela da Rocinha: estudo de caso	1. Investigar as expectativas da demanda turística presente na favela da Rocinha. 2. Avaliar a relação entre as expectativas investigadas e as experiências turísticas vivenciadas pelos turistas estrangeiros, como também pelos moradores da favela da Rocinha, analisando a coerência entre o roteiro empreendido e a realidade local.	a. Estudo de Caso na favela da Rocinha – RJ. b. Pesquisa bibliográfica e em fontes eletrônicas. c. Pesquisa de campo com aplicação de questionários a 30 turistas estrangeiros que realizaram o roteiro turístico da Favela da Rocinha e Vila das Canoas – RJ, através da operadora turística <i>Favela Tour</i> .

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Turismo étnico-histórico-cultural: viagens motivadas pelas origens étnicas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer o perfil bio-social dos jovens judeus que procuram a agência judaica. 2. Descobrir de que forma estes elementos estão ligados às instituições comunitárias. 3. Entender suas necessidades e motivações para visitar Israel. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Pesquisa bibliográfica. b. Estudo de caso com a comunidade judaica paulistana. c. Questionários aplicados (via e-mail, telefone e pessoalmente) a 84 pessoas dessa comunidade.
Turismo religioso em Cachoeira Paulista: o caso da comunidade Canção Nova	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudar uma das vertentes do turismo religioso no Brasil: o praticado pelos fiéis da Igreja Apostólica Romana. 2. Tratar da demanda turística da Comunidade Canção Nova. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Estudo de Caso da comunidade Canção Nova. b. Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. c. Pesquisa de campo com aplicação de questionários a 120 visitantes do local.
Turismo social no Brasil: uma realidade ou uma utopia? Estudo comparativo entre duas instituições de turismo social em São Paulo: SESC Paulista e Rosa dos Ventos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abordar o turismo social como segmento do turismo. 2. Fazer um levantamento das diferentes expressões sobre esse segmento. 3. Fazer um breve histórico de atuação desse segmento no Brasil e no mundo. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. b. Estudo comparativo entre dados coletados por duas instituições de turismo social na cidade de São Paulo.
O processo de decisão de compra: uma abordagem sobre os fatores psicológicos que influenciam o comportamento do consumidor no turismo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mostrar o processo de decisão de compra a que se submetem determinados indivíduos na escolha de uma viagem de lazer. 2. Analisar os fatores de influência do comportamento do consumidor no turismo. 3. Exibir os possíveis fatores que levam o turista a escolher determinado destino de férias. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. b. Análise de conteúdo.
Turismo e populações indígenas: impactos e condições para o desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as percepções de entidades representativas sobre o uso do turismo como alternativa de desenvolvimento para comunidades indígenas. 2. Distinguir, de acordo com estas percepções as características de comunidades indígenas que podem motivar sua visitação turística. 3. Elencar as possibilidades de interação entre o turismo e as comunidades indígenas sem a geração de impactos negativos. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Estudo exploratório. b. Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
O intercâmbio estudantil na USP: a recepção de estrangeiros na Cidade Universitária	<p>1.Promover informações úteis quanto à Comissão de Cooperação Internacional quanto ao Projeto Bumerangue como estruturas eficazes nos serviços aos estudantes estrangeiros participantes de intercâmbio da Universidade de São Paulo.</p> <p>2.Contextualizar e fundamentar o segmento de estudos e intercâmbio como pertencentes à área de turismo.</p> <p>3.Avaliar os serviços de recepção oferecidos pela Comissão de Cooperação Internacional aos estudantes estrangeiros da Universidade.</p>	<p>a.Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas.</p> <p>b.Entrevistas realizadas junto aos estudantes estrangeiros da USP.</p>
Hidrovia metropolitana: estudo preliminar sobre o aproveitamento turístico do Rio Tietê no trecho urbano da cidade de São Paulo	<p>1.Identificar e apresentar a possibilidade do aproveitamento turístico do rio Tietê no trecho urbano de São Paulo.</p>	<p>a.Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas.</p> <p>b.Estudo preliminar do aproveitamento turístico do Rio Tietê no trecho urbano.</p>
Os albergues da juventude como equipamentos destinados ao turismo social no Brasil	<p>1.Analisar como os albergues da juventude, desenvolvidos como base na questão do turismo social, estão inseridos no contexto Brasil.</p> <p>2.Identificar e analisar o perfil do público usuários dos albergues da juventude.</p> <p>3.Levantar e entender os aspectos que levam à utilização ou não dos albergues pelo público brasileiro.</p> <p>4.Verificar a aplicabilidade das propostas do movimento alberguista no Brasil, dentro do conceito do turismo social.</p>	<p>a.Estudo exploratório-descriptivo.</p> <p>b.Pesquisa bibliográfica e documental. Estudo de caso do Hostel Marina dos Anjos (Arraial do Cabo - RJ) e Praça da Árvore Hostel (São Paulo).</p> <p>c.Pesquisa de campo com aplicação de 63 questionários aos hóspedes desses albergues.</p>
A expansão do consumo do transporte aéreo doméstico no Brasil entre 2003 e 2005	<p>1.Identificar as principais características da recente expansão do transporte aéreo doméstico no Brasil.</p> <p>2.Destacar os principais elementos que viabilizaram e desencadearam o recente aumento desse fluxo.</p> <p>3.Identificar os fatores limitantes dessa expansão.</p>	<p>a.Pesquisa bibliográfica e quantitativa do fluxo do consumo do transporte aéreo doméstico no Brasil entre 2003 e 2005.</p>

Fonte: TCC's – ECA-USP – 2006

Quadro 15 – Inventário de TCC – ECA-USP - 2007

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Capela do Ribeirão: Pinga, Reza e Carvão ou o Núcleo Urbano de Taiapuêba no Município de Mogi das Cruzes: Uma Localidade Turística em Potencial	1. Inventariar os atrativos turísticos locais. 2. Diagnosticar e prognosticar suas potencialidades, a critério da comunidade.	a. Pesquisa exploratória e bibliográfica. b. Pesquisa de campo com entrevistas semi-estruturadas realizadas com empresários e moradores do núcleo urbano.
Aproveitamento Turístico da Cultura Caipira	1. Demonstrar como o turismo, enquanto fenômeno social, pode auxiliar na redução de estigmas e preconceitos relacionados à cultura caipira. 2. Oferecer subsídios e indicar limites para o aproveitamento turístico da cultura caipira.	a. Pesquisa bibliográfica e documental.
Mercado de Viagens para Pessoas com Deficiência: A Atuação das Operadoras Turísticas	1. Investigar e discutir a oferta de produtos turísticos destinados ao segmento de pessoas com deficiência, analisando seu nível de adequação e qualificação.	a. Pesquisa bibliográfica e em fontes eletrônicas. b. Pesquisa de campo com aplicação de questionários a dez operadoras de turismo na cidade de São Paulo.
A Sociedade do Consumo e as Implicações para o Lazer e o Turismo	1. Enquadrar a atividade turística no capitalismo vigente ao demonstrar como as mudanças sociais moldaram as atuais viagens de lazer.	a. Pesquisa bibliográfica e documental.
O Turismo na União Européia: A Evolução das Políticas de Turismo e o Funcionamento da Atividade no Mercado Único Europeu	1. Avaliar o papel do turismo dentro da União Européia. 2. Entender o funcionamento da atividade turística dentro do bloco.	a. Pesquisa bibliográfica e documental.
As operadoras de Ecoturismo no Mercado de Viagens: Um Estudo Sobre a Responsabilidade Ambiental e Social Envolvidas nas Operações	1. Abordar a relação do setor de ecoturismo com a crescente necessidade de considerar os aspectos ambientais e sociais presentes nesta modalidade.	a. Pesquisa bibliográfica e documental. b. Questionários aplicados (via e-mail) a cinco operadoras de ecoturismo.
Remanescentes da Metrópole do Café	1. Verificar a atual utilização de prédios históricos do período da expansão cafeeira e suas possibilidades de um melhor aproveitamento. 2. Entender a importância destes patrimônios.	a. Pesquisa bibliográfica e em fontes eletrônicas. b. Pesquisa de campo com entrevistas semi-estruturadas realizadas com funcionários dos atrativos visitados. c. Análise de cada atrativo a partir de seu potencial turístico (diagnóstico e prognóstico).

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Backpacking: O Turismo de Mochila – Um Estudo de Caso da Austrália	1. Levantar informações sobre esse segmento turístico utilizando a Austrália como modelo.	a. Pesquisa exploratória - descritiva. b. Pesquisa bibliográfica e em fontes eletrônicas. c. Estudo de caso.
Turismo Rural e Agroturismo: Uma Análise da Oferta no Estado de São Paulo	1. Caracterizar a oferta de turismo rural e agroturismo dentro do Estado de São Paulo. 2. Elucidar aspectos teóricos de ambos segmentos turísticos.	a. Pesquisa bibliográfica. b. Pesquisa de campo com questionários aplicados aos empreendimentos de turismo rural e agroturismo.
A Oferta de Serviços Turísticos de Forma Ilícita no Brasil	1. Analisar as atividades consideradas ilícitas que são praticadas no trade turístico brasileiro.	a. Pesquisa exploratória, bibliográfica e documental.
Museu de Folclore Rossini Tavares de Lima: da Excelência ao Declínio, da Crítica à Recuperação: Cenários Possíveis	1. Analisar e avaliar a atual situação do Museu de Folclore Rossini Tavares de Lima no contexto do patrimônio cultural e turístico de São Paulo. 2. Sugerir cenários de reinstalação e otimização de recursos aos interesses do Museu, da comunidade e do visitante no contexto urbano local.	a. Estudo de Caso do Museu de Folclore Rossini Tavares de Lima. Pesquisa bibliográfica e documental. b. Observação <i>in loco</i> com entrevistas semi-estruturadas realizadas com especialistas da área.
O sub-aproveitamento Turístico do Centro de São Paulo nos Finais de Semana e Feriados, e propostas de Incremento	1. Compreender por quais motivos o centro da cidade de São Paulo é sub-aproveitado turisticamente nos finais de semana e feriados. 2. Propor alternativas de incremento para o turístico neste período.	a. Pesquisa bibliográfica e em fontes eletrônicas. b. Pesquisa de campo com observação participante.
Turismo Receptivo: Estudo com Turistas Internacionais na Cidade de São Paulo	1. Descobrir se a cidade de São Paulo aproveita a demanda de turistas internacionais oferecendo os equipamentos básicos e adequados para recebê-los com hospitalidade. 2. Enumerar as principais dificuldades que os turistas estrangeiros enfrentam para se locomover e permanecer na cidade. 3. Descobrir os pontos positivos e negativos da cidade na opinião desses turistas.	a. Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. b. Pesquisa de campo com entrevistas estruturadas aplicadas a 51 turistas estrangeiros na cidade de São Paulo.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Gastronomia: as influências e o perfil do consumidor de alimentos no Centro de São Paulo	1. Identificar o perfil dos consumidores de restaurante no Centro de São Paulo. 2. Verificar se a alimentação informal exerce alguma influência no ato de compra de produtos, como também gastos despendidos com alimentação e em que tipo de estabelecimentos os mesmos se dão.	a. Pesquisa descritiva-exploratória. b. Questionários aplicados a 50 consumidores no Centro de São Paulo.
O Paraíso Encontrado: Um Estudo de Caso dos Impactos do Turismo sobre a Comunidade Caiçara do Pouso da Cajaíba (Paraty – RJ)	1. Estudar os impactos do turismo sobre a comunidade pesqueira do Pouso da Cajaíba. 2. Verificar as possibilidades de a atividade turística tornar-se aliada na proteção e manutenção desta área. 3. Realizar o levantamento dos recursos naturais e da infraestrutura turística do local.	a. Pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. b. Estudo de caso do Pouso da Cajaíba (Paraty – RJ). c. Observação direta com questionários aplicados aos turistas e moradores da região.
O Turismo como Fenômeno Aculturador? Efeitos e Repercussões Sócio-Culturais do Turismo Global no Mundo Contemporâneo	1. Esclarecer como se dá o fenômeno da aculturação a partir da prática turística e a partir disto atestar seu poder de homogeneização.	a. Pesquisa exploratória bibliográfica. b. Entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos estudantes e pesquisadores.
Cenários Prospectivos: o Uso do Método de Análise dos Impactos Cruzados em uma Operadora de Viagens	1. Delinear e analisar cenários prospectivos possíveis das operadoras de viagens, segundo o Método de Análise dos Impactos Cruzados.	a. Pesquisa exploratória, bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. b. Método de Análise dos Impactos Cruzados. c. Entrevista com executivo da Operadora de Viagens Teresa Perez Turismo.
Estudo de Caso: PLATUM - Plano Municipal de Turismo da Cidade de São Paulo	1. Apresentar os relatórios do PLATUM, de 1999 a 2006.	a. Estudo de Caso do PLATUM. b. Entrevista com a Coordenadora de Eventos da São Paulo Turismo.
Maçonaria e Gastronomia: Uma Abordagem Diferenciada no Campo do Turismo	1. Estabelecer uma inter-relação da maçonaria com a gastronomia utilizando o turismo para tecer considerações acerca de patrimônio cultural e seu aproveitamento turístico.	a. Pesquisa exploratória e descritiva. b. Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Conta Satélite de Turismo no Brasil: Um Desafio no Século XXI.	1. Analisar a elaboração da conta satélite de turismo, sua inserção no sistema de contas e seus antecedentes históricos.	a. Pesquisa bibliográfica e documental com referencial teórico especializado.
Indicadores Econômicos das Viagens Corporativas no Brasil	1. Analisar o estudo realizado pela Associação Brasileira de Gestores de Viagens Corporativas (ABGEV) intitulado “Indicadores Econômicos de Viagens Corporativas” (IEVC) em contextualização com o impacto econômico causado pelas viagens corporativas dentro do mercado turístico nacional e sua importância para o setor econômico do País.	a. Pesquisa documental a partir de análise de dados referentes aos “Indicadores Econômicos de Viagens Corporativas” (IEVC), ao Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e à Pesquisa Anual de Serviços (PAS).
O Papel das Companhias Aéreas Econômicas no Contexto da União Européia	1. Estudar a evolução do setor aéreo econômico no cenário europeu, medindo seus impactos para a aviação comercial e para o turismo.	a. Pesquisa exploratória, bibliográfica, documental e em sites oficiais veiculados a União Européia. b. Pesquisa de campo com visita aos organismos oficiais do Turismo, todos localizados em Madrid, Espanha.
Destinos e Oportunidades - Análise sobre Turismo, Empreendedorismo e Eventos	1. Demonstrar a importância do turismo de eventos a partir do exemplo da cidade de São Paulo. 2. Descrever o cenário que esta área do turismo propicia ao empreendedor, como rede hoteleira e de transportes.	a. Pesquisa bibliográfica e documental.
Reserva Biológica da Serra do Japi: Reflexões acerca da categoria de uso e entraves no processo de visitação	1. Revelar as contradições existentes na categoria de uso público da Reserva Biológica da Serra do Japi. 2. Contribuir para futuras ações que legalizem as práticas de lazer e turismo nesta região.	1. Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. 2. Estudo de Caso da Reserva Biológica da Serra do Japi – SP.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Processo de Escolha de Agência de Viagens Corporativas do Segmento Japonês	1. Identificar e analisar os principais fatores que levam empresas de origem japonesa instaladas no Brasil a escolher agências de viagens corporativas.	a. Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. b. Pesquisa de campo com questionários aos gestores de viagens das principais empresas japonesas que usam serviços de agências corporativas.
Marca – País: Gestão e Promoção Turística Internacional do Brasil, Nova Zelândia e Espanha	1. Compreender o desenvolvimento da marca – país no sentido de promover a atividade turística. 2. De que forma a marca-país agrega valor à atividade.	a. Pesquisa exploratória b. Pesquisa documental.

Fonte: TCC's – ECA-USP – 2007

Quadro 16 – Inventário TCC – ECA-USP – 2008

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Contribuições para o desenvolvimento da atividade turística na Sociedade Beneficente Asé IIé do Hozooane	1. Contribuir para a implantação do turismo na Sociedade Beneficente Asé IIé do Hozooane. 2. Apresentar as principais características do Projeto Turismo Étnico e Valorização da Cultura Afro Brasileira. 3. Acrescentar a temática racial às discussões acadêmicas na área de Turismo.	a. Pesquisa bibliográfica. b. Trabalho de campo. c. Entrevista com roteiro.
Circuito turístico de Minas: os circuitos turísticos como modelo de organização regional do turismo	1. Avaliar os pontos positivos e negativos do modelo de organização regional do turismo dos circuitos do Estado de Minas Gerais.	a. Estudo exploratório. b. Pesquisa bibliográfica e em sites oficiais dos municípios do Estado de Minas Gerais.
Represa do Guarapiranga: fatores que impedem sua consolidação como atrativo turístico	1. Identificar os problemas de âmbito socioeconômico e ambiental da área da Represa do Guarapiranga.	a. Pesquisa bibliográfica e em sites oficiais. b. Observação crítica das áreas estudadas.
Símbolos do termalismo no Brasil: o papel do Grande Hotel e Termas de Araxá e do Grande Hotel São Pedro, em suas cidades após o restauro	1. Verificar a importância dos hotéis analisados para a cidade, população e atividade turística. 2. Analisar as estratégias do Governo e entidades turísticas das respectivas cidades.	a. Estudo exploratório e descritivo. b. Pesquisa bibliográfica e em sites dos hotéis analisados.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
A transformação de Dubai em um crescente pólo turístico mundial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudar a cidade de Dubai como um crescente pólo turístico mundial. 2. Destacar os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades do turismo em Dubai. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Pesquisa bibliográfica. b. Relatórios do Departamento de Turismo de Dubai e da Organização Mundial do Turismo. c. Catálogos on-line de operadoras de turismo. d. Entrevistas com consultores de viagens deste destino turístico. e. Metodologia SWOT.
Turismo de base comunitária: a experiência de sucesso da Prainha do Canto Verde, Beberibe – CE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Demonstrar a possibilidade do desenvolvimento do projeto do turismo de base comunitária na Prainha do Canto Verde, Beberibe – CE. 2. Apontar as raízes da participação comunitária. 3. Investigar as questões relacionadas a atividade turística na região. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Pesquisa bibliográfica em Documentos da Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde, da Secretaria de Turismo de Beberibe-CE e do Instituto Terramar. b. Pesquisa de campo baseada na observação participante. c. Estudo de Caso.
Agências de viagens virtuais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentar aspectos de marketing das agências virtuais de turismo. 2. Analisar as peculiaridades dessa nova modalidade de empresa turística. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Pesquisa bibliográfica. b. Análise documental dos sites Submarino Viagens e Decolar.
Análise da ascensão profissional na hotelaria de rede da cidade de São Paulo: do operacional à primeira gerência	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desvendar quais são as reais perspectivas de ascensão profissional oferecidas dentro do mercado hoteleiro. 2. Verificar a existência dos planos de carreira na hotelaria de São Paulo. 3. Estimar o tempo necessário para se atingir a primeira gerência. 4. Identificar as razões do <i>turnover</i> hoteleiro. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Pesquisa bibliográfica e em meios eletrônicos. b. Pesquisa de campo. c. Aplicação de questionários.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Viagens de intercâmbio para a Austrália: o caso <i>Australian Centre</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1.Descrever quais são as características da <i>Australian Centre</i> como agência de intercâmbio especializada em Austrália. 2.Identificar os pontos e fracos neste segmento. 3.Caracterizar o mercado de intercâmbio no Brasil e na Austrália. 	<ol style="list-style-type: none"> a.Pesquisa bibliográfica. Entrevistas com membros das organizações ligadas ao turismo de intercâmbio na Austrália. b.Pesquisa de campo com visitas as agências concorrentes <i>Kangaroo Tours, Latino Austrália, Ozzy Study e West 1</i>. c.Observação direta da <i>Australian Centre</i>, com entrevistas a diretores e funcionários.
O perfil dos egressos do curso de turismo da ECA-USP formados entre 1975 e 2008	<ol style="list-style-type: none"> 1.Identificar o perfil dos profissionais de turismo formados pela ECA. 2.Identificar a posição dos egressos de turismo no mercado de trabalho. 3.Analisar seu grau de satisfação com sua vida profissional. 4.Analisar as contribuições do curso de turismo da ECA/USP em sua formação profissional. 	<ol style="list-style-type: none"> a.Pesquisa bibliográfica. b.Pesquisa em sites de relacionamento. c.Pesquisa em listas telefônicas e agendas de alunos e ex-alunos da ECA-USP. d.Entrevistas com questionários através de site elaborado especialmente para a pesquisa.
Turismo ferroviário no Brasil	<ol style="list-style-type: none"> 1.Fazer o levantamento histórico do desenvolvimento do transporte ferroviário no Brasil e no mundo. 2.Citar exemplos de trens explorados para a atividade turística., mostrando como os trens são explorados para a atividade turística no Brasil. 	<ol style="list-style-type: none"> a.Pesquisa bibliográfica. b.Identificação dos trens turísticos ativos no País. c.Entrevistas junto aos responsáveis pela operação das viagens turísticas no Brasil.
A dança e sua influência na atratividade das destinações turísticas	<ol style="list-style-type: none"> 1.Analisar a interação e atratividade da dança com destinações turísticas. 	<ol style="list-style-type: none"> a.Pesquisa bibliográfica. b.Pesquisa exploratória. c.Análise de cinco “cases” que pudessem evidenciar a temática do trabalho.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Turismo e inclusão social na Estância Climática de Cunha – SP	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar os patamares da inclusão social das comunidades tradicionais do município de Cunha. 2. Investigar as principais atividades econômicas da população e como o turismo pode interferir positivamente no seu desenvolvimento. 3. Identificar as atividades sociais e de lazer da comunidade e as ações de inclusão promovidas pelo setor público, setor privado e terceiro setor atuantes no município. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Estudo de Caso na Estância Climática de Cunha – SP. b. Pesquisa exploratória. c. Entrevistas estruturadas com líderes locais envolvidos na atividade turística de Cunha – SP.
A imagem do Brasil no exterior: análise do material de divulgação oficial da EMBRATUR, desde 1966 até os dias atuais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Analisar quais foram as imagens do país divulgadas no exterior pela EMBRATUR ao longo de sua história. 2. Verificar se a entidade contribuiu na intensificação da imagem estereotipada do país no exterior. 3. Apontar suas conseqüências no turismo. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Estudo descritivo e analítico. b. Pesquisa bibliográfica. c. Consultas aos materiais promocionais e informativos da EMBRATUR e em sites correlacionados. E ao arquivo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília e no da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP – SP.
O Brasil como destino turístico para <i>backpackers</i> internacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Produzir conhecimento relativo ao segmento de turismo <i>backpacker</i> internacional no Brasil. 2. Identificar o perfil e as principais características deste segmento. 3. Identificar as percepções destes <i>backpackers</i> do produto turístico brasileiro. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Pesquisa bibliográfica. b. Estudo exploratório. c. Estudo de dois casos de sucesso deste tipo de turismo na Austrália e Nova Zelândia. d. Pesquisa de campo com 45 <i>backpackers</i> internacionais em visita ao Brasil em dez albergues localizados na cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro.
A mobilidade no tempo de lazer dos habitantes da periferia da Grande São Paulo: um estudo com os residentes do município de Franco da Rocha	<ol style="list-style-type: none"> 1. Descobrir para onde a população ocupada de Franco da Rocha se desloca em seu tempo de lazer. 2. Verificar o número de visitantes do Parque Estadual do Juquery e cultos religiosos da Represa Paiva de Castro. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Estudo de Caso com os residentes do município de Franco da Rocha. b. Questionários aplicados a 150 habitantes, ocupados e maiores de 18 anos.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Muita música e boa comida: estudo de caso do Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão	<ol style="list-style-type: none"> 1.Diagnosticar os principais motivos que levaram o Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão como o maior festival de música clássica da América Latina. 2.Propor melhorias para que o festival continue evoluindo ano a ano. 	<ol style="list-style-type: none"> a.Estudo de Caso do Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão – SP. b.Estudo de campo durante a realização da 29ª edição do evento, com conversas com moradores e turistas. c.Entrevista com a diretora de produção executiva do evento.
Mercado de luxo e a excelência no atendimento ao cliente: estudo de caso da Agência Teresa Perez Tours.	<ol style="list-style-type: none"> 1.Enunciar os conceitos e idéias sobre o segmento das viagens de luxo. 2.Levantar suas principais características e suas mais diversas relações. 3.Analisar o caso da Agência Tereza Perez Tours. 	<ol style="list-style-type: none"> a.Estudo exploratório. Estudo descritivo. b.Pesquisa de informações e opiniões acerca do tema através de contatos e entrevistas com profissionais do mercado de luxo. c.Estudo de caso da Agência Tereza Perez Tours.
Produção de eventos técnico-científicos como instrumento de aprendizagem acadêmica e profissional: uma análise da evolução da Semana de Turismo ECA-USP e definição de estratégias para melhoria do evento	<ol style="list-style-type: none"> 1.Analisar a evolução da Semana de Turismo ECA-USP, de sua primeira a quinta edição. Identificar os principais pontos positivos e negativos do evento. 2.Possibilitar a elaboração de estratégias para a melhoria contínua das próximas edições do evento. 3.Melhorar o processo de aprendizagem dos alunos envolvidos na organização do evento. 	<ol style="list-style-type: none"> a.Pesquisa qualitativa de caráter exploratório. b.Pesquisa bibliográfica e em sites específicos sobre eventos. E consultas ao <i>e-groups</i> e relatórios das cinco primeiras edições da Semana de Turismo ECA/USP. c.Questionários enviados por e-mails aos coordenadores de cursos pesquisados.
Turista de negócios: desvendando seu alto estilo de vida	<ol style="list-style-type: none"> 1.Caracterizar o turista de negócio em função de seu estilo de vida. 2.Relacionar os estilos de vida com as atividades de lazer que interessam aos turistas de negócios. 3.Compreender melhor os hábitos de lazer do turista de negócios, visando subsidiar ações de planejamento e marketing de atrativos de São Paulo. 4.Detectar características comuns de estilo de vida dos turistas de negócios que freqüentam casas de prostituição na cidade. 	<ol style="list-style-type: none"> a.Pesquisa bibliográfica b.Entrevistas com questionários estruturados a partir da metodologia VALS (<i>Values and Life Style</i>) desenvolvido pelo instituto de pesquisa SRI <i>Consulting Business Intelligence</i> (www.sric-bi.com).

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Turismo, mudanças climáticas e práticas de mitigação de impactos em uma nova realidade global: um estudo de caso do Paraíso <i>Ecolodge</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Demonstrar como um empreendimento de hospedagem pode ser mitigador dos impactos que levam às mudanças climáticas globais. 2. Encontrar exemplos adequados de práticas de baixo impacto no meio natural. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Estudo de Caso do Paraíso <i>Ecolodge</i>. Questionário aplicado à gerência do Paraíso <i>Ecolodge</i>. b. Análise do empreendimento a partir dos aspectos observados na pesquisa da <i>The International Ecotourism Society (TIES)</i>, realizada em 2004.
Museu da Língua Portuguesa: um caso de sucesso público	<ol style="list-style-type: none"> 1. Analisar os motivos do sucesso público do Museu da Língua Portuguesa. 2. Analisar o museu quanto à infraestrutura, funcionamento, programação, localização. 3. Analisar o público quanto às motivações, perfis, interesses e graus de satisfação após a visita. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Pesquisa bibliográfica; b. Pesquisa de campo com entrevistas aos visitantes do Museu.
A incubação social como ferramenta de construção de um destino turístico sustentável: o caso da Estância Turística Climática de Cunha	<ol style="list-style-type: none"> 1. Discorrer sobre a utilização de incubadoras sociais como ferramenta de desenvolvimento sócio-econômico e cultural em localidades potencialmente turísticas. 2. Pontuar a realidade do empreendedorismo e da incubação no Brasil como ferramenta de aplicação nas ações propostas no Plano Diretor da região. 3. Discorrer sobre a inventariação, diagnóstico, prognóstico, análise SWOT, programas e projetos do planejamento turístico de Cunha. 4. Identificar os sujeitos envolvidos no processo de incubação social e definir suas competências. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Estudo de Caso da Estância Turística Climática de Cunha. Desenvolvimento do Plano Diretor de Estância Turística Climática de Cunha – SP. b. Pesquisa exploratória. c. Técnica de análise SWOT (análise dos pontos fortes/ oportunidades; análise dos pontos fracos/ ameaças).
O turismo rural no município de Jundiá e a influência desta atividade no contexto regional do Pólo Turístico do Circuito das Frutas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentar as diversas abordagens sobre turismo rural encontradas nas literaturas específicas. 2. Analisar as alternativas para o aproveitamento do potencial de atração turística existente em Jundiá no âmbito do Pólo Turístico do Circuito das Frutas. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Estudo exploratório. b. Pesquisa bibliográfica. c. Pesquisa de campo com visita às propriedades do espaço rural de Jundiá.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Estância Climática de Cunha: análise de <i>marketing</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudar aspectos de <i>marketing</i> da Estância Climática de Cunha – SP. 2. Caracterizar o produtor Cunha e sua demanda. 3. Apontar seus concorrentes. Identificar potencialidades, fragilidades, oportunidades e ameaças. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Estudo exploratório. b. Pesquisa bibliográfica. c. Pesquisa documental de conteúdos veiculados na Internet. Plano Diretor do Município, de 2006. Plano Diretor de Turismo, de 2007, realizado por um grupo de professores e alunos do curso de turismo da ECA/USP. d. Pesquisa de campo, através de seis visitas à Cunha – SP.
Práticas de recursos humanos na hotelaria: trabalhando motivação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Caracterizar o setor hoteleiro. 2. Entender as práticas de recursos humanos, principalmente as motivacionais. 3. Identificar as principais teorias motivacionais atualmente conhecidas, suas possíveis aplicações práticas e resultados esperados. 4. Identificar as diferentes práticas motivacionais adotadas por redes hoteleiras e seus resultados. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Pesquisa bibliográfica e em sites relacionados ao tema. b. Relatos de “cases” de sucesso da aplicação das práticas baseadas nas teorias motivacionais apresentadas no setor hoteleiro.
Sistemas de informação como ferramenta de gestão do turismo no Governo do Estado de São Paulo: proposta de um aplicativo gerenciamento dos investimentos em equipamentos hoteleiros	<ol style="list-style-type: none"> 1. Propor a aplicação de plataformas tecnológicas já existentes, bem sucedidas e utilizadas na gestão pública de alguns setores do Governo do Estado de São Paulo, para a gestão de turismo do estado através da criação de um aplicativo de gerenciamento dos investimentos e equipamentos hoteleiros. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Pesquisa bibliográfica e em meios eletrônicos. b. Entrevista com o responsável pelo desenvolvimento do “Mapa de Investimento Hoteleiro”.
Turismo e megaeventos esportivos: estudo de caso sobre os Jogos Pan-Americanos RIO 2007	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as medidas adotadas pela cidade do Rio de Janeiro para receber a XV Edição dos Jogos Pan-Americanos. 2. Identificar como os legados deixados pelos jogos para a cidade podem contribuir para a atividade turística local. 	<ol style="list-style-type: none"> a. Pesquisa de caráter exploratório descritivo. b. Pesquisa bibliográfica e em fontes eletrônicas. c. Pesquisa de campo.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Um museu a céu aberto: diagnóstico turístico do Cemitério da Consolação enquanto produto turístico da cidade de São Paulo.	<ol style="list-style-type: none"> 1.Fazer a avaliação técnica, através da criação de um diagnóstico turístico do Cemitério da Consolação enquanto produto turístico da cidade de São Paulo. 2.Verificar quais as condições que o local apresenta hoje para receber estes turistas e como sua utilização turística vem ocorrendo. 3.Levantar os pontos fortes e fracos do Cemitério para saber se poderá fazer parte de roteiros de visitação da cidade. 	<ol style="list-style-type: none"> a.Pesquisa bibliográfica descritiva e exploratória. b.Pesquisa de campo com entrevistas aos administradores do cemitério. c.Técnica de análise SWOT (análise dos pontos fortes/ oportunidades; análise dos pontos fracos/ ameaças).
O posicionamento dos parques temáticos no Brasil: estudo de caso Hopi Hari	<ol style="list-style-type: none"> 1.Analisar sob a ótica mercadológica como o Hop Hari está inserido no mercado de parques temáticos no Brasil. 2.Destacar as qualidades que apresentam os parques temáticos e como podem ser úteis para o posicionamento do Hopi Hari. 3.Identificar as características do consumidor para permitir um maior <i>feedback</i> das ações para o posicionamento. 	<ol style="list-style-type: none"> a.Pesquisa bibliográfica. b.Estudo de caso do parque temático Hopi Hari – SP.
Cenários da hotelaria: o Hotel Copacabana Palace como marca de referência da <i>Orient-Express</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1.Descrever os cenários da hotelaria internacional, em especial os das cadeias de referência, como modelo de organização do sistema de hospedagem no mercado global. 2.Apresentar o Hotel Copacabana Palace no contexto da <i>Orient-Express</i>, 	<ol style="list-style-type: none"> a.Pesquisa bibliográfica, exploratória descritiva. b.Entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos representantes da cadeia de referência da <i>Orient-Express</i> e do Hotel Copacabana Palace.
Experiências virtuais: o turismo através da imaginação e criatividade humanas	<ol style="list-style-type: none"> 1.Analisar a realização do turismo através do estímulo da imaginação e criatividade humanas. 2.Estudar artifícios ou ferramentas capazes de proporcionar experiências virtuais, desde as mais simples, como o início da reprodução de imagens, até o desenvolvimento de aparatos complexos. 	<ol style="list-style-type: none"> a.Estudo exploratório. b.Pesquisa bibliográfica e em meios eletrônicos.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Turismo de golfe em São Paulo: uma oferta diferencial	1.Verificar a potencialidade dos campos de golfe da cidade de São Paulo como atrativos turísticos. 2.Analisar a relação da hotelaria de São Paulo com o golfe. Traçar o perfil do golfista brasileiro e internacional. 3.Inventariar a oferta de campos de golfe num raio de 100 Km da cidade de São Paulo.	a.Estudo exploratório. b.Pesquisa bibliográfica e em fontes eletrônicas. c.Pesquisa de campo com coleta de dados através de questionários. d.Entrevistas com gerentes de hotéis e campos de golfe.

Fonte: TCC's – ECA-USP – 2008

Dos quadros anteriores decorreu-se uma minuciosa leitura, já tendo em mente que estes trabalhos ajustam-se à estrutura curricular adotada pelo curso de graduação em Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, anterior a reformulação efetuada a partir de 2008.⁵¹

Naquela “Grade Antiga”, a disciplina responsável pelo desenvolvimento da monografia final do curso (CRP440 – Trabalho de Conclusão de Curso) objetivava, assim como a atual disciplina (CRP0490 – Trabalho de Conclusão de Curso) “aprimorar a formação escolar e a capacitação profissional, através da aplicação e integração dos conhecimentos teóricos e/ou práticos”.

Em ambas as grades curriculares, conforme o Artigo 1º da Resolução CRP 04/2005, de 18/02/2005, a elaboração destes trabalhos, no Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da ECA-USP, “[...] consistirá em estudo aprofundado, individual, em nível adequado à graduação, sobre um tema claramente vinculado aos conteúdos (teóricos, técnicos ou laboratoriais) do curso em que o aluno se gradua”.

Em suma, os Trabalhos de Conclusão de Curso representam aos graduandos, através da abordagem de um tema específico, a oportunidade do “contato formal com a realidade da profissão em diferentes instituições públicas, e organizações privadas de turismo e da hotelaria”

⁵¹ Em Anexo a Matriz Curricular do Curso de graduação em Turismo, da ECA-USP, anterior ao ano de 2008, denominada pela Escola de “Grade Antiga”.

(NOVAES, 2008, p. 389). Além de permitir a construção de uma aprendizagem vivencial que, de acordo com Novaes (2008, p. 375 apud KOLB et. al., 1996) “servirá para refletir, sistematizar e testar os conhecimentos teóricos e instrumentais discutidos durante o curso de graduação”.

Assim sendo, voltou-se para o primeiro bloco de cada “Quadro de Inventário de TCC – ECA-USP” (2006; 2007; 2008), que arrolou os temas destes trabalhos. Justamente atentando-se para os tópicos de maior recorrência nestes estudos, bem como, a relação entre essas temáticas e as disciplinas componentes da matriz curricular do curso de graduação em Turismo na ECA-USP, já com vistas a identificar pistas que conduzissem aos primeiros elementos que contribuíssem para o futuro desvelamento dos sentidos discursivos desses TCC’s.

Num primeiro momento, mesmo com repetidas leituras desses quadros, não foi possível a identificação completa de todos os temas abordados pelos TCC’s, uma vez que seus títulos não expressavam com precisão essas informações. Fez-se necessário, então, a leitura de boa parte do conteúdo dessa produção acadêmica.

Em um segundo momento, com base na identificação dos assuntos principais e secundários desses trabalhos elaborou-se a “Tabela 4 – Distribuição dos TCC’s por Temas e Subtemas – ECA-USP – 2006-2008”.

Tabela 4 – Distribuição dos TCC’s por Temas e Subtemas – ECA-USP – 2006-2008

TEMAS E SUBTEMAS DOS TCC’s	ANO 2006	ANO 2007	ANO 2008	TOTAL N°
Tema: Turismo e Marketing	01	03	07	11
Segmentação do Produto Turístico	01	02	04	07
Caracterização do Produto Turístico	—	01	03	04
Tema: Turismo Urbano	01	04	03	08
Políticas e Práticas Públicas	—	02	02	04
Infra-estrutura Turística	01	02	01	04

TEMAS E SUBTEMAS DOS TCC's	ANO 2006	ANO 2007	ANO 2008	TOTAL N°
Tema: Turismo e Meio Ambiente	01	02	02	05
Ecoturismo em Unidades de Conservação	01	01	_____	02
Gestão Ambiental	_____	01	02	03
Tema: Educação e Turismo	01	_____	02	03
Educação para o Turismo	01	_____	02	03
Tema: Turismo e Cultura	06	01	01	08
Festas Populares	02	_____	_____	02
Patrimônio Cultural	_____	01	_____	01
Turismo Étnico	02	_____	01	03
Turismo Religioso	02	_____	_____	02
Tema: Gestão do Turismo	03	04	05	12
Impactos sociais, culturais, ambientais e econômicos	01	02	_____	03
Gestão do Turismo Sustentável	01	_____	_____	01
Modelos de Gestão do Turismo	_____	_____	04	04
Estratégias Empresariais	01	02	01	04
Tema: Planejamento Turístico	03	03	04	10
Inventário Turístico	01	01	02	04
Turismo e Hospitalidade	_____	01	_____	01
Tendências	02	01	02	05
Tema: Turismo e Lazer	_____	01	02	03
Práticas de Lazer e Turismo	_____	01	01	02
Equipamentos de Lazer	_____	_____	01	01

TEMAS E SUBTEMAS DOS TCC's	ANO 2006	ANO 2007	ANO 2008	TOTAL N°
Tema: Turismo e Gastronomia	—	02	—	02
Serviços de Alimentos e Bebidas	—	01	—	01
Alimentação como Diferencial	—	01	—	01
Tema: Turismo de Eventos	01	01	02	04
Eventos de Lazer e de Negócios	01	01	02	04
Tema: Turismo Rural	—	01	01	02
Impactos sociais, culturais, ambientais e econômicos	—	—	01	01
Tendências	—	01	—	01
Tema: Turismo e Comunicação	02	—	01	03
Construção da imagem turística	02	—	01	03
Tema: Economia do Turismo	01	03	—	04
Composição de Gastos Turísticos	01	03	—	04
Tema: Turismo e Psicologia	01	01	01	03
Comportamento do Turista	01	01	01	03
Tema: Recursos Humanos em Turismo	—	—	02	02
Qualificação de Recursos Humanos	—	—	02	02

Fonte: TCC's – ECA-USP – 2006-2008

Nesta classificação por temas e subtemas da produção acadêmica dos graduandos em Turismo da ECA-USP, entre os anos de 2006 a 2008, pode-se encontrar 15 (quinze) tópicos principais e 29 (vinte e nove) subtemas, conforme demonstrou a Tabela 1 acima. E para melhor compreendermos esses dados a fim de efetuar-se uma descrição acerca desta classificação recorreremos a um gráfico de distribuição por temas destes TCC's.

Este Gráfico 2 (abaixo) revelou que dos 80 (oitenta) TCC's elaborados entre os anos de 2006 a 2008, os temas mais abordados pelos graduandos em Turismo da ECA-USP foram respectivamente: 12 (doze) em Gestão do Turismo, representando 15% (quinze por cento) do universo total de TCC's. Depois, 11 (onze) em Turismo e *Marketing*, ou seja, 13,75% (treze ponto setenta e cinco por cento) desses trabalhos. Seguidos de 10 (dez), 12,5% (doze e meio por cento) em Planejamento Turístico; 08 (oito) em Turismo Urbano, assim como, 08 (oito) em Turismo e Cultura, ambos com 10% (dez por cento). E 05 (cinco), 6,25% (seis ponto vinte e cinco por cento) em Turismo e Meio Ambiente.

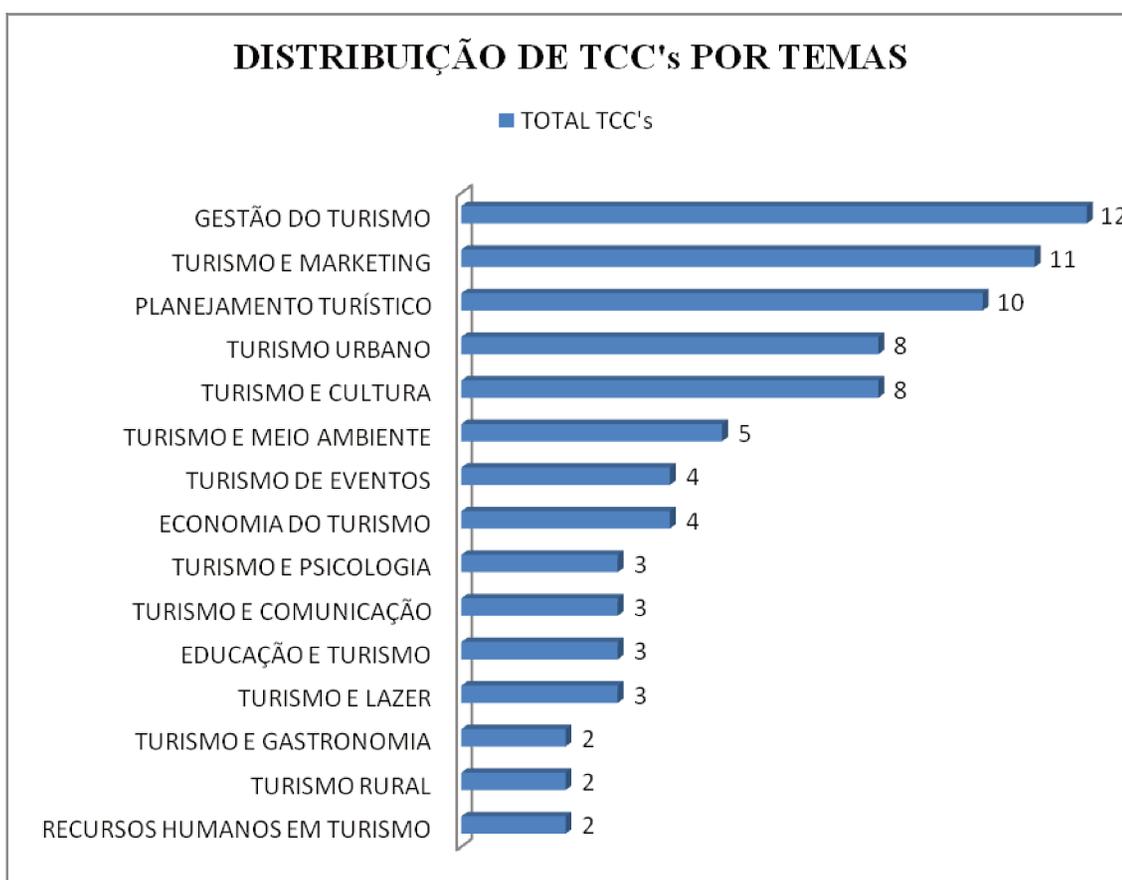


Gráfico 2 – Distribuição de TCC's por Temas – ECA-USP – 2006 – 2008

As temáticas em destaque nestes estudos vão ao encontro do perfil de egresso dos bacharéis em Turismo almejado pela matriz curricular da ECA-USP. Pois, lá se encontram disciplinas e/ ou matérias que coadunam para a formação que “visa a preparar, desde o

profissional de planejamento em turismo até o empreendedor que opta por um negócio próprio” (ECA-USP).

Especificamente para conceber estes assuntos pesquisados, fez-se necessário a compreensão dos conhecimentos teóricos e práticos, tendo em vista “o domínio em assuntos que envolvem o aproveitamento de patrimônio histórico e natural” (ECA-USP).

Para tanto, na estrutura curricular destinada à formação destes futuros bacharéis citam-se as disciplinas e/ ou matérias com aporte direto a estes temas: Turismo: Conceituação e Organização; Dimensão e Dinâmica do Turismo; Análise Estrutural do Turismo; Administração de Empresa de Turismo; Noções de Direito e Legislação Sobre o Turismo; Elementos Históricos do Turismo; Análise Microeconômica do Turismo; Análise Macroeconômica do Turismo; Turismo Meio Ambiente e Patrimônio Natural; Fundamentos Geográficos do Turismo; Patrimônio Cultural em Turismo – Bens Materiais; Patrimônio Cultural em Turismo – Bens Imateriais; Marketing em Turismo; Planejamento e Organização do Turismo.

Além disso, um dos principais temas discorridos nos TCC’s (Turismo e *Marketing*) demonstra um dos problemas nos estudos turísticos, já discutidos por Moesch em sua obra “A produção do saber turístico” (2000), a abordagem de assuntos que se direciona, sobretudo às expectativas do mercado turístico que, como se percebe, também ditam as tendências de pesquisa na área.

Contudo, a partir dessa constatação reflete-se, ao mesmo tempo, que o curso de graduação em Turismo da ECA-USP, embora oferecido em uma Instituição pública com vistas à formação humanista, abrange do mesmo modo uma formação focada no mercado de trabalho, disposta, mesmo que parcialmente, a atender os parâmetros impostos pelo atual contexto do trabalho nas sociedades globalizadas, pois visa formar profissionais que ingressem com sucesso nas áreas do Turismo.

Evidentemente, nos dias de hoje, não se pode negar esta preocupação com o competitivo mercado do trabalho, bem como, as atuais transformações tecnológicas, econômicas, ambientais, culturais e sociais que impõem aos profissionais, sobretudo, aos recém-formados, a necessidade

de conhecimentos sólidos e diversificados que, vão bem além de sua área de formação. Tal situação pode-se traduzir na máxima tão proferida: “só os melhores têm lugar no competitivo mercado de trabalho!”

No entanto, como afirma Demo (2000, p. 91):

[...] O problema está em encontrar um termo médio entre a expectativa de mercado, que é inevitável para as pessoas ganharem a vida, e a competência humana que deve poder se contrapor ao mercado, privilegiando o objetivo e a ética da cidadania sobre a produtividade econômica.

É necessário, pois, analisar que o discurso hegemônico neoliberal adotou no campo educacional a proposição de “[...] subordinação da educação às necessidades do mercado de trabalho, na medida em que tentam instrumentalizar o trabalhador para que se adapte às novas exigências do mercado de trabalho [...]” (SHIGUNOV, 2006, p. 68).

Sabe-se que as propostas neoliberais aplicadas à área da Educação consideram, principalmente, os aspectos econômicos. Por isso, numa análise superficial das propostas educacionais neoliberais é consenso a afirmativa de que seus objetivos “[...] são a melhoria das condições de vida e de trabalho do homem [...]” (SHIGUNOV, 2006, p. 68).

Porém, estudiosos do discurso neoliberal aplicado ao campo educacional, tais como, o Professor Pablo Gentili (1999), em um exame mais rigoroso, chegou a outras conclusões, como, por exemplo, a de que os neoliberais definem um conjunto de estratégia que visam

[...] transferir a educação da esfera da *política* para a esfera do *mercado*, questionando assim seu caráter de *direito* e reduzindo-a a sua condição de *propriedade*. É neste quadro que se reconceitualiza a noção de *cidadania*, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto *proprietário*, enquanto indivíduo que luta por conquistar (comprar) propriedades-mercadorias de diversa índole, sendo a educação uma delas. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, o *entrepreneur*, o consumidor [...] (GENTILI, 1999, p. 20-21).

Neste contexto, um meio aparentemente neutro e técnico, como a matriz curricular do curso superior em Turismo da ECA-USP, assim como os respectivos temas (assuntos) abordados pelos graduandos em Turismo em seus TCC's têm correlações intrínsecas com aspectos econômicos, políticos e sociais.

Nota-se, portanto que os temas abordados, como o Turismo Urbano, reflete questões referentes à contínua valorização do tempo ocioso pelas sociedades atuais, fato que despontou a partir da década de 1960, com o intenso processo de urbanização que conduziu a mão-de-obra do campo para as cidades, e conseqüentemente, a transferência do local de residência da massa trabalhadora para os grandes centros urbanos. Sem esquecer-se das mudanças nas relações de trabalho, tais como, a redução da jornada de trabalho, o descanso semanal remunerado, as férias e a própria aposentadoria. Além das inovações tecnológicas nos meios de transporte que facilitaram o deslocamento humano em um menor espaço de tempo e com maior segurança.

Ou mesmo que o tema Turismo e Meio Ambiente, aparentemente um assunto da “moda”, insira-se em uma discussão internacional, desde o início da década de 1970, acerca das relações entre o homem e a natureza. Debates que perpassaram (e ainda inserem-se) a área da Educação Ambiental, pois uma de suas premissas é a de fazer com que as pessoas compreendam o meio ambiente como um sistema que inclui não só o meio natural, mas também os meios artificiais, sociocultural e político-institucional, ou seja, um sistema no qual interagem os elementos naturais e a sociedade humana.

Assim como o tema Turismo e Cultura, que demonstra a comercialização de mercadorias cada vez mais imponderáveis, como a própria cultura. Mercantilização reforçada pelo processo de globalização, e anterior a este, pelo advento do capitalismo, que proporcionaram a desvalorização das referências identitárias, uniformizando as sociedades, despersonalizando as características originais de seus territórios e de suas memórias. Porém, enquanto processo paradoxal, esta globalização perversa, nas palavras do Professor Milton Santos (2008), provoca ao mesmo tempo, uma reação que emerge das periferias globais (África, Ásia e América Latina) rumo à outra globalização, em que há a renascença das coisas populares, cuja criatividade aparece como a reelaboração das técnicas de acordo com as condições locais. Nesse sentido, as abordagens que se voltam aos aspectos culturais do Turismo podem até expressar uma visão mercadológica da cultura, mas carregam este novo olhar acerca desta possível globalização, mesmo que em sua subjetividade.

Posterior às estas breves ponderações sobre os assuntos abordados nestes TCC's partiu-se em busca de outros elementos relevantes à captação dos sentidos discursivos dessas produções acadêmicas.

Por isso, direcionou-se a análise para os outros dois blocos do “Quadro de Inventário de TCC – ECA-USP” (2006; 2007; 2008): Objetivos e Metodologia. Por acreditar que o que definirá o tipo de pesquisa e a metodologia adequada serão os paradigmas adotados pelo pesquisador frente à natureza do problema que se pretende investigar (DENCKER, 2002), averiguaram-se primeiro os paradigmas de pesquisa desses TCC's.

Ainda crendo que essa seleção por determinado paradigma relaciona-se sobremaneira as condições de produção desses TCC's, e com vistas a classificar esses trabalhos por paradigmas de pesquisa, recorreu-se aos dois primeiros estudos de referência acerca da produção científica em Turismo no Brasil, desenvolvidos por Mirian Rejowski (1996; 1997). Ambos citados no capítulo anterior enquanto parte das condições de produção dos TCC's da graduação em Turismo na ECA-USP.

Esta classificação embasou a elaboração da Tabela 5, cujos dados apresentam a distribuição por paradigmas de pesquisa nos TCC's da ECA-USP, no período de 2006 a 2008.

Tabela 5 – Distribuição dos TCC's por Paradigmas de Pesquisa – ECA-USP – 2006-2008

PARADIGMAS DE PESQUISA DOS TCC's	ANO 2006	ANO 2007	ANO 2008	TOTAL N°
DESCRITIVO	14	12	11	37
EXPLORATÓRIO	06	14	21	41
EXPLICATIVO	01	—	—	01
TOTAL DE TCC's	21	26	33	80

Fonte: TCC's – ECA-USP – 2006-2008

É interessante destacar que, assim como os resultados obtidos por Rejowski (1997, p. 132-133) em seu segundo estudo – a sua tese de livre-docência – sobre o aprofundamento das análises disciplinar, temática e metodológica da produção acadêmica em Turismo:

[...] As pesquisas exploratórias aparecem em número maior (...). Porém é significativo o aumento do número de pesquisas descritivas e explicativas, o que revela um nível de profundidade maior no estudo do Turismo [...] (REJOWSKI 1997, p. 132-133).

Os paradigmas de maior frequência nesses TCC's, conforme a Tabela 1, também foram o exploratório com 41 (quarenta e um), representando aproximadamente 51.5% (cinquenta e um e meio por cento) do total de trabalhos, e o descritivo com 37 (trinta e sete), 46.5% (quarenta e seis e meio por cento), contra apenas 01 (um), 1.5% (um por cento e meio) do explicativo, respectivamente. Demonstrando talvez, como nas palavras da autora, uma maior maturidade também nesses estudos, que, diga-se de passagem, é a primeira produção acadêmica de muitos destes graduandos.

Neste exercício de reflexão acerca da compreensão da seleção de determinados paradigmas de pesquisa pelos graduandos em Turismo da ECA-USP, direcionou mais uma vez a matriz curricular do curso em questão.

Segundo este documento, a disciplina “base” para a elaboração da monografia final de curso, CRP440 – Trabalho de Conclusão de Curso, exigia do mesmo modo que a atual CRP0490 – Trabalho de Conclusão de Curso, como requisitos à matrícula, a frequência e a aprovação nas seguintes disciplinas: “Plano de Negócios Aplicado ao Turismo”; “Estratégia de Negócios para o Turismo”; “Análise Estrutural do Turismo”; “Meios de Hospedagem”; “Turismo Histórico-Cultural II”; “Dimensão Espacial do Turismo II”; “Agências de Turismo” e “Métodos de Pesquisa em Turismo”.

Esta última disciplina, CRP0485 – Métodos de Pesquisa em Turismo – conforme informações disponibilizadas no sítio eletrônico do CRP, adota em sua bibliografia de referência, a obra de Ada de Freitas Maneti Dencker “Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo”, publicada em 1998. Neste livro, a autora apresenta, entre outros tópicos, as pesquisas mais utilizadas no campo do Turismo, bem como, a escolha da técnica de pesquisa mais adequada.

Assim, de acordo com esta obra de Dencker (1998) e a tese de livre-docência de Rejowski (1997), descrevem-se para maiores esclarecimentos dos leitores, as definições das tipologias dos paradigmas de pesquisa apresentados nesses TCC's da graduação em Turismo na ECA-USP. Em síntese:

- **Descritivo:** busca descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis. São utilizadas quando os objetivos da pesquisa envolvem as preferências, hábitos, gostos ou características de determinada população. Por isso, freqüentemente usam uma grande base de dados quantitativos, empregando técnicas padronizadas para a coleta como o questionário e a observação sistemática. A forma mais comum de apresentação é a descrição da situação no momento da pesquisa (DENCKER, 1998); (REJOWSKI, 1997).
- **Exploratório:** tem como principal objetivo desenvolver, esclarecer e modificar idéias e conceitos, propondo assim a formulação de hipóteses pesquisáveis para futuros estudos. São utilizadas quando o tema escolhido é pouco explorado, tornando-se difícil a formulação de hipóteses precisas e operacionais. Geralmente, constituem-se como a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Caracterizam-se por ter um planejamento flexível, envolvendo levantamento bibliográfico, entrevista com pessoas experientes e análise de exemplos similares. A forma mais comum de apresentação é a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso (DENCKER, 1998); (REJOWSKI, 1997).
- **Explicativo:** a preocupação central é identificar os fatores que, determinam ou que contribuem, para a ocorrência dos fenômenos. Pode ser a continuação de uma pesquisa descritiva. Caracteriza-se pela utilização do método experimental ou observacional. A forma mais comum de apresentação é a pesquisa experimental ou a pesquisa *ex-post-facto* (DENCKER, 1998); (REJOWSKI, 1997).

Ainda em contato com estas duas obras, Dencker (1998) e Rejowski (1997), investigaram-se quais os procedimentos de pesquisa mais freqüentes, bem como, os métodos de coletas de dados empregados em consonância com esses, a fim de atingirem-se os objetivos expostos por estes TCC's.

Elaboraram-se, então, mais duas tabelas que tratam separadamente dos procedimentos de pesquisa e dos métodos de coleta de dados empregados nestes trabalhos.

Tabela 6 – Distribuição dos TCC's por Procedimentos de Pesquisa – ECA-USP – 2006-2008

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA DOS TCC's	ANO 2006	ANO 2007	ANO 2008	TOTAL N°
ESTUDO DE CASO	10	05	07	22
OBSERVAÇÃO-PARTICIPANTE	—	—	02	02
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	07	13	15	35
PESQUISA DE CAMPO	04	08	09	21
TOTAL DE TCC's	21	26	33	80

Fonte: TCC's – ECA-USP – 2006-2008

A partir da Tabela 6, constatou-se que os procedimentos de pesquisa mais frequentes nesses TCC's foram 35 (trinta e cinco) de pesquisa bibliográfica com 43.75 % (quarenta e três ponto setenta e cinco por cento) do total dos trabalhos, o estudo de caso com 22 (vinte e dois), representando 27.5% (vinte e sete e meio por cento), seguidos de 21 (vinte e um) pela pesquisa de campo, com 26.25% (vinte se seis ponto vinte e cinco por cento) e somente 02 (dois), com 2.5% (dois por cento e meio) de observação-participante.

Novamente, a título de esclarecimentos aos leitores, apresentam-se as descrições das tipologias dos procedimentos de pesquisa empregados nestes TCC's analisados:

- Estudo de Caso: é o estudo intenso de determinado objeto ou situação. Por isso, seu objeto de estudo pode ser um indivíduo, um grupo, uma organização, um conjunto de organizações ou até mesmo uma dada situação. Em geral, permite o conhecimento dos

processos e relações sociais. Possibilita grande flexibilidade, mas não permite a generalização dos resultados. As técnicas empregadas podem ser observação de ocorrência de fatos, entrevistas estruturadas e não-estruturadas, análise de registros etc. A dificuldade é a exigência de maior experiência e treinamento do pesquisador (DENCKER, 1998); (REJOWSKI, 1997).

- Observação-Participante: é utilizada quando o objetivo do pesquisador é investigar a experiência de indivíduos, como pensam, agem e sentem. Desse modo, a forma mais confiável de se obter estes dados é compartilhar de suas experiências. Pois esta estratégia de pesquisa permite a observação das ações no próprio instante em que ocorrem, oferecendo uma visão dinâmica das situações. O pesquisador deve atentar-se para não perder a objetividade ao registrar os dados (DENCKER, 1998).
- Pesquisa Bibliográfica: desenvolvem-se a partir de material já elaborado, tais como, livros e artigos científicos. Há as pesquisas puramente bibliográficas, nas quais o pesquisador visa comparar autores ou analisar em profundidade um conceito. Porém, toda pesquisa requer uma fase preliminar de levantamento e revisão da bibliografia acerca do tema a fim de elaborar-se o marco teórico do estudo. A principal preocupação do pesquisador deve ser em relação à redução das possibilidades de erros das fontes consultadas, por isso, deve confrontá-los com outras fontes (DENCKER, 1998).
- Pesquisa de Campo: similar ao *Survey*. Frequentemente utilizada em Turismo, pois serve para estudar grandes ou pequenas populações. O estudo da amostra visa descobrir os significados das variáveis e as relações existentes entre elas. No entanto, geralmente, não envolve testes de variáveis independentes, exceto quando se utiliza de métodos estatísticos. Também conhecida como técnica de questionário porque é conduzida com esse instrumento ou por entrevistas pessoais, pelo correio, por telefone, ou ainda, por computador (DENCKER, 1998).

Já na Tabela 7 constam-se as informações acerca dos métodos de coleta de dados utilizadas nos TCC's, a saber: 27 (vinte e sete), com 33.75% (trinta e três ponto setenta e cinco por cento) de análise textual; 25 (vinte e cinco), 31.25 % (trinta e um ponto vinte e cinco por

cento) de entrevistas; 18 (dezoito), 22.5% (vinte e dois e meio por cento) de questionários; e 10 (dez), 12.5% (doze e meio por cento) de observação direta.

Tabela 7 – Distribuição dos TCC's por Método de Coleta de Dados – ECA-USP – 2006-2008

MÉTODO DE COLETA DE DADOS DOS TCC's	ANO 2006	ANO 2007	ANO 2008	TOTAL N°
ANÁLISE TEXTUAL	06	10	11	27
ENTREVISTA	07	07	11	25
QUESTIONÁRIO	06	06	06	18
OBSERVAÇÃO DIRETA	02	03	05	10
TOTAL DE TCC's	21	26	33	80

Fonte: TCC's – ECA-USP – 2006-2008

Também no intuito de esclarecer aos leitores sobre estes métodos empregados pelos graduandos em Turismo da ECA-USP para a coleta de dados referentes à elaboração de seus TCC's, descrevem-se suas tipologias a seguir:

- Análise Textual: apreciação crítica em fontes bibliográficas ou documentais, visando fornecer ao pesquisador uma base teórica acerca da temática da pesquisa (DENCKER, 1998); (REJOWSKI, 1997).
- Entrevista: seu objetivo é buscar opiniões e descrições do entrevistado acerca da interpretação e significação de determinado fenômeno. Pode ser estruturada, ao seguir um roteiro pré-estabelecido, ou não-estruturada, dando total liberdade ao entrevistado para falar sobre o assunto abordado na pesquisa. Porém, o preparo de uma entrevista exige muita habilidade do pesquisador, pois o contato inicial com o entrevistado é fundamental

para se criar um clima de confiança entre ambos (DENCKER, 1998); (REJOWSKI, 1997).

- Questionário: composto por perguntas ordenadas, que devem ser respondidas pelo entrevistado sem a intervenção do pesquisador. Assim, seu principal objetivo é obter de maneira sistemática e ordenada informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação, em relação a uma população ou amostra determinada. Ao ser enviado via correio ou e-mail deve conter no início uma explicação resumida dos objetivos da pesquisa, instruções para o preenchimento e agradecimentos (DENCKER, 2002).
- Observação Direta: busca registrar os fenômenos como e na medida em que ocorrem, no qual o pesquisador poderá ou não assumir um papel no grupo observado. É possível conhecer as influências que atuam no comportamento dos indivíduos observados, as quais, geralmente, os próprios não percebem (DENCKER, 1998).

Se traçarmos um paralelo entre as explicações de Dencker (1998) e Rejowski (1997) sobre a descrição de cada tipologia dos paradigmas de pesquisa e as descrições acerca dos procedimentos de pesquisa, somados aos principais métodos de coleta de dados empregados nesses TCC's, pode-se inferir que estes elementos estão em conformidade com os objetivos expostos na introdução desses trabalhos.

Encerrada as considerações acerca dos dois últimos blocos do “Quadro de Inventário de TCC – ECA-USP”, do período nomeado (2006; 2007; 2008), seguiu-se em direção à seleção dentre estes de quatro trabalhos que, apresentassem relação aos temas, paradigmas e procedimentos de pesquisa mais recorrentes, bem como, dos principais métodos de coleta de dados empregados nesses estudos.

Portanto, posterior à leitura na íntegra dos trabalhos selecionados, preencheu-se o “Quadro de Análise do TCC”, semelhante ao “Quadro de Inventário de TCC – ECA-USP”, com o acréscimo de mais dois blocos: Problemas e Paradigma de Pesquisa. Para em seguida descrevê-los em linhas gerais já com vistas à futura análise dos sentidos discursivos desses trabalhos.

4.2.1 Quadro de Análise do TCC – ECA-USP – 2006

Quadro 18 – Análise do TCC – ECA – USP – 2006

TEMA	Parque Estadual da Ilha do Cardoso: reflexões acerca da gestão do produto turístico por meio de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)
PROBLEMA (S)	1.É possível a criação de uma OSCIP como forma de gestão participativa do produto turístico do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, uma vez que o propósito participativo deste modelo de gestão coaduna com os princípios do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável?
OBJETIVO (S)	1.Abordar o fenômeno ecoturístico no Parque Estadual da Ilha do Cardoso e sua atual administração. 2.Contribuir para a implantação do turismo calcado nos princípios do desenvolvimento sustentável. 3.Discutir e apresentar as direções para a prática do ecoturismo nesse local. 4.Mostrar a possibilidade de constituição de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).
PARADIGMA	Exploratório
METODOLOGIA	a. Pesquisa bibliográfica e documental. b. Estudo de Caso do Parque Estadual da Ilha do Cardoso/ SP. c.Pesquisa de campo com observação direta.

Fonte: TCC – ECA-USP – 2006

A temática abordada por este trabalho é relevante para o campo de estudos do Turismo, pois trata da gestão de um patrimônio – natural e cultural – público por sujeitos da sociedade civil.

O autor, experiente nos métodos empregados em uma pesquisa acadêmica, visto que participou na própria graduação de pesquisa de iniciação científica junto à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), justifica com maestria os motivos pelos quais o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, localizado no litoral sul do Estado de São Paulo, deveria adotar o modelo de gestão alternativa de seu produto turístico (ecoturismo), a partir da configuração de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Seus questionamentos buscam, no decorrer do estudo, confirmar a eficácia da gestão desta Unidade de Conservação (UC) pela própria comunidade, destacando ainda a importância da participação do setor público neste projeto de implantação do Turismo calcado nos princípios do desenvolvimento sustentável.

A metodologia adotada para a investigação foi composta de três fases. Primeiro a pesquisa bibliográfica e documental, a fim de considerar o histórico das unidades de conservação em âmbitos mundial e nacional, especialmente aquelas inseridas no Estado de São Paulo. Além da investigação do histórico acerca do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Com estas informações o autor elaborou o primeiro e o segundo capítulos. Todavia, já contemplando a segunda fase de sua pesquisa – o Estudo de Caso – o autor emprega concomitantemente, a terceira fase com a pesquisa de campo e a observação direta, para evidenciar as singularidades da atividade turística praticada no interior do referido parque.

Na parte final, o estudo ressalta que a criação de uma OSCIP para gestar o Turismo no Parque Estadual da Ilha do Cardoso seria ação posta em prática em um curto espaço de tempo e sem grandes custos, resultando ainda em uma troca de conhecimentos entre o setor público e a sociedade civil, bem como, o exercício e o fortalecimento das lideranças da população local rumo à sustentabilidade do meio.

4.2.2 Quadro de Análise do TCC – ECA-USP – 2007

Quadro 19 – Análise do TCC – ECA – USP – 2007

TEMA	O sub-aproveitamento Turístico do Centro de São Paulo nos Finais de Semana e Feriados, e propostas de Incremento.
PROBLEMA (S)	1.Por quais motivos uma localidade riquíssima em potencial turístico, como o centro da cidade de São Paulo, recebe um número de turistas pífio? 2.Quais os aspectos positivos do centro da cidade de São Paulo nos finais de semana e feriados para o turismo na região?
OBJETIVO (S)	1.Compreender por quais motivos o centro da cidade de São Paulo é sub-aproveitado turisticamente durante os finais de semana e feriados. 2.Propor alternativas de incremento para o incentivo turístico neste período
PARADIGMA	Exploratório
METODOLOGIA	a.Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. b.Pesquisa de campo com observação participante.

Fonte: TCC – ECA-USP – 2007

Neste trabalho o tema surge em função de uma constatação do pesquisador, a de que o Centro da cidade de São Paulo é “sub-aproveitado” turisticamente nos finais de semana e feriados, embora seja esta uma importante capital de turismo de negócios no País.

A justificativa para a investigação abriga-se na visualização do turismo urbano em todo mundo ao revelar que, independente do principal motivo de uma viagem, o centro de uma cidade é sempre um local de grande interesse para o turista. No entanto, este é um fato que pouco ocorre em São Paulo, mesmo após a revitalização parcial de seus patrimônios culturais.

Desse modo, a proposta do autor centrou-se em compreender os motivos para a ocorrência desse caso, bem como, sugerir o incremento à atividade turística na região durante este período. Para tanto, o estudo desenvolveu-se através da pesquisa bibliográfica, visando o levantamento histórico da cidade de São Paulo, desde a sua fundação, a ocupação e urbanização do centro, até a decadência e a recuperação dessa região. Além de informações acerca do Turismo na cidade de São Paulo (infra-estrutura turística, atrativos turísticos, receptivo paulistano, peculiaridades dos finais de semana e feriados no Centro). E da pesquisa de campo com a observação direta de quatro *city tours* no Centro de São Paulo, tendo em vista a análise desses roteiros operados pelas agências de receptivo.

Posterior a estas duas fases, o autor diagnosticou quinze problemas relativos à atividade turística no Centro de São Paulo durante os finais de semana e feriados, seguidas de uma proposta de incremento dividida em três segmentos.

4.2.3 Quadro de Análise do TCC – ECA-USP – 2008

Quadro 20 – Análise do TCC – ECA – USP – 2008

TEMA	Turismo de base comunitária: a experiência de sucesso da Prainha do Canto Verde, Beberibe – CE
PROBLEMA (S)	1.Como foi possível o desenvolvimento do projeto de turismo de base comunitária na Prainha do Canto Verde, localizada no Estado do Ceará, no município de Beberibe? 2.Quais são as questões relacionadas à atividade turística na região?
OBJETIVO (S)	1.Demonstrar a possibilidade do desenvolvimento do projeto do turismo de base comunitária na Prainha do Canto Verde, Beberibe – CE. 2.Apontar as raízes da participação comunitária. 3.Investigar as questões relacionadas à atividade turística na região.

PARADIGMA	Exploratório
METODOLOGIA	a.Pesquisa bibliográfica e documental. b.Pesquisa de campo com observação participante. c. Estudo de Caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe – CE.

Fonte: TCC – ECA-USP – 2008

O trabalho desenvolvido perpassa pelo anseio do autor de expor como foi possível o desenvolvimento do projeto de turismo de base comunitária na Prainha do Canto Verde, localizada no Estado do Ceará, no município de Beberibe.

O autor justifica a importância desse estudo através da afirmação de que o turismo nesta localidade, há anos divulgada internacionalmente como um caso de sucesso, apresenta características que levaram os atores sociais a enfrentar os desafios do processo participativo.

A investigação partiu da pesquisa bibliográfica e documental, com duração de oito meses, para o levantamento de informações acerca de conceitos básicos, tais como, turismo sustentável, pontos positivos e negativos advindos dessa atividade para a comunidade receptora do destino turístico; turismo comunitário sob a ótica de órgãos oficiais do turismo, organizações não-governamentais e especialistas; participação comunitária em projetos de turismo e a implantação de organizações não-governamentais no cenário turístico nacional. Tais referenciais teóricos foram apresentados no primeiro e segundo capítulos.

A pesquisa de campo com observação participante possibilitou o contato com inúmeros dados sobre o processo histórico, estrutura político-organizacional, aspectos físicos e o projeto Turismo Socialmente Responsável da comunidade da Prainha do Canto Verde.

Em sua conclusão, o autor torna a frisar quão verdadeiro é a participação comunitária no desenvolvimento do projeto de turismo de base comunitária nesta localidade. Participação vista

como oportunidade de inovação, aderência social e engajamento dos sujeitos sociais na conservação dos patrimônios natural e cultural, como fatores fundamentais para o desenvolvimento local e a geração de renda para esta comunidade.

4.2.4 Quadro de Análise do TCC – ECA-USP – 2008

Quadro 21 – Análise do TCC – ECA – USP – 2008

TEMA	Estância Climática de Cunha: análise de <i>marketing</i>
PROBLEMA (S)	<ol style="list-style-type: none"> 1.Como está organizado o produto turístico de Cunha? 2.Como se apresenta o ambiente interno e microambiente de <i>marketing</i> de Cunha? 3.Quem são seus visitantes? E seus concorrentes? 4.Quais são suas principais potencialidades e fragilidades? 5.Quais são as suas principais ameaças e oportunidades?
OBJETIVO (S)	<ol style="list-style-type: none"> 1.Estudar aspectos de <i>marketing</i> da Estância Climática de Cunha – SP. 2.Caracterizar o produtor Cunha e sua demanda. 3.Apontar seus concorrentes. 4.Identificar potencialidades, fragilidades, oportunidades e ameaças.
PARADIGMA	Exploratório

METODOLOGIA	<p>a. Estudo exploratório.</p> <p>b. Pesquisa bibliográfica.</p> <p>c. Pesquisa documental de conteúdos veiculados na Internet; do Plano Diretor do Município, de 2006; do Plano Diretor de Turismo, de 2007, realizado por um grupo de professores e alunos do curso de turismo da ECA/USP.</p> <p>d. Pesquisa de campo, através de seis visitas à Cunha – SP.</p>
--------------------	---

Fonte: TCC – ECA-USP – 2008

O autor inicia seu trabalho traçando as relações entre o Turismo e o *marketing*, afirmando que é inviável a existência de um alto nível de atividade econômica, neste caso atividades turísticas, sem um alto nível correspondente de atividade de *marketing*.

Logo em seguida, apresenta suas justificativas para a escolha do tema, descrevendo o número de visitantes da Estância Climática de Cunha, localizada em São Paulo, entre os anos de 1993 e 2003. Neste íterim, também destaca a validade de uma análise de *marketing* tanto para o município em questão quanto para a academia.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se de fontes bibliográficas impressas e eletrônicas, tais como, bibliografia especializada acerca de *marketing*, turismo, atividades turísticas da cidade de Cunha, Plano Diretor do Município, realizado em 2006 e o Plano Diretor de Turismo, realizado em 2007, por um grupo de professores e alunos do curso de graduação em Turismo da ECA-USP, no qual o pesquisador foi parte integrante.

Nas considerações finais, a partir da análise realizada nos capítulos quatro e cinco do estudo, referentes ao ambiente interno e ao microambiente de *marketing* de Cunha, o autor descreveu e analisou, de forma sucinta, as potencialidades, as fragilidades, as oportunidades e as ameaças às atividades turísticas nessa localidade.

4.3 OS TCC's E SEUS SENTIDOS

O sentido de um texto não permanece em si mesmo, visto que “[...] os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (ORLANDI, 2010, p. 42). Segundo Foucault (1996), o discurso transforma-se de acordo com a formação discursiva⁵² em que está inscrito, além de modificar-se a partir de quem o (re)produz, bem como, de quem o interpreta.

Dito de outro modo, o sentido de um texto não existe como um produto acabado, resultado de uma possível transparência da língua, mas sempre em curso, produzem-se em consonância às determinações histórico-sociais. Portanto, a formação discursiva determinará o que pode e deve ser dito a partir de um dado lugar social que o sujeito-locutor do discurso ocupa.

Assim sendo, a partir dos quatro Trabalhos de Conclusão de Curso descritos no “Quadro de Análise do TCC”, procuraram-se revelar os sentidos que permeiam os discursos desses objetos simbólicos. Mas, vale frisar que não se trata de uma análise desses textos, mas sim sobre o discurso.

[...] Uma vez atingido o processo discursivo que é responsável pelo modo como o texto significa, o texto ou textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles – e outros que nem conhecemos – são parte (ORLANDI, 2010, p. 72).

⁵² Foucault (1996, p. 35) define formação discursiva como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço e que definem em cada época dada e para cada área social e econômica, geográfica ou lingüística dada as condições do exercício da função enunciativa”.

4.3.1 Discursos Acadêmicos Científicos X Discursos Acadêmicos Mercadológicos

O primeiro sentido discursivo perceptível nestes trabalhos relacionou-se à constatação de serem eles partícipes do discurso científico, mas carregados de interações com o mercado globalizado.

Nestas produções acadêmicas, os textos organizaram-se de acordo com as particularidades do discurso científico, distinguindo-se, então, de outros não-científicos. Entre as características dessa “cientificidade” mencionam-se:

i. Forma Composicional⁵³: extensa, com uma estrutura argumentativa, referenciados pelas normas para apresentação de trabalhos acadêmicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No caso desses TCC's da graduação em Turismo, a observação a essa forma composicional é (também) determinada pelo Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, através do Artigo 3º, Parágrafo 1º, da Resolução CRP 04/2005, de 18/02/2005:

[...] Art. 3º O TCC impresso/gravado deverá ser elaborado, preferencialmente pelas normas da ABNT para apresentação de trabalhos acadêmicos; elaboração de referências e apresentação de citações em documentos.

§ 1º Deverá apresentar os seguintes elementos: a- Dados de identificação (nome da Instituição e da Unidade; nome do autor; título do trabalho; subtítulo, se houver; nome do Professor-Orientador; local e semestre/ ano da entrega), b – espaço determinado para registro da data de apresentação e composição da banca examinadora, c – dedicatória (opcional), d – agradecimentos (opcional), e – resumo do trabalho na língua vernácula, f – sumário, g – dissertação propriamente dita (introdução, desenvolvimento, conclusão), h – referências e bibliografia, i – anexo (se houver) (RESOLUÇÃO CRP 04/2005, DE 18/02/2005).

⁵³ Segundo Bakhtin (2003 apud LORGUS, 2009), a forma composicional é a forma de construção pertinente aos textos que se incluem em determinado gênero do discurso.

ii. Diminuição da Subjetividade: embora tenha sido elaborada por um sujeito-locutor, em diversas partes dessa produção acadêmica ocorre à supressão da relação entre esse sujeito e os seus próprios enunciados, especialmente por meio do emprego do pronome “se”:⁵⁴

[...] Pode-se observar também, que o modelo de Unidades de Conservação adotado no Brasil fora ‘importado’ dos Estados Unidos. Nesse ponto, a obra de Antônio Carlos Diegues mostrou-se fundamental [...]. (TCC – 2006)

[...] O turismo, que ocorre hoje no centro de São Paulo, existe somente pelo grau de atratividade dos atrativos. Observa-se que as ações voltadas aos atrativos são pontuais. [...] (TCC – 2007)

[...] Sabe-se que assim como a pesca ou outras alternativas econômicas, o turismo deve se consolidar também em uma prática economicamente sustentável, para que não haja dependência extrema dos agentes externos [...]. (TCC – 2008)

[...] Assim, observa-se que atividades cuja regulamentação dependeria desse documento podem ter sido desenvolvidas de forma diferente da estabelecida por meio do Plano. É então, de suma importância que o Plano Diretor seja respeitado, pois o seu conteúdo interfere direta ou indiretamente na qualidade do turismo [...]. (TCC – 2008)

De acordo com Granger (1968 apud POSSENTI, 1997, p. 13), entre os padrões segundo os quais se produzem enunciados científicos, consta-se:

[...] a progressiva estruturação da linguagem científica, o que significa, para ele, a progressiva eliminação do vivido, do vivido enquanto representado na linguagem não-científica [...]. Tal estruturação busca eliminar (ou diminuir ao máximo) a relação entre o sujeito produtor desse enunciado e o enunciado.

Esta característica do discurso científico, como suas outras, é uma construção histórica. Pois, em sendo uma atividade elaborada por grupos humanos ao longo do tempo, qualquer particularidade desta será igualmente marcada por esse processo sócio-histórico.

Na atualidade, conforme Possenti (1997), os discursos científicos não são atribuíveis a indivíduos. Porém, esta particularidade não é “natural” do trabalho científico, já que a eliminação do “individual” na linguagem da ciência ocorreu paulatinamente no processo histórico-social durante a construção da própria concepção de ciência.

Tal concepção do discurso científico, bem como, do lugar que nele desempenha a subjetividade tem suas raízes ancoradas no período histórico do Renascimento⁵⁵, onde o modelo

⁵⁴ Segundo o estudo da Sintaxe, é possível indeterminar o sujeito de uma frase colocando-se o verbo na 3ª pessoa do singular acompanhado do pronome “se”.

teocêntrico é substituído pelo desejo de se conhecer o mundo de forma racional. Na esteira deste percurso encontram-se o astrônomo Nicolau Copérnico (1473-1543), que se opõe à concepção geocêntrica do universo, aceita como dogma por mais de mil anos. Francis Bacon (1561–1626) que, formula uma técnica (a indução)⁵⁶ - “[...] que garantisse aos cientistas o conhecimento dos fatos reais, tal como eles se dão na natureza [...]” (PROENÇA, 1998, p.18 apud BERNARDINELLO, 2006, p. 25). Galileu Galilei (1564–1642), que consegue combinar a experiência científica com a linguagem matemática para formular as leis da natureza⁵⁷, considerado, portanto, o “pai da ciência moderna”. René Descartes (1596-1650) que, dedicou-se a distinguir a verdade do erro em todos os campos do saber, criando um método de raciocínio⁵⁸, apresentado em sua principal obra “Discurso do método para bem conduzir a razão e procurar a verdade nas ciências”. Isaac Newton (1642–1727), que, ao lançar o livro “*Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*” (1687), desenvolve uma completa formulação matemática da concepção da natureza⁵⁹ e, portanto, realiza uma grandiosa síntese das obras de Copérnico, Bacon, Galileu e Descartes (BERNARDINELLO, 2006).

⁵⁵ O início do Renascimento, apesar de algumas divergências, “é normalmente associado ao século XIV, a partir dos escritos de poetas como Petrarca (1304-1374) e Boccaccio (1313-1375), e ao século XV, a partir das artes plásticas e da técnica de humanistas como Leonardo da Vinci (1452-1519) e Michelangelo Buonarroti (1475-1564)” (LEE, 2002, p. 31 apud BERNARDINELLO, 2006, p. 25).

⁵⁶ A “Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas” (LAKATOS, 1991, p. 47 apud BERNARDINELLO, 2006, p. 25).

⁵⁷ Segundo Galileu, “o livro da natureza está escrito em caracteres matemáticos” (ALVES, 1994, p. 80 apud BERNARDINELLO, 2006, p. 26). Visando possibilitar esta descrição matemática da natureza, Galileu restringiu o estudo da matéria às propriedades como formas, quantidades e movimento, passíveis de serem medidas e quantificadas. As outras, tais como som, cor, cheiro ou sabor, por serem apenas percepções subjetivas deveriam ser excluídos dos estudos científicos (ALVES, 1994 apud BERNARDINELLO, 2006).

⁵⁸ O método de Descartes é analítico consistindo em decompor pensamentos e problemas em suas partes componentes e em dispô-las em sua ordem lógica (LAKATOS, 1991 apud BERNARDINELLO, 2006). Descartes elaborou este método a partir da dúvida como caminho para encontrar a verdade. Assim, enunciou a famosa frase “*Cogito, ergo sum*”, “Penso, logo existo”, concluindo que, a essência humana está no pensamento (BERNARDINELLO, 2006, p. 27).

⁵⁹ O método *newtoniano* combinou de forma apropriada o método empírico, indutivo de Bacon e o método racional, dedutivo de Descartes (ALVES, 1994). Embora os estudos e métodos utilizados por Galileu e Descartes tenham influenciado as reflexões e descobertas de Newton, que inclusive admitiu sua dívida para com eles - “Se eu vi mais longe, foi porque subi em ombros de gigantes” - foi o seu método que forneceu uma consistente teoria matemática do mundo, consagrando-a como a linguagem da ciência (LEE, 2002, p. 37 apud BERNARDINELLO, 2006, p. 28).

E é justamente neste momento, de enorme sucesso do método *newtoniano* que, disseminasse a crença na possibilidade de se alcançar, de forma objetiva – isenta da subjetividade humana – as verdadeiras leis que regem o mundo real. Vale dizer que, este discurso científico também se exalta por meio de um dos principais representantes do Iluminismo, o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), que, promove a síntese entre o racionalismo e o empirismo na obra “Crítica da Razão Pura” (1781)⁶⁰. Posteriormente, com o representante basilar do Positivismo⁶¹, Augusto Comte (1798-1857) emana-se a crença de que a função do cientista limita-se a descrição dos fatos, sem interpretações subjetivas (BERNARDINELLO, 2006, p. 29-30).⁶²

[...] Se os conflitos se observam apenas no nível das interpretações (teorias), vamos nos manter ao nível dos fatos, porque os fatos estão acima das disputas e as decisões sobre eles podem ser tomadas por métodos precisos e objetivos (ALVES, 1994, p. 132 apud BERNARDINELLO, 2006, p.30).

Paradoxalmente, nenhum discurso exige tanto um sujeito como o discurso científico. Possenti (1997) afirma que sujeito/subjetividade aparecem em dois momentos do trabalho científico. Primeiro na formulação de hipóteses e depois, no próprio trabalho do pesquisador, visto que

[...] O próprio trabalho de eliminação da subjetividade é um trabalho dos sujeitos. No entanto, apesar da inevitável presença dos sujeitos, é crucial o trabalho de redução do vivido, da experiência pessoal, do interesse, da ideologia. Quanto mais essas características se reduzem e mais se obtém uma linguagem estruturada, mais próximo se está do enunciado científico (isto é, do estilo do enunciado científico) [...] (POSSENTI, 1997, p. 14).

⁶⁰ Nesta obra, ao analisar as estruturas do conhecimento, Kant distinguiu dois tipos de conhecimento: o conhecimento *a posteriori* ou empírico, obtido por meio da experiência sensitiva, e o conhecimento *a priori* ou puro, independente da experiência e das impressões dos sentidos (KANT, 1999). Provocou, então, “o surgimento de duas correntes filosóficas divergentes: a dos idealistas, que concebiam a realidade como produto exclusivo do pensamento humano, e a dos positivistas, que destacavam a importância da experiência sensível”(LEE, 2002, p. 38 apud BERNARDINELLO, 2006, p. 29)

⁶¹ O Positivismo foi uma doutrina fundada por Augusto Comte, no século XIX. “Seu positivismo compreende não só uma teoria da ciência, mas também, e simultaneamente, uma determinada concepção da história e uma proposta de reforma da sociedade e da religião” (SOUZA, 1995, p. 85 apud BERNARDINELLO, 2006, p. 30).

⁶² Segundo Comte, o estado positivo seria o último dos três estados evolutivos do espírito humano. Somente neste estágio o espírito humano encontra a ciência. Os dois primeiros estados seriam o estado teológico, onde o espírito humano estaria atrelado ao sobrenatural e o estado metafísico, onde não haveria mais o sobrenatural, mas os fenômenos seriam explicados por forças abstratas (LEE, 2002, p. 38 apud BERNARDINELLO, 2006, p. 30).

O mesmo autor com base em Bakhtin e Voloshinov (1929 apud POSSENTI, 1997, p. 16) vai além, afirmando que eliminar o “individual” na linguagem da ciência não garante objetividade absoluta, mas sim, a estruturação, a eliminação do vivido. “Nada garante que, mesmo sendo uma linguagem de alguma forma ‘objetiva’, não seja mesmo assim uma representação parcial, isto é, refratada, da realidade”.

Assim, um fator fundamental para a legitimidade de um discurso é a posição do enunciador. Por isto, Orlandi (1996), fala em autoria, uma vez que se trata de considerar o autor não como um indivíduo inserido num determinado contexto histórico-social (sujeito em si), mas como um dos funcionamentos discursivos que este sujeito assume enquanto produtor da linguagem.

Ainda de acordo com Orlandi (2010, p. 75), a autoria é entre as dimensões do sujeito “a que está mais determinada pela exterioridade – contexto sócio-histórico – e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade etc”. Por isso, é que do autor se exigem esses elementos mencionados por Orlandi (2010), além do mais, tais requisições procuram tornar o sujeito visível enquanto autor.

[...] Um sujeito visível é calculável, identificável, controlável. Como autor, o sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor (ORLANDI, 2010, p. 76).

Desse modo, o sujeito científico, diante deste seu esforço de apagamento, e talvez exatamente por isso, é o sujeito mais sofisticadamente construído, pois jamais poderá pronunciar-se anterior a apresentação de um currículo, das titulações acadêmicas, dos locais específicos – departamentos, universidades, editoras. Será esta descrição detalhada do sujeito que dará suporte ao seu discurso, justamente pelo fato do discurso científico não pretender interpelar⁶³. Mas, o discurso científico não almeja esclarecer aqueles que não são os portadores dos títulos acadêmicos, pois quanto mais restrito maior será o seu poder. Já que todo o discurso é um

⁶³ A noção de interpelação foi desenvolvida por Althusser em seu artigo “Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado”.

discurso de poder, na medida em que pretende sobressair-se em relação a qualquer outro discurso.

[...] O Parque Estadual Ilha do Cardoso já foi abordado por mim no trabalho de iniciação científica junto à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no ano de 2002, e teve como orientador o Prof. Dr. Américo Pellegrini Filho. Esta iniciação científica caracterizou-se pelo levantamento dos atributos naturais e suas possíveis melhorias [...]. (TCC- 2006)

[...] Foi também utilizada a pesquisa documental [...] e no Plano Diretor de Turismo realizado em 2007. Este último realizado por um grupo de professores e alunos do curso de Turismo da ECA-USP em que a pesquisadora deste trabalho esteve presente [...]. (TCC – 2008)

No caso particular dos TCC's analisados, o discurso científico aparece ladeado pelo discurso mercadológico, sobretudo a partir das três principais temáticas abordadas nos trabalhos (Gestão do Turismo; Turismo e *Marketing*; Planejamento Turístico), e, que, embora englobando a subjetividade dos sujeitos locutores, constituem-se na principal tendência das pesquisas direcionadas ao mercado turístico nas duas últimas décadas. Remetendo-nos, assim, à consideração do que Sguissardi (2008 apud LORGUS, 2009) nomeia de universidade heterônoma, cujas estruturas organizacionais, prioridades e atividades são consoantes, ou pelo menos direcionadas, à lógica mercantilista. Nas palavras do autor, a primazia desse modelo de universidade centra-se na construção da imagem de um profissional competente, apto aos desígnios de sua respectiva área de atuação. Pois, ao longo do período de graduação este mesmo profissional desenvolveu “todas” as habilidades que possivelmente poderão ser solicitadas pelo mercado de trabalho (SGUISSARDI, 2008 apud LORGUS, 2009).

[...] Tendo em vista toda a competitividade do setor e a importância do planejamento de marketing para o desenvolvimento satisfatório da atividade, o presente trabalho visa fazer um estudo de marketing deste município, [...]. (TCC – 2008)

Portanto, essa produção acadêmica da ECA-USP também reflete a fusão entre a formação intelectual e a formação para o trabalho, fazendo *jus* a boa parte das competências e habilidades sugeridas à formação profissional do bacharel em Turismo, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, fixadas pela Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006, bem como, atendendo consideravelmente as finalidades da Educação Superior, propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de novembro de 1996.

É interessante destacar que este mesmo sentido discursivo revelou ainda as formações imaginárias destes graduandos em Turismo. Segundo Pêcheux (1997), as formações imaginárias decorrem sempre de processos discursivos anteriores, manifestando-se de acordo com os mecanismos da antecipação, das relações de forças e de sentidos.

Assim, as formações imaginárias não dizem respeito aos sujeitos físicos ou aos lugares empíricos, mas sim às imagens resultantes das projeções destes mesmos sujeitos. Pois, segundo o mecanismo da antecipação, o sujeito-locutor será capaz de projetar uma representação imaginária de seu interlocutor e, a partir dela, estabelecer suas estratégias discursivas. Além disso, o lugar de onde fala esse sujeito-locutor determinará as relações de forças no discurso, enquanto que as relações de sentidos pressupõem a inexistência de discursos isentos de relações com outros. Pode-se dizer, então, que o que ocorre no interior dos processos discursivos é um jogo de imagens, dos sujeitos entre si; dos sujeitos com os lugares e dos discursos já ditos com os possíveis e com os imaginados (PÊCHEUX, 1997).

Neste caso, o jogo de formação imaginária centrou-se nas representações que os graduandos em Turismo da ECA-USP têm acerca da “Universidade”, enquanto um local onde coexistem ambientes de estudo, aprendizagens e conhecimento, mas com vistas a formar profissionais atentos e aptos a responder às demandas externas do mercado de trabalho. Logo, o objetivo último dessa instituição seria a formação profissional, ainda que por ela transpusesse a aquisição das ferramentas da pesquisa científica, por exemplo. Já que qualquer conhecimento elaborado a partir de qualquer habilidade, deverá ser partícipe do chamado “conhecimento útil” a fim de fazer-se motor da economia de mercado.

[...] Portanto, a importância de compreender a atividade turística no Centro é possibilitar a alteração do quadro turístico atual, embasado em informações que possibilitem diagnosticar os problemas existentes, e criar soluções para tais problemas, ou mesmo, minimizar os mesmos; possibilitando que o Centro de São Paulo possa atrair um maior número de turistas, tornando-se um referencial turístico, gerando empregos, melhorando a auto-estima do paulistano, proporcionando ao turista uma experiência única. [...] (TCC – 2007)

[...] Esperamos que a presente análise do ambiente interno e microambiente, possa ser útil, tanto à academia quanto como em um futuro planejamento de marketing para a Estância Climática de Cunha, e que seja um ponto de partida para que outros estudos avancem no conhecimento nesta área. [...] (TCC – 2008)

Em nossa formação social a imagem do que seja uma instituição universitária é modelada pelas concepções francesa, alemã e norte-americana. Nessa dimensão, a primeira e principal idéia adotada para o Ensino Superior brasileiro, desde a chegada da Coroa Portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, centrou-se na fundação de faculdades isoladas, inspiradas sobremaneira no caráter profissionalizante do modelo francês napoleônico. A universidade, propriamente dita, formou-se no Brasil somente na primeira metade do século XX, com a criação em 1920, da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), e em 1934, com a fundação da Universidade de São Paulo (USP)⁶⁴ (CUNHA, 1986).

Estudiosos, como a Professora Dra. Maria de Fátima de Paula (2002; 2009), abordam as respectivas influências das concepções de universidade francesa e alemã no processo de formação destas duas instituições pioneiras no Ensino Superior nacional. No primeiro caso, o da Universidade do Rio de Janeiro, é o modelo napoleônico de universidade, caracterizado por escolas isoladas de cunho profissionalizante, com dissociação entre ensino e pesquisa e grande centralização estatal que marcará profundamente a organização daquela instituição. Já no segundo caso, o da Universidade de São Paulo (USP), encontram-se várias aproximações com a concepção alemã de universidade, tais como, preocupação fundamental com a pesquisa e “com a unidade entre ensino e investigação científica; ênfase na formação geral e humanista, ao invés da formação meramente profissional; autonomia relativa da universidade diante do Estado e dos poderes políticos; estreita ligação entre a formação das elites dirigentes e a questão da nacionalidade”, entre outros (PAULA, 2009, p. 75).

[...] As premissas do turismo sustentável são difíceis de serem alcançadas, porém com a ajuda do meio acadêmico, que tem em seus objetivos a busca por novas alternativas e tecer críticas construtivas e atuais, é possível fomentar uma discussão no campo da gestão de parques públicos que nos leve a uma menor desigualdade social e manutenção da biosfera às gerações futuras. [...] (TCC – 2006)

Além disso, em seus estudos, a Professora também descreve as principais divergências entre estes dois modelos de universidade, destacando que, no modelo alemão, a pesquisa é de suma importância para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação. Ao passo que, no

⁶⁴ Embora antes tivessem sido fundadas universidades efêmeras, como por exemplo, a de Manaus, surgida em 1909 e extinta em 1926, a de São Paulo, originada em 1911 e extinta em 1917 e a do Paraná, criada em 1912 e extinta em 1915 (CUNHA, 1986).

modelo francês, essa tarefa – pesquisar – não é missão primordial da universidade, havendo, portanto, a dissociação entre universidades, que se dedicam basicamente ao ensino, e as “grandes escolas”, direcionadas à pesquisa e à formação profissional de alto nível. Ainda no modelo francês a ênfase é a formação especializada e profissionalizante, através de escolas isoladas; já no alemão prioriza-se a formação geral, científica e humanista (PAULA, 2009).

[...] Enquanto a universidade francesa, desde Napoleão, é mantida e dirigida pelo Estado, tornando-se uma espécie de aparelho ideológico deste, com pequena autonomia frente aos poderes políticos; a universidade alemã, embora sendo instituição do Estado, por ele mantida financeiramente, conservou uma parte notável do seu caráter corporativo e deliberativo, gozando de liberdade de ensino e de pesquisa, nas suas primeiras décadas de funcionamento, no século XIX. Enquanto a *intelligentzia* francesa possuía forte vínculo com o Estado e com a política napoleônica, os intelectuais alemães mantinham uma posição de maior independência frente aos poderes políticos instituídos (PAULA, 2009, p. 76).

Todavia, Paula (2009) assegura que, apesar das diferenças entre estes dois modelos de universidade, em ambos houve a preocupação com a afirmação da nacionalidade. No modelo francês, esta preocupação acarretou uma visão mais pragmática de universidade, direcionada para os problemas econômicos, políticos e sociais emergentes, com grande centralização e controle estatais. Já no modelo alemão, a preocupação com a constituição da nacionalidade deu-se numa visão liberal-elitista, com maior autonomia da universidade diante do Estado, desembocando numa concepção mais idealista e acadêmica, e menos pragmática de universidade.

Do mesmo modo, Paula (2009, p. 78) afirma que o modelo norte-americano de universidade influenciará a concepção das universidades européias, como a alemã, tanto quanto as latino-americanas, como a brasileira, por exemplo. Em especial, nosso País sentiu tal influência a partir da Reforma Universitária de 1968, instituída após o Golpe Militar de 1964, dos “Acordos MEC/USAID, respectivamente de 1965 e 1967, e do Relatório Atcon, de 1966”. Pois, através do Decreto-Lei nº. 5.540/68, responsável por essa Reforma, incorporaram-se nas universidades brasileiras várias características da concepção universitária norte-americana, a saber:

[...] a) vínculo linear entre educação e desenvolvimento econômico, entre educação e mercado de trabalho;

b) estímulo às parcerias entre universidade e setor produtivo;

- c) instituição do vestibular unificado, do ciclo básico ou primeiro ciclo geral, dos cursos de curta duração, do regime de créditos e matrícula por disciplinas, todas estas medidas visando uma maior racionalização para as universidades;
- d) fim da cátedra e incorporação do sistema departamental;
- e) criação da carreira docente aberta e do regime de dedicação exclusiva;
- f) expansão do ensino superior, através da ampliação do número de vagas nas universidades públicas e da proliferação de instituições privadas, o que provocou uma massificação desse nível de ensino;
- g) a idéia moderna de extensão universitária;
- h) ênfase nas dimensões técnica e administrativa do processo de reformulação da educação superior, no sentido da despolitização da mesma (PAULA, 2009, p. 77).

Em síntese, no modelo norte-americano, a universidade a fim de atender aos interesses imediatos do setor produtivo, do Estado e da sociedade, deverá estruturar-se conforme o padrão empresarial, associando estreitamente os aspectos ideais (ensino e pesquisa) aos funcionais (serviços). Assim, poderá produzir desde especialistas, conhecimentos tecnológicos e aplicados, pesquisas de interesse utilitário, até serviços em geral (PAULA, 2002; 2009).

Tal modelo é eleito pelo Governo Militar que, preconizava uma política destinada, entre outros fins, a superar os problemas tecnológicos da indústria nacional, dando-lhe condições de aumentar sua participação na oferta nacional e global. Fez-se necessário, então, a elaboração de planos para o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia (C&T), nos quais a formação de técnicos e pesquisadores era considerada primordial, veiculando-se, enfim, a Educação à economia⁶⁵ (IANNI, 1996).

Segundo Paula (2009), esta busca por uma maior racionalidade instrumental das universidades, sobretudo as públicas, reaparecerá no cenário nacional na década de 1980, através da conformação de outro contexto político, econômico e social.

⁶⁵ No “Plano de Ação Econômica do Governo” /PAEG (1964-1966) consolidou-se o modelo de desenvolvimento pela internacionalização da economia, exigindo-se a reorganização política estatal em todos os níveis. Com relação à Educação, o PAEG a considerou um item do desenvolvimento econômico e da modernização do País, oficialmente definida como “Teoria do Capital Humano”, elaborada por Schultz na década de 1950, afirmando que o investimento no capital humano de uma empresa, ou seja, em Educação e aperfeiçoamento pessoal de funcionários, provocaria um aumento significativo de produtividade (CUNHA, 1988).

Naquela década de 1980, com a globalização do capitalismo repercutindo nos Estados nacionais a partir do princípio da configuração de um modelo de Estado neoliberal, o Brasil ao enfrentar uma forte recessão devido ao agravamento da crise do petróleo, aumento desenfreado da inflação, pagamento de uma astronômica dívida externa, além de pressões da sociedade para o início da democratização política, acusa a Educação Superior pública de instrumento da desigual distribuição de renda, já que desde a Reforma de 1968, utilizava-se de recursos vultuosos em *prol* de uma elite minoritária, bem como, da ausência de disponibilidade destes “pesquisadores” em trabalhar para o desenvolvimento regional e nacional, sem sequer promover a autonomia tecnológica do País. Com a democratização do Brasil em meados desta mesma década, criou-se uma expectativa geral de que o Governo “consertasse” o legado da Ditadura Militar, como por exemplo, os problemas relativos à Educação e a universidade pública.

Contudo, no limiar da década de 1990, já imersos neste contexto neoliberal, marcado, sobretudo pela globalização econômica e pela razão instrumental mercadológica do capital, num chamado “Estado mínimo”⁶⁶, diversos atores sociais acusam as universidades públicas brasileiras de “improdutivas”, exigindo, portanto, a permanente prestação de contas das ações desta instituição, nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, através de mecanismos de avaliação da “produtividade” docente, departamental e institucional. Em outras palavras, em um Estado neoliberal tenta-se inserir as universidades na lógica racional do capital, vinculando-as ao mercado (PAULA, 2002; 2009).

Por outro lado, a condição de uma economia global, potencializada pelos meios de tecnologia e informação, associa-se no Brasil à formulação de uma nova legislação acerca da Educação nacional – a LDB 9.394/96 – conduzindo, pois, o modelo de universidade a um conflito aparentemente duvidoso: o conhecimento geral e a formação do pensamento reflexivo

⁶⁶ O “Estado mínimo” objetiva reduzir o setor público e a intervenção estatal na economia e na regulação do mercado, aberto aos tratados de livre comércio e à competição, através da formulação de uma política pública condicionada pela redução de gastos e privatização dos serviços essenciais, como Saúde, Educação, Transportes, entre outros.

e/ou as pressões para a veiculação mais estreita com o mundo do trabalho, atribuição de valor econômico ao conhecimento, rapidez e aplicabilidade.

Só vale frisar como Chauí (2003, p. 15) que, neste desafio de (re)pensar a universidade pública sob uma nova perspectiva, deve-se tomá-la do ponto de vista de sua autonomia e de sua expressão social e política, atentando-se para não cair na idéia de modernização que, em nosso País, “como se sabe, sempre significa submeter a sociedade em geral e as universidades públicas, em particular, a modelos, critérios e interesses que servem ao capital e não aos direitos dos cidadãos”.

Assim sendo, o imaginário dos graduandos em Turismo reflete o grande desafio sobre a própria Educação Superior, exposto por Dias Sobrinho (2005), o de aprofundar o conhecimento utilitário, particularizado, de aplicação imediata, visando reforçar a função profissionalista e a ideologia da acumulação, ou a afirmação dos ideais da tradição humanística, do conhecimento e da formação com rigor científico e relevância social.

4.3.2 Discursos das Potencialidades do Turismo

O segundo sentido discursivo recorrente nestes TCC's é a abordagem do Turismo enquanto atividade promotora de desenvolvimento, sobretudo econômico.

[...] O crescimento da economia nacional não ultrapassou os 2% em 2001 e, considerando que o aumento das atividades turísticas, segundo a EMBRATUR (2001), foi de 5,7%, o turismo apresenta-se como um fator de significativa importância para o Brasil. [...] (TCC – 2006)

[...] Mais de nove milhões de visitantes por ano que movimentam R\$8 bilhões e uma engrenagem que faz girar 56 setores da economia. Assim é a atividade turística em São Paulo, [...] (TCC – 2007)

[...] Segundo as estatísticas da Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo representou em 1998, em nível mundial, 11% do Produto Interno Bruto (PIB) e 10,5% de emprego [...]. (TCC – 2008)

[...] A Organização Mundial do Turismo – OMT – (apud COBRA, 2001, p. 37), estima que o turismo no Brasil é atividade de 38 bilhões de dólares de faturamento direto e

indireto. Recolhe 7 bilhões em impostos diretos e indiretos. É responsável, por 5,8 milhões de empregos, tendo 38,2 milhões de turistas domésticos e 13,2 bilhões de dólares em receitas diretas. [...] (TCC – 2008)

Este discurso acerca das potencialidades da atividade turística é comum em grande parte das obras que estudam esse fenômeno. Autores como Ignarra (1999); Lage e Milone (1991); Dias e Aguiar (2002), por exemplo, destacam principalmente o papel relevante do Turismo na economia mundial. Na obra “Turismo e Espaço”, Rodrigues (1997) elucida bem este destaque, expondo que, atualmente com frequência ouve-se a afirmativa de que o Turismo situa-se entre as três principais atividades geradoras de riquezas do Produto Nacional Bruto (PNB), perdendo apenas para as indústrias de armamentos e de petróleo.

Do mesmo modo, na opinião de Simões (1993, p. 74), são indiscutíveis as potencialidades do Turismo para “construir um dos eixos do desenvolvimento integrado, permitindo e até favorecendo, a modernização, com acento particular nas inovações tecnológicas e na qualificação de mão-de-obra”. Outro documento que faz alusão a essa suposta capacidade do Turismo é a “*Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial*”, elaborada no contexto da década de 1980:

[...] o turismo mundial pode contribuir para a implantação de uma nova ordem econômica internacional que ajude a eliminar o desnível econômico cada vez maior entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, e garante a aceleração contínua do desenvolvimento e do progresso econômico e social, em particular dos países em desenvolvimento [...] (*DECLARAÇÃO DE MANILA SOBRE O TURISMO MUNDIAL* apud DIAS; AGUIAR, 2002, p. 208).

Aqui o Turismo, em função de seu papel na economia nacional e no comércio internacional, é assinalado como um valioso indicador do desenvolvimento mundial. Uma das razões para tal indicação refere-se à relação da atividade turística com o sistema econômico capitalista em vigor⁶⁷. Afinal, “o turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. A cada avanço capitalista, há um avanço do turismo” (MOESCH, 2000, p. 09). Visto que as condições à consolidação desta atividade surgem somente com o advento da Revolução Industrial, ou seja, a partir da configuração do capitalismo. Conforme Magalhães (2008, p. 97 apud MALTA, 2011, p.

⁶⁷ A respeito dessa relação entre o Turismo e o sistema capitalista de produção, muitos autores, como Goeldner et. al. (2002 apud MALTA, 2011); Magalhães (2008 apud MALTA, 2011); Ouriques (2008 apud MALTA, 2011), entre outros, afirmam que a atividade turística se desenvolve a medida que o capitalismo se consolida (MALTA, 2011).

28) tal conjuntura deu-se “devido, principalmente, ao processo de centralização dos meios de produção e de proletarização que atingia grande parte da população inglesa”.

Parafrazeando Malta (2011, p. 28):

[...] As conquistas trabalhistas dos séculos XIX e, sobretudo, do século XX, por sua vez, possibilitaram a intensificação do turismo, que resultou no surgimento do chamado turismo de massa. A cultura de massa é, então, apontada como outro elemento que impulsiona o turismo, difundida pela indústria cultural e voltada para o consumo.

Todavia, Ouriques (2008, p. 04 apud MALTA, 2011, p. 28), com base na concepção de Immanuel Wallerstein, afirma que mesmo sendo uma das “mais notáveis invenções da civilização capitalista, o turismo é a expressão da distribuição desigual das riquezas do nosso tempo”. Por isso, geralmente na literatura da área, esta atividade é reconhecida como representante do mundo moderno, relacionando-se sobremaneira ao processo de industrialização e internacionalização do capital.

No entanto, deve-se considerar que, no momento da elaboração da *Declaração de Manila*, o Turismo era compreendido preponderantemente a partir dos benefícios econômicos que gerava aos países desenvolvidos, no contexto do que Jafari (1984 apud REJOWSKI, 1996) definiu como “Plataforma de Defesa”. Porém, ainda que superados os excessos das abordagens presentes naquela década de 1980, essa visão utilitarista do Turismo exerce influência nos estudos atuais, sendo inclusive, claramente referenciada no Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010⁶⁸. Também ali, o Turismo é apresentado, de imediato, como o quinto principal produto na geração de divisas em moeda estrangeira para o País, disputando a quarta posição com a exportação de automóveis (BRASIL, 2007).

Por aí se percebe que, há uma concordância de que a promoção da atividade turística contribui para a organização de algum processo de desenvolvimento. E justamente pelo fato do Turismo, nestes estudos, ser tratado e reconhecido como uma atividade econômica, com expressiva geração de emprego e renda, associa-se quase que “naturalmente” esta atividade ao

⁶⁸ O PNT opera como documento orientador às Políticas de Turismo nas esferas estaduais e municipais, através do estabelecimento de diretrizes gerais, estratégias e medidas direcionadas, principalmente, ao estímulo do mercado interno. A visão do Turismo presente neste Plano é marcada pelo destaque aos aspectos considerados positivos da atividade: os econômicos. Maiores informações sobre o PNT disponibilizam-se em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/>.

desenvolvimento, seja enquanto estratégia ou ainda enquanto um instrumento capaz de fomentá-lo em uma determinada realidade.

[...] A criação dessa entidade tem como objetivo permitir um maior profissionalismo do turismo praticado atualmente, possibilitando um retorno financeiro imediato para a população, seja por meio da remuneração dos dirigentes ou empregados a ela vinculados, como pelo incremento do número de visitantes calcado nos princípios do turismo sustentável. [...] (TCC – 2006)

Nesta mesma intensidade em referenciar o Turismo a partir de seu “poder” de desenvolvimento, os TCC’s ainda apresentam um elemento indispensável ao adequado incremento das potencialidades desse fenômeno, o chamado planejamento turístico. Em diversas passagens desses trabalhos, os sujeitos-locutores reforçam que, embora o Turismo gere múltiplos benefícios a uma comunidade receptora, esta mesma atividade, em função de seu crescimento desordenado, poderá provocar uma quantidade superior de efeitos nocivos. Por isso, o seu pleno incremento só ocorreria a partir do emprego adequado do planejamento.

[...] Com um bom planejamento turístico, os problemas existentes no Centro que incapacitam a região de ser uma área prestigiada e valorizada, poderão ser sanados ou minimizados, possibilitando que a cidade possa futuramente colher os frutos de dar importância ao Turismo Cultural [...]. (TCC – 2007)

[...] O desenvolvimento de uma região sem o devido planejamento pode levar, rapidamente, ao esgotamento dos recursos naturais, à descaracterização do patrimônio cultural e à desestruturação social. Como consequência, teremos uma diminuição drástica da demanda turística da localidade, fazendo com que seu interesse turístico seja reduzido. A atividade turística quando é desenvolvida para buscar apenas o lucro rápido a curto prazo, sem considerar as consequências desse modelo de desenvolvimento, compromete todo o processo e isso encurta seu ciclo de vida num determinado local. [...] (TCC – 2008)

Conforme a literatura da área, o sucesso de um dado destino turístico dependerá invariavelmente da atuação de seus respectivos planejadores e administradores. Pois, qualquer que seja esta destinação existiria a ocorrência do chamado comportamento cíclico⁶⁹. E, segundo o desempenho destes profissionais, o destino poderia apresentar diferentes cenários, desde a estagnação contínua, o declínio ou até mesmo um possível rejuvenescimento (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008). Ainda de acordo com os estudiosos, é justamente neste processo que deveria advir à intervenção constante do Poder Público, enfatizando o planejamento enquanto

⁶⁹ Segundo Richard Butler (1980 apud MALTA, 2011) todo destino turístico possui um ciclo de vida, dividido respectivamente em: exploração; envolvimento; desenvolvimento; consolidação e estagnação.

“arma” fundamental para organizar e controlar o fomento do Turismo com vistas a garantir o sucesso de qualquer destino turístico (IGNARRA, 1999).

[...] A prefeitura de São Paulo lançou no dia 20 de março de 2007, durante a realização deste trabalho, o Plano de Desenvolvimento Turístico do Centro de São Paulo, o Plano tem previsão de estar pronto no início de 2008, e deve ser implantado posteriormente. No entanto, é apenas a primeira grande mobilização pública em prol exclusivamente do turismo no Centro; fato plenamente perceptível, já que é notória a falta de um planejamento turístico para a localidade. [...] (TCC – 2007)

Nessa perspectiva, os discursos nestes TCC's apontam, uma vez mais, para outros discursos, como por exemplo, as cinco principais tradições do planejamento, segundo Geoffrey Wall (2000 apud MALTA, 2011) e Donald Getz (1991 apud MALTA, 2011).

Em linhas gerais, a primeira tradição, denominada de *boosterism*, não se configura propriamente em uma forma de planejamento, pois trata somente da promoção do desenvolvimento. Já a segunda, por compreender o Turismo enquanto atividade econômica enfoca especialmente o seu processo de promoção e *marketing*.

[...] Neste contexto, o marketing surge como fator essencial ao desenvolvimento econômico, sendo na atualidade, possível afirmar que é inviável a existência de um alto nível de atividade econômica sem um alto nível correspondente de atividade de marketing. [...] (TCC – 2008)

A terceira focaliza, sobretudo, os aspectos espaciais do Turismo e o planejamento dos recursos físicos.

[...] Hoje, revitalizado em partes, encontra-se muito mais atraente que no fim da década de 80. [...] não extingue os problemas da região, mas a torna um espaço com grande potencial turístico. [...] Os problemas são provenientes da falta de planejamento específico para o turismo na região, o que anula as possibilidades de aproveitamento de seus diferenciais turísticos e peculiaridades, [...]. (TCC – 2007)

A quarta tradição, amplamente discutida na atualidade, refere-se ao planejamento comunitário, estipulando que, cada localidade tenha o controle dos processos de planejamento e seus objetivos. Por isso, utiliza-se dos conceitos de planejamento social, participativo e comunitário e capacidade de carga⁷⁰.

⁷⁰ A capacidade de carga é um instrumento amplamente utilizado no planejamento turístico, referindo-se ao estudo do perfil do destino na tentativa de identificar qual seria o número de visitantes ideal que a destinação comportaria

[...] que este trabalho propõe a criação de uma Organização Civil de Interesse Público (OSCIP) como forma de gestão alternativa do produto turístico do Parque Estadual Ilha do Cardoso (PEIC), uma vez que o propósito participativo deste novo modelo de gestão coaduna com os princípios do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável. (...) (TCC – 2006)

[...] Do manual do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (EMBRATUR, 1998, p. 133) depreendemos que o envolvimento da comunidade no turismo é uma política de planejamento importante, através da qual se reforçam os impactos positivos e se minimizam os negativos. Os residentes passam a entender a atividade turística, participam da tomada de decisões e recebem benefícios da mesma. [...] (TCC – 2008)

A quinta e última tradição propõe uma abordagem integrada e sistemática, prevendo que os objetivos, as políticas e as estratégias devam fundamentar-se na total compreensão do funcionamento do sistema turístico⁷¹ (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008).

[...] Assim, o turismo pode ser um elemento gerador de desenvolvimento local e de grande importância para a economia nacional. Seu desenvolvimento requer planejamento e gestão que envolva a comunidade, os municípios, as empresas e as instituições públicas. [...] (TCC – 2008)

Deste modo, a ênfase no planejamento⁷², enquanto parte indispensável e indissociável ao desenvolvimento das potencialidades do Turismo também ecoou nos discursos destes TCC's, revelando-nos ainda que, para estes graduandos a imagem predominante da atividade turística é a de uma atividade econômica com vocação óbvia para o desenvolvimento de certas regiões do País.

[...] Tendo como norte as limitações de uso que afetam as unidades de conservação, o turismo pode ser visto como uma alternativa para o incremento da receita destinada à manutenção e preservação destas áreas. [...] (TCC – 2006)

[...] São Paulo [...] Do total de turistas que a cidade recebe 57% vêm a negócios, 39% a lazer e 4% por outros motivos. [...] A permanência média do viajante corporativo é de 2,4 dias, gastando em média US\$ 150 diários, os viajantes de lazer ficam em média sete dias, gastando US\$ 70 diários. [...] Esta mesma cidade que recebe mais de nove milhões

sem depreciar o seu patrimônio. Sugerindo-se, então, um limite para a entrada e permanência dos visitantes, que, se ultrapassado, poderia torná-lo insustentável (RUSHMANN, 2002).

⁷¹ No intuito de compreender a atividade turística estudiosos, tais como Cuervo (1967); Leiper (1990); Molina (1997) e Beni (2001) passam a abordá-lo por meio da Teoria Geral de Sistemas. De modo geral, esse tipo de abordagem analisa o Turismo como um sistema composto por um conjunto de partes ou subsistemas que se relacionam para atingir um objetivo comum (PANOSSO NETTO, 2005).

⁷² Alguns autores citam a análise do ambiente; o diagnóstico; o prognóstico e a estratégia enquanto as principais fases deste processo de planejamento. Maiores informações consultar Barretto (2000) e Rushmann (1997, 2002).

de turistas por ano não consegue utilizar o grande Potencial turístico existente no Centro de São Paulo, possibilitando um maior número de visitantes. [...] (TCC – 2007)

[...] Para esta comunidade, isto é um fator de extrema importância já que seus moradores, e, principalmente, os jovens precisam perceber os lucros e os benefícios da atividade turística, desenvolvida nesse molde, para que não queiram abandonar sua terra depois de tanta luta. [...] (TCC – 2008)

[...] Em apenas uma década, o número de visitantes por ano da Estância Climática de Cunha passou de 30.000 em 1993 para 260.000 em 2003 (PRUDENTE, 2003, p. 169). Este levantamento revela a vocação turística do município, que mesmo sem um estudo ou planejamento de marketing para incrementar a sua demanda, vem alcançando resultados significativos no cenário turístico nacional. [...] (TCC – 2008)

Essa imagem traz consigo a coexistência de três outras representações acerca do desenvolvimento – a utilitarista/econômica; a sustentável; a comunitária/local – que de acordo com as investigações de Malta (2011) também são identificadas e amplamente utilizadas na literatura e pesquisas no campo de estudos do Turismo.

Segundo o autor, a primeira abordagem, a utilitarista/econômica, é umas das principais e mais recorrentes formas de se referir ao desenvolvimento, surgindo com maior frequência em análises que buscam destacá-lo, em virtude de seu efeito multiplicador enquanto atividade econômica.

[...] o comércio que teria a oportunidade de expandir seus dias de funcionamento, aumentando os lucros, visto que o turista que vem a São Paulo costuma gastar uma quantia razoável de dinheiro; [...] (TCC – 2007)

Vale dizer que apesar de sua expressiva predominância, essa abordagem vem sendo recorrentemente questionada, desembocando em outros enfoques para o desenvolvimento. Por outro lado, no entanto, ainda que se reconheça e não se negue os aspectos político, social, cultural e ambiental da atividade turística é de difícil abandono a percepção desse fenômeno através desse viés econômico (MALTA, 2011).

Esta concepção de desenvolvimento tem suas raízes nos discursos políticos e progressistas do pós Segunda Guerra, onde o igualaram a crescimento econômico, por assim representar a própria essência do contexto da época. Este discurso desenvolvimentista do século XX embasou-se nas teorias dos economistas clássicos e orientou-se, como aponta Paul Singer (1982, p. 12 apud MALTA, 2011, p. 70), para “encontrar meios pelos quais os países capitalistas industrializados pudessem ajudar suas ex-colônias e demais países ‘atrasados’ a encontrar o

caminho da industrialização e do enriquecimento”. E, nessa linha, o Turismo aparece na década de 1950, enquanto alternativa para o desenvolvimento, sobretudo nos países menos favorecidos economicamente.

Na abordagem utilitarista/econômica do desenvolvimento, o Turismo é apontado como alternativa de crescimento econômico, dependente da ação integrada entre o Poder Público e a iniciativa privada. Mas, justamente devido à adoção dessa visão estritamente econômica, decorrem diversos fracassos referentes ao incremento do Turismo, tanto por parte da iniciativa privada quanto do Poder Público, tais como os citados por Panosso Netto e Trigo (2003, p. 102): “projetos fracassados de parques temáticos ou aquáticos, falência de hotéis e resorts, degradação de áreas públicas ou privadas, desemprego gerado por esses problemas, perda do investimento inicial, obsolescência acelerada em virtude de mau planejamento e operação, etc.”.

Já a segunda abordagem, a sustentável, identificada por Malta (2011) nos estudos turísticos relaciona-se ao surgimento do conceito e da orientação representada pelo chamado “desenvolvimento sustentável”.

[...] É de conhecimento comum, ao menos no meio acadêmico, que o desenvolvimento sustentável só ocorre quando existe a participação de todos os atores sociais envolvidos na dinâmica da localidade. É neste sentido que a importância desse trabalho se faz pertinente, uma vez que alia a população tradicional e sua experiência secular sobre o meio natural do PEIC com o ecoturismo, culminando na constituição de uma OSCIP para gerir e potencializar a atividade ecoturística no PEIC a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável. (TCC – 2006)

Este conceito surge em meados da década de 1980, e associa-se “a uma mudança de enfoque na definição da problemática ambiental, de visões eminentemente preservacionistas dos anos de 1960 e 1970, à associação entre crescimento econômico e preocupação ambiental” (COSTA, 2008, p. 80 apud MALTA, 2011, p. 75).

Segundo Lobo (2001 apud MALTA, 2011), o conceito de desenvolvimento sustentável apropria-se de uma suposta obviedade, a de desenvolver e preservar, tentando romper o conflito gerado entre os desenvolvimentistas e os ecologistas. Por isso, desde o início da década de 1990, o termo “sustentável” é amplamente utilizado em diversos setores e atividades econômicas, entre elas, o Turismo.

Essa abordagem sustentável do desenvolvimento, na literatura do Turismo, parte, então, do mesmo tripé que fundamenta a base do desenvolvimento sustentável: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. (HALL, 1998; SWARBROOKE, 2000; SILVEIRA, 2001 apud MALTA, 2011). E, assim, envolvendo a valorização dos aspectos naturais, históricos e culturais dos territórios, o Turismo passa a ser divulgado pelo Poder Público e iniciativa privada como uma atividade com possibilidades de desenvolvimento sustentável, já que combinaria crescimento econômico, conservação ambiental e identidade cultural (CANDIOTTO, 2007 apud MALTA, 2011).

[...] A permanência dos ditos caiçaras no PEIC mostrou-se fundamental no processo de preservação e conservação do local. Com a participação em algumas reuniões do Conselho de Apoio à Gestão foi possível detectar o apreço que eles têm para com a ilha. Preocupação essa que não se restringe à questão de sua permanência ou de sua saída daqui a alguns anos. Há uma enorme apreensão com relação aos rumos que o turismo vem tomando, os moradores se mostraram insatisfeitos com o perfil do visitante. Para eles, atualmente, há muitos baderneiros que visitam a ilha e trazem apenas barulho, sujeira e drogas e que dão um retorno econômico muito aquém das expectativas e necessidades da população autóctone. [...] (TCC – 2006)

No entanto, na abordagem sustentável o Turismo também adquire o *status* de uma estratégia voltada para a promoção do desenvolvimento econômico, baseado nos mesmos pressupostos da abordagem utilitarista/econômica. Por isso, várias são as críticas direcionadas ao conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que, segundo Gustavo Esteva (2000, p. 72 apud MALTA, 2011, p. 77), na interpretação oficial, “[...] o desenvolvimento sustentado foi elaborado explicitamente como uma estratégia para sustentar o ‘desenvolvimento’, não para dar apoio ao florescimento ou à manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada”.

Portanto, como no conceito de desenvolvimento sustentável, o chamado “turismo sustentável” baseia-se na dimensão econômica, e timidamente incorpora as dimensões ambiental, social e cultural, sendo na opinião de muitos estudiosos, como Butler (1998 apud MALTA, 2011), por exemplo, apenas mais um rótulo para que o Turismo possa ser vendido, uma vez que traz vantagens econômicas, nas relações públicas e no *marketing*.

[...] Concessão da logomarca e imagens do PEIC: aproveitar a tendência atual em que grandes corporações têm interesse em demonstrar responsabilidade social perante seus consumidores. Dessa forma, sempre que o parque fosse citado, sejam na mídia, em folhetos, materiais promocionais ou placas de identificação da trilhas ou prédios, seria

mencionado o nome e/ou logo do “patrocinador”. Além da exclusividade no uso das imagens do parque para a realização de comerciais. [...] (TCC – 2006)

A terceira abordagem do desenvolvimento, a comunitária/local, de acordo com Malta (2011), é apropriada pelos estudos turísticos como uma alternativa ao modelo vigente de promoção do Turismo, já que se direciona para a escala local, focando nos sujeitos sociais que participam deste processo.

[...] A nossa realidade nos mostra que o modelo de desenvolvimento econômico vigente não pode mais ser mantido, já que diversas estratégias econômicas estão associadas a um sistema político-operacional que rapidamente destrói o processo de manutenção de recursos naturais e o desenvolvimento de comunidades locais. [...] Uma possível alternativa poderia estar centrada na promoção do turismo de base comunitária, que segundo WWF – Internacional (2001, p. 2) é definido como ‘aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais’. [...] (TCC – 2008)

Nas palavras de Rodrigues (1997, p. 58), esta nova proposta consiste em “contrariar a racionalidade econômica hegemônica vigente e fortalecer o que Milton Santos designa por ‘contrafinalidades’ que são localmente geradas [...]”. Dito de outro modo, este tipo de desenvolvimento exige revisitar e questionar diversos conceitos prevaletentes no modelo tradicional, como por exemplo, o conceito de eficiência, que se associa à noção de maximização da produtividade.

Nessa perspectiva, na visão de Coriolano (2003, p. 25 apud MALTA, 2011, p. 81), o desenvolvimento com base local para o Turismo representaria o:

[...] processo de mudança de mentalidade, de câmbio social, e de troca de eixo na busca do desenvolvimento, por isso se orienta para o desenvolvimento de médias, pequenas e micro-empresas, tendo em vista socializar as oportunidades e promover o desenvolvimento na escala humana.

Assim, a proposição de um “turismo local ou de base comunitária” teria à mesma dinâmica de participação dos sujeitos locais e de apropriação das práticas sociais locais, contidas no conceito de desenvolvimento local. Ou seja, o enfoque deste desenvolvimento seria, sobretudo na participação da população local no planejamento, promoção e implementação das atividades turísticas.

[...] Dessa forma, haveria uma conciliação do setor público com a sociedade civil, de forma que o primeiro se ateriasse aos aspectos legais, fiscais e técnicos de uma unidade de

conservação, enquanto a sociedade se organizaria com o intuito de padronizar a atividade turística e divulgar o destino e a marca PEIC obedecendo à regulamentação instaurada pelo Estado, resultando, enfim, em uma troca de conhecimentos, exercitando e fortalecendo as lideranças da população local rumo à sustentabilidade do meio. [...] (TCC – 2006)

Porém, também cabem nesse modelo de desenvolvimento apropriado pelos estudos turísticos questionamentos, tais como, seriam estas propostas contraposições efetivamente opostas aos modelos econômicos, ou meras adaptações destes mesmos modelos hegemônicos (CORIOLANO, 2009 apud MALTA, 2011).

[...] A realidade do turismo de base comunitária também se constitui em um desafio, pois a cultura paternalista e assistencialista historicamente dominante no país é responsável por uma inércia crônica dos grupos minoritários e por uma estratégia político-administrativa centralizada. [...] (TCC – 2008)

Por fim, as abordagens acerca do desenvolvimento do/pelo Turismo expostas nos discursos dos graduandos da ECA-USP demonstram que, em síntese tais orientações não representam uma mudança significativa no modelo vigente de promoção das atividades turísticas, prevalecendo o caráter econômico e a lógica mercadológica, que exclui os menos favorecidos. Todavia, o imaginário de que o Turismo acarreta desenvolvimento é, por conseguinte, o que reforça a imagem da atividade turística enquanto “motor do desenvolvimento”.

4.3.3 Discursos sobre a Relevância das Atividades Extrassala

Outro sentido discursivo que emergiu destes TCC's refere-se à importância das atividades extrassala para a formação acadêmica e profissional dos bacharéis em Turismo.

[...] Para a elaboração do primeiro e do segundo capítulos foram realizadas pesquisas de gabinete e de campo, com o intuito de evidenciar as singularidades da atividade turística praticada no interior do parque. Os patrimônios cultural e natural do local foram levantados por meio do inventário da oferta turística, sinalizando seus pontos fortes e fracos, acrescentada, ainda, a tentativa de detectar e levantar as variáveis que têm influência direta ou indireta na dinâmica da visitação pública em seu interior. [...] (TCC – 2006)

[...] O trabalho foi desenvolvido através de pesquisas de campo e gabinete. As pesquisas de campo foram iniciadas no dia 9 de dezembro de 2006 e finalizadas em 18 de março de 2007, totalizando seis visitas ao Centro, das quais as duas primeiras foram para

observação da localidade com visitas aos atrativos, permitindo ter melhor contato com a localidade, observando-a como alvo de pesquisa. [...] (TCC – 2007)

[...] Após a realização de duas visitas ao Centro para observação e visita a alguns atrativos e consulta a materiais turísticos referentes ao turismo no Centro de São Paulo, além de ser um cidadão paulistano, proporcionaram que uma análise dos recursos humanos empregados nos roteiros pudesse ser realizada. [...] (TCC – 2007)

[...] A pesquisa de campo foi baseada na observação participante, uma alternativa que nos possibilitou o acesso a inúmeros dados. A partir das pesquisas bibliográficas e de campo, percebemos que a comunidade tem participado efetivamente desde o processo de concepção até a gestão do projeto turístico, ou seja, desde o momento da formulação de políticas, determinação de objetivos até a avaliação de resultados. [...] (TCC – 2008)

[...] dessa forma, as observações da pesquisadora durante 6 visitas a Estância Climática de Cunha também são utilizadas para conduzir o tema aqui apresentado. [...] (TCC – 2008)

O discurso acerca de tal relevância centra-se, sobretudo na idéia de que durante a vivência dessas atividades, o aluno efetivamente depara-se com diversas oportunidades para o desenvolvimento e/ou aprimoramento das competências e habilidades específicas ao exercício de sua futura profissão.

A própria proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo ratifica esta idéia ao considerar as atividades extrassala, ali denominadas “Atividades Complementares”, como subsídios curriculares com vistas a enriquecer o perfil profissional do futuro bacharel em Turismo, através da prática de estudos realizada tanto em ambiente acadêmico quanto em visitas técnicas ou estudos de meio, compostos principalmente pelos deslocamentos espaciais do graduando para além dos muros da universidade (BRASIL, 2006).

Todavia, a inserção destas “aulas em campo” nos cursos superiores em Turismo também abarca discussões relacionadas às metodologias didático-pedagógicas empregadas no processo de ensino/aprendizagem, visto que esses instrumentos refletem diretamente na construção de conhecimentos, competências e habilidades constituintes da formação intelectual e profissional do graduando.

Considerando-se ainda o contexto atual, cujo processo de mudança originário, sobretudo da globalização econômica, revolução tecnológica e do conhecimento, é necessário refletir acerca da premente necessidade das IES darem respostas compatíveis aos desafios e novas exigências que se apresentam em diversas e, até mesmo perversas, facetas às sociedades, tais como, o

crescimento econômico destituído do crescimento do emprego, a redução constante dos salários, a alta competitividade que, utiliza-se de habilidades como o “saber pensar” e o “aprender a aprender”, mas sem realçar a urgência de construir-se uma cidadania crítica que dê rumos mais éticos ao sistema produtivo (DEMO, 1992).

Por isso, para Oliveira e Silva (2006) a utilização de metodologias didático-pedagógicas adequadas ao processo de ensino/aprendizagem é um instrumento capaz de promover a aquisição de conhecimentos que gerem mudanças sociais.

Conforme Libâneo (2002, p. 189 apud OLIVEIRA; SILVA, 2006, p. 178), o objetivo primordial da aplicação das atividades extrassala enquanto metodologia de ensino/aprendizagem “[...] é estabelecer vínculos do conhecimento com a vida, de modo a suscitar independência de pensamento e atitudes críticas e criativas, expressando a sua compreensão da prática social. [...] é colocar os conhecimentos disponíveis à serviço da interpretação e análise da realidade”.

Justamente por proporcionar aos alunos e professores, experiências vivas e vivenciadas, estas atividades ainda possibilitam a integração das diversas disciplinas da matriz curricular, na chamada interdisciplinaridade. Segundo Dencker (2002, p. 19), embora “[...] muitas vezes a interdisciplinaridade esteja associada a modismos ou à realização de projetos apenas aparentemente ou pseudo-interdisciplinares na área da educação [...]”, é possível através dessa abordagem “[...] superar os problemas decorrentes da excessiva especialização, contribuindo para vincular o conhecimento à prática”.

[...] De certa forma, a interdisciplinaridade recupera o discurso científico colocado em xeque pelos movimentos estudantis de 1968. É um movimento de aproximação do conhecimento com a realidade que resulta na mudança da relação entre ciência e poder conforme seja possível associar a fragmentação das ciências e a excessiva especialização com a alienação dos cientistas e especialistas. O resultado é a formação de um contingente de jovens despreparados para atuar de forma crítica, voltados essencialmente para a memorização e a reprodução de conteúdos (DENCKER, 2002, p. 19).

Alem disso, estas atividades incluem aprendizagens em três distintos e integrados momentos, a saber: o primeiro, a fase de planejar e organizar o trabalho de campo que, poderá (deverá) contar com a participação dos alunos, num exercício pleno de democracia, através da elaboração, seleção e leituras gerais acerca da espacialidade a ser estudada. No segundo momento, a fase da visita propriamente dita, em que ocorre o deslocamento espacial a fim de

observar e coletar diferentes dados, inclusive aí a fruição do prazer de dirigir o olhar para outra paisagem e o contato com novas realidades. A terceira fase que engloba as atividades de retorno, através da sistematização de conhecimentos, análise dos dados, elaboração de relatórios, entre outros (OLIVEIRA; ASSIS, 2009).

[...] A pesquisa bibliográfica foi de fundamental importância no levantamento de referências teóricas que auxiliassem nas definições de conceitos básicos para este trabalho. Através da pesquisa documental obtivemos um histórico pertinente, registros do passado, sem os quais seria impossível a compreensão e finalização desse Estudo de Caso. [...] No capítulo 4 fazemos uma breve análise de sustentabilidade do turismo desenvolvido na localidade, através de conversas informais com moradores, membros da cooperativa de turismo, turistas e empreendedores locais. A partir deste ponto, concluímos a pesquisa, atingindo nosso objetivo [...]. (TCC – 2008)

Nessa perspectiva, vale enfatizar como Oliveira e Assis (2009, p. 198) que,

[...] A aula em campo não é um simples passeio, um dia de ócio fora da escola, o momento de alívio e brincadeiras, um caminhar para relaxar as mentes ‘bagunçadas’ das crianças e jovens do mundo moderno. [...] A aula em campo é uma atividade extrassala/extraescola que envolve, concomitantemente, conteúdos escolares, científicos (ou não) e sociais com a mobilidade espacial; realidade social e seu complexo amalgamado material e imaterial de tradições/novidades. É um movimento que tende elucidar sensações de estranheza, identidade, feiura, beleza, sentimento e até rebeldia do que é observado, entrevistado, fotografado e percorrido. E ainda temos a certeza que essa aula não gera apenas isso [...].

Assim sendo, nos discursos dos TCC’s, as atividades extrassala destacam-se como instrumentos capazes de favorecer sobremaneira as pesquisas científicas, pois através delas é possível efetuar registros e interpretações acerca de realidades distintas, bem como propor alternativas específicas para cada uma das situações analisadas.

Além disso, esse sentido discursivo ao entrelaçar-se com a questão da formação do bacharel em Turismo implicou na imagem que estes graduandos têm sobre o turismólogo – um profissional competente, detentor de uma bagagem teórico-prática, estruturada em conhecimentos diversificados que vão além de sua própria área de atuação. Atributo esse, que disposto na titulação universitária, irá favorecer sobremaneira a capacidade do bacharel em intermediar as relações de mercado entre a oferta (*trade* turístico) e a demanda (consumidor dos produtos turísticos). De tal modo que, o papel primordial deste “superprofissional” seria, em primeiro plano, atender às expectativas dos consumidores, através de conhecimentos técnicos e científicos,

comportamentos éticos e reflexivos, porém numa conotação mercadológica que gere benefícios para o *trade* turístico.

[...] propõe a criação de uma Organização Civil de Interesse Público (OSCIP) como forma alternativa de gestão do produto turístico, evidenciando algumas medidas que poderiam ser colocadas em prática em um curto espaço de tempo e sem grandes custos, além de outras que somente são passíveis de implantação com um adequado planejamento e conhecimento técnico. [...] (TCC – 2006)

[...] Após diagnosticar 15 problemas relativos à atividade turística no Centro durante os finais de semana e feriados, será feita algumas propostas de incremento à atividade, que possivelmente sanariam ou minimizariam estes problemas observados. [...] (TCC – 2007)

[...] Como pontos negativos destacados pelos turistas aparecem à baixa qualidade dos serviços não se caracterizando como exclusividade na Prainha do Canto Verde, mas no litoral cearense como um todo, e a má divulgação do destino já que muitos só souberam da Prainha através da indicação de outras pessoas. [...] (TCC – 2008)

[...] Contudo neste estudo privilegamos uma definição mais detalhada de marketing [...] que demonstra preocupação na satisfação das necessidades do consumidor [...]. (TCC – 2008)

Pode-se dizer então que, esta imagem coaduna com os discursos apregoados tanto nos setores administrativos da atividade turística, como a OMT, por exemplo, quanto naqueles da legislação acerca da formação acadêmica, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, no caso do Brasil. Afinal, na formação desse bacharel “[...] o valor fundamental da educação é sua capacidade para produzir competências que sejam transferidas de forma eficiente ao local de trabalho” (OMT, 1995, p. 72). Atentando-se ainda para o desenvolvimento de um perfil profissional com “[...] aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento [...]” (BRASIL, 2006, art. 3º).

Contudo, em face desta diversidade de competências, habilidades e conteúdos tão díspares quanto o perfil polivalente requerido deste bacharel em Turismo, tem-se nestes discursos a ausência da imagem de uma identidade profissional. Visto que a formação universitária, cuja titulação transferia os saberes exclusivos de uma dada profissão, de forma controlada, sofreu mudanças a partir da introdução do modelo de competências na esfera da Educação.

Nessa perspectiva houve o que Kober (2003) explicou como deslocamento da importância do conhecimento científico ligado à profissão para a mobilização de recursos

cognitivos, afetivos, estéticos e morais necessários ao desenvolvimento do trabalho em equipe, vigorando a concepção segundo a qual os trabalhadores devem possuir, “[...] não conhecimentos úteis ao trabalho, mas sim comportamentos úteis à empresa” (DUGUÉ, 1998, p. 113 apud KOBER, 2003, p. 11).

Pois, a idéia disseminada pelo neoliberalismo é de que, para se obter uma posição de trabalho é necessário que os indivíduos estudem cada vez mais e, por conseqüência, o País crescerá em todos os campos. A falácia desta lógica e as desigualdades ocultadas por ela permeiam as representações sociais, reforçada pela realidade das exigências de contratação impostas pelo mercado de trabalho. Este consenso entre o fato e o imaginário, nas palavras de Bourdieu (1997, p. 170 apud KOBER, 2003, p. 11), “[...] extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em ‘expectativas coletivas’, em crenças socialmente inculcadas”.

Assim, a exigência do diploma universitário para adentrar uma profissão permanece, porém mais pela expectativa de que os graduados tenham competências, habilidades e comportamentos adequados às novas necessidades do mundo do trabalho do que pela necessidade de conhecimentos científicos e abstratos capazes de auxiliar na complexidade das tarefas desta mesma profissão. Fato que, segundo Kober (2003, p. 12):

[...] fica cada vez mais evidenciado pelo contingente de pessoas contratadas para realizar tarefas bastante simples para as quais é exigido o nível universitário, o que tende a provocar no indivíduo conflitos entre a identidade profissional que adquiriu na faculdade e as atividades que lhe são atribuídas na realidade.

Portanto, neste novo modelo das competências o discurso dissemina-se e faz crer que é o indivíduo o principal responsável pela construção de sua carreira, tanto no sucesso como no fracasso. Paradoxalmente, no entanto, há uma desconexão entre o diploma e o reconhecimento profissional em termos de cargos, salários e prestígio, já que estes dependem quase que totalmente das avaliações das competências efetuadas pelas mais diversas organizações. Logo, nas entrelinhas desse modelo encontra-se do mesmo modo, a desvalorização do diploma. Sendo esta justificada pela desatualização imposta a ele, graças aos rápidos avanços dos saberes técnicos, bem como, às mudanças provocadas pelas novas descobertas científicas, pregando-se até o “aprender sempre”.

Ainda nas palavras de Kober (2003), a massificação do diploma universitário contribui igualmente para a sua própria desvalorização. Visto que em um mercado de trabalho saturado de ofertas, as organizações podem tranquilamente escolher profissionais cada vez mais educados para exercer funções simples e rotineiras, desvalorizando desta forma a qualificação obtida e, promovendo conflitos em termos da identidade profissional. Além disso, a desvalorização também se dá no nível simbólico, pois os diplomas obtidos nas mais renomadas instituições públicas de nível superior e, em raras instituições privadas, bem como, cursos no exterior, domínio de mais de uma língua estrangeira, entre outras estratégias são continuamente valorizados com vistas a manter as distâncias sociais que anteriormente eram asseguradas pelo diploma universitário (BOURDIEU, 1998 apud KOBER, 2003).

E no caso específico do curso superior em Turismo, a desvalorização do diploma envolveu por mais de 30 anos a fragilidade imposta ao bacharel quanto à regulamentação de sua profissão⁷³. Reivindicação essa que, se iniciou em 1975, por ocasião da formatura da primeira turma de bacharéis em Turismo, da antiga Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas. Nestas três últimas décadas, os graduados em Turismo enfrentaram desde a estrutura administrativa e política, como a própria EMBRATUR, até mesmo os estudiosos do fenômeno turístico que, posicionaram-se contrários a uma definição quanto ao reconhecimento legal da profissão do bacharel em Turismo, sob a alegação mais freqüente de que não seria este instrumento jurídico que iria garantir a competência de direito conferida pelo diploma, mas sim a competência de fato que esse profissional demonstraria ao mercado (SANTOS FILHO, 2004).

Todavia, com receio de que a contínua falta de empregabilidade dos futuros detentores deste diploma universitário esvaziasse as salas de aula dos cursos de graduação em Turismo, sobretudo das IES particulares, apresentou-se ao graduando a solução de ser ele um empreendedor do Turismo, abrindo o seu próprio negócio. No entanto, a equipe de trabalho de Barretto et. al. (2004, p. 44) para a composição dos documentos de referência da obra “Discutindo o ensino universitário de turismo”, “[...] não encontrou nenhuma pesquisa que demonstre que a sociedade em geral e o setor de turismo em particular precisem de pequenos

⁷³ Após mais de trinta anos de luta de diversos atores sociais, em 18 de janeiro de 2012, a profissão do bacharel em Turismo foi reconhecida pela Lei 12.591/12.

negócios. [...]. Ora, mas estes mesmos cursos que habilitam o bacharel para o empreendedorismo ocultam que, a ausência de formulação de saberes epistemológicos necessários ao campo de estudos do Turismo favorece sobremaneira a crescente perda de credibilidade dos diplomas universitários para obtenção de empregos na área.

[...] Soma-se a isso a crescente oferta de cursos organizados pelo próprio empresariado. As companhias aéreas, por exemplo, oferecem, há muito tempo, cursos de capacitação para seus futuros trabalhadores, não sendo possível ascender a um trabalho sem fazer esses cursos específicos, mesmo sendo portador de um diploma de bacharel (BARRETTO et. al., 2004, p. 65).

Deste modo, a imagem exposta pelos graduandos da ECA-USP do que seja o bacharel em Turismo, revelou que no atual paradigma da formação por competências a Educação coloca-se a serviço do mercado, como se fosse um absurdo que ela tivesse um fim em si mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação propôs-se a compreender os sentidos discursivos que permeiam a produção acadêmica da graduação em Turismo, a fim de descrever como tais representações relacionam-se à formação universitária, bem como à apropriação das ferramentas da pesquisa científica pelos estudantes da área. Logo, questionaram-se quais seriam os imaginários dos graduandos em Turismo, decorrentes dos Trabalhos de Conclusão de Curso, para assim expor, em quais condições de produção da formação universitária ocorreria à apropriação das ferramentas da pesquisa científica pelos graduandos desse campo de estudos.

Nesse intuito, a investigação inicial recorreu à memória discursiva narrada nas referências bibliográficas e documentais acerca do processo de implantação do curso de Turismo no Ensino Superior nacional e ainda de suas respectivas propostas curriculares. Diante desta trajetória histórico-social de inserção dessa área no caráter da academia, constatou-se que, no Brasil, os primeiros cursos de Turismo datam do início da década de 1970, impulsionados pela conjuntura política, econômica e social, que já se delineavam desde a década anterior. Entre estas circunstâncias, três fatores distintos em ordem cronológica, mas integrados em caráter político-econômico contribuíram sobremaneira para a composição de um cenário propício à criação deste curso, em específico.

O primeiro deles, a oficialização pelo setor público, da promoção e gestão do Turismo, através da inauguração da EMBRATUR, em 1966. Episódio este conexo ao panorama político nacional, que conduzido pelo Governo Militar, desde o Golpe de 1964, visou à implantação de um projeto econômico com viés desenvolvimentista. Pois, frente à possibilidade de retorno financeiro em função do expressivo crescimento do fluxo de viagens mundo afora, efeito do intenso processo de urbanização, da melhoria significativa das tecnologias de transportes e comunicações, das jornadas de trabalho intercaladas por descanso semanal remunerado, das férias, entre outros, que remeteram o lazer e o ócio à condição de objeto de consumo para boa parte da população mundial, o Governo percebeu que o investimento em Turismo, poderia inclusive reverter à imagem negativa da ditadura brasileira no exterior, por meio da divulgação

das belezas naturais, mulheres sensuais, enfim de um povo “naturalmente” alegre detentor do mais belo carnaval, campeão de futebol, bem distante da crise, arrocho salarial, repressão, censura e violência aviltantes que afligiam o País.

O segundo fator, a necessidade de mão-de-obra qualificada para atuar em diferentes atividades do Turismo, associou-se sobremaneira às políticas governamentais de expansão de vagas para o Ensino Superior. A configuração deste terceiro fator manifestou-se em consequência da Reforma Universitária de 1968, que responsável por amplas mudanças na Educação Superior do País, sobretudo a partir de modificações consideráveis na estrutura deste nível de ensino, tais como, o estímulo a iniciativa privada para o acréscimo da oferta de vagas no Ensino Superior; a autorização de cursos superiores de profissões não regulamentadas para a diversificação de carreiras; o incentivo as áreas tecnológicas prioritárias ao desenvolvimento econômico; a criação do regime de créditos; a efetivação do concurso vestibular classificatório; a extinção da cátedra e a departamentalização do sistema universitário, que, coligadas provocaram alterações profundas na organização da universidade brasileira.

Portanto, a partir da análise desta memória discursiva percebeu-se que, a conjunção destes três fatores construiu oportunidade ímpar para a implantação, na cidade de São Paulo, dos primeiros bacharelados em Turismo no País, ofertados de início por faculdades particulares. Pois, qualquer curso com disponibilidade de vagas em instituições privadas, sanando a problemática dos “excedentes”, e que ainda, formasse profissionais apenas aprimorando a mão-de-obra, num estreito vínculo entre o Ensino Superior e o mercado de trabalho, como no caso do Turismo, em hipótese alguma contrariaria as aspirações de um Estado autoritário. Além disso, um curso com aparência inovadora, capaz de atrair um contingente significativo de interessados, com baixos custos de investimentos em laboratórios, bibliotecas, centros de estudos e pesquisas, seria a oportunidade de “ouro” para os empresários da educação.

Ainda nesta análise atentou-se para a ênfase no aspecto tecnicista e mercadológico da formação universitária em Turismo, particularidade reforçada pelo Conselho Federal de Educação, que já na autorização deste curso superior, no ano de 1971, fixou o “currículo mínimo”, sugerindo disciplinas mais próximas aos conteúdos de caráter técnico-operacional. E,

tomando-se por base que a cada desejo de formação de um determinado perfil de cidadão, será desenhado um tipo de currículo, notou-se que a conformação de uma “grade” curricular técnica não era exclusividade do curso superior em Turismo, já que de acordo com a visão desenvolvimentista da década de 1970, o próprio sistema de Ensino Superior nacional passou a almejar uma formação educacional com caráter profissionalizante, visando atender às necessidades do mercado. Porém, a soma desta particularidade, com a descoberta da Educação como negócio, traduzindo-se num diploma de fácil obtenção, logo que desconsiderava aspectos conceituais e políticos, demandando, assim, pouco esforço intelectual, completou as críticas e rejeição deste curso por parte de outras áreas mais clássicas da academia.

Perante esta ponderação, tornou-se imperativo analisar os aspectos da fundação do curso de bacharelado em Turismo na ECA-USP, em vista de ser esta uma Instituição pública pioneira no oferecimento desta formação no âmbito acadêmico, do mesmo modo, foram os discursos emitidos pelos TCC’s dos graduandos desta Universidade que ilustraram o escopo desta dissertação. Apesar do discurso acerca dos objetivos deste curso circular em diferentes documentos com a afirmativa da intencionalidade do estudo epistemológico do Turismo, outros documentos também oficiais mencionaram que o respectivo processo de criação deste campo de estudos na Universidade de São Paulo partiu de uma interferência externa, uma solicitação via ofício, em setembro de 1971, do presidente do Conselho Nacional do Comércio – Conselho de Turismo, Corinto de Arruda Falcão, ao então Reitor, Miguel Reale. Além do mais, anterior a submissão deste ofício, pedidos extra-oficiais, como o conferido no decorrer do I Congresso Nacional de Propaganda, em julho de 1971, pelo Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, ao Diretor da ECA, Antonio Guimarães Ferri, também favoreceram a formação deste curso nesta Instituição. Ainda nestes documentos, verificou-se que a constituição da própria ECA foi fruto de uma solicitação, em 1965, do Reitor, Gama e Silva, a uma comissão de apenas dez professores. Episódio esse que contribui para o clima de desconfiança por parte de outras unidades e departamentos da USP, incluindo o reforço imposto pelo Diretor desta Escola, Manuel Nunes Dias, que no período entre 1972 a 1976, atuou enquanto interventor da Reitoria, utilizando-se de diversas estratégias para minar o trabalho de muitos docentes daquela Escola.

Uma vez analisado estes documentos, seguiram-se em direção as observações referentes às propostas curriculares para o curso de bacharelado em Turismo na ECA, o que demonstrou que logo na elaboração do primeiro currículo, em 1972, surgiram desde as dificuldades operacionais, como a ausência de um modelo consolidado para o ensino do Turismo e a adaptação imposta a essa formação pelo “currículo mínimo”, até mesmo os questionamentos acerca da relevância de um curso técnico à filosofia educacional humanista da Universidade de São Paulo. Naquele momento, ainda segundo os documentos arrolados nesta dissertação, foi o Professor Mário Carlos Beni, o responsável por romper com maestria estas barreiras, evidenciando o perfil do bacharel almejado *a priori* pela ECA, através da configuração de uma “grade” curricular, mesclada por disciplinas teóricas e técnicas, que compuseram aquilo que se considerou o “ideal” para a formação acadêmica e profissional de seus graduandos, mas sem esquivar-se dos preceitos da pesquisa científica, tradição nesta Universidade. Prova disto que, naquele currículo, somente no quinto semestre, após o cumprimento de um “Ciclo Básico”, é que o graduando iniciaria o “Ciclo Profissionalizante”, optando entre duas habilitações possíveis: Organização e Administração de Empresas ou Planejamento Turístico.

Por outro lado, a apreciação da historicidade dos currículos propostos posteriormente para o curso de bacharelado em Turismo na ECA revelou que em cada uma das alterações sugeridas houve a finalidade última de se atender às expectativas sociais dominantes. Pois, desde os discursos sobre a defesa da criação de uma universidade para São Paulo, nos moldes da USP, atrelou-se à opção pela formação das elites dirigentes. Segundo este ponto de vista, propagado por alguns dos fundadores e idealizadores desta Universidade – Armando de Salles Oliveira, Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo – somente a elite devidamente esclarecida e aperfeiçoada teria condições de propor um projeto para a nacionalidade, independente da prática política imediata. Assim sendo, promover modificações no currículo do curso de Turismo, coerentes com as transformações sociais, econômicas e políticas globais e regionais, promoveria ao mesmo tempo, uma formação atualizada da elite nacional, em consonância ao perfil de formação descrito inicialmente pela LDB 9.394/96 e, posteriormente pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo. Ponderação esta que se sustentou na descrição, mesmo que parcial, de dois dos elementos inscritos no contexto específico das

condições de produção da elaboração dos TCC's na ECA: os sujeitos-locutores destes discursos (os graduandos) e os sujeitos interlocutores (os docentes). Nesta descrição dados da própria FUVEST, do ano de 2007, confirmaram que a média da renda familiar dos estudantes ingressantes no curso de Turismo era mais alta que a média dos ingressantes de outros cursos da USP, inferindo que os alunos do bacharelado em Turismo pertenciam às classes sócio-econômicas privilegiadas, com maiores oportunidades de investimento em uma educação básica de qualidade, geralmente privada. Corroborando com esta inferência, informações do IBGE, divulgadas em 2003, e indicadas em alguns estudos turísticos, mostraram que quase 60% das vagas do Ensino Superior público eram ocupadas à época pelos 20% mais ricos da população brasileira. Ainda contribuindo com uma formação de qualidade desta elite, os dados disponibilizados nos respectivos sítios eletrônicos, ECA, CRP e USP, demonstraram que os docentes desta Instituição possuem qualificação científica e técnica de ponta.

Posterior a estas observações, considerou-se a perspectiva de se compreender como a produção acadêmica em Turismo produz sentidos discursivos, delimitando-se, para tanto, o *corpus* da análise: os TCC's elaborados pelos graduandos do bacharelado em Turismo na ECA-USP, compreendidos entre os anos de 1998 a 2009. Seleção preliminar que contou até com o fato dessa produção encontrar-se facilmente acessível à Biblioteca desta Escola. Todavia, a partir da constatação de uma quantidade significativa destes trabalhos, no intervalo de tempo entre 2006 a 2008, tanto quanto as relações de sentidos com outros discursos que afirmaram o crescimento expressivo dos cursos superiores em Turismo desde meados da década de 1990 até aproximadamente os anos 2002, elegeram-se os TCC's destes anos distintos como objeto discursivo nesta dissertação.

A partir deste momento, amparando-se nos preceitos básicos da AD, analisou-se o interior deste processo discursivo, atentando-se especialmente para as formações imaginárias em funcionamento no discurso. Pensando-se nisso, percebeu-se o primeiro sentido discursivo destes TCC's, a síntese entre o discurso científico e o discurso mercadológico. Entre as características do discurso científico notou-se em princípio a forma composicional dos textos pertinentes a este gênero: extensos, dotados de uma estrutura argumentativa e referenciados pelas normas para apresentação de trabalhos acadêmicos da ABNT. Corroborando com essa forma composicional

também se incluiu a Resolução CRP 04/2005, que redefiniu as normas para a execução e avaliação destes trabalhos na ECA-USP. Outra característica perceptível quanto ao gênero deste discurso científico referiu-se a diminuição da subjetividade do sujeito locutor na elaboração destes textos. Particularidade essa decorrente da construção histórica do conceito clássico de ciência, e que, ainda confere ao sujeito científico uma sofisticação quanto à formulação de sua identidade, pois diante deste seu esforço de apagamento, este sujeito na posição de cientista jamais poderá pronunciar-se anterior a apresentação de um currículo, das titulações acadêmicas, dos locais específicos (departamentos, universidades, editoras) já que esta descrição detalhada dará suporte ao seu discurso. Mas, ao mesmo tempo em que este gênero não vise esclarecer aqueles que não são os portadores dos títulos acadêmicos, configura-se em um discurso de poder, na medida em que sendo restrito sobressai em relação a outros discursos. Já com relação ao discurso mercadológico notou-se a sua presença, sobretudo a partir das três principais temáticas percorridas nos trabalhos (Gestão do Turismo; Turismo e *Marketing*; Planejamento Turístico), e, que, embora englobando a subjetividade dos sujeitos locutores, constituíram-se na principal tendência das pesquisas direcionadas ao mercado turístico nas duas últimas décadas.

Por sua vez, este primeiro sentido discursivo aproximou-se da formação imaginária que estes graduandos possuíam acerca da “Universidade”, uma instituição que ainda promotora de conhecimentos novos e/ou aprimoramento de outros, teria como objetivo primordial, a formação profissional. Pois, em função da lógica mercantilista qualquer conhecimento deverá integrar-se ao “motor” da economia. Além disso, em nossa formação social a representação do que seja uma “universidade” modelou-se através das concepções francesa, alemã e norte-americana, e no caso específico da USP, os discursos analisados aproximaram-se mesmo que parcialmente, do modelo alemão, especialmente na preocupação fundamental com a pesquisa científica e na formação de uma elite nacional. Igualmente nesta imagem perceberam-se as nuances do modelo norte-americano de universidade, principalmente através da associação estreita entre os aspectos ideais de uma instituição universitária – o ensino e a pesquisa – com os aspectos funcionais dos interesses imediatos do mercado, do Estado e da sociedade – os conhecimentos tecnológicos e aplicados, as pesquisas de interesse utilitário e os serviços em geral.

O segundo sentido discursivo desta produção acadêmica centrou-se na associação, aparentemente “natural” entre as atividades turísticas e a promoção do desenvolvimento, sobretudo econômico. Este discurso sobre as potencialidades do Turismo mostrou-se também habitual em grande parte da literatura deste campo de estudos. A conformação deste discurso em torno do Turismo, que conferiu ao fenômeno o *status* de “chave para o desenvolvimento” possui relação direta com o discurso mais recorrente do desenvolvimento: a abordagem utilitarista/econômica, enraizada nos discursos políticos e progressistas do pós Segunda Guerra, e fundamentadas nas teorias dos economistas clássicos. Quanto à imagem que estes graduandos tinham acerca do Turismo – uma atividade econômica com vocação óbvia para o desenvolvimento de certas regiões do País – reforçou-se sobremaneira por meio das representações contidas em documentos, como os emitidos pela OMT em nível mundial, e o PNT em nível nacional, por exemplo, que ressaltaram, sobretudo, a dimensão de melhoria econômica de um território atribuída ao desenvolvimento do/pelo Turismo. Entretanto, na formação dessa imagem coexistiram ainda outras duas representações sobre o desenvolvimento – a sustentável e a comunitária/local – também identificadas na literatura e nas pesquisas sobre o Turismo. Nestes estudos turísticos, a abordagem sustentável do desenvolvimento fundamentou-se nos mesmos moldes do desenvolvimento sustentável: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. Porém, adquiriu os mesmos pressupostos da abordagem utilitarista/econômica ao configurar-se em uma estratégia direcionada à promoção do desenvolvimento econômico. A outra abordagem, a comunitária/local, apropriada pelos estudos turísticos como uma alternativa ao modelo vigente de promoção do Turismo, enfocou principalmente a participação da população local no planejamento, promoção e implementação das atividades turísticas. Mas, couberam também a esse modelo de desenvolvimento dúvidas quanto aos seus efetivos propósitos. Todavia, o imaginário de que o Turismo acarreta desenvolvimento é, por conseguinte, o que reforça a imagem da atividade turística enquanto “motor do desenvolvimento”.

O próximo sentido discursivo que emergiu destes TCC’s referenciou as atividades extrassala em vista da formação acadêmica e profissional dos bacharéis em Turismo. O discurso sobre esta relevância localizou-se principalmente na idéia de que essas atividades oportunizam ao graduando experiências capazes de contribuir para o desenvolvimento e/ou aprimoramento das

competências e habilidades específicas ao exercício de sua futura profissão. A própria proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo ratifica esta idéia ao considerá-las pelo ponto de vista de um aporte de enriquecimento curricular. Além disso, esse conceito de aulas “fora dos muros da escola”, a fim de contribuir para um processo de ensino/aprendizagem mais significativo ao aluno e ao professor, desenvolveu-se amplamente em áreas, como a Geografia, que segundo os estudos turísticos foi uma das primeiras disciplinas a aprofundar a abordagem do Turismo. Exatamente por proporcionar aos alunos e professores, experiências vivas e vivenciadas, estas atividades, ainda de acordo com os discursos, possibilitariam a integração das diversas disciplinas da matriz curricular, na chamada interdisciplinaridade. Estes dois fatores observados demonstraram, porém, uma das problemáticas apontadas pelas pesquisas em Turismo – a incorporação de teorias, métodos e técnicas de outras disciplinas do conhecimento –, revelando que o que aparenta ser vantagem em relação a outras áreas do conhecimento tornou-se do mesmo modo em um dos principais entraves aos avanços da abordagem científica do Turismo.

Este sentido discursivo implicou na formação imaginária sobre o bacharel em Turismo, já que entre as representações que os graduandos trouxeram sobre o turismólogo a imagem de um profissional competente, com uma formação eficiente para uma atuação eficaz num mercado competitivo foi a mais habitual. Percebeu-se, então que, esta imagem coaduna com os discursos apregoados tanto nos setores administrativos da atividade turística, como a OMT, por exemplo, quanto naqueles da legislação acerca da formação acadêmica, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, no caso do Brasil. Mas, diante desta diversidade “inerente” à formação de um perfil “polivalente” deste bacharel em Turismo, notou-se a ausência da imagem de uma identidade profissional. Fato relacionado ao discurso do mercado de trabalho que, exigindo o diploma universitário para a execução de funções cada vez mais simples e rotineiras, desvaloriza a qualificação obtida durante a graduação, até promover os conflitos em termos da identidade profissional.

Finaliza-se esta dissertação diante da constatação de que a análise dos sentidos discursivos que permeiam o imaginário da produção acadêmica em Turismo expôs não somente as condições de produção para a formação universitária e à apropriação das ferramentas da

pesquisa científica pelos futuros bacharéis desse campo de estudos, mas evidenciou, sobretudo, as formações discursivas sobre a Educação.

De acordo com o atual discurso neoliberal neste campo, para que obtenhamos uma posição de trabalho é necessário que nos dediquemos cada vez mais aos estudos, e, por conseguinte, contribuiremos para o crescimento de nosso País. Todavia, a falácia desta lógica e as desigualdades ocultadas por ela permeiam as nossas representações sociais que, “de quebra” ainda são reforçadas pelas exigências de contratação impostas pelo mercado de trabalho. Este discurso neoliberal tem como aporte teórico no campo educacional o novo modelo de formação por competências, cujo discurso dissemina-se e faz crer que somos nós os principais responsáveis pelo sucesso ou fracasso de nossa carreira profissional. Entretanto, percebe-se uma desconexão entre o diploma e o reconhecimento profissional em termos de cargos, salários e prestígio, já que estes dependerão principalmente do “sabor dos ventos” dos empregadores em qualquer âmbito, que nos avaliarão em função de “nossas” competências adequadas muito mais às novas necessidades das organizações do que pela necessidade de conhecimentos científicos e abstratos capazes de nos auxiliar na complexidade de nossas profissões. Logo, nas entrelinhas deste novo modelo encontra-se a desvalorização do diploma, tão docilmente justificada pela “natural” desvalorização imposta a ele, graças aos rápidos avanços dos saberes técnicos, bem como, às mudanças provocadas pelas novas descobertas científicas, exigindo-nos, portanto, a “formação contínua”. Ora, mas essa desvalorização também se dá no nível simbólico, pois aqueles diplomas chancelados, pelas mais renomadas instituições públicas, e em raras universidades particulares, permanecem em valor e ainda sustentam as distâncias sociais.

Nesta perspectiva, novos papéis são atribuídos à Educação, em especial ao Ensino Superior, formar pessoas para o exercício de suas funções em benefício próprio de acumulação do capital. Conseqüentemente, o estudante universitário só se predispõe a aprender aquilo que perceber e identificar como possibilidade concreta de ter seus interesses profissionais satisfeitos a curto e médio prazo. Assim, a exigência de um diploma permanece, porém a serviço do mercado, que apregoa ser um absurdo a Educação ter um fim em si mesmo.

REFERÊNCIAS

ANSARAH, Marília G. dos Reis. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais do Brasil.** São Paulo: Aleph, 2002.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação.** São Paulo: Moderna, 1989.

BARRETTO, Margarita; SANTOS, Rafael José dos. Fazer científico em turismo no Brasil e seu reflexo nas publicações. **Revista Turismo – Visão e ação**; v. 7, n.2, p. 357-364, mai./ago. 2005.

BARRETTO, Margarita; TAMANINI, Elizabete; e SILVA, Maria Ivonete Peixer da. **Discutindo o ensino universitário de turismo.** Campinas: Papirus, 2004. (Coleção Turismo).

BARRETTO, Margarita. Produção científica na área de turismo. In: MOESCH, Marutscka M.; GASTAL, Susana (Orgs.). **Um outro turismo é possível.** São Paulo: Contexto, 2004. p. 83-88.

BARRETTO, Margarita. Produção bibliográfica em turismo no Brasil. **Revista Turismo em Análise.** São Paulo, v.7, n.2, p.93-102, 1996.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** São Paulo: Papirus, 1995. Coleção Turismo. p. 129-133.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 4. ed. São Paulo: Senac, 2001.

BENI, Mário Carlos. **Experiência internacional do ensino de turismo e hotelaria – modelos para avaliação.** Turismo em Análise. São Paulo, ECA-USP, 1992, v.3, n.2, p. 22-23.

BENI, Mário Carlos; RABAHY, Wilson A. **Editorial.** Turismo em Análise. São Paulo, ECA-USP, 1990, v.1, n.1, p. 3-4.

BERNARDINELLO, Luciana. **O imaginário sobre a pesquisa e suas representações na formação acadêmica e profissional dos graduandos em turismo.** Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação) – Curso de Especialização em Docência em Turismo e Hotelaria no Ensino Superior, Centro Universitário Senac, São Paulo, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Turismo e dá outras providências. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06.pdf>. Acesso em 18 fev. 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2007/2010. Uma viagem de inclusão. Brasília: MTur, 2007.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lex: Leis de Diretrizes e Bases da educação Brasileira (LDB), Brasília, 1996. LDB. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/L9394.htm>>. Acesso em 11 fev. 2009.

CALDERON, Adolfo Ignacio. **Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão.** São Paulo Perspec., São Paulo, v. 14, n. 1, 2000.

CAMPOS, Angelo Mariano Nunes. **O turismo e a educação frente às novas tecnologias.** Caderno Virtual de Turismo, v. 5, n. 4, 2005.

CATUREGLI, Maria Genny. **O ensino de turismo e os agentes de viagens: as realidades de Madrid, Roma e São Paulo.** Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

CELESTE FILHO, Macioniro. **A institucionalização do turismo como curso universitário (décadas de 1960 e 1970).** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

CHAUI, Marilena. A Universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação.** n.24, set/out/nov/dez 2003.

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: UNESP, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território.** São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T. et al.(Orgs). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: da colônia à era Vargas.** 2.ed. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1986.

CUNHA, Maria Isabel; SOARES, Sandra Regina; RIBEIRO, Marinalva Lopes (Orgs.). **Docência universitária: profissionalização e práticas educativas.** Feira de Santana: UEFS, 2009.

DELORS, J. et. al. Os quatro pilares da educação. In: DELORS, J. et. al. (Orgs.). **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001. p. 89-102.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços.** Campinas: Papirus, 2000.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** São Paulo: Cortez, 1992.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa e interdisciplinaridade no ensino superior: uma experiência no curso de turismo.** São Paulo: Aleph, 2002.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues de. **Fundamentos do turismo:** conceitos, normas e definições. Campinas: Alínea, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado:** sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA USP – São Paulo, SP, 2011. Apresentação de informações sobre os cursos de graduação e respectivos currículos. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br>>. Acesso em: jun./jul. 2011.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Estudantes em movimento e o problema universitário na década de 1960. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudio; GONDRA, José G. (Orgs). **Educação no Brasil:** história, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira:** reforma ou revolução. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FOUCAULT; Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GAETA, Maria Cecília Damas. **Formação docente para o ensino superior:** uma inovação em cursos de lato sensu. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual de usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília: CNTE, 1999, p. 9-49.

GOODSON, Ivor. **Currículo:** teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **O ensino superior no Brasil:** a estrutura de poder na universidade em questão. Petrópolis: Vozes, 1984.

IANNI, Octavio. **A idéia de Brasil moderno.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo.** São Paulo: Pioneira, 1999.

KOBER, Claudia Mattos. Profissões e competências. **Trabalho a ser apresentado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia.** 01 a 05 de setembro de 2003. UNICAMP, Campinas, SP. GT 12: Ocupações e profissões.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo.** 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do Turismo** – Conceitos, Modelos e Sistemas. São Paulo: Editora Aleph. 2008. (Série Turismo).

LORGUS, Alexandre Luiza. **O TCC como reflexo do letramento acadêmico dos alunos de graduação em design da Universidade Regional de Blumenau**. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências da Educação – CEE, Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, 2009.

MALTA, Guilherme Augusto Pereira. **Turismo e desenvolvimento: análise de uma complexa relação considerando as abordagens e concepções presentes na literatura do turismo**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/MPBB8FWL9E/1/disserta__o_guilherme_malta.pdf> Acesso em: 6 dez. 2011.

MARTINS, Carlos Benedito; VELLOSO, Jacques. Balanço: As universidades privadas no contexto do ensino superior brasileiro contemporâneo. In: HEYMANN, Luciana; VERENA, Alberti (Orgs.). **Trajetórias da universidade privada no Brasil: depoimentos ao CPDOC-FGV**. Brasília, DF: CAPES; Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas/ CPDOC, v. 2. p.797-827, 2002.

MARTINS, Carlos Benedito. O novo ensino superior privado no Brasil (1964/1980) In: MARTINS, Carlos Benedito. (Org.). **Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989.

MASSETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MATIAS, Marlene. Formação profissional em turismo no Brasil no início do século XXI. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi et. al. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p.199 – 219.

MATIAS, Marlene. **Turismo: formação e profissionalização - 30 anos de história**. Barueri: Manole, 2002.

MOESCH, Marutschka Martini. **Epistemologia social do turismo**. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOESCH, Marutschka Martini. O fazer-saber turístico: possibilidades e limites de superação. In: GASTAL, Susana (Org.). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA, Sérgio. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MOMM, Christiane Fabiola; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Conhecimento científico produzido nos cursos de pós-graduação (Strictu Sensu) em turismo e áreas correlatas no Brasil no

período de 2000 a 2006. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. V.4, n.2, p.64-85, ago.2010.

MOREIRA, A. Flávio. Por entre ficções e descentramentos: discussões atuais de currículo e a Psicologia da Educação. **Psicologia da Educação**. São Paulo - PUC/SP, v.17, n.2, p.11-36, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2005.

NASCIMENTO, René Corrêa do. **Visão estrutural da evolução dos cursos superiores de Turismo**: a realidade atual. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

NECHAR, Marcelino Castilho; PANOSSO NETTO, Alexandre. Implicações epistemológicas na investigação turística. **Revista Estudios y Perspectivas em Turismo**. v.20, p.384-403, 2011.

NOVAES, Marlene Huebes. Concepção e importância. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). **Turismo**: como aprender, como ensinar. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; ASSIS, Raimundo Juceir Sousa de. Travessias da aula em campo na geografia escolar: a necessidade convertida para além da fábula. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.35, n.1, p.195-209, jan/abr. 2009.

OLIVEIRA E SILVA, Paula Andréa de. Metodologias de ensino aplicadas aos cursos de hotelaria, turismo e lazer. In: SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura (Orgs.). **Ensino superior em turismo e hotelaria**: reflexões sobre a docência e a pesquisa de qualidade. Ilhéus: Editus, 2006. p. 57-80.

ORLANDI, ENI Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.

ORLANDI, ENI Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes Editores, 1996.

PANOSSO NETTO, Alexandre; CALCIOLAR, Guilherme Farinazzo de Mello. Quantos são os livros teóricos de turismo publicados no Brasil? Uma análise da produção bibliográfica nacional (1990-2010). **Revista Turismo e Análise**. v. 21, n.3, p. 668-689, dez. 2010.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

PANOSSO NETTO, Alexandre; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Reflexões sobre um novo turismo**: política, ciência e sociedade. São Paulo: Aleph, 2003. p. 57-85. (Série Turismo).

PASSERI, Juliane Blanco. **O perfil dos egressos do curso de Turismo da ECA-USP formados entre 1975 e 2008**. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação) – Curso de Turismo, Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A formação universitária no Brasil: concepções e influências.** Avaliação. Campinas; Sorocaba, SP, v.18, n.1, p.71-84, mar. 2009.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações.** Tempo Social; Rev. Social. USP, São Paulo, v.14, n.2, p.147 – 161, out. 2002.

PÊCHEUX, M. Análise do discurso: três épocas (1983). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux.** Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997a, p. 61-151.

POSSENTI, Sírio. Notas sobre linguagem científica e linguagem comum. **Caderno Cedex.** v.1, n.41, p.9-24. Campinas, 1997.

REJOWSKI, Mirian et. Al. Extensão universitária em turismo no Brasil: mapeamento preliminar. **VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-graduação em Turismo.** 02 e 04 de Outubro de 2011 – UNIVALI – Balneário Camburiú/SC

REJOWSKI, Mirian. Produção científica em turismo: análise de estudos referenciais no exterior e no Brasil. **Revista Turismo em Análise.** São Paulo, v.21, n.2, p.224-246, ago, 2010.

REJOWSKI, Mirian. Ensino em turismo no Brasil: Reflexões sobre a realidade do ensino de graduação de 1970 a 2000. In: BARRETO, Margarita; REJOWSKI, Mirian (Orgs.). **Turismo: interfaces, desafios e incertezas.** Caxias do Sul : EDUCS, 2000.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional X situação brasileira.** Campinas: Papius, 1996. (Coleção Turismo).

REJOWSKI, Mirian. **Pesquisa acadêmica em turismo no Brasil (1975-1992): configurações e sistematização documental.** Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

RITCHIE, B. JR.; GOELDNER, C.R. **Travel, tourism, and hospitality research – A Handbook for managers and researchers,** Secon Edition, John Wily & Sons, Inc., 1994, p. 97.

RODRIGUES, Adyr B. Turismo local: oportunidades para inserção. In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari, (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

ROSAS, Paulo. **Para compreender a educação superior brasileira.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

RUSCHMANN, Doris V. M. **Turismo no Brasil: análise e tendências.** São Paulo: Manole, 2002.

RUSCHMANN, Doris V. M. **O planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente.** Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SACRISTAN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. POA: Artes Médicas, 1998.

SAKATA, Marici Cristine Gramacho. **Tendências metodológicas da pesquisa acadêmica em turismo**. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **O prazer justificado**: história e lazer: São Paulo, 1969/1979. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SANTOS FILHO, João. **Ontologia do turismo**: estudo de suas causas primeiras. Caxias do Sul, RS : Educs, 2005.

SANTOS FILHO, João. A Ciência do turismo se produz no processo das contradições epistemológicas de seus saberes. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 4, n. 47, abril 2005b. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/047/47jsf.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2005.

SANTOS FILHO, João. EMBRATUR da euforia ao esquecimento: o retorno as suas raízes quando serviu a ditadura militar. **Revista Turismo**, maio 2004. Disponível em: <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/embratur.html>>. Acesso em: 14 dez. 2005.

SANTOS FILHO, João. O turismo brasileiro: equívocos, retrocessos e perspectivas – o balanço que nunca foi feito. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 03, n. 25, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/025/25jsf.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2005.

SANTOS FILHO, João. Por que sabotam a profissão do turismólogo? **Revista Espaço Acadêmico**, ano 04, n. 37, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/025/25jsf.htm>>. Acesso em: 12 out. 2011.

SCHULZE, Thiago Rodrigues. **A ética e a estética como princípios norteadores da aprendizagem em um curso de turismo**. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SHIGUNOV NETO, Alexandre. Qualidade total na educação: discussões preliminares. In: SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura (Orgs.). **Ensino superior em turismo e hotelaria**: reflexões sobre a docência e a pesquisa de qualidade. Ilhéus: Editus, 2006. p. 57-80.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura (Orgs.). **Currículo e formação profissional nos cursos de turismo**. Campinas: Papirus, 2002. (Coleção Turismo).

SIMÕES, José Manuel. Um olhar sobre o turismo e o desenvolvimento regional. **Inforge**. n.6, 1993, p.71-82.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Castelo à Tancredo 1964 – 1985. Trad. Mario Salviano Silva. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SOGAYAR, Roberta Leme; REJOWSKI, Mirian. Ensino superior em turismo em busca de novos paradigmas educacionais: problemas, desafios e forças de pressão. **Revista Turismo Visão – Ação**. Ago. 2011. Disponível em: <<http://www.univali.br/revistaturismo>> Acesso em 05 dez. 2011.

SOLHA, Karina Toledo. Evolução do turismo no Brasil. In: REJOWSKI, Mirian (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002, p. 117–153.

SOUZA, P. N. P. de. **LDB e educação superior:** estrutura e funcionamento. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

TEIXEIRA, Sérgio Henrique Azevedo. **Cursos superiores de Turismo. Condicionantes sociais da sua implantação:** uma abordagem histórica (1968/1976). Dissertação (Mestrado), Universidade São Francisco, Itatiba, 2007. Disponível em: <http://>. Acesso em: 14 fev. 2009.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade:** tendências contemporâneas. Campinas: Papirus, 2002.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Viagem na memória:** guia histórico das viagens e do turismo no Brasil. São Paulo : Editora SENC São Paulo, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em Turismo**. Campinas: Papirus, 1998. (Coleção Turismo).

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Cronologia do turismo no Brasil**. São Paulo. CTI/TERRA, 1991.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Catálogo de informações acadêmicas disponibilizadas ao aluno de graduação. Disponível em: <<http://www.usp.br/servicos/sistema-jupiter-web-notas-e-grades-curriculares-dos-cursos-de-graduacao-3/>>. Acesso em 18 fev. 2010.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário:** seu cenário e seus protagonistas. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. **O lazer no Brasil: do nacional-desenvolvimentismo à globalização.** Conexões, v. 3, n. 1, 2005. p. 36-57.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.** 2.ed. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção Travessia do Século).

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural: possibilidades do planejamento.** Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

CASTELLI, Geraldo. **Administração hoteleira.** Caxias do Sul: EDUCS, 2003. (Coleção Hotelaria).

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. (Org.). **Turismo urbano.** São Paulo: Contexto, 2000.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; SHEPHERD, Rebecca. **Turismo: princípios e práticas.** Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2001.

COORDENAÇÃO DA ÁREA DE TURISMO. Subsídios à formulação da Política Nacional de Turismo. **Carta de Turismo Anhembi Morumbi.** São Paulo, Anhembi Morumbi, [s/d].

COSTA, Francisco José da. Formação em turismo na perspectiva do estudante: valor percebido no curso, percepção de prestígio e identificação com a profissão. **Revista Turismo e Ação – Eletrônica**, v.11, n.01, p.03-22, jan/abr. 2009.

DENCKER, Ada de Freitas Maneri. Metodologia científica. In: TRIGO, Luis Gonzaga G. (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, v. 1, 2001. p. 257-284.

DENCKER, Ada de Freitas Maneri; DA VIÁ, Sarah Chucid. **Pesquisa empírica em ciências humanas (com ênfase em comunicação).** São Paulo: Futura, 2001.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular.** São Paulo, Perspectiva, 1976.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade brasileira em busca de sua identidade.** Petrópolis: Vozes, 1977.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PINSKY, Jaime. Turismo e patrimônio cultural. In: RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo**. São Paulo: Contexto, 2001.
- GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Orgs.). **Turismo na pós-modernidade. (des)inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. (Coleção Comunicação).
- GENTILI, Pablo A. A; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. São Paulo: Papirus, 1995. Coleção Magistério; Formação e Trabalho Pedagógico.
- HOBSBAWM, Eric J. A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric J; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Trad. de Contexto Traduções. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2001. (Série Turismo).
- LAGE, Beatriz H. Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do Turismo**. Campinas: Papirus, 1991. (Coleção Turismo).
- LAGE, Beatriz H. Gelas; MILONE, Paulo César (Orgs.). **Turismo e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
- LUCHIARI, Maria Teresa. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. In: **Turismo em Análise**, v. 11, n. 1, maio 2000.
- MARCELLINO, Nelson de Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 2000.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX: neurose**. Trad. de Maura Ribeiro Sardinha. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997b, p. 61 – 151.
- PÊCHEUX, M. **O Discurso – estrutura ou acontecimento**. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1983.
- PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1993. (Coleção Turismo).
- PETROCCHI, Mario; BONA, André. **Agências de Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 2003.

REJOWSKI, Mirian; Pesquisa científica em turismo no Brasil (1990 a 2005). **Comunicação, produtividade e posicionamento**. São Paulo: UAM, 2010. (Relatório de pesquisa)

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade necessária**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RUSCHMANN, Doris V. M. **Marketing turístico**: um enfoque promocional. Campinas: Papirus, 1991. (Coleção Turismo).

SANTOS, Marcia Maria Cappelano dos; POSSAMAI, Ana Maria de Paris; MARINHO, Marcela Ferreira. Pesquisa em Turismo: panorama das teses de doutorado produzidas no Brasil de 2005 a 2007. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. V.3, n.3, p. 3-33, dez. 2009

SANTOS, Marcia Maria Cappelano dos. Prática docente na formação do turismólogo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v.1, n.1, p.84-109, set. 2007

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. – 5. ed. rev. – Campinas, Autores Associados, 2002.

SHIGUNOV NETO, Alexandre. **História da educação brasileira**: do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.

SOLHA, Karina Toledo. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil**. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TRETIN, Fabia; CARVALHO E SILVA, Erly Maria de. Motivos para escolha de turismo. **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, v.12, n.2, p.204-215, mai/ago, 2010.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Trad. de Eugênio Marcondes de Moura. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1999. (Coleção Megalópolis).

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

WAHAB, Salah-Eloin Aboel. **Introdução à administração do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1977.

WERNECK, Cristiane. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 19-78.

ANEXOS

Quadro 1 – Cronologia dos Cursos Superiores de Turismo criados nas décadas de 1970 e 1980

ANO	INSTITUIÇÃO	CIDADE/ESTADO
1971	Faculdade de Turismo do Morumbi, atual Universidade Anhembi Morumbi / UAM	São Paulo / SP
1973	Faculdade de Turismo da Guanabara	Rio de Janeiro / RJ
1973	Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas – atual Centro Universitário Ibero-Americano / UNIBERO	São Paulo / SP
1973	Faculdade de Ciências Exatas, Administrativas e Sociais	Brasília / DF
1973	União Pioneira de Integração Social	Brasília / DF
1973	Escola de Comunicação e Artes – Universidade de São Paulo / ECA/USP	São Paulo / SP
1973	Faculdade Ideal de Letras e Ciências Humanas	São Paulo / SP
1973	Faculdade de Turismo Padre Manoel da Nóbrega	São Paulo / SP
1973	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / PUC/RS	Porto Alegre / RS
1974	Pontifícia Universidade Católica de Campinas / PUCCAMP	Campinas / SP
1974	Faculdade da Cidade	Rio de Janeiro / RJ
1975	Universidade Católica de Pernambuco	Recife / PE
1976	Associação Educacional do Litoral Santista - AELIS	Santos / SP
1976	Organização Santamarense de Educação e Cultura – atual Universidade de Santo Amaro / UNISA	São Paulo / SP
1976	Universidade Federal de Pernambuco	Recife / PE
1976	Faculdade Capital de Administração e Estatística – atual Centro Universitário Capital	São Paulo / SP
1977	Faculdade Hélio Alonso – FACHA	Rio de Janeiro / RJ
1978	Universidade Federal do Paraná	Curitiba / PR
1979	Faculdade de Administração Hoteleira (curso de Hotelaria)	Caxias do Sul / RS
1980	Associação Educacional Veiga de Almeida	Rio de Janeiro / RJ
1980	Faculdade de Turismo Embaixador Paschoal Carlos Magno	Rio de Janeiro / RJ
1981	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira – atual Centro Universitário Newton Paiva	Belo Horizonte / MG
1984	Faculdade de Turismo da Bahia	Salvador / BA
1984	Faculdade Hebraico Renascença (curso de Hotelaria)	São Paulo / SP
1985	Faculdade de Ciências Aplicadas	Foz do Iguaçu / PR
1985	Universidade de Fortaleza - UNIFOR	Fortaleza / CE
1987	Universidade Federal do Maranhão	São Luiz / MA
1989	SENAC/CEATEL (instala o primeiro curso superior de tecnologia em Hotelaria)	São Paulo / SP

Fonte: Trigo/1996 e Rejowski/1996

Quadro 2 – Primeiro Currículo de Turismo Enviado à Reitoria pela Escola de Comunicações e Artes da USP em 13/04/1972

1º Semestre	Créditos	2º Semestre	Créditos
Introdução às Comunicações e Artes	2	Fundamentos Científicos da Comunicação II	3
Biblioteconomia-Bibliografia e Documentação	2	Comunicação Lingüística I	3
Fundamentos Científicos da Comunicação I	4	História da Cultura e da Comunicação I	3
História da Arte I	3	Fundamentos Filosóficos da Comunicação	4
Comunicação Lingüística I	3	Cultura Brasileira	3
Sociologia	3	Matemática	3
História da Cultura e da Comunicação I	3	Idioma Estrangeiro I	3
Palestras e Seminários	4	Palestras e Seminários	2
3º Semestre	Créditos	4º Semestre	Créditos
Ética e Legislação dos Meios de Comunicação	3	História da Comunicação – História do Turismo	3
Introdução ao Jornalismo e à Editoração	3	Teoria da Informação	3
Introdução à Teleradiofusão, Cinema e Teatro	3	Pesquisa de Opinião e Mercadologia	4
Informática I	3	Geografia I	3
Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos	2	Comunicação e Lazer	4
Idioma Estrangeiro II	3	História do Brasil	3
Palestras e Seminários	4	Idioma Estrangeiro III	4
5º Semestre	Créditos	6º Semestre	Créditos
Teoria e Técnica do Turismo I	4	Teoria e Técnica do Turismo II	4
Administração Geral	3	Jornalismo Turístico	3
Relações Humanas	3	Propaganda Aplicada ao Turismo	4
Pesquisa de Opinião Pública	4	Geografia do Brasil	3
Geografia II	3	Relações Públicas Aplicadas ao Turismo	4
História da Arte no Brasil I	4	Idioma Estrangeiro I (segunda opção)	3
Psicologia da Comunicação	3	Sociologia da Comunicação	3

7º Semestre	Créditos	8º Semestre	Créditos
Teoria e Técnica do Turismo III	3	Análise Econômica do Turismo II	4
Análise Econômica do Turismo I	4	Planejamento e Organização do Turismo II	4
7º Semestre	Créditos	8º Semestre	Créditos
História da Arte no Brasil II	5	Transportes e Telecomunicações	4
Planejamento e Organização do Turismo I	4	Noções de Direito – Legislação de Turismo	3
Idioma Estrangeiro II (segunda opção)	3	Idioma Estrangeiro III (segunda opção)	4
Antropologia da Comunicação	3	Filosofia da Comunicação	3
Problemas Brasileiros I	2	Problemas Brasileiros II	2

Quadro 3 – Alterações Propostas no Currículo de Turismo da ECA-USP em 1973

1º Semestre	Créditos	2º Semestre	Créditos
Biblioteconomia-Bibliografia e Documentação		Fundamentos Científicos da Comunicação II	3
Fundamentos Científicos da Comunicação I	2	Comunicação Lingüística I	3
História da Arte I	4	História da Cultura e da Comunicação II	3
Comunicação Lingüística I	4	Fundamentos Filosóficos da Comunicação	4
Sociologia	3	Cultura Brasileira	3
História da Cultura e da Comunicação I	3	Matemática	3
Palestras e Seminários	4	Idioma Estrangeiro I	3
-	4	Palestras e Seminários	2
3º Semestre	Créditos	4º Semestre	Créditos
Ética e Legislação dos Meios de Comunicação	3	Fundamentos Históricos do Turismo I	3
Introdução ao Jornalismo e à Editoração	3	Estatística Aplicada ao Turismo	3
Introdução à Teleradiofusão, Cinema e Teatro	3	Metodologia da Pesquisa I	3
Informática I	3	Fundamentos Geográficos do Turismo I	4
Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos	2	Comunicação e Lazer	3
Estatística	3	Idioma Estrangeiro III	4
Idioma Estrangeiro II	3	-	3
Palestras e Seminários	4	-	4
5º Semestre	Créditos	6º Semestre	Créditos
Teoria e Técnica do Turismo II	3	Teoria e Técnica do Turismo III	3
Análise Econômica do Turismo I	4	Psicologia Social Aplicada ao Turismo	3
Sociologia Aplicada ao Turismo	3	Propaganda Aplicada ao Turismo	3
Metodologia da Pesquisa II	3	Administração Geral	4
Fundamentos Geográficos do Turismo II	4	Relações Públicas Aplicadas ao Turismo	4
Fundamentos Históricos do Turismo II	3	Fundamentos Geográficos do Turismo III	3
Psicologia Aplicada ao Turismo	4	Folclore	2
-	-	Análise Econômica do Turismo II	3

Habilitação em Organização e Administração de Empresas de Turismo

7º Semestre	Créditos	8º Semestre	Créditos
Teoria e Técnica do Turismo IV (Meios de Transporte)	4	Teoria e Técnica do Turismo V (Meios de Transporte)	3
Análise Econômica do Turismo III	3	Análise Econômica do Turismo IV	3
Teoria Geral da Organização e Administração de Empresas de Turismo I	4	Contabilidade Geral e da Empresa II (Custos)	3
Contabilidade Geral e da Empresa I	3	Direito II	3
Problemas Brasileiros I	2	Teoria Geral da Organização e Administração de Empresas de Turismo II	4
Mercadologia I	2	Problemas Brasileiros II	2
Direito I	3	Planejamento Empresarial em Turismo (Análise de Projetos)	3
Matemática Financeira	3	Mercadologia II	3

Habilitação em Planejamento do Turismo

7º Semestre	Créditos	8º Semestre	Créditos
Teoria e Técnica do Turismo IV (Meios de Transporte)	4	Teoria e Técnica do Turismo V (Meios de Transporte)	3
Análise Econômica do Turismo III	3	Análise Econômica do Turismo IV (Análise de Sistemas)	3
Teoria do Planejamento	4	Mercadologia II	3
Planejamento e Organização do Turismo I	4	Direito I	3
Problemas Brasileiros I	2	Planejamento e Organização do Turismo II	4
Mercadologia I	2	Problemas Brasileiros II	2
Teorometria I	3	Análise de Projetos (Empreendimentos Turísticos)	3
Contabilidade de Custos	2	Teorometria II	3



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

CAPÍTULO IV
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 43º A educação superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44º A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007).

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do caput deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. (Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006)

Art. 45º A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. (Regulamento)

Art. 46º A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. (Regulamento)

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em

desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. (Regulamento)

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Art. 47º Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º É obrigatória a freqüência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

§ 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Art. 48º Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 49º As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências ex officio dar-se-ão na forma da lei. (Regulamento)

Art. 50º As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Art. 51º As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 52º As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: (Regulamento)

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. (Regulamento)

Art. 53º No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; (Regulamento)

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios; VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II - ampliação e diminuição de vagas;

III - elaboração da programação dos cursos;

IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V - contratação e dispensa de professores;

VI - planos de carreira docente.

Art. 54º As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. (Regulamento)

§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55º Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56º As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57º Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas.(Regulamento)

Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, fixadas pela Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 (74*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres

CNE/CES nºs 776, de 3/12/97, e 583, de 4/4/2001, e as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Turismo – CEETur/DEPES, propostas ao CNE pela SESu/MEC, considerando o que consta dos Pareceres CNE/CES nºs 67, de 11/3/2003, 288, de 6/11/2003, e 210, de 8/7/2004, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2/6/2003, em 12/4/2004, e em 23/9/2004.

⁷⁴ (*) Resolução CNE/CES 13/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de novembro de 2006, Seção 1, p. 96

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, Bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu Projeto Pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, componente opcional da IES, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O projeto pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Turismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social ;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X - concepção e composição das atividades complementares.

§ 2º O Projeto Pedagógico do curso de graduação em Turismo poderá admitir Linhas de Formação Específicas, direcionadas para diferentes áreas ocupacionais relacionadas com o turismo, abrangendo os segmentos ecológicos e ambientais, econômicos, culturais, de lazer, de

intercâmbio de negócios e promoção de eventos e serviços, para melhor atender as necessidades do perfil profissiográfico que o mercado ou a região exigirem.

§3º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso o oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 3º O curso de graduação em Turismo deve ensejar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.

Art. 4º O curso de graduação em Turismo deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;

II - utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;

III - positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;

IV - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;

V - domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;

VI - adequada aplicação da legislação pertinente;

VII - planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;

VIII - intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;

IX - classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;

X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;

XI - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;

XII - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;

XIII - utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;

XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;

XV - habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;

XVI - integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;

XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pósindustriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;

XVIII - profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;

XIX - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Art. 5º Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua organização curricular, os seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

II - Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração,

o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

III - Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Turismo estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Educação Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada Instituição, por seus colegiados superiores acadêmicos, aprovar o respectivo regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria IES, mediante laboratórios especializados, sem prejuízo das atividades de campo, nos diversos espaços onde possam ser inventariados e coligidos traços significativos do acervo turístico, segundo as diferentes áreas ocupacionais de que trata o § 2º do art. 2º desta Resolução, abrangendo as diversas ações teórico-práticas, desde que sejam estruturadas e operacionalizadas, de acordo com a regulamentação própria prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com as peculiaridades das diversas áreas ocupacionais que integram os segmentos do mercado do turismo, bem assim com as ações culturais de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir, no currículo do curso de graduação em Turismo, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10º As Instituições de Educação Superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, observados os aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando.

Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início do período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica.

Art. 11º A carga horária dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 12º As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12º Tratando-se de curso de graduação, licenciatura plena, destinada à formação de professores para atuação na educação básica, os projetos pedagógicos observarão as Diretrizes Curriculares Nacionais próprias.

Art. 13º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução s/nº, de 28 de janeiro de 1971.

ANTÔNIO CARLOS CARUSO RONCA

Presidente da Câmara de Educação Superior

Quadro 4 – Matriz Curricular do Curso de graduação em Turismo, adotada pela ECA-USP desde o ano de 2008, denominada pela Escola de “Grade Nova”.

1º Semestre	Referência	2º Semestre	Referência
História da Cultura e da Comunicação I	CCA – 203	História da Cultura e da Comunicação II	CCA – 204
Língua Portuguesa: Redação e Expressão Oral I	CCA – 218	Análise Estrutural do Turismo	CRP – 372
Dimensão e Dinâmica do Turismo	CRP – 466	Turismo e Meio Ambiente	CRP – 470
Fundamentos para a Gestão de Organizações Turísticas	CRP – 452	Administração Financeira Aplicada ao Turismo	CRP – 471
Fundamentos do Lazer	CRP – 467	Fundamentos da Hospitalidade	CRP – 453
Patrimônio Cultural em Turismo II – Bens Imateriais	CRP – 468	Orientação à Pesquisa Bibliográfica	CRP – 100
3º Semestre	Referência	4º Semestre	Referência
Turismo Histórico – Cultural I	CRP – 472	Turismo Histórico – Cultural II	CRP – 476
Análise Microeconômica do Turismo	CRP – 474	Análise Macroeconômica do Turismo	CRP – 479
Meios de Hospedagem	CRP – 473	Dimensão Espacial em Turismo I	CRP – 475
Plano de Negócios Aplicado ao Turismo	CRP – 454	Transportes e Turismo	CRP – 478
Conceitos em Saúde Internacional e em Viagens	IMT – 001	Marketing em Turismo	CRP – 477
5º Semestre	Referência	6º Semestre	Referência
Noções de Estatística	MAE – 116	Elementos de Estatística no Turismo	CRP – 487
Noções de Direito e Legislação sobre o Turismo	CRP – 482	Métodos de Pesquisa em Turismo	CRP – 485
Agências de Turismo	CRP – 484	Planejamento e Organização do Turismo I	CRP – 486
Dimensão Espacial em Turismo II	CRP – 480	Estratégias de Negócios para o Turismo	CRP – 456
Técnica Publicitária	CRP – 481	Mercados e Segmentos do Turismo	CRP – 459
Estágio Supervisionado em Turismo	CRP - 483	Entretenimento e Turismo	CRP – 460
Turismo e Relações Interpessoais	CRP – 455	-	-

7º Semestre	Referência	8º Semestre	Referência
Teorometria e Estudo da Viabilidade Econômica	CRP – 488	Projeto Interdisciplinar de Turismo	CRP – 464
Organização de Eventos	CRP – 458	Trabalho de Conclusão de Curso	CRP – 490
Planejamento e Organização do Turismo II	CRP – 489	Tópicos em Gestão do Turismo	CRP – 457
7º Semestre	Referência	8º Semestre	Referência
Epistemologia do Conhecimento em Turismo	CRP – 461	-	-

Quadro 5 – Matriz Curricular do Curso de graduação em Turismo, da ECA-USP, anterior ao ano de 2008, denominada pela Escola de “Grade Antiga”.

1º Semestre	Referência	2º Semestre	Referência
Política e Administração	CRP – 113	História da Cultura e da Comunicação II	CCA – 204
Turismo: Conceituação e Organização	CRP – 370	Análise Estrutural do Turismo	CRP – 372
Dimensão e Dinâmica do Turismo	CRP – 371	Metodologia da Pesquisa em Turismo	CRP – 373
Língua Portuguesa: Redação e Expressão Oral I	CCA – 218	-	-
História da Cultura e da Comunicação I	CCA – 203	-	-
3º Semestre	Referência	4º Semestre	Referência
Elementos Históricos no Turismo I	CRP – 181	Elementos Históricos no Turismo II	CRP – 196
Administração de Empresas de Turismo	CRP – 232	Hotelaria	CRP – 238
Noções de Direito e Legislação Sobre o Turismo	CRP – 341	Análise Macroeconômica do Turismo	CRP – 375
Análise Microeconômica do Turismo	CRP – 374	Sociologia do Lazer e do Turismo	CRP – 376
-	-	Turismo, Meio Ambiente e Patrimônio Natural	CRP – 377
5º Semestre	Referência	6º Semestre	Referência
Fundamentos Geográficos do Turismo I	CRP – 182	Fundamentos Geográficos do Turismo II	CRP – 186
Sistemas de Transportes	CRP – 239	Marketing em Turismo	CRP – 237
Patrimônio Cultural em Turismo I – Bens Materiais	CRP – 378	Patrimônio Cultural em Turismo II – Bens Imateriais	CRP - 379
Noções de Estatística	MAE - 116	Agências de Viagens	CRP – 380
-	-	Elementos de Estatística no Turismo	CRP – 408
7º Semestre	Referência	8º Semestre	Referência
Teorometria	CRP – 206	Estágio Supervisionado em Turismo	CRP – 342
Técnica Publicitária	CRP – 241	Planejamento e Organização do Turismo II	CRP – 383
Técnicas de Relações Públicas e Eventos em Turismo	CRP – 381	Trabalho de Conclusão de Curso	CRP – 440
Planejamento e Organização do Turismo	CRP – 382	-	-
Administração Financeira e Orçamentária Aplicada ao Turismo	CRP - 439	-	-

Requisitos da Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso

Disciplina: CRP – 490 Trabalho de Conclusão de Curso

Requisitos:

CRP – 454 - Plano de Negócios Aplicado ao Turismo
CRP – 456 - Estratégia de Negócios para o Turismo
CRP – 469 - Análise Estrutural do Turismo
CRP – 473 - Meios de Hospedagem
CRP – 476 - Turismo Histórico-Cultural II
CRP – 480 - Dimensão Espacial do Turismo II
CRP – 484 - Agências de Turismo
CRP – 485 - Métodos de Pesquisa em Turismo

Disciplina: CRP – 490 - Trabalho de Conclusão de Curso

Créditos Aula: 2
Créditos Trabalho: 2
Carga Horária Total: 90 h
Tipo: Semestral
Ativação: 01/01/2011

Objetivos:

Aprimorar a formação escolar e a capacitação profissional, através da aplicação e integração dos conhecimentos teóricos e/ou práticos.

Programa Resumido:

- Aprimorar a formação escolar e a capacitação profissional, através da aplicação e integração dos conhecimentos teóricos e/ou práticos.

Programa:

- Estudo aprofundado sobre tema vinculado ao conteúdo de, no mínimo, duas disciplinas do curso em que o aluno está se graduando.
- Cada trabalho de Conclusão de Curso terá um conteúdo de curso específico em função da escolha individual do tema pelo aluno e seu orientador

Avaliação:

Método:
Segundo resolução 1/92 de 10/02/82

Critério:

Segundo resolução 1/92 de 10/02/82

Norma de Recuperação:
Não oferece recuperação

Bibliografia:
Pertinentes ao tema

Disciplina: CRP – 485 – Métodos de Pesquisa em Turismo

Créditos Aula: 4
Créditos Trabalho: 0
Carga Horária Total: 60 h
Tipo: Semestral
Ativação: 01/01/2010

Objetivos:

Através de aulas expositivas, seminários com trabalhos práticos, a disciplina objetiva não apenas ensinar a elaborar um projeto acadêmico, como, indo além, trabalhar os diversos métodos de pesquisa realizados em turismo, mostrando a ampla gama de abordagens. Visa, também, as diferentes técnicas que são empregadas na área, com ênfase naquelas que diretamente dizem respeito ao planejamento, tais como técnicas de inventários de oferta e demanda, capacidade de carga e mensuração de atratividade e de operação em city tour.

Docente(s) Responsável(eis):
78498 - Mario Jorge Pires

Programa Resumido:

Metodologia de levantamento de recursos naturais, culturais, infra-estrutura e imagem de localidade turísticas; pesquisa de demanda; capacidade de carga e outros métodos de pesquisa em Turismo

Programa:

1. A elaboração do projeto científico
2. Metodologia de pesquisa de mensuração de atratividade
3. Metodologia de levantamento dos recursos naturais
4. Metodologia de levantamento dos recursos culturais
5. Pesquisa de levantamento da infra-estrutura turística
6. A técnica Delphi aplicada em turismo
7. Metodologia de levantamento de imagem de localidades turísticas
8. Pesquisa de demanda: perfil do turista
9. Capacidade de carga em recursos turísticos naturais
10. Levantamento de pesquisa em turismo

Avaliação:
Método:

1. Seminários
2. Participação nas aulas expositivas, leituras e seminários

Critério:

- Projeto de pesquisa
- Avaliação de Leitura

Norma de Recuperação:

- Não será oferecida recuperação

Bibliografia:

CERRO, Francisco Leno. Técnicas de evaluación del potencial turístico. Madrid: MICYT, 1993.

COSTA, Sérgio Francisco. Método científico – os caminhos da investigação. São Paulo: Harbra, 2001.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Metodologia de pesquisa em Turismo. São Paulo: Futura, 1998.

EMBRATUR. Metodologia do inventário da oferta turística. Rio de Janeiro: 1984

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.

LINDBERG, K.; MACCOOL, D.; STANKEY, G. Rethinking Carrying Capacity, in: Annals of tourism research. (2),24, pp. 461 – 465.

PIRES, Mário Jorge. Levantamento de atrativos históricos em turismo – uma proposta metodológica, in: LAGE, Beatriz H.G. & MILONE, Paulo C. Turismo – Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Lazer e turismo cultural. São Paulo: Manole, 2001.

PIRES, Paulo dos Santos. Interfaces ambientais do turismo, in: TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. (org.) Turismo. Como aprender, como ensinar. São Paulo: Senac, 2000.

NAKAYAMA, Lia Domingues. Relevamiento Turístico. Santa Fe: Centro de Estudios Turísticos, 1993.

REJOWSKI, Mirian. Turismo e pesquisa científica. Campinas: Papyrus, 1996.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social – métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

TYLER, D.; GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M. Gestão de turismo municipal. São Paulo: Futura, 2001.

WEARING, S.; NEIL, Stephen. Ecoturismo – impactos, potencialidades e possibilidades. São Paulo: Manole, 2001.

Disciplina: CRP – 469 - Análise Estrutural do Turismo

Créditos Aula: 4

Créditos Trabalho: 1

Carga Horária Total: 90 h

Tipo: Semestral

Ativação: 01/01/2008

Objetivos:

Introduzir o aluno na compreensão da abrangência, complexidade e pluricausalidade do Turismo, sintetizando de forma dinâmica as combinações multifacetadas da configuração do fenômeno turístico, interpretando e avaliando, através de análise científica, as variáveis internas e externas que interferem direta ou indiretamente no contexto do Lazer, do Turismo e da Hospitalidade.

Docente(s) Responsável(eis):

33293 - Mario Carlos Beni

Programa Resumido:

Compreensão do Turismo através da teoria de sistemas, interpretando, através do SISTUR, as relações ambientais, socioculturais e econômicas. Compreensão e avaliação dos subsistemas do SISTUR e suas relações com a dinâmica do mercado turístico. Análise das diretrizes dos organismos nacional e internacional de Turismo. O mercado mundial e nacional numa leitura panorâmica e questionadora de sua função sociocultural, ambiental e econômica.

O Turismo no contexto de Sistemas. Turismo dentro dos conceitos mais amplos do Lazer e da Hospitalidade. Demanda e oferta turística. Relações do mercado. Bases para análise e intervenções por meio do planejamento turístico.

Programa:

I- Turismo como forma de lazer e entretenimento

II- Produção e serviços em Turismo

III- Turismo em função de um sistema econômico

IV- A questão do método em turismo

V- Conjunto das relações ambientais - Subsistemas social, econômico, cultural e ecológico (SISTUR)

VI- Conjunto da organização estrutural do Sistema

VII- Subsistema da superestrutura, infra-estrutura de apoio ao Turismo

VIII- Planejamento estratégico para o desenvolvimento sustentável do Turismo

IX- Subsistema de mercado: gestão sustentável em hospitalidade, transportes turísticos, administração e organização de eventos, turismo e comunicação na sociedade globalizada, planejamento e implantação de parques temáticos

X- Subsistema da oferta: produção, distribuição e consumo

XI- Classificação dos fluxos turísticos.

XII- Organização e o planejamento institucional do Turismo no Brasil

XIII- Organização e planejamento do turismo em âmbito internacional

XIV- Instituições privadas na superestrutura institucional
XV- Políticas básicas de Turismo em âmbito nacional e internacional.

Avaliação:

Método:

A avaliação dos alunos será realizada através do método processual.

Critério:

- avaliações regulares
- trabalhos de campo e visitas técnicas
- seminários
- fichamentos

Norma de Recuperação:

O aluno que não alcançar média mínima para aprovação, será submetido a um exame no valor de 100 pontos. A nota final será resultante da média aritmética entre a nota obtida no semestre e a nota do exame de reavaliação.

Bibliografia:

BENI, Mário Carlos. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: Ed. Senac, 2003.

BENI, Mário Carlos. Globalização do Turismo. São Paulo: Ed. Aleph, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Brasília, 2006.

BRASIL Ministério do Turismo. Turismo no Brasil: 2007 - 2010. Brasília, 2006.

COOPER, Chris. Turismo princípios e práticas. Porto Alegre: Bookman, 2001.

FRANÇA, Rosana Decat et al. Destinos competitivos: metodologia para regionalização e roteirização turística. Salvador: SEBRAE/BA, 2005.

IANNI, Octavio. A era da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MOLINA, Sérgio. O pós-turismo. São Paulo: Aleph, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. Guia de desenvolvimento turismo do sustentável. São Paulo: Bookman, 2005.

RABAHY, Wilson A. Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento. São Paulo: Manole, 2004.

RODRIGUES, Adyr B.(org) Turismo, modernidade, globalização. São Paulo: Hucitec, 2000.

RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. Turismo no Brasil: análises e tendências. São Paulo: Manole, 2002.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOJA, E. W. Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TEIXEIRA, Edgar Loins. Gestão da qualidade em destinos turísticos. Recife: ADM & TEC, 1998.

THEOBALD, William. Turismo Global. São Paulo. Ed. Senac, 2002.

TRIBE, John. Economia do lazer e do turismo. São Paulo: Manole, 2003.

SCHLUTER, Regina. Metodologia da Pesquisa em Turismo e Hotelaria. São Paulo. Ed. Aleph, 2003.

Disciplina: CRP 454 - Plano de Negócios Aplicado ao Turismo

Créditos Aula: 4

Créditos Trabalho: 1

Carga Horária Total: 90 h

Tipo: Semestral

Ativação: 01/01/2010

Objetivos:

Proporcionar conhecimentos e gerar aprendizado sobre a elaboração de planos de negócios em organizações do setor turístico, de modo a capacitar os participantes a refletir e a praticar a arte de preparação de um empreendimento, congregando as diversas áreas do saber da administração empresarial e considerando-as de forma integrada nos diversos pontos da temática.

Docente(s) Responsável(eis):

2145659 - Benny Kramer Costa

Programa Resumido:

Transmitir aos participantes os instrumentos necessários à personalização do negócio no turismo. Definir seu negócio e seus objetivos. Caracterizar o mercado. Analisar a concorrência. Elaborar e definir estratégias e o posicionamento. Estabelecer planos organizacionais e de marketing. Determinar e alocar recursos materiais, financeiros e humanos. Escolher processos. Formalizar a apresentação final do plano.

Programa:

1. Personalização do negócio;
2. Definição do negócio escolhido no turismo;
3. Objetivos do plano e da organização;
4. Caracterização do mercado consumidor turístico;

5. Análise interna da organização;
6. Análise da concorrência;
7. Elaboração das estratégias de produtos e serviços;
8. Posicionamento dos produtos e serviços;
9. Confecção do plano organizacional;
10. Elaboração do plano de marketing;
11. Determinação e alocação dos recursos materiais;
12. Determinação e alocação dos recursos financeiros;
13. Determinação e alocação dos recursos humanos;
14. Escolha dos processos;
15. Formalização da apresentação final.

Avaliação:

O processo de avaliação será feito de forma contínua ao longo do curso, sendo levado em consideração os seguintes aspectos: a) a participação em sala de aula, nos debates e discussões; b) a qualidade dos trabalhos; c) prova escrita; e d) a conduta ética, acadêmica e profissional.

Critério:

Serão utilizadas aulas expositivas, exercícios e aplicações práticas ao longo do curso. O trabalho final da disciplina deve ser elaborado para montagem de uma nova empresa ou na remontagem de uma existente.

Norma de Recuperação:

Não há prova ou reposição para recuperação.

Bibliografia:

ABRAMS, Rhonda M. Business Plan: segredos e estratégias para o sucesso. São Paulo: Ética, 1994.

COVELLO, Joseph A.; HAZELGREN, Brian J. The complete book of business plans: simple steps to writing a powerful business plan. Naperville, Illinois: Sourbooks, 1995.

CROSS, Wilbur; RICHEY, Alice M. Model business plans. Paramus, NJ: Prentice-Hall, 1998.

PINSON, Linda; JINNETT, Jerry. Anatomy of a business plan: a step-by-step guide to startig smart, building the business, and securing your company's future. 4th ed. Chicago: Dearborn, 1999.

SALIM, César Simões; HOCHMAN, Nelson; RAMAL, Andréa Cecília; RAMAL, Silvina Ana. Construindo planos de negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucesso. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

SIEGEL, Eric S. et al. Guia Ernst & Young para desenvolver o seu plano de negócios. 2a ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC

Resolução CRP 04/2005, de 18/02/2005

Redefine o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e as normas para sua execução e avaliação.

O Conselho do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo (CRP) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, resolve reformular as normas que regem o TCC:

Da natureza do Trabalho

Art. 1º O TCC consistirá em estudo aprofundado, individual, em nível adequado à graduação, sobre um tema claramente vinculado aos conteúdos (teóricos, técnicos ou laboratoriais) do curso em que o aluno se gradua.

§ 1º Sua apresentação constará de duas partes: uma, impressa, e outra, oral. Poderão acompanhar o documento impresso, conteúdos desenvolvidos em outras linguagens e gravados em suportes reprodutíveis.

Da orientação

Art. 2º Cada TCC será desenvolvido sob a orientação de um Professor Orientador, que acompanhará diretamente o desenvolvimento do trabalho e será co-responsável pelo seu término.

I - O Professor Orientador será indicado pelo aluno, conforme o critério de aproximação temática entre o estudo pretendido e a área de atuação docente.

II - Só poderão ser indicados como Professores Orientadores docentes do Departamento CRP. Professores de outros Departamentos da ECA poderão ser aceitos, formalmente, como coorientadores, mas não terão turmas da disciplina oferecida para os cursos do CRP, cadastradas no sistema Júpiter sob sua responsabilidade.

III - A indicação do Professor Orientador deverá ser precedida de uma consulta formal ao docente e se efetivará por meio da apresentação de um “de acordo” escrito do docente indicado

IV - Ao aluno e ao Professor Orientador é facultada a mudança de orientação, desde que seja acordada e formalizada no período de retificação de matrícula determinado pelo calendário acadêmico da ECA.

§ Único — O professor orientador de que trata o inciso I, será indicado pelo aluno, com anuência do docente, no momento em que, até 30 dias antes da matrícula, o aluno preencher ficha específica fornecida pela Secretaria do CRP.

Da apresentação formal

Art. 3º O TCC impresso/gravado deverá ser elaborado, preferencialmente, pelas normas da ABNT para apresentação de trabalhos acadêmicos; elaboração de referências e apresentação de citações em documentos

§ 1º Deverá apresentar os seguintes elementos: a -Dados de identificação (nome da instituição e da Unidade; nome do autor; título do trabalho; subtítulo, se houver; nome do Professor Orientador; local e semestre/ano da entrega), b- espaço determinado para registro da data de apresentação e composição da banca examinadora, c- dedicatória (opcional), d- agradecimentos (opcional), e- resumo do trabalho na língua vernácula, f- sumário, g- a dissertação propriamente dita (introdução, desenvolvimento, conclusão), h- referências e bibliografia, i- anexo (se houver).

§ 2º O TCC apresentado em linguagem não convencional deverá ser acompanhado por um texto explicativo que o fundamente, normalizado da mesma forma que o trabalho dissertativo, descrito no parágrafo anterior.

Da entrega

Art. 4º A entrega do TCC deverá ser feita no Departamento CRP, aos cuidados de um funcionário designado, que providenciará o agendamento e a convocação das bancas examinadoras e secretariará a defesa oral nas datas agendadas.

§ 1º O trabalho deverá ser entregue em formato eletrônico (disquete ou CD) para arquivo no banco de dados do CRP e em 3 vias impressas (uma para cada membro da banca e 2 digitais, para a Biblioteca da ECA e para o CRP).

§ 2º O trabalho deverá ser entregue no prazo máximo informado pela Secretaria do CRP, e terá sua apresentação oral garantida pelo Departamento no final do semestre letivo.

Da apresentação oral e banca examinadora

Art. 5º A apresentação oral do trabalho será feita, publicamente, em duas partes, a saber: a- exposição resumida do trabalho em, no máximo, trinta minutos, b - arguição da banca ao aluno para esclarecimentos, justificativas e outros aspectos que, eventualmente, não estejam adequadamente tratados no trabalho impresso/gravado

Art 6º Cada trabalho será examinado e avaliado por uma Banca Examinadora composta pelo Professor Orientador e dois outros professores por ele indicados.

§ 1º O Professor Orientador presidirá os trabalhos da Banca Examinadora

§ 2º Professores de outros Departamentos da USP ou de outras instituições de ensino superior poderão compor a Banca, bem como profissionais de notório saber, respeitando a proporção de, no máximo, um profissional por banca.

§ 3º Profissionais convidados para compor a banca examinadora, deverão submeter *curriculum vitae* à análise do professor Orientador, para comprovação prévia de competências e habilidades na área de trabalho em julgamento.

§ 4º As bancas examinadoras deverão receber os trabalhos com antecedência mínima de uma semana da data marcada para a apresentação oral do trabalho.

§ 5º A banca de TCC será constituída por três membros, entre os quais se incluirão o co-orientador quando for o caso.

Da avaliação

Art. 7º Cada membro da Banca Examinadora atribuirá uma nota, de zero a dez, à apresentação impressa/gravada do trabalho e outra nota, também de zero a dez, à apresentação oral do aluno, e por meio destas duas notas calculará a sua média aritmética simples. O presidente da banca, de posse das três médias (uma de cada examinador) calculará a média aritmética final, obtendo assim a nota a ser atribuída ao aluno.

§ 1º Essa nota final corresponderá à avaliação do aproveitamento em disciplina correspondente do currículo de cada curso do CRP.

§ 2º Será atribuída nota final zero ao aluno que deixar de entregar seu trabalho em tempo hábil.

§ 3º Ao aluno que, sem justificativa, deixar de comparecer à apresentação oral de seu trabalho, será atribuída a nota zero na avaliação correspondente a esta apresentação.

Art. 8º Os casos omissos nessa Resolução serão resolvidos, em primeira instância, pelo Conselho Departamental do CRP.

Art. 9º Esta Resolução entrará em vigor em 18/02/2005, data da aprovação pelo Conselho Departamental do CRP, para os formandos de 2005 em diante, revogando-se as Resoluções anteriores nº01/91 de 12/ 03/91 e nº01/93 de 26/01/93.

Quadro 6 – Inventário TCC – ECA-USP – 1998

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Planejamento Estratégico de Marketing Turístico	1.Adequar as estratégias de marketing de produtos industriais aos produtos turísticos. 2.Demonstrar a importância de um planejamento de marketing.	a.Pesquisa bibliográfica e documental.
Roteiros culturais: uma alternativa possível para o desenvolvimento da atividade turística	1.Demonstrar os conceitos de turismo cultural. 2.Indicar alternativas de patrimônios. 3.Comprovar a viabilidade de roteiros sócio-culturais de um dia.	a.Estudo de Caso, dos programas DiverSão Paulo, DiverCidades e Passeio Cultural Caminho das Artes do Serviço Social do Comércio – SESC – Pinheiros.
Velha Poipeba – BA – impactos do turismo na comunidade	1.Analisar os impactos do turismo na cidade de Poipeba – BA. 2.Caracterizar as empresas turísticas do local na área de hospedagem, alimentos e bebidas. 3.Conhecer a absorção da mão-de-obra local nestas empresas. 4.Discutir a aceitação do turismo pelos residentes. Indicar os caminhos para o planejamento sustentável da atividade turística na cidade.	a.Estudo de Caso, em Poipeba – BA. b.Pesquisa exploratória.
Marketing institucional e o atributo ambiental	1.Enfatizar a importância do marketing ambiental na empresa moderna. 2.Analisar as ferramentas e técnicas das relações públicas usadas pelo marketing.	a.Estudo de Caso, Soletur com Projeto “Viajar é Preservar”. b.Pesquisa bibliográfica e exploratória.
Viúvas de terceira idade em São Paulo: estudo exploratório sobre suas preferências de lazer e tendências de consumo	1.Obter dados para levantar hipóteses sobre o perfil das viúvas de terceira idade.	a.Pesquisa exploratória.

Fonte: TCC's – ECA-USP – 1998

Quadro 7 – Inventário TCC – ECA-USP – 1999

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Do Tradicional ao Alternativo: Espaços Diferenciados para Eventos na Cidade de São Paulo	1.Abordar a realização de eventos em espaços alternativos. 2.Definir as características dos espaços alternativos.	a.Estudo de Caso. b.Análise do mercado de eventos na cidade de São Paulo.
Impactos do Turismo no Arquipélago de Fernando de Noronha: Um Estudo no Caminho do Desenvolvimento Sustentável	1.Investigar os impactos causados pelo turismo em Fernando de Noronha. 2.Proporcionar mecanismos para um turismo sustentável na região.	a.Estudo de Caso. b.Pesquisa exploratória. c.Entrevistas.
<i>Off-Road</i> : Turismo de Aventura	1.Analisar as características do <i>Off-Road</i> e sua relação com a natureza. 2.Contextualizar o turismo de aventura	a.Pesquisa bibliográfica e exploratória. b.Pesquisa de campo.
A Propaganda Turística nos Cadernos de Turismo do O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e <i>The New York Times</i>	1.Revelar os diferentes graus de desenvolvimento da propaganda turística nestes jornais. 2.Conscientização da importância da comunicação na construção de imagens de localidades e empresas turísticas.	a.Análise dos cadernos de turismo do O Estado de São Paulo, da Folha de São Paulo e do <i>New York Times</i> .
Turismo Urbano em São José dos Campos – SP: Roteiros Educativos com ênfase na Oferta Técnica Científica.	1.Combinar atrativos primários e secundários em prol da educação em turismo. 2.Sensibilizar governos e empresários à adequada exploração do turismo.	a.Estudo de Caso. b.Pesquisa exploratória.
Turismo, Negócios e Agência de viagens: o Caso Carlson Wagonlit Travel.	1.Entender a atuação e contribuição das agências de viagens no turismo de negócios.	a.Estudo de Caso. b.Pesquisa exploratória.

Fonte: TCC's – ECA-USP – 1999

Quadro 8 – Inventário TCC – ECA-USP – 2000

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
A legalização de cassinos e suas implicações para o turismo	1. Mostrar os pontos positivos e negativos da legalização dos cassinos para o Turismo no Brasil.	a. Pesquisa bibliográfica e documental.
Estudo sobre as agências reais e virtuais: o caso das empresas <i>Agaxtur e GateOne</i> Turismo	1. Mostrar os produtos e serviços que as agências de viagens reais e virtuais oferecem. 2. Demonstrar como a Internet vem influenciando a operação turística	a. Estudo de Caso das empresas <i>Agaxtur e GateOne</i> Turismo, b. Pesquisa bibliográfica. c. Entrevistas.
O Brasil que o Brasil não conhecia: a influência da novela Pantanal para o turismo da região	1. Demonstrar os efeitos provocados pela novela Pantanal no turismo e preservação do Pantanal Mato-grossense. 2. Traçar um perfil histórico e geográfico dessa região. 3. Traçar os principais fundamentos teóricos do Ecoturismo.	a. Estudo de Caso da região do Pantanal Mato-grossense. b. Pesquisa bibliográfica, exploratória. c. Entrevistas.
São Bernardo do Campo: estudo de demanda para a viabilidade de hotéis de categoria de luxo	1. Demonstrar a necessidade de implantação de hotéis de categoria de luxo no município de São Bernardo do Campo.	a. Estudo de Caso, São Bernardo do Campo. c. Entrevistas.
A revitalização de patrimônio histórico e sua utilização para o lazer e o turismo	1. Contribuir para a falta de pesquisas e trabalhos nesse campo. 2. Mostrar como a promoção do turismo e do lazer urbano, realizada através da revitalização dos patrimônios pode promover o desenvolvimento sustentável da cidade.	a. Estudo de Caso, SESC Pompéia. b. Pesquisa bibliográfica e exploratória.
Turismo e desenvolvimento em Cabo Verde: estudo preliminar	1. Demonstrar a importância do turismo em Cabo Verde. 2. Traçar um panorama geral do turismo e da emigração na região. 3. Contribuir para o estudo mais aprofundado do turismo em Cabo Verde.	a. Estudo de Caso de Cabo Verde. b. Pesquisa bibliográfica e exploratória.

Fonte: TCC's – ECA-USP – 2000

Quadro 9 – Inventário TCC – ECA-USP – 2001

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
<i>Benchmarking</i> em Turismo	1. Apresentar esta ferramenta administrativa e suas possibilidades aplicadas ao turismo.	a. Pesquisa bibliográfica. b. Análise comparativa.
Análise Comparativa do Processo de Elaboração dos Suplementos de Turismo dos Jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo	1. Analisar os suplementos de turismo dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo destacando a atuação da mídia neste segmento e a contribuição para a formação da imagem turística de um local.	a. Pesquisa bibliográfica. b. Análise comparativa.
Análise de Adequação de <i>Software</i> de Gestão Integrada ao Negócio Hoteleiro	1. Analisar os benefícios que um <i>software</i> de gestão integrada pode trazer à hotelaria.	a. Estudo de Caso dos hotéis em que o <i>software</i> já foi aplicado.
Descrição e Análise do Turismo Cultural em Niterói	1. Mostrar a situação atual do turismo cultural em Niterói, oferecendo conceituações.	a. Pesquisa bibliográfica b. Pesquisa de campo.
A Implementação dos Parques de diversões no Brasil e suas Implicações para o Turismo	1. Apresentar um panorama geral do que é a indústria dos parques de diversões através de sua história e seu panorama no âmbito mundial.	a. Pesquisa bibliográfica em livros, artigos e revistas especializadas.
Ambientação de Base Histórica e o Caso de São Vicente	1. Abordar a importância da ambientação de base histórica para o turismo em São Vicente	a. Estudo de Caso. b. Pesquisa bibliográfica.
Investigação Sobre o Potencial Turístico da Avenida Paulista	1. Responder a questão se a Avenida Paulista tem potencial turístico.	a. Pesquisa bibliográfica e de campo.
Turismo em Tempos de Crise: Projeto de Parcerias entre Empresas de Turismo para Captação de Recursos em Períodos Críticos	1. Demonstrar uma maneira de manter operadoras de turismo na mídia mesmo em períodos de crise e campanhas de redução de custos.	a. Pesquisa exploratória, documental e bibliográfica.
Contribuições do Turismo para a Preservação Ativa do Patrimônio Ferroviário Paulista	1. Resgatar a memória ferroviária valorizando o patrimônio cultural paulista.	a. Estudo de Caso. b. Pesquisa bibliográfica.
Turismo Religioso: Estudo do Turismo Religioso na Cidade de Aparecida	1. Descrever os aspectos turísticos da cidade de Aparecida, bem como, do turista em Aparecida.	a. Pesquisa quantitativa, qualitativa. b. Entrevistas.
O <i>Web Site</i> : Uma Ferramenta do Comércio Eletrônico em Turismo	1. Compreender o estágio atual do uso do <i>Web Site</i> como canal de distribuição em turismo.	a. Pesquisa bibliográfica em livros, artigos e sites.

Fonte: TCC's – ECA-USP – 2001

Quadro 10 – Inventário TCC – ECA-USP – 2002

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
A Busca da Excelência: Treinamento de Supervisores e Gerentes na Hotelaria	1. Demonstrar como a capacitação dos funcionários do serviço de hotelaria pode melhorar sua interação com o cliente.	a. Estudo descritivo com questionários realizados nos melhores hotéis de São Paulo segundo o Guia Quatro Rodas.
A Parceria Universidade – Comunidade: Acessória Turística ao Município de Ribeirão Grande (SP)	1. Avaliar a inserção do município de Ribeirão Grande no mercado turístico. 2. Ampliar a atratividade de seus recursos naturais e culturais.	a. Estudo de Caso em parceria com a prefeitura municipal de Ribeirão Grande.
Estratégias de <i>Marketing</i> e comunicação utilizadas no carnaval paulistano	1. Descobrir quais as estratégias de <i>marketing</i> usadas para aumentar o público nos desfiles das escolas de samba do grupo especial de São Paulo.	a. Pesquisa bibliográfica em livros, revistas e sites especializados. b. Entrevistas com especialistas no assunto.
CRM Aplicado à Hotelaria	1. Fornecer a visão do CRM aplicado à hotelaria e sua contribuição como ferramenta de fidelização de clientes.	a. Pesquisa bibliográfica. b. Estudo exploratório.
O Curso de Graduação em Turismo da USP Sob a Ótica de seus discentes.	1. Construir um “raio x” do curso de turismo através da ótica dos alunos.	a. Entrevistas com os alunos do curso de turismo.
Da Modernização ao Caos Urbano: São Paulo – A Metrópole da Hotelaria de Negócios e Eventos	1. Abordar o mercado das viagens de negócios e eventos e sua importância para os meios de hospedagem em São Paulo. 2. Caracterizar o perfil da oferta e da demanda deste mercado.	a. Pesquisa bibliográfica em suplementos de turismo da grande imprensa, internet e revistas especializadas. b. Pesquisa de campo.
Pólo <i>Cuest</i> : Contribuição para o desenvolvimento do turismo na região de Botucatu (SP)	1. Descrever o processo de formação e organização das atividades do pólo <i>cuesta</i> .	a. Estudo de Caso do Pólo Turístico da Região de Botucatu.
Ecoturismo e Terceiro Setor. Atuação de ONGs Ambientistas do Estado de São Paulo	1. Analisar o surgimento das organizações ligadas ao ecoturismo.	a. Pesquisa exploratória, quantitativa e qualitativa.
Empreendimentos Hoteleiros Dentro de Unidades de Conservação: Estudo de Caso do Cristalino <i>Jungle Lodge</i>	1. Analisar e avaliar a atuação de empreendimentos hoteleiros localizados dentro de áreas naturais protegidas.	a. Estudo de Caso. b. Pesquisa exploratória.
Esporte da Natureza na Serra da Cantareira: Potencial para o Turismo de Aventura	1. Levantar a questão do aproveitamento do potencial turístico no segmento de aventura na região da Serra da Cantareira. 2. Montar atividades de lazer ligadas ao esporte na Serra da Cantareira.	a. Pesquisa bibliográfica realizada em livros, documentos e mapas.

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Fazenda Ambiental: Uma Proposta de Modelo de Desenvolvimento Sustentável para o Turismo Rural no Brasil	1.Caracterizar o desenvolvimento inicial do turismo ambiental no Brasil, ocorrido de maneira dispersa e desordenada.	a.Análise comparativa entre modelos de implantação de políticas ligadas ao turismo rural em países da Europa e do Brasil.
Os Museus da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira: Infra Estrutura e Aproveitamento Turístico	1.Descrever as condições físicas dos museus localizados no campus da Universidade de São Paulo assim como seu potencial turístico.	a.Pesquisa bibliográfica.
A Terceirização dos Serviços de Turismo nos Parques Nacionais: O Caso do Parque Nacional do Iguaçu	1.Discutir as possibilidades de ampliação do potencial turístico dos parques nacionais e seus impactos ambientais.	a.Pesquisa bibliográfica em livros, sites e revistas. b.Pesquisas e observações <i>in loco</i> . c.Entrevistas com funcionários do IBAMA e das concessionárias Cataratas do Iguaçu.
O Processo de Captação de Eventos e o caso do São Paulo <i>Convention e Visitors Bureau</i> (SPCVB)	1.Descrever como é feito o processo de captação de eventos na cidade de São Paulo.	a.Pesquisa bibliográfica em livros, revistas especializadas, sites e periódicos. b.Pesquisa de campo com entrevistas de funcionários da São Paulo <i>Convention e Visitors Bureau</i> .
Atuação de uma agência de Viagens do Turismo de Negócios e Eventos	1.Expor o funcionamento e a importância do departamento de eventos de uma agência de viagens e turismo voltada para negócios.	a.Pesquisa exploratória. b. análise bibliográfica.
Turismo na Melhor Idade: Exemplos de Divulgações e Possibilidades	1.Analisar o potencial turístico nas pessoas com mais de sessenta anos e que tenha condições econômicas de viajar.	a.Pesquisa bibliográfica e análise de dados coletados junto ao IBGE e a Prefeitura de São Paulo.

Fonte: TCC's – ECA-USP – 2002

Quadro 11 – Inventário TCC – ECA-USP – 2003

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Benefícios e Tendências do Turismo de Incentivo	1. Ressaltar os benefícios do turismo de incentivo como forma de potencializar o turismo e conseqüentemente a economia brasileira.	a. Análise qualitativa e quantitativa.
Lazer nos Centros Culturais Paulistanos. Estudos de Caso: Instituto Tomie Ohtake, Itaú Cultural e Centro Cultural Banco do Brasil	1. Apresentar visões a respeito do lazer cultural e sobre os espaços culturais.	a. Estudo de caso dos centros culturais Instituto Tomie Ohtake, Itaú Cultural e Centro Cultural Banco do Brasil.
Prática de Lazer dos Jovens em Cidade Tiradentes: Identificação das Carências e Potencialidades	1. Verificar as práticas de lazer do jovem no subúrbio de São Paulo. 2. Compreender sua dinâmica em relação ao processo de urbanização do qual é conseqüência.	a. Pesquisa bibliográfica. b. Estudo de caso.
O Formule 1 como Exemplo de Hotel Supereconômico e sua Viabilidade como retorno ao consumidor	1. Mostrar a viabilidade de um hotel supereconômico com retorno para o consumidor.	a. Pesquisa bibliográfica b. Estudo qualitativo, quantitativo. c. Entrevistas com clientes e funcionários.
Responsabilidade Social no Turismo. Um estudo de caso na Hotelaria	1. Apresentar as novas relações entre o Estado, setor privado e terceiro setor no que se refere às atividades turísticas.	a. Estudo de Caso de hotéis em São Paulo.
Planejamento e Gestão do Turismo na Estância Turística de Ribeirão Pires	1. Tomar as estâncias capacitadas para incentivar o turismo e promover o desenvolvimento	a. Estudo de Caso. b. pesquisa bibliográfica e em documentos institucionais.
O Brasil nas Reuniões Especializadas em Turismo do MERCOSUL	1. Entender a importância destas reuniões para o desenvolvimento do turismo local, regional, nacional e global.	a. Pesquisa bibliográfica em livros, sites, revistas especializadas e documentos institucionais.

Fonte: TCC's – ECA-USP – 2003

Quadro 12 – Inventário TCC – ECA-USP – 2004

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Análise Comparativa de Métodos de Estudo da Demanda Turística Doméstica	1. Avaliar os melhores métodos de coleta e análise de dados referente ao turismo doméstico e a importância destes para se criar novas abordagens teóricas.	a. Análise comparativa entre documentos institucionais.
A Imagem do Brasil no Material Promocional da EMBRATUR	1. Identificar quais imagens o EMBRATUR tem utilizado na promoção turística do Brasil. 2. Observar os aspectos positivos e negativos do país veiculados nestas imagens.	a. Pesquisa bibliográfica. b. Análise de fontes documentais.
Mensuração do Fluxo Turístico Receptivo Terrestre no Brasil	1. Documentar informações metodológicas inéditas sobre a mensuração do fluxo turístico com receptivo terrestre no Brasil.	a. Pesquisa exploratória. b. Coleta e análise de dados institucionais.
Tendências do Mercado de Agências de Viagens e Turismo	1. Abordar o reposicionamento das agências de turismo no cenário mundial, especialmente no Brasil	a. Pesquisa bibliográfica. b. Coleta e análise de dados institucionais.
A Visitação de Turistas Estrangeiros aos Museus de Arte da Cidade de São Paulo: Um Estudo de Caso Sobre o MASP e a Pinacoteca do Estado	1. Analisar as principais variáveis pertinentes à visita de turistas estrangeiros nos museus de arte de São Paulo.	a. Pesquisa exploratória, b. Pesquisa de campo realizada nos museus de arte em destaques.
A Importância do Parque Ibirapuera com o Atrativo e Contribuinte à Geração de fluxo Turístico na Cidade de São Paulo	1. Reconhecer o Parque Ibirapuera como atrativo turístico, considerando sua paisagem natural como principal motivador de visitas.	a. Pesquisa bibliográfica em sites, livros, revistas, periódicos e documentos institucionais. b. Entrevistas com frequentadores do parque.
Turismo em Áreas Protegidas: Diagnóstico e Recomendações para a Atividade na Estação Ecológica Juréia-Itatins	1. Proporcionar ações que auxiliem no uso responsável da Estação Ecológica Juréia-Itatins.	a. Pesquisa descritiva e exploratória.

Fonte: TCC's – ECA-USP – 2004

Quadro 13 – Inventário TCC – ECA-USP – 2005

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
A Influência de Telenovelas Brasileiras no Turismo do País	1.Observar a influência da telenovela na propagação do turismo em localidades brasileiras.	a.Análise dos conteúdos das telenovelas. b.Análise de dados obtidos junto as Agências de turismo.
Banco do Nordeste do Brasil e Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste	1.Relacionar as ações do Banco do Nordeste do Brasil ao desenvolvimento da infraestrutura para o turismo na região nordeste. 2.Avaliar os resultados obtidos na primeira fase do programa de desenvolvimento do turismo no nordeste.	a.Pesquisa bibliográfica, em sites e junto a documentos do Banco do Nordeste.
A desintermediação nas Relações entre Produtores e Consumidores de Serviços de Viagem: Uma Análise Comparativa entre o GDS Galileo e o Portal Varig	1.Apontar a deficiência dos portais e a eficiência dos GDS.	a.Análise comparativa: simulação de compra de passagem aérea no portal da Varig e no GDS Galileo.
Grandes Redes de Varejo Investindo na Comercialização de Produtos Turístico: O caso da C&A Viagens	1.Expor os fatores que levaram a C&A modas a investir no ramo de agências de viagens no Brasil. 2.Analisar os principais aspectos de marketing presentes na C&A viagens.	a.Estudo de caso da atuação da C&A viagens.
Lazer e Atividades artísticas em espaços urbanos: O SESC São Paulo	1,Buscar um entendimento das atividades de lazer e suas subdivisões, em especial as ligados as atividades artísticas em São Paulo.	a. Pesquisa bibliográfica. b.Coleta e análise de dados junto ao SESC São Paulo
O Impacto da Má distribuição de Renda na Demanda Real do Turismo Doméstico e Lazer no Brasil	1.Analisar as conseqüências da má distribuição de renda na estagnação da procura por serviços turísticos e de lazer no turismo doméstico.	a.Pesquisa bibliográfica e em dados obtidos junto às agências e a EMBRATUR.
O Legado dos Imigrantes para o Turismo de São Paulo.	1.Contextualizar os principais fluxos imigratórios destinados a São Paulo apontando suas peculiaridades e relacionando suas influências diretas no caráter da cidade.	a.Estudo de Caso do Memorial do Imigrante de São Paulo. b.Pesquisa bibliográfica.

Fonte: TCC's – ECA-USP – 2005

Quadro 17 – Inventário TCC – ECA-USP – 2009

TEMA	OBJETIVO (S)	METODOLOGIA
Turismo e Web 2.0: Características e Conexões	1. Estudar a relação entre a atividade turística e a Internet.	a. Pesquisa exploratória, bibliográfica. b. Análise de sites de turismo.
Hotel <i>Les Sources de Caudelie</i> na Aquitânia: O Encontro entre Enoturismo e Turismo de Saúde	1. Caracterizar dois segmentos turísticos: o enoturismo e o turismo de saúde.	a. Pesquisa exploratória e descritiva.
A Questão da Atratividade Turística em um dos Principais Museus Históricos da Cidade de São Paulo: O Caso do Memorial do Imigrante	1. Conhecer a instituição museológica do Memorial do Imigrante com o intuito de identificar se esse museu é realmente atrativo para turistas e visitantes.	a. Pesquisa bibliográfica em livros, revistas e artigos. b. Pesquisa exploratória.
A Autenticidade na Era da Experiência: Uma Análise da Rede Explora de Hotéis	1. Verificar, dentro do âmbito das experiências e da autenticidade no turismo, como se enquadra a rede de hotéis explora.	a. Pesquisa bibliográfica. b. Análise comparativa.
Turismo Rural e Produtos Orgânicos: Estudo de Casos na Região de Campinas	1. Verificar de que forma o cultivo de produtos orgânicos contribui para a introdução e implementação do turismo rural.	a. Pesquisa exploratória. b. Pesquisa qualitativa de casos múltiplos.
A Relevância do Patrimônio Histórico-Cultural da Cidade Velha de Jerusalém Diante dos Conflitos Árabes-Israelenses	1. Verificar as conseqüências dos conflitos no patrimônio e no fluxo de visitantes para determinar até que ponto a política externa israelense prejudica o turismo.	a. Pesquisa bibliográfica, documental e em fontes eletrônicas. b. Técnica de observação <i>in loco</i> .
O Papel dos <i>Offices de Turisme</i> no Contexto Regional Francês	1. Situar a estrutura na cadeia organizacional do turismo francês, bem como compreender seu funcionamento.	a. Pesquisa descritiva e exploratória.
Alguns Aspectos da Gastronomia Dentro do Modelo Estrutural de <i>Marketing</i>	1. Abordar os principais aspectos do modelo estrutural de <i>marketing</i> . 2. Analisar como a gastronomia pode se inserir em cada um deles.	a. Pesquisa exploratória e documental.

Fonte: TCC's – ECA-USP – 2009